

Escola de Ciências Sociais e Humanas

**“Só Muda a Moeda”: Representações sobre Tráfico de Seres Humanos e Trabalho  
Sexual em Portugal**

Filipa da Mota Alvim de Carvalho

Dissertação apresentada no ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa para a  
obtenção do grau de Doutor em Antropologia

Orientador:

Doutor Miguel Vale de Almeida, Professor Associado com Agregação  
ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor Lorenzo Bordonaro, Investigador Integrado  
CRIA/ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa

Maio, 2013

Escola de Ciências Sociais e Humanas

**“Só Muda a Moeda”: Representações sobre Tráfico de Seres Humanos e Trabalho  
Sexual em Portugal**

Filipa da Mota Alvim de Carvalho

Dissertação apresentada no ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa para a  
obtenção do grau de Doutor em Antropologia

Júri:

Doutora Cristiana Bastos, Investigadora Principal, Instituto de Ciências Sociais da  
Universidade de Lisboa

Doutora Alexandra Oliveira, Professora Auxiliar, Faculdade de Psicologia e Ciências  
da Educação Universidade do Porto

Doutora Maria Cardeira da Silva, Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências  
Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Projecto de pesquisa financiado por  
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

Maio, 2013

## Resumo

O tráfico de seres humanos (TSH) é representado como escravatura moderna, exploração, exclusão, discriminação e violência. Existe dentro de grupos sociais nas margens. Só atribuindo igualdade e cidadania às margens é possível eliminar a exploração. A prostituta encontra-se nas margens. Mas é o ser mais consequente e perfeito do capitalismo: maximiza os recursos a troco de rendimento. O *glamour* do trabalho sexual é um falso *glamour*. O trabalho é árduo, jamais “fácil”, mesmo que o dinheiro seja adquirido de forma rápida. A marginalidade gera exclusão e empurra “os marginais” cada vez mais para a clandestinidade e o silenciamento. A única forma de chegar ao tráfico é trabalhar com as populações onde se encontram as suas vítimas. Estas populações são “escondidas” ou de “difícil acesso”: prostitutas e/ou imigrantes, a maioria em situação irregular.

Compreendendo a realidade global, o crime de tráfico de pessoas, tal como definido pelo *Protocolo relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial de Mulheres e Crianças*, mais conhecido como o Protocolo de Palermo (2000) da ONU, torna-se uma forma cuidada dos Estados Europeus e Ocidentais escamotear a verdadeira dimensão do problema, que passa incontornavelmente pela necessidade de as pessoas que estão fora dessas fronteiras migrarem para o seu interior e, por outro lado, pela necessidade laboral migrante intrafronteiras.

O tráfico de pessoas é um crime hediondo, mas é apenas uma das dimensões dos maiores problemas em que está inserido: a globalização, a imigração, o género, os direitos de todos os migrantes em geral, e das pessoas trabalhadoras do sexo em particular.

Palavras-Chave: Tráfico de Seres Humanos, Migrações, Prostituição, Trabalho Sexual, Lisboa, Portugal, Direitos Humanos, Globalização, Pânico Moral, Antropologia Aplicada.

## Abstract

Trafficking in Human Beings (THB) is represented as modern slavery, exploitation, exclusion, discrimination and violence. It exists within social groups at the margins. Only assigning equal rights and citizenship to the margins can eliminate exploitation. The prostitute is in the margins. But it is the most consistent and perfect capitalism being: maximizes resources in exchange for income. The *glamor* of sex work is a false *glamor*. The work is hard, never “easy”, even if the money is acquired quickly. The exclusion and marginalization pushes “marginal” increasingly to underground and silence. The only way to get to the traffic is to work with the populations where they are its victims. These populations are “hidden” or “inaccessible”: prostitutes and/or immigrants, mostly undocumented.

By understanding the global reality, the crime of trafficking in persons, as defined by the *Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, especially Women and Children*, better known as the Palermo Protocol (2000) of the UN, becomes a careful form of European and Western States to dodge the true scale of the problem, which unavoidably passes through the need of people who fall outside these boundaries to migrate to it’s interior on one hand and, on the other hand, the need of migrant labor within these frontiers.

Human trafficking is a hideous crime, but it is just one dimension of the biggest problems in which it appears: globalization, immigration, gender, the rights of all migrants in general, and of sex workers in particular.

Key Words: Human Trafficking, Migration, Prostitution, Sex Work, Lisbon, Portugal, Human Rights, Globalization, Moral Panic, Applied Anthropology.

## Agradecimentos

Este trabalho realizou-se em quatro anos de pesquisa, no Departamento de Antropologia/Escola de Ciências Sociais e Humanas do ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa, no CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia e financiado pela FCT<sup>1</sup>.

São vários os intervenientes que comigo colaboraram ao longo do tempo, nos últimos anos, e sem os quais este trabalho não teria acontecido. Devo um agradecimento às organizações interlocutoras da presente pesquisa: a CIG – Comissão para Cidadania e a Igualdade de Género; o OTSH – Observatório contra o Tráfico de Seres Humanos; a ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho; a AI – Amnistia Internacional; a AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência; o IAC – Instituto de Apoio à Criança; os MDM – Médicos do Mundo; a OIT – Organização Internacional do Trabalho; a Capela – Centro de Apoio a População Emigrante de Leste e Amigos; a CBL – Casa do Brasil de Lisboa; o CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante; a UVAIDRE – Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica, e SUL da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; a OIM – Organização Internacional das Migrações; o CAP – Centro de Acolhimento e Protecção de Vítimas de Tráfico e ao Espaço Pessoa da APF – Associação para o Planeamento da Família (Algarve, Lisboa, Norte); o Projecto AutoEstima; o Projecto Ergue-te e à Congregação das Irmãs Adoradoras Escravas do Santíssimo Sacramento e da Caridade (doravante, Irmãs Adoradoras); a Associação Existências; a Ilga; a Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor (doravante, Irmãs Oblatas); o MAPS – Movimento de Apoio à Problemática da Sida; o Ninho; o Porto G da APDES – Agência Piaget para o Desenvolvimento; a Associação Mercadoria Humana – Saúde em Português; a SOLIM – Solidariedade Imigrante Associação de Defesa dos Direitos dos Imigrantes (doravante, SOLIM); o GAT – Grupo Português de Activistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA Pedro Santos (doravante, GAT); as Panteras Rosa; o Projecto RedLight da Associação Positivo; e a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta (doravante, UMAR).

Para além do precioso contributo das organizações governamentais e não-governamentais, cabe ainda um agradecimento aos OPCs – Órgãos de Polícia Criminal:

---

<sup>1</sup> Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/44494/2008.

à PJ – Polícia Judiciária, muito em particular à Unidade Nacional Contra Terrorismo e à Directoria do Norte; à DCIPAI – Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise de Informação do SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; à PSP – Polícia de Segurança Pública; à GNR – Guarda Nacional Republicana; e ainda à DGSP – Direcção Geral dos Serviços Prisionais. Quer a natureza da colaboração seja estritamente institucional, quer pessoal, a todos devo o meu agradecimento, pelas opiniões e representações, pelas pistas de terreno, pelo conhecimento teórico e prático sobre a realidade que se pretende conhecer.

Devo um agradecimento especial aos orientadores da tese, o Doutor Miguel Vale de Almeida e o Doutor Lorenzo Bordonaro, pelas trocas e discussões de pontos de vista, pela motivação, pelo apoio incondicional, pela presença sempre constante.

Um agradecimento particular ao Doutor Paulo Raposo, sem o qual este trabalho não se teria sequer vislumbrado. Aos académicos, às pessoas trabalhadoras do sexo, aos imigrantes, aos activistas, aos membros da RTS – Rede sobre o Trabalho Sexual, nomeadamente a Alexandra Oliveira, a Sara Trindade, a Joana Rocha, a Joana Costa, a Laetitia, a Ingride Alvaredo, a Isabel Soares, o Tiago Ferreira – a todos que me acompanharam, o meu muito obrigado.

Pela omnipresença no apoio, uma palavra de agradecimento ao Darryl Domingos, ao Marco Reis, à Umme Salma, à Vera Vitorino, ao Rui Guerra, ao Ricardo Amorim, à Paula Togni, ao Ricardo Pombo.

Finalmente, um agradecimento pessoal, feito de gratidão e amor incondicional à minha família, muito em particular à minha Mãe Lurdes e à minha irmã Joana, as minhas pessoas.

## Índice

Introdução.....	9
Parte I. Tráfico de Seres Humanos e Migrações.....	17
1. Percepções sobre o conceito de tráfico de pessoas hoje.....	18
1.1. Tráfico Laboral.....	37
1.2. Tráfico Sexual.....	42
2. O conceito de migração hoje.....	52
3. Vítimas, Imigrantes e Trabalhadores do Sexo entre as políticas de Direitos Humanos e os danos colaterais.....	62
Parte II. Prostituição e Trabalho Sexual.....	66
4. O conceito de prostituição hoje.....	70
5. Escravatura Branca.....	72
6. Lenocínio.....	80
7. O conceito de Trabalho Sexual.....	84
8. Da Prostituição ao Trabalho Sexual.....	94
Parte III. A Etnografia: Da procura das vítimas de tráfico ao encontro das pessoas trabalhadoras do sexo em espaços <i>outdoors</i> e <i>indoors</i> .....	97
9. Trabalho de Campo: da aproximação à instalação no terreno.....	97
9.1. A Etnografia Institucional.....	100
9.2. O CAP – Centro de Acolhimento e Protecção para mulheres vítimas de Tráfico de Seres Humanos.....	104
9.3. Nova Estratégia de Terreno.....	108
9.4. O Projecto RedLight da Associação Positivo.....	110
9.4.1. Rondas do RedLight.....	117
9.5. Panteras Rosa.....	122
9.5.1. Brigadas das Panteras Rosa.....	123
9.6. UMAR.....	128
9.6.1. Giros da UMAR.....	130
9.7. PREVIH – GAT.....	133

9.8. Projecto <i>Indoor</i> “Dar voz aos Trabalhadores do Sexo” – GAT.....	135
10. No Campo com Elas: As Rondas Solitárias.....	136
10.1. Na Praça da Figueira.....	149
10.2. Na Artilharia 1.....	154
10.3. No Cais do Sodré.....	156
11. O Encontro com o Tráfico “Razoável” na Primeira Pessoa.....	158
Parte IV. “Só Muda a Moeda”: Representações sobre Tráfico de Seres Humanos e Trabalho Sexual em Portugal.....	170
12. O Tráfico de Seres Humanos e o Trabalho Sexual vistos pelos actores institucionais.....	177
13. O Tráfico de Seres Humanos e o Trabalho Sexual vistos pelas pessoas trabalhadoras do sexo.....	195
14. A desconstrução do conceito de TSH.....	204
15. Globalização e Pânicos Sociais.....	213
16. Antropologia Aplicada.....	220
Conclusão.....	224
Anexos.....	230
Bibliografia.....	233



## Introdução

O objectivo desta pesquisa é a realização de uma recolha etnográfica e respectiva análise crítica relativa ao novo conceito jurídico de tráfico de pessoas em Portugal, bem como uma descrição das representações de tráfico de seres humanos (TSH) e trabalho sexual, elaboradas pelas *potenciais* vítimas – mulheres, homens, transgéneros, menores –, pelas instituições que lidam com o fenómeno em território nacional e pelo Estado. A confusão teórica e prática entre tráfico e prostituição e, por outro lado, o pretensão combate ao crime através de cada vez maiores restrições à imigração tornam, ao contrário do que se supõe, a aproximação e apoio às vítimas, por parte das autoridades competentes mais difícil, quando não impossível.

Este estudo insere-se na área da antropologia aplicada aos direitos humanos. Quer isto dizer que a base sobre a qual se constrói toda a pesquisa é o envolvimento e comprometimento da ciência e do saber ao serviço da sociedade. Como tal, pretende-se que a ciência, em concreto a antropologia, tenha um papel interventivo na construção de políticas públicas, inclusivas e igualitárias.

As investigações até agora realizadas em Portugal sobre tráfico de pessoas oferecem descrições macrossociológicas e estatísticas, baseadas na análise dos dados coligidos pelos órgãos institucionais que se confrontam com o fenómeno no nosso território (serviços de fronteira, tribunais, serviços hospitalares, organizações não-governamentais [ONGs], polícia). Sem negar a utilidade destes estudos, é essencial, tendo em conta as sugestões do I e II Planos Nacionais contra o Tráfico de Seres Humanos, fazer-se uma abordagem qualitativa à questão do tráfico de pessoas em Portugal, que encare a dimensão humana do problema, focando a experiência individual e tendo como pano de fundo a perspectiva dos direitos humanos. É preciso dar voz às próprias vítimas ou potenciais vítimas.

O tráfico de seres humanos existe e é representado como escravatura moderna, exploração, exclusão, discriminação e violência. Existe dentro de grupos sociais nas margens. Só atribuindo igualdade e cidadania às margens é possível eliminar a exploração. Veja-se o caso da prostituição, uma das palavras-chave quando se fala sobre TSH. Apesar de a prostituição ser uma prática ancestral, a prostituta trabalhadora do sexo é hoje o ser mais consequente e perfeito do capitalismo: maximiza os recursos<sup>2</sup> a

---

<sup>2</sup> Cf. João Leal Amado, 2010. Numa comunicação recente, por ocasião da *II Conferência sobre a infecção VIH em grupos de difícil acesso, nomeadamente homens que fazem sexo com homens e*

troco de lucro (Cruz, 1984 [1941]; Davis, 1937; Messerschmidt, 1986; Shrager, 1989; Grant, 1993; Pateman, 1999; Veen, 2001; Lopes, 2006; Ditmore, 2006; Oliveira, 2008; Silva e Ribeiro, 2010; Amado, 2013; Mai, 2013<sup>3</sup>). É, de resto, por essa razão que, apesar no seu carácter ancestral, mas profundamente estigmatizado, nomeadamente no ocidente, a prostituição ou venda de serviços sexuais é universal (Davis, 1937: 744). O *glamour* do trabalho sexual é um falso *glamour*. É um trabalho árduo e nunca “fácil”, mesmo que o dinheiro seja adquirido no imediato. A marginalidade gera exclusão e empurra “os marginais” cada vez mais para a clandestinidade e o silenciamento. A única forma de chegar ao tráfico é trabalhar com as populações onde se encontram as suas vítimas. Estas populações são “escondidas” ou de “difícil acesso”: prostitutas e/ou imigrantes, a maioria em situação irregular.

Este estudo surge na sequência da investigação realizada por mim, sob a coordenação de Lorenzo Bordonaro, no projecto “Tráfico de Mulheres em Portugal: A construção de um problema social”, realizado no Centro de Estudos de Antropologia Social (CEAS)<sup>4</sup>, em parceria com o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), entre 2007 e 2008. O objectivo dessa pesquisa era entender por que razão em Portugal, durante a última década, a questão do tráfico ganhara tal importância, e investigar a origem da constituição de um “regime de verdade”<sup>5</sup> em relação ao tráfico de mulheres. Perante a impossibilidade de recolher testemunhos das *potenciais* vítimas, quer em nome da sua inexistência, quer da sua “indisponibilidade” afirmada pelas poucas ONGs que se tinham deparado com casos de TSH, chegámos à conclusão de que a suposta evidência “incontestável” do TSH é construída a partir de pressupostos não-explicitados, relacionados com a sexualidade, o género e os movimentos migratórios. Chegada ao término desse estudo, senti necessidade de dar continuidade à pesquisa e aprofundar a investigação etnográfica<sup>6</sup>.

---

*trabalhadores do sexo*, organizado pelo GAT, a 25.03.2013, Amado apresenta a comunicação “Contractos de Trabalho e Direito do trabalho na prostituição”, onde realça que a única razão, juridicamente falando, para se incluir os trabalhadores do sexo no Direito ao Trabalho, é a dignificação do trabalho destas pessoas.

<sup>3</sup> Nick Mai, em entrevista ao *The Guardian* afirma: “For the majority, working in the sex industry was a way to avoid the exploitative working conditions they had met in their previous non-sexual jobs”, disponível em:

<http://www.guardian.co.uk/uk/2009/oct/20/trafficking-numbers-women-exaggerated> (consultado pela última vez a 30.03.2013).

<sup>4</sup> Hoje integrado no CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia.

<sup>5</sup> Foucault, 1976.

<sup>6</sup> A pesquisa mencionada contou apenas com dois anos de existência e financiamento, e ditou a impossibilidade de contactar directamente com as *potenciais* vítimas de TSH.

Compreendendo a realidade global, a hipótese deste texto é a de que o crime de tráfico de pessoas, tal como definido pelo Protocolo de Palermo (2000), é uma forma sofisticada de os estados europeus e ocidentais escamotear a verdadeira dimensão do problema, que passa sem sombra de dúvidas pela necessidade de as pessoas que se encontram fora dessas fronteiras migrarem para o seu interior e, por outro lado, pela necessidade migratória do trabalho intrafronteiras. Esta é a hipótese inicial, o ponto de partida, que nas próximas páginas pretendo analisar e demonstrar.

O tráfico de pessoas é um crime hediondo, mas é apenas uma das dimensões dos maiores problemas em que está inserido: a globalização, a imigração, o género, os direitos de todos os migrantes em geral e das pessoas trabalhadoras do sexo em particular.

O fenómeno do tráfico é um fenómeno transnacional, que tem que ver com as relações entre diferentes regiões económicas do mundo: as condições que possibilitam o TSH estão relacionadas com as disparidades económicas que caracterizam a ordem político-económica actual (ILO, 2003; Berman, 2003; Kelly, 2003; Long, 2004; Leal e Leal, 2005; Sabino e Pereira, 2005; Peixoto *et al.* 2006; UNODC, 2006).

Até 2007, o conceito legal de tráfico de seres humanos restringia-se, em Portugal, ao tráfico de mulheres para exploração sexual. Com a revisão do Código Penal português, em Setembro desse ano, o conceito ampliou-se para, de acordo com o *Protocolo relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial de Mulheres e Crianças*, mais conhecido como o Protocolo de Palermo (2000) da Organização das Nações Unidas (ONU), passar a integrar o tráfico de mulheres, homens e crianças, para fins de exploração sexual e laboral, bem como o tráfico de órgãos. Compreende-se por isso que não seja possível falar de tráfico de pessoas sem falar de exploração sexual e de prostituição. As posições face a essa ligação diferem entre os que consideram que, em nome do combate ao tráfico, o que na realidade se está a combater é a livre circulação de pessoas e também a actividade voluntária na indústria do sexo (Levine, 1993; Kempadoo e Doezema, 1998; Doezema, 2000; Agustín, 2007; Weitzer, 2007) e, do outro lado da barricada, os que pensam que todos os migrantes e também todas as trabalhadoras do sexo (fundamentalmente estrangeiras) são vítimas da globalização, do poder patriarcal e da total ausência de agência – ou que, por outras palavras, “não existem prostitutas felizes”, pois o corpo não lhes pertence e está absolutamente sujeito à vontade do proxeneta e do desejo do cliente (Ribeiro e Sá, 2004; Barry, 1979; Corbin, 1978; Walkowitz, 1992; Pitkin, 1981; Derks, 2000).

Em Portugal, a produção científica sobre o tráfico de pessoas é recente e transdisciplinar e mantém o debate restrito, relacionado com o tráfico, com a prostituição (leia-se, prostituição no feminino) e com a imigração (Oliveira, 2004; Ribeiro *et al.*, 2005; Peixoto *et al.*, 2006; Santos *et al.*, 2007).

O problema do tráfico de seres humanos é quer uma causa, quer uma consequência da violação de direitos humanos: é uma causa porque viola direitos fundamentais tais como o direito à vida, à dignidade e à segurança, a condições de trabalho condignas, à saúde. Mas é também uma consequência enraizada na pobreza, na desigualdade e na discriminação (Wijers, 2004: 8). Ou seja, se as políticas do Estado visam realmente enfrentar e rectificar o intrincado e multifacetado problema do tráfico, então têm de ir além do quadro de criminalização, considerando as contingências a que os migrantes têm de fazer face quando se deslocam para o estrangeiro e aí passam a trabalhar. Geralmente associamos violência e injustiça com acções que são deliberadamente desenvolvidas por indivíduos. Mas a injustiça é também produzida e mantida através de instituições, estruturas sociais e sistemas morais de poder.

De facto, só em 2007, com a revisão do Código Penal português, o conceito de TSH alargou o seu âmbito de acordo com o Protocolo de Palermo<sup>7</sup>, passando a integrar o tráfico de mulheres, homens e crianças, para fins de exploração sexual, laboral e o tráfico de órgãos. O protocolo contra o tráfico entrou em vigor em 25 de Dezembro de 2003. Este documento define o que é tráfico de pessoas, hoje, como sendo o recrutamento ou angariação de pessoas, o seu transporte, abrigo ou recepção, sob a ameaça, uso de força e de outras formas de coerção, com o objectivo da exploração. Este documento define a exploração como a “prostituição de outrem ou de outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares a escravatura, servidão ou a remoção de órgãos”<sup>8</sup>.

Contudo, e porque de facto o conceito é recente, os actores institucionais que lidam com este fenómeno e, por consequência, os meios de comunicação e a opinião pública continuam a assimilar automaticamente o conceito de tráfico de pessoas à exploração sexual e à prostituição *de mulheres*. A prostituição em Portugal não é proibida, mas sofre uma imensa invisibilidade legal e social. Esquecemos com frequência que os homens e os transgéneros também se prostituem.

---

<sup>7</sup> Documento disponível em: [http://www.uncjin.org/Documents/Conventions/dcatoc/final\\_documents\\_2/convention\\_%20traff\\_eng.pdf](http://www.uncjin.org/Documents/Conventions/dcatoc/final_documents_2/convention_%20traff_eng.pdf) (consultado pela última vez a 5.04.2013).

<sup>8</sup> Ver citação do artigo na íntegra na página 18.

Por outro lado, e como tem vindo a ser documentado não só por estudos académicos, mas também por ONGs e órgãos policiais, a esmagadora maioria das prostitutas são imigrantes (da América Latina, de África, da Europa de Leste), muitas vezes indocumentadas e, portanto, profundamente vulneráveis. Novamente, neste contexto, os homens e os transgéneros, sejam ou não migrantes, são postos de lado, como que inexistentes.

Mas se existem poucos dados relativamente ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual em Portugal, ainda existem menos dados sobre o tráfico de pessoas para exploração laboral: muitas vezes os imigrantes ilegais, em situação de vulnerabilidade e violência, preferem manter essa situação a apresentar queixa às autoridades competentes e arriscarem serem expulsos do país.

Porém, tal como somos informados diariamente, o tráfico de seres humanos é um dos maiores crimes transnacionais dos nossos tempos, com milhares ou milhões de pessoas traficadas e escravizadas todos os anos<sup>9</sup>, e biliões de dólares de lucro. Contudo, a validade e coerência dos dados estatísticos apresentados sobre o assunto têm sido sistematicamente questionadas (Kangaspunta, 2003; Davida, 2005; Laczko, 2005; Tyldum and Brunovskis, 2005; Gozdziaik e Collett, 2005; Kelly, 2005).

O combate ao crime organizado passa, segundo os estados membros do Espaço Schengen, da União Europeia, dos Estados Unidos da América e da Organização das Nações Unidas, pelo controlo apertado das fronteiras, pela restrição dos movimentos transfronteiriços, pelo combate à imigração indocumentada.

O tráfico de seres humanos é um fenómeno que adquiriu uma importância dramática, durante os últimos vinte anos, na Europa. Os governos e as organizações internacionais têm vindo a redobrar os seus esforços para o controlar, para proteger as vítimas e perseguir os traficantes. Apesar de alguns avanços, ainda há relativamente poucas informações sobre o TSH em Portugal. O enorme interesse que o fenómeno do tráfico de pessoas suscita em organizações governamentais, aparelhos do Estado e ONGs, o lugar que ocupa nos media e na opinião pública excede em muito a compreensão teórica do fenómeno e as evidências factuais. Este défice tem graves implicações para as medidas públicas destinadas a combater o tráfico, que têm efeitos negativos inesperados.

---

<sup>9</sup> Conforme as fontes. As estatísticas variam entre as 600 000 e as 30 milhões de pessoas traficadas globalmente todos os anos.

A abordagem proposta tenciona, a partir do estudo etnográfico das relações entre mulheres, homens e transgéneros *potencialmente* traficados para fins de exploração sexual e laboral, ONGs e instituições do Estado que lidam no território com o TSH, realçar as dimensões de violência institucional, estrutural e social que marginalizam a posição das potenciais vítimas e propiciam, portanto, o tráfico em Portugal.

Através de diálogos com pessoas que foram vítimas de tráfico, pessoas trabalhadoras do sexo e imigrantes, e entrevistas com técnicos sociais, funcionários estatais e elementos das autoridades policiais que operam neste sector, tenciona-se em primeiro lugar questionar as políticas públicas relativas ao TSH e a sua aplicação concreta, verificando a sua eficácia e realçando os seus efeitos perversos. As perguntas iniciais são: Quem são as vítimas, em termos legais, tendo em conta o novo conceito de tráfico? Quais são as representações sobre TSH? Que tipos de experiências relatam as potenciais vítimas no contacto com as instituições? Qual é a resposta concreta dos técnicos sociais e órgãos de polícia criminal (OPCs) face às pessoas alegadamente traficadas? Quais os elementos institucionais que dificultam o acesso das vítimas às instituições? Qual o acompanhamento que as vítimas receberam quando decidiram denunciar as redes de tráfico? E qual é o acompanhamento que as vítimas recebem quando decidem não denunciar e não colaborar com as autoridades? Estas são algumas das perguntas às quais se pretende responder.

Na base desta análise microssociológica está, finalmente, o propósito de delinear a posição das potenciais pessoas traficadas, para fins de exploração sexual e laboral, e das pessoas trabalhadoras do sexo em Portugal, através da reconstrução do seu percurso institucional, considerando os indicadores de resposta dos operadores das instituições governamentais e não-governamentais. A relação entre as pessoas traficadas, os grupos onde elas se encontram e as instituições do Estado é um lugar privilegiado onde se manifestam os factores que estruturam a sua marginalidade, propiciando a actividade dos traficantes, e onde as políticas migratórias, as políticas laborais e a subordinação dos direitos humanos no processo de criminalização do fenómeno do tráfico adquirem a consistência imediata da microfísica do poder.

No contexto da etnografia, as metodologias utilizadas para a realização deste estudo baseiam-se em entrevistas semiestruturadas aos actores institucionais: ONGs, Associações, Órgãos Policiais, Ministérios, Académicos, Congregações religiosas. Às associações de terreno é proposto o acompanhamento das actividades e das saídas de campo com regularidade, de forma a ir estabelecendo a confiança necessária para os

contactos posteriores. A par destas entrevistas, outras metodologias passam por diálogos e convivências não gravados com *escorts*, prostitutas e prostitutos, em situação de prostituição de rua (*outdoor*) e abrigada (*indoor*, em pensões e casas particulares), e com imigrantes indocumentados a trabalhar em Portugal. A opção de não gravação dessas conversas prende-se com o facto de as pessoas em causa se sentirem profundamente intimidadas com a presença de um aparelho que preferem que não seja utilizado. Apenas três trabalhador@s do sexo<sup>10</sup> acedem a uma entrevista gravada. A confiança é a metodologia privilegiada para adquirir os dados de origem, histórias de vida, profissão e representações sobre a situação de vitimização.

Na Parte I serão examinados os conceitos de “Tráfico de Seres Humanos e Migrações” e como, alegadamente em defesa dos direitos humanos de pessoas oriundas de países mais frágeis, os países de destino restringem o acesso ao território por parte de migrantes, assegurando ironicamente estar assim a protegê-los.

Na Parte II, “Prostituição e Trabalho Sexual”, serão analisados estes dois conceitos, demonstrando-se que a designação trabalho sexual surge por oposição ao termo, pejorativo, de prostituição. Mas o trabalho sexual não diz respeito apenas a essa área específica do mercado do sexo. Antes envolve, de forma inclusiva, todas as áreas da indústria sexual, que é vasta e global. A luta das pessoas trabalhadoras do sexo, também ela global, é a luta pela igualdade de tratamento jurídico e social, e o combate ao estigma e à violência. Caso as pessoas trabalhadoras do sexo fossem consideradas jurídica, laboral e socialmente iguais aos outros trabalhadores, os Estados ganhariam importantes aliados, nomeadamente no que toca a identificar casos de potencial exploração e mesmo situações que possam configurar TSH.

Na Parte III, “A Etnografia: Da procura das vítimas de tráfico ao encontro das pessoas trabalhadoras do sexo em espaços *outdoors* e *indoors*”, será apresentado o trabalho de campo, o contacto com as instituições e as pessoas trabalhadoras do sexo, nacionais e imigrantes, e as representações sobre TSH e trabalho sexual, por parte destes intervenientes. É neste capítulo que darei a conhecer o único encontro com a ideia de “tráfico” contado na primeira pessoa, interpretado como “ajuda financeira inflacionada”. Ainda neste capítulo será demonstrado como a estigmatização do trabalho do sexo silencia potenciais sinalizações e colaborações entre prostitutas e

---

<sup>10</sup> Serão utilizados, ao longo da dissertação, os termos “pessoas trabalhadoras do sexo” e “trabalhador@s do sexo”, para designar estas pessoas sem discriminação de género. Desta forma, deve entender-se mulheres, homens e transgéneros que trabalham na indústria do sexo.

autoridades do Estado. A protagonista deste capítulo é brasileira, fazendo justiça ao estado da arte sobre TSH, que indica esta nacionalidade como das mais vitimizadas neste campo em Portugal e na Europa. A originalidade da minha interlocutora é ser transgénero, categoria invisível na literatura sobre o assunto.

Finalmente, na Parte IV, serão sistematizadas as representações de todos os intervenientes institucionais e pessoais sobre o tráfico de pessoas e o trabalho sexual, descodificando o primeiro conceito, através da ideia de globalização e de pânico moral. Neste capítulo será, por fim, apresentada a proposta da antropologia aplicada, como uma ciência que não deve ficar encerrada na Universidade, mas deve aliar-se activamente aos movimentos sociais do terreno. A antropologia, que aqui é defendida, pretende intervir no processo de construção de políticas sociais (Lamphere, 2004; Strey *et al.*, 2004), através da pesquisa participativa de acção.



## **Parte I**

### **Tráfico de Seres Humanos e Migrações**

Fomos buscá-las a uma casa onde estavam sequestradas. Uma delas estava inclusivamente amarrada à cama. As pessoas que as estavam a explorar ficaram presas. Ou seja, conseguimos afastar-lhes o perigo que existia. Independentemente de elas depois se calhar sujeitarem-se outra vez a...Mas isso, pronto, acaba por ser um círculo vicioso (Departamento de Investigação Criminal da PSP, 16.02.2011).

O tráfico de pessoas é crime público<sup>11</sup> em Portugal. As histórias que se ouvem neste âmbito são chocantes. Evocam imagens de pessoas sequestradas, aprisionadas, violentadas, exploradas. O excerto acima refere-se a uma história que ocorreu em 2009 e reflecte o tipo de narrativas que estamos habituados a associar com o tema do Tráfico de Seres Humanos (TSH). O meu interlocutor da PSP conta como três jovens de leste, que costumavam operar diariamente na noite, na zona do Técnico em Lisboa, foram aí certa vez interpeladas pela polícia, numa actividade fiscalizadora, para confirmar a sua situação regular no país. A reacção das mulheres não foi de grande contentamento, mas a situação confirmou-se – estavam em situação regular – e deixaram-nas estar. Umas semanas depois, após uma “ausência estranha e prolongada”, conta, a PSP foi chamada a intervir numa situação de sequestro, numa casa, nas condições acima descritas. Depois de abordada “uma colega, uma amiga, como lhe quiser chamar”, no Técnico, fala-se num determinado carro que ronda a zona e lança ameaças às mulheres ali presentes. A conversa permite chegar a uma matrícula e a uma residência.

Depois deste episódio, libertadas as jovens, estabeleceu-se uma nova confiança na relação entre a polícia e as três mulheres, que regressaram ao Técnico, agora aparentemente de forma livre e independente. O Subcomissário meu interlocutor conclui que “elas também precisam daquilo, não é? Se não, não estavam lá”.

---

<sup>11</sup> Quer isto dizer que qualquer pessoa pode denunciar, em função de uma suspeita, o caso às autoridades. É definido como “Crime cujo processo de investigação se inicia independentemente da vontade da vítima do crime; pode ser denunciado por terceiros e não exige que seja a vítima a apresentar a queixa pessoalmente” (ver APAV, disponível em: [http://apav.pt/apav\\_v2/index.php/pt/faqs/faqs#oprocessopenal](http://apav.pt/apav_v2/index.php/pt/faqs/faqs#oprocessopenal) (consultado pela última vez a 15.01.2013).

## 1. Percepções sobre o conceito de tráfico de pessoas:

O tráfico ainda é algo muito obscuro. E ninguém se quer envolver muito. Não tem grande visibilidade. As pessoas não sabem muito bem do que é que estamos a falar (CAP – Centro de Acolhimento e Protecção de Vítimas de Tráfico, 14.04.2010).

O Tráfico de Seres Humanos (TSH) é um fenómeno antigo, visto hoje como um “problema crucial por governos e entidades que defendem os direitos humanos” (Piscitelli, 2008: 34), e que ganhou forte visibilidade a partir de 2000, data da promulgação do *Protocolo relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças*, da ONU<sup>12</sup>. O Protocolo de Palermo, como é mais conhecido, entrou em vigor em 25 de Dezembro de 2003. É este documento que define internacionalmente o que significa hoje o tráfico de pessoas:

O recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recepção de pessoas, através da ameaça, do uso de força e de outras formas de coerção, rapto, fraude, engano, abuso de poder, da posição de vulnerabilidade, de dar ou receber pagamentos ou de benefícios para conseguir o consentimento de uma pessoa que tem o controlo sobre outra pessoa, com a finalidade da exploração. Exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou de outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares a escravatura, servidão ou a remoção de órgãos<sup>13</sup>.

O tráfico humano é, portanto, uma forma de escravatura moderna<sup>14</sup>. É, nas palavras de Boaventura Sousa Santos e da sua equipa, um “fenómeno muito clandestino, cerrado e complexo” (Santos *et. al.*, 2007: 72). Implica, sumariamente, o recrutamento, o transporte, o alojamento e a exploração – tal como a noção de escravatura negra

---

<sup>12</sup> O *Protocolo relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial de Mulheres e Crianças* da ONU encontra-se disponível em [http://www.uncjin.org/Documents/Conventions/dcatoc/final\\_documents\\_2/convention\\_%20traff\\_eng.pdf](http://www.uncjin.org/Documents/Conventions/dcatoc/final_documents_2/convention_%20traff_eng.pdf) (consultado pela última vez a 15.01.2013). Este documento define o conceito actual de Tráfico de Pessoas e inspira os documentos e directivas europeias e nacionais sobre o assunto.

<sup>13</sup> Artigo 3, a, disponível em:

[http://www.uncjin.org/Documents/Conventions/dcatoc/final\\_documents\\_2/convention\\_%20traff\\_eng.pdf](http://www.uncjin.org/Documents/Conventions/dcatoc/final_documents_2/convention_%20traff_eng.pdf). O artigo explicita ainda que “b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a); c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados “tráfico de pessoas” mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente artigo; d) O termo “criança” significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos” (Artigo 3), (consultado pela última vez a 15.01.2013).

<sup>14</sup> Ver *Global Report on Trafficking Persons* (2009), da UNODC, disponível em:

[http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Executive\\_summary\\_english.pdf](http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Executive_summary_english.pdf) (consultado pela última vez a 15.01.2013).

implicava também tudo isso. Hoje, o conceito constrói-se ainda com base nas ideias de mobilidade ou migração e prostituição. As vítimas de tráfico humano são categorizadas como “população escondida” e o fenómeno entendido como criminalidade organizada (Un.Gift, 2008). O alicerce do TSH é em primeiro lugar a ideia de exploração: sexual, laboral e de órgãos. Segundo Santos, o TSH “assume modalidades diversas, podendo ser encarado na perspectiva da obtenção de trabalho forçado, do transplante e venda ilegal de órgãos, da adopção ilegal de crianças e da exploração sexual de mulheres e crianças” (Santos *et. al*, 2007: 1).

É, segundo dizem várias fontes, entre as quais o Observatório contra o TSH (OTSH<sup>15</sup>) português – a agência governamental que lida com o assunto, sob a tutela do Ministério da Administração Interna (MAI), criada em Novembro de 2008<sup>16</sup>, como instrumento do I Plano Nacional contra o TSH (2007-2010)<sup>17</sup> – um fenómeno comparável ao tráfico de armas e de droga, estimando-se que sejam traficadas milhões de pessoas por ano no mundo<sup>18</sup>.

Em 2009, precisamente no Dia Europeu contra o TSH (18 de Outubro), o periódico nacional *DN*<sup>19</sup>, citando a Agência das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), divulga que o número de vítimas identificadas na Europa é cerca de “30 vezes inferior ao número real estimado”. A identificação empírica fica, portanto, muito aquém das estimativas, das estatísticas existentes e das chamadas cifras negras. Existe aqui um certo desfasamento entre a realidade empírica verificável e a narrativa usada pelas polémicas na sua construção. Giumbelli sublinha o papel da controvérsia na

---

<sup>15</sup> Ver <http://www.otsh.mai.gov.pt/> (consultado pela última vez a 15.01.2013).

<sup>16</sup> Entrevista OTSH, 15.06.2010. No seu Relatório de 2010, lê-se “Criado pelo Decreto-Lei nº229/2008 de 27 de Novembro, é missão do Observatório do Tráfico de Seres Humanos (doravante OTSH) *recolher, produzir, tratar e analisar dados sobre tráfico de pessoas* (Artigo 2), disponível em: [http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH\\_Relatorio\\_Anual\\_Estatistico\\_2010.pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH_Relatorio_Anual_Estatistico_2010.pdf) (p.6, consultado pela última vez a 15.01.2013).

<sup>17</sup> Ver Decreto-Lei 229/2008 de 27 de Novembro, em Diário da República, disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2008/11/23100/0853808540.pdf> (consultado pela última vez a 15.01.2013). O I e o II Plano Nacional contra o TSH estão disponíveis em <http://www.cig.gov.pt/> (Planos Nacionais, consultado pela última vez a 15.01.2013).

<sup>18</sup> Ver OTSH em: <http://www.otsh.mai.gov.pt/?area=002&mid=000> (consultado pela última vez a 15.01.2013) e Santos (2007: 1). A *Not for Sale Campaign* avança no site com a existência de 30 milhões de pessoas traficadas em: <http://www.notforsalecampaign.org/about/slavery/> (consultado pela última vez a 15.01.2013). Ver também a campanha *Blue Heart*, da UNDC – United Nations Office on Drugs and Crime e UN.Gift: <http://www.youtube.com/unodc#p/search/7/VWAPr-crIUY> que aponta a existência de 2,5 milhões de pessoas traficadas no mundo (consultado pela última vez a 9.08.2011), dados utilizados também por Balos, 2005. Em contrapartida, vários autores apontam para o exagero não sustentado dos factos e das estatísticas (ver, a título de exemplo, Weitzer, 2007).

<sup>19</sup> Através da Agência nacional noticiosa Lusa.

reconfiguração e conflito das definições da realidade (Giumbelli, 2002<sup>20</sup>). São as polémicas que constroem “realidades”. E estas são criadas, mais vezes do que seria suposto, por discursos. Não existe uma realidade. Aquilo a que chamamos realidade social são representações ou percepções. O controlo destas representações localiza-se em instituições, que gerem a interacção social e verbal. O controlo de tais representações e o controlo dos meios pelos quais são comunicadas e reproduzidas, são igualmente fontes de poder social (Gal, 1995: 425). A UNODC sublinha que existem “270 mil pessoas afectadas na União Europeia” e que a maioria das vítimas são “mulheres forçadas à prostituição”. Afirma ainda que 10% das vítimas são menores. Os homens são, pelo seu lado, forçados a trabalhar em explorações agrícolas e na área da construção<sup>21</sup>.

Mais ainda, nesse mesmo dia, o *DN* dá conta que as mulheres são três em quatro vítimas de tráfico no país<sup>22</sup>, segundo os dados divulgados na ocasião pelo OTSH. Nesse primeiro ano de existência e monitorização, o Observatório confirmava 231 sinalizações em 41 identificações<sup>23</sup>. Sinalizar não é o mesmo que identificar<sup>24</sup>. Como em conversa explica a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG, peça governamental fundamental neste contexto, dado o seu papel na prevenção e combate ao tráfico, nomeadamente por ter assento em Conselho de Ministros, e por se ocupar da Coordenação de acções contra o fenómeno e do financiamento de projectos com ele relacionados), o primeiro verbo refere-se a suspeitar e apontar, o segundo, a confirmar.

Temos sempre de fazer distinção entre sinalização e identificação. É importante, porque se nós dêssemos só os números de sinalização, poderíamos estar a dizer que tínhamos 80 e tal vítimas, o que não

---

<sup>20</sup> Ver Giumbelli, Emerson, 2002, “Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17 nº 48, São Paulo, Fevereiro 2002, disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000100007&script=sci\\_arttext&tlng=in](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000100007&script=sci_arttext&tlng=in)

(consultado pela última vez a 15.03.2013).

<sup>21</sup> Ver notícia “o Tráfico de Seres Humanos na Europa está subestimado”, disponível em:

[http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=1394414](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1394414) (consultado pela última vez a 16.08.2011).

<sup>22</sup> Ver em: [http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=1394019](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1394019) (consultado pela última vez a 16.08.2011).

<sup>23</sup> Ver notícia “Mulheres são três em cada quatro vítimas de tráfico no País”, disponível em:

[http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=1394019](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1394019) (consultado pela última vez a 16.09.2011).

<sup>24</sup> Como se pode ler no Relatório de 2009 do OSTH: “Vítima sinalizada...designação atribuída a uma pessoa sobre a qual existem fortes indícios de configurar uma situação de tráfico de pessoas. Vítima confirmada...designação atribuída a uma pessoa que foi policialmente confirmada como vítima” (p.8) disponível em:

[http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20portugues\(1\).pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20portugues(1).pdf) (consultado pela última vez a 16.08.2011).

é o caso. As sinalizações são elementos que podem indiciar este tipo de situação, mas depois podem-se não confirmar este tipo de dados. Entre os dados de situações sinalizadas e situações identificadas há uma *décalage* tremenda. Portanto, há um grande número de situações que são sinalizadas, ou seja, são alegadas vítimas, mas depois em termos de identificação concreta, por via de cruzamento de informações, OPCs, etc., o número é muito mais escasso (CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 29.03.2010).

A notícia do *DN*, fiel ao relatório do OTSH de 2009<sup>25</sup>, dava ainda conta de que o perfil das vítimas conhecidas correspondia ao seguinte: “brasileira, solteira, com 30 anos e que está ilegal”. Em Portugal, a nacionalidade brasileira é, no imaginário social, fortemente associada ao tráfico de pessoas e à prostituição. A raiz dessa ligação está no chamado “Movimento das Mães de Bragança” que, em 2003, se traduziu num movimento de protesto de um grupo de mulheres portuguesas de Bragança, cidade situada na região Norte de Portugal, contra as mulheres brasileiras trabalhadoras do sexo e “contra os efeitos nefastos da prostituição na estabilidade da família tradicional”<sup>26</sup>. A visão que as mulheres locais tinham em relação às mulheres brasileiras que vinham “roubar os seus maridos portugueses”, depois de ocupar oito páginas da *Time Magazine*<sup>27</sup>, foi intensamente mediatizada em Portugal. Esse conflito tornou-se um marco fundamental na criação de um estereótipo em relação à “mulher brasileira”, produzindo desconfiança e uma associação quase directa destas mulheres à prostituição, que é actualizada de maneira constante nos *mass media* (Ferin, 2006).

Este episódio inaugura ainda o discurso sobre o tráfico de pessoas associado às mulheres de nacionalidade brasileira. Ainda que inicialmente estas mulheres sejam apontadas como uma ameaça à instituição familiar pelo seu comportamento “desviante”, transformam-se em “vítimas”, quando começam a surgir indícios de redes de angariação de mulheres para fins de exploração sexual<sup>28</sup>. Após várias fiscalizações por parte do SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a estabelecimentos nocturnos daquela região, foram identificadas vítimas de lenocínio e auxílio à imigração ilegal, de “prostituição e alterne”<sup>29</sup>.

---

<sup>25</sup> Ver em: [http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20portugues\(1\).pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20portugues(1).pdf) (consultado pela última vez a 22.09.2011).

<sup>26</sup> Ver sátira “Movimento Mães de Bragança mudam de nome” no Blog Inépcia, disponível em: <http://inepcia.com/imagens/braganca.html> (consultado pela última vez a 26.03.2012).

<sup>27</sup> *Time Magazine*, “When the meninas came to town”, 12 de Outubro de 2003. Sobre o assunto das “Mães de Bragança”, ver, por exemplo, Peixoto, 2007: 81.

<sup>28</sup> Sobre o funcionamento das redes, nomeadamente entre o Brasil e Portugal, ver Peixoto, 2007.

<sup>29</sup> Algumas notícias relacionadas com este caso podem-se encontrar em <http://www.publico.pt/Sociedade/maes-de-braganca-principal-empresario-da-noite-condenado-a-nove->

100 anos depois de ser criado, o conceito de tráfico de pessoas alarga os seus limites, continuando a imputar a vitimização do crime a mulheres (Berman, 2003; Kempadoo, 2005; Agustín 2007; Surtees, 2008), mas agora de outras regiões pensadas como mais pobres, além fronteiras. Nem sempre foi assim.

O conceito de TSH surge pela primeira vez no século XX, em 1949, com a “Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem” da ONU – Organização das Nações Unidas, como uma actualização do termo “white slave traffic”<sup>30</sup>. O “white slave traffic” ou “escravatura branca”<sup>31</sup> surge no século anterior, e refere o fenómeno então detectado de compra e venda de meninas e mulheres europeias e brancas por traficantes estrangeiros. É, por sua vez, uma reformulação do conceito de escravatura, através da qual o escravo negro é substituído pela desmoralizada mulher branca (Irwin, 1996; Kempadoo, 2005; Bell, 2008). Este conceito refere-se ao rapto, venda e violação organizada de mulheres, frequentemente menores, brancas<sup>32</sup>. O conceito – ou o mito da escravatura branca (Doezema, 2000) – é também alvo de inúmeras críticas, pela falta de material histórico que sustente a sua veracidade (Rosen, 1982; Corbin, 1990; Walkowitz, 1992; Doezema, 2000, 2010; Bruckert e Parent, 2002; Weitzer, 2005, 2007). Com aquele termo designava-se, no final do século XIX e o início do séc. XX, a partir da Grã-Bretanha, a prostituição coerciva e o tráfico sexual de meninas e mulheres. Iniciava-se a cruzada moral<sup>33</sup> contra o que era entendido como tráfico.

---

[anos-de-prisao\\_1299730](#) (Consultado pela última vez a 18.02.2010) e no site do Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH), em <http://www.otsh.mai.gov.pt/index.php?area=005&mid=003&sid=001&ssid=001> (Consultado pela última vez a 18.02.2010).

<sup>30</sup> Sobre a Escravatura Branca, ver Capítulo 5. Quando a febre do tráfico de escravas brancas já se encontrava quase esquecida, na “Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem” de 1949 da Organização das Nações Unidas a preocupação dos legisladores foi proibir e criminalizar a prostituição - em todas as suas variantes – em vez de referir “tráfico”. De facto, a Convenção de 1949 equipara o tráfico com a exploração da prostituição, fiel à construção do fenómeno que vigorara até então: as vítimas são sobretudo meninas e mulheres, traficadas para fins de exploração sexual. O documento encontra-se disponível em: <http://bo.io.gov.mo/bo/i/99/13/resoluar31.asp#eng> (consultado pela última vez a 3.05.2013).

<sup>31</sup> Ver Capítulo 5. “Escravatura Branca”.

<sup>32</sup> Ver Irwin, 1996, disponível em: <http://www.walnet.org/csis/papers/irwin-wslavery.html> (consultado pela última vez a 30.08.2011).

<sup>33</sup> Uma cruzada moral é definida, por exemplo por Weitzer (2007), como uma condição particular transformada em “problema social”. Os movimentos por detrás dessa transformação, assente na divulgação do “problema” às massas, adoptam por objectivo a “justiça contra o horror”, quer simbólica, quer de ajuda: procura-se redefinir ou reforçar as normas e padrões morais e, paralelamente, criar instrumentos legais de apoio às vítimas e de condenação dos criminosos. Baseiam-se normalmente na difusão de histórias de terror e de drama seleccionadas para activar pânico e alarme social. Baseiam-se ainda no exagero dos fenómenos.



Os movimentos abolicionistas, isto é, que pretendem a abolição da actividade prostitutiva, procuraram integrar no conceito a prostituição sem recurso a coerção (Derks, 2000: 3). Um século volvido, ainda hoje o tráfico de pessoas é fortemente identificado com a exploração sexual de mulheres (Bruckert e Parent, 2002: 3; Santos *et. al.*, 2007: 1; Weitzer, 2007: 447; Howard e Lalani, 2008: 6), como provam as campanhas nacionais e internacionais<sup>34</sup>. No decorrer desta investigação ouvi, por exemplo, que “as pessoas não vão para situações de prostituição por livre vontade”, segundo a associação Mercadoria Humana – Saúde em Português<sup>35</sup> em Coimbra, e que “não se pode nunca separar a prostituição de tráfico, porque de facto as mulheres são traficadas para serem prostituídas”, como explicou o Centro de Atendimento da Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV)<sup>36</sup>, em Lisboa. Portugal, como país de fronteira, porta para o Atlântico e o Mediterrâneo, e parte da União Europeia, partilha da visão *mainstream*, isto é, as maiores vítimas continuam a ser mulheres, mas já não são apenas as europeias. Hoje, são mulheres cujos países de origem são ditos pobres ou não ocidentais (Bruckert e Parent, 2002: 3), havendo ainda uma constante proximidade à ideia da objectificação sexual das escravas brancas e, a partir de 2000, uma reaproximação ao conceito de escravatura negra, laboral, coagida, imigrante e transfronteiriça.

Como referido, até 2007, o conceito legal de tráfico de seres humanos em Portugal restringia-se ao tráfico de mulheres para exploração sexual<sup>37</sup>. Com a revisão do Código Penal, em Setembro desse ano, o conceito alargou-se para, de acordo com Protocolo de Palermo, integrar o tráfico de mulheres, homens e crianças, para fins de exploração

---

<sup>34</sup> Ver campanha nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em: <http://tv.sef.pt/index.php?s=home&id=258> (consultado pela última vez a 18.01.2010) e internacional da United Nations Office on Drugs and Crime em: <http://www.youtube.com/watch?v=9HWmR6psHn8> (consultado pela última vez a 18.01.2010). Começam porém a surgir novas campanhas contra o TSH sem o vínculo à exploração sexual, mas que não deixam de sublinhar a vitimização primordial das mulheres (Ver campanha do Global Forum on Human Trafficking em: <http://www.notforsalecampaign.org/events/global-forum-on-human-trafficking/> (consultado pela última vez a 30.08.2011).

<sup>35</sup> Entrevista a 09.05.2011.

<sup>36</sup> Em entrevista no dia 17.03.2011.

<sup>37</sup> Para ver lista cronológica de instrumentos legais, ver Santos, 2007: 47-63, e mais recentemente *Tráfico de Seres Humanos - Coletânea Seleccionada de Instrumentos Jurídicos, Políticos e Jurisprudência em Portugal, na Europa e no Mundo*, publicado pelo OTSH, em 2012 e disponível em: <http://www.otsh.mai.gov.pt/?area=000&mid=000&sid=000&ssid=000&cid=CNT50c20352d764b> (consultado pela última vez a 15.01.2013).

sexual e laboral, bem como o tráfico de órgãos. Aqui, o tráfico de pessoas é, segundo o Código Penal (Lei 59/2007, de 4 de Setembro, artigo 160º)<sup>38</sup>:

...Oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos:

- a) Por meio de violência, rapto ou ameaça grave;
- b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;
- c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar;
- d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou
- e) Mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima; é punido com pena de prisão de três a dez anos.

Os novos instrumentos legais nacionais, como a revisão do Código Penal de 2007 e a nova Lei da Imigração<sup>39</sup>, também de 2007, transformaram o conceito de TSH, bem como a protecção oferecida. As potenciais vítimas de tráfico, ou sob investigação, passam a poder usufruir de um período de reflexão de 30 a 60 dias, para decidir se querem colaborar com as autoridades para dismantelar redes e denunciar traficantes. Durante esse espaço de tempo, a vítima sinalizada não pode ser expulsa do país, mesmo que esteja em situação irregular. Porém, como me é explicado por vários agentes sociais, para que seja dada à vítima uma autorização de residência com duração de um ano é “requisito que a vítima colabore com as autoridades”, que “cesse as relações com os autores” e que “seja importante o seu testemunho para as investigações”<sup>40</sup>. Sem estes três requisitos, ressalvando situações excepcionais de perigo iminente para a própria vítima ou para a sua família no país de origem (e por que não no país de destino?), não será concedida autorização de residência<sup>41</sup>. Trata-se de um processo “dependente desta troca em termos de colaboração”<sup>42</sup>.

A problemática relativa à protecção dos familiares nos países de origem é um dos argumentos que mais se ouve neste âmbito, sendo sublinhada por várias instituições no decurso desta pesquisa. As potenciais vítimas, estrangeiras, temem pela segurança dos

<sup>38</sup> Ver em: [http://bdjur.almedina.net/citem.php?field=node\\_id&value=1224720](http://bdjur.almedina.net/citem.php?field=node_id&value=1224720) (consultado pela última vez a 26.03.2012).

<sup>39</sup> Disponível em [http://www.acidi.gov.pt/docs/Legislacao/LPortuguesa/LEI\\_IMIGRACAO/Lei-23-2007.pdf](http://www.acidi.gov.pt/docs/Legislacao/LPortuguesa/LEI_IMIGRACAO/Lei-23-2007.pdf) (consultado pela última vez a 21.09.2011).

<sup>40</sup> Entrevista a CIG – Comissão para a Igualdade de Género, a 29.03.2010.

<sup>41</sup> Esta é concedida, nos casos excepcionais, por “via do MAI, ou solicitando por parte dos OPCs, ou solicitando por parte do coordenador do Plano” Nacional contra o TSH, como explicado pela CIG, no dia 29.03.2010.

<sup>42</sup> Idem.



entes próximos que deixaram nos países natais, tal como explica o Centro de Acolhimento e Protecção de vítimas de tráfico (CAP).

Esta questão das famílias é algo que as mulheres colocam logo à partida. Aliás, a maioria das mulheres que entram na casa, a primeira coisa que nos dizem é: “a minha família”. Raramente têm medo por elas próprias. Dizem-nos muito frequentemente: “não tenho medo por mim. Pior do que já estou, dificilmente chegarei. O que quero mesmo é que cuidem da minha família. Não quero colocar a minha família numa situação como a minha”. E isto é difícil de conseguir. Têm os filhos, os pais, os avós, pessoas muito próximas, que lhes são muito queridas, e que por norma os exploradores, os angariadores conhecem muito bem. É fácil serem ameaçadas a esse nível (CAP – Centro de Acolhimento e Protecção de Vítimas de Tráfico, 14.04.2010).

O fenómeno do tráfico é um fenómeno transnacional, fruto das relações entre diferentes regiões económicas do mundo. As condições que possibilitam o TSH estão relacionadas com as disparidades económicas que caracterizam a geografia global actual (Skrobanek e Sanghera, 1996; Dios, 1998; Kempadoo e Doezema, 1998; Beare, 1999; Williams, 1999; Bertone, 2000; Oxman-Martinez, Martinez, Hanley, 2001; Toupin, 2002; ILO, 2003; Berman, 2003; Kelly, 2003; Long, 2004; Leal e Leal, 2005; Sabino e Pereira, 2005; Peixoto *et al.*, 2005; UNODC, 2006; Santos *et al.*, 2007; Gramegna, 2008). As causas apontadas para a existência deste crime são socioeconómicas, políticas, “tanto individuais como estruturantes”<sup>43</sup>. Fenómenos como a globalização, a pobreza, a imigração ilegal, a feminização da pobreza, a falta de acesso a oportunidades de educação e de emprego, todos contribuem, dizem órgãos oficiais e ONGs, para a prossecução de situações de tráfico humano. A vulnerabilidade, as leis e políticas inadequadas e a procura da indústria do sexo são apontadas também como raízes do fenómeno<sup>44</sup>. Kempadoo identifica ainda as políticas económicas internacionais ou multinacionais como um factor negativo na vulnerabilidade das economias nacionais. Essa vulnerabilidade produz deslocamento de populações, salários baixos e pobreza (Kempadoo, 1998: 16). A necessidade de mão-de-obra barata nos países de acolhimento cria o canal perfeito para a opção de emigrar, por exemplo, de África para a Europa<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> Ver em <http://www.otsh.mai.gov.pt/?area=006&mid=000> (consultado pela última vez a 9.08.2011).

<sup>44</sup> Ver no Portal Anti-tráfico da União Europeia em [http://ec.europa.eu/anti-trafficking/section.action;jsessionid=qYstJLL67S19N81JvNktG9Yp30Kmg1ZJ8QjbYJ1810NMHpxB21H!-1845574121?sectionId=90963548-0cf3-43e1-8e59-4bce1b03192d&sectionType=LIST\\_ENTITIES\\_SQUARE\\_IMAGES](http://ec.europa.eu/anti-trafficking/section.action;jsessionid=qYstJLL67S19N81JvNktG9Yp30Kmg1ZJ8QjbYJ1810NMHpxB21H!-1845574121?sectionId=90963548-0cf3-43e1-8e59-4bce1b03192d&sectionType=LIST_ENTITIES_SQUARE_IMAGES) (consultado pela última vez a 15.08.2011).

<sup>45</sup> As consequências são documentadas, por exemplo, no filme *Bab Sebta*, realizado por Frederico Lobo e Pedro Pinho, em 2008, disponível em:

Visto por este prisma, os países de destino ocupam um papel de responsabilidade crucial no fenómeno.

Dado que o próprio TSH, no que toca a migrações internas e externas, participa da economia de cariz internacional, ele envolve vários actores intermediários (Truong, 2001; Bruckert e Parent, 2002). Muitos prestam serviços de mobilidade informal (viagem, documentação, recrutamento laboral).

It is known that each step in the migration process involves costs (transportation, passports and visas, medical examinations, security checks) but added to this is the need to pay fees to intermediaries to ensure that the process takes place smoothly, through both regular and illegal networks (Bruckert e Parent, 2002: 10).

Na Ásia, segundo Skeldon (2000), na Europa, segundo Ruggiero (1997), e em Portugal, segundo Peixoto (2007), parece ser mais económico e rápido recorrer a canais informais e por vezes ilegais para obter a entrada no país de destino e trabalho regular, do que aos legítimos canais oficiais. O mesmo fenómeno é referido na SOLIM – Associação Solidariedade Imigrante, a maior associação de imigrantes em Portugal.

É compreensível, portanto, que o TSH seja um problema transnacional e global, dado que as causas apontadas existem em qualquer parte do mundo. A Europa é, porém, vista como uma região onde aqueles factores são suavizados por medidas em favor dos direitos humanos e, apesar da crise ou das sucessivas crises, por uma economia forte e sustentável, quando comparada com a de países terceiros, ou de “terceira classe”.

Para além da economia formal, afirma Ruggiero (1997), também o mercado negro tem vindo a crescer na Europa, nas indústrias agrícola, têxtil, moda, construção e sexo. Nos Estados Unidos da América, documentam Taylor e Jamieson (1999), aumentam as condições de exploração, as chamadas “sweatshops”, nas áreas das indústrias agrícola e de produção de alimentos, de vestuário, construção, turismo, transportes e serviços domésticos. Recrutam-se imigrantes, especialmente os indocumentados, assegurando uma produção competitiva a baixos custos e, assim, alargando a margem de lucro. Este é absorvido por várias instâncias. Os lucros são distribuídos por organizações oficiais ou semi-oficiais, ou por grupos criminosos, ou por todos, tornando o tráfico humano uma enorme fonte de rendimentos para vários sectores das economias do chamado primeiro mundo (Phongpaichit, 1997; Bruckert e Parent, 2002).

---

<http://video.google.com/videoplay?docid=-9219978790877591051#> (consultado pela última vez a 15.09.2011) e <http://www.imdb.com/title/tt1332003/> (consultado pela última vez a 15.01.2013).

Em Portugal, o Observatório contra o Tráfico de Seres Humanos (OTSH) revela que em 2010 registaram-se 86 vítimas, das quais 35 estão sinalizadas (ainda em investigação), 29 não confirmadas, e 22 confirmadas (OTSH, 2011: 7<sup>46</sup>), 2 das quais menores. Curiosamente, das 22 vítimas confirmadas à data de divulgação do Relatório do OTSH, 8 são do sexo feminino (a mais nova das quais com 14 anos e de nacionalidade romena) e 14 do sexo masculino, alterando empiricamente os dados em termos de género. Afinal, também os homens são traficados. E não são homens muito mais velhos, quando comparadas as médias das idades: para as mulheres é de 25 anos, ao passo que para os homens é de 32 anos (OTSH, 2011: 12).

Os dois casos de tráfico de menores dizem respeito a uma menor de 14 anos, romena e um menor de 15 anos, português. A jovem romena veio para Portugal com a promessa de trabalho de um amigo, mas depois encaminhada para a exploração sexual. Foi entregue aos cuidados de uma instituição de acolhimento.

O jovem português foi identificado em Espanha, tendo o contacto sido feito via internet, mas sem especificação de qual seria o tipo de exploração. Seguramente seria laboral, a avaliar pelos dados que surgem ligados a esse destino. O caso foi identificado rapidamente e o jovem entregue à sua família. O processo decorre em Espanha, com os agressores identificados de nacionalidades portuguesa e espanhola<sup>47</sup>.

As vítimas, quer sinalizadas quer identificadas, são maioritariamente solteiras, seguindo a tendência registada desde 2008 (OTSH, 2011: 12). Da mesma forma, a maioria das vítimas é estrangeira: 13 estrangeiras e 7 portuguesas confirmadas (OTSH, 2011: 13). O OTSH não deixa, porém, de sublinhar que “não obstante é importante salientar a existência de confirmação de casos de tráfico de seres humanos de portugueses em território nacional” (OTSH, 2011: 13). As nacionalidades confirmadas das vítimas são a portuguesa e a romena (7 pessoas de cada nacionalidade), seguidas da brasileira (5 pessoas) e 1 nigeriana (OTSH, 2011: 13). Sinalizaram-se ainda a nacionalidade angolana, panamiana e iraniana (neste último caso, seria uma vítima do sexo masculino), mas não se confirmaram (OTSH, 2011: 14). As 7 vítimas portuguesas

---

<sup>46</sup> Relatório disponível em:

[http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH\\_Relatorio\\_Anual\\_Estatistico\\_2010.pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH_Relatorio_Anual_Estatistico_2010.pdf)  
(consultado pela última vez a 15.01.2013).

<sup>47</sup> O Relatório indica ainda que “também nos casos que resultaram em *não confirmações*, foram detectadas vítimas menores: duas jovens do sexo feminino (idades 16 e 17), uma de nacionalidade brasileira e outra romena, inicialmente referenciada como tráfico para fins de exploração laboral (furtos em estabelecimentos comerciais e residências (ouro) em vários Estados-membros” (OTSH, 2011: 2).

são do sexo masculino, tal como 6 das 7 vítimas romenas. Do sexo feminino destacam-se 5 brasileiras, a que se juntam 1 nigeriana e 1 romena (OTSH, 2011: 14).

Em 2010, a nacionalidade e o sexo que se destacam em sinalizações e confirmações é a brasileira (pessoas brasileiras do sexo feminino), diz o OTSH, confirmando que o Brasil continua a ser “o país de origem da maioria das vítimas de tráfico sexual para Portugal” como relatavam em 2007 Boaventura Sousa Santos e a sua equipa (2007: 321). O OTSH, aponta porém uma falha na própria legislação e na condução de prova no que ao caso das brasileiras toca. Dada a facilidade com que entram no país com um visto de turismo e porventura o conhecimento prévio de ingresso na actividade prostitucional, mesmo que estejam sujeitas a uma situação de tráfico, uma vez em tribunal são normalmente categorizadas com o crime de lenocínio.

Elas muitas vezes entram legalmente no país, com visto de turista. Depois permanecem. Ultrapassam os 3 meses. E então ficam ilegais. Depois podemos argumentar: sim, muitas delas sabiam que vinham trabalhar como prostitutas. O que não sabiam é que vinham ser exploradas, é que não iam receber dinheiro nenhum daquilo que iam fazer, é que iam ser violentadas, abusadas, quer dizer, aí há uma questão de exploração. Que poderia ser eventualmente considerada e cabe dentro da noção de tráfico. Mas este tipo de situação depois acaba por ser julgado como uma questão de lenocínio e de exploração sexual. Ou seja, lá está aquilo que para nós poderia ser tráfico, se calhar até é mais fácil levar para tribunal e julgar como lenocínio, do que propriamente como tráfico (OTSH, 15.06.2010).

Esta indicação de que serão frequentes os casos de tráfico que acabam por ser julgados como outros crimes conexos, nomeadamente como lenocínio, “uma bagatela jurídica” nas palavras de um OPC, é repetida por todos os OPCs entrevistados no âmbito deste projecto.

Quando se comparam os dados de 2009 e 2010, verifica-se que “no caso das vítimas de nacionalidade portuguesa, em 2009 eram maioritariamente do sexo feminino e sinalizadas para exploração sexual, enquanto em 2010 os casos se referem na sua maioria a vítimas do sexo masculino para exploração laboral” (OTSH, 2011: 15). No Relatório actualizado de 2011 do OTSH<sup>48</sup>, apresentam-se 79 vítimas sinalizadas, das quais 11 encontram-se confirmadas em território nacional e 18 vítimas portuguesas em situação de tráfico no estrangeiro (OTSH, 2012: 13), confirmando até à data da publicação do referido relatório, um total de 29 vítimas.

---

<sup>48</sup> Relatório disponível em: [http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH%20Relatorio%20Final%20OTSH%202011\\_11\\_setembro.pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH%20Relatorio%20Final%20OTSH%202011_11_setembro.pdf) (consultado pela última vez a 15.01.2013).

Neste último Relatório aqui apreciado, relativo ao ano de 2011, o Observatório contra o Tráfico de Seres Humanos dá conta da sinalização de 79 vítimas, das quais estão confirmadas 29 vítimas: 11 em território nacional e 18 portuguesas no estrangeiro. É um hiato ainda assim de 50 pessoas que foram sinalizadas mas não confirmadas (OTSH, 2012: 13<sup>49</sup>). No ano de 2011, o OTSH alargou a sua rede e contactou com 69 entidades. Destas, apenas 14 entidades remeteram sinalizações (via GUR – Guia Único de Registo, submetido pelos OPC – Órgãos de Polícia Criminal e via GS – Guião de Sinalização, submetido por ONGs e entidades públicas); 53 entidades não efectuaram qualquer sinalização em 2011 e 2 entidades não responderam (OSTH, 2012: 10). Das 79 vítimas sinalizadas no Sistema de Monitorização, 60 foram sinalizadas via GUR, pelos OPCs; 12 foram sinalizadas via GS, por ONGs e entidades públicas; 6 surgem via Oficial de Ligação da PJ junto da Europol; e 1 via Oficial da Imigração do MAI (OTSH, 2012: 12).

Em termos espaciais, no estrangeiro, estão confirmados (via PJ e Europol) 18 casos de tráfico em Espanha, Holanda e ainda no Luxemburgo. Destas, 17 são vítimas de tráfico para exploração laboral: 12 casos confirmados em Espanha e 5 na Holanda. Do total das 18 vítimas, 16 encontravam-se a situação de exploração agrícola. Estes 16 casos dizem respeito a portugueses solteiros do sexo masculino, com idades entre os 20 e os 49 anos, sendo portanto a média de idades igual a 31 anos. Não foram confirmados menores de idade portugueses em situação de tráfico no estrangeiro (OTSH, 2012: 16-17).

Já em território nacional, as regiões onde foram confirmadas as 11 vítimas são a região Norte, Lisboa, Algarve e Alentejo (OTSH, 2012: 14). Das 11 vítimas confirmadas em Portugal, 6 encontravam-se em situação de exploração laboral, simultaneamente em Portugal e em Espanha, na agricultura (3 casos), na pavimentação de estradas e na vindima.

Foram detectados 3 casos de menores de idade, vítimas de tráfico para fins de exploração laboral, sexual e “outro” tipo. As idades destas vítimas menores situam-se entre os 0 e os 16 anos, sendo todas do sexo feminino e de nacionalidades romena e portuguesa (OTSH, 2012: 16). O caso “outro tipo de tráfico” confirmado diz respeito precisamente à menor de 1 ano, vítima de tentativa de venda para adopção.

---

<sup>49</sup> Relatório disponível em: [http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH%20Relatorio%20Final%20OTSH%202011\\_11\\_setembro.pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH%20Relatorio%20Final%20OTSH%202011_11_setembro.pdf) (consultado pela última vez a 21.01.2013).

Relativamente ao tráfico para exploração sexual em Portugal, contamos com 3 vítimas confirmadas encontradas na via pública e em casa particular de prostituição (OSTH, 2012: 15).

Segundo a Amnistia Internacional (AI), é muito difícil traçar o modelo de vítima de tráfico, tendo em conta a complexa realidade e os seus diversos fins. O denominador comum a todos os perfis, afirma a AI, é a vulnerabilidade e exploração a que se é sujeita.

Acho que dependendo dos fins do TSH, variam as vítimas. TSH para exploração sexual são mulheres jovens, com dificuldades económicas ou que procuram melhores condições económicas ou sociais. No fundo, as vítimas do TSH em todas as suas formas são as pessoas mais vulneráveis, que por razões várias procuram melhores condições de vida. Importante também referir que dentro do país decerto sucede este fenómeno, entre fronteiras, nomeadamente para exploração sexual. Apesar de haver homens vítimas de TSH, o maior número continua a ser de mulheres e crianças – os mais vulneráveis, pela idade, discriminação, etc. (Amnistia Internacional Portugal, 11.10.2010).

Relativamente aos agressores, em termos de nacionalidades, e dos 6 agressores confirmados, 2 são portugueses, 1 romeno, 1 brasileiro, 1 português e espanhol e 1 nigeriano e senegalês (OTSH, 2011: 7). Também do Centro de Acolhimento e Protecção de vítimas de tráfico (CAP) chega a confirmação de que há uma presença privilegiada de portugueses em redes desta natureza, que actuam no país.

Aquilo que nós vamos tendo conhecimento é que realmente estas redes são compostas por estrangeiros e portugueses. As mulheres que nós acolhemos, as imigrantes, quase todas tinham elementos portugueses. Quase todas. Tinham imigrantes dos seus países de origem, que operavam em Portugal e no país de origem. E acolhemos mulheres em que as redes operavam não só em Portugal e nos países de origem, como em vários países da União Europeia. As mulheres já tinham sido exploradas em diferentes países, Itália, Espanha, Alemanha. Já tinham passado por diferentes países antes de chegar a Portugal (CAP – Centro de Acolhimento e Protecção de Vítimas de Tráfico, 14.04.2010).

Que os portugueses sejam em maior número não deve ser surpresa, dado que “obviamente aqui também têm, como país de destino, algum tipo de envolvimento nesta realidade”<sup>50</sup>. As várias organizações entrevistadas no âmbito deste projecto não deixaram de referir que “o agressor não é *um* agressor, ou uma família de agressores. É um grande agressor no sentido que é um agressor organizado. Isto tem a ver com crime

---

<sup>50</sup> Entrevista a Comissão para a Igualdade de Género (CIG), a 29.03.2010.

organizado”, como explica, em entrevista<sup>51</sup>, o Centro de Atendimento da Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV). A Amnistia Internacional, por seu lado, sublinha o facto de “muitos dos traficantes estarem envolvidos em grandes redes, organizações criminosas, mas outros por vezes são o comum cidadão, o familiar próximo, o amigo”<sup>52</sup>.

Em termos de transporte, a grande maioria das vítimas confirmadas viaja via terrestre e aérea (OTSH, 2011: 26). O destino preferencial em território nacional é, segundo a análise georreferenciada do OTSH, a região Norte e Centro, sendo que os dois distritos com mais casos confirmados foram Beja, com 7 casos, e Castelo Branco, com 6 casos (OTSH, 2011: 38). As regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve surgem como as zonas menos afectadas pelo fenómeno (OTSH, 2011: 27). Um ano depois, a realidade é outra e estas zonas entram no mapa de confirmações de vítimas de tráfico em Portugal. Há notícia de agências de turismo, de “falsas agências de emprego”, de anúncios em jornais ou a “sedução de uma terceira pessoa, sendo este tipo de recrutamento mais frequente nos grupos que actuam no Leste europeu” (Santos *et al.*, 2007: 132) como forma de angariar pessoas, e particularmente mulheres, com o objectivo de tráfico. Em 18 dos 22 casos confirmados pelo OTSH, em 2010, aponta-se por principal motivo para migrar a “proposta/promessa de emprego” através de, tanto quanto se sabe<sup>53</sup>, “pessoa conhecida/amigo(a) e por via Internet” (OTSH, 2011: 16). O recrutamento das potenciais vítimas de tráfico faz-se normalmente por alguém conhecido, o que dificulta o sentimento de desconfiança, pelo menos inicial.

Estes dados apresentam a facilidade de contacto, são fáceis de compreender e ouvem-se muitas vezes no terreno. E não contrariam muito do que se diz acerca das redes de tráfico humano. Oliveira (2008, 2011), citando Wijers (1998), afirma serem estruturas grandes<sup>54</sup>, assentes na personalização dos contactos, na medida em que, afirma, as vítimas lidam sempre com as mesmas pessoas, desconhecendo a verdadeira dimensão da organização<sup>55</sup>. Este factor serve para motivar intimidação e medo. Além disso, e como pude eu própria sentir no Intendente, uma zona de prostituição

---

<sup>51</sup> Entrevista a Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV), a 17.03.2011.

<sup>52</sup> Entrevista a Amnistia Internacional Portugal, a 11.10.2010.

<sup>53</sup> Apenas 2 casos com dados disponíveis.

<sup>54</sup> Em contradição com Peixoto, quando diz “muitas das redes são pouco estruturadas e de reduzida dimensão” (Peixoto, 2007: 85).

<sup>55</sup> Muito se fala de máfias de leste no âmbito do TSH. Contrariamente, Okolski (2000) afirma que a importância que se atribui nomeadamente à máfia russa no TSH na Europa tem sido profundamente exagerada.

portuguesa, nigeriana e ganesa, em Lisboa, as alegadas vítimas – as nigerianas e as ganesas, no caso – controlam-se entre si.

As organizações de tráfico e exploração sexual são organizações que têm um funcionamento em rede que facilita o controlo sobre as mulheres. Embora elas tenham noção de que a rede é uma grande estrutura, elas lidam sempre com as mesmas pessoas, desconhecendo as restantes, o que as assusta. Ainda segundo a mesma autora, como elas não sabem quem são os restantes membros da rede, elas desconhecem, por exemplo, se as outras mulheres com quem trabalham pertencem ou não à organização – e muitas vezes pertencem ou, então, são mulheres traficadas que controlam as outras a troco de alguns benefícios (Oliveira, 2008: 119).

Têm as redes de tráfico humano uma nova rede governamental anti-tráfico para as combater, a nível nacional. Em 2011 é formalizada, de acordo com o II Plano Nacional contra o TSH (2011-2013)<sup>56</sup>, a Rede de Apoio e Protecção a Vítimas de Tráfico (RAPVT), uma “rede constituída por actores com diferentes missões actuando sobre a sinalização, identificação e encaminhamento de vítimas de tráfico” (OTSH, 2011: 40). Este novo modelo de trabalho interinstitucional, coordenado pela CIG, tem por objectivo “promover a reintegração social plena das vítimas”<sup>57</sup>. Para já, porém, não existem desenvolvimentos sobre a actividade da mesma, dado o seu carácter recente<sup>58</sup>. É para todos os efeitos a continuação da experiência CAIM – Cooperação, Acção, Investigação e Mundivisão<sup>59</sup>, o projecto-piloto nacional na área do TSH, de onde resultaram os produtos anti-tráfico actuais, entre os quais os 2 Planos Nacionais contra o Tráfico de Seres Humanos, o Observatório contra o TSH<sup>60</sup> e o CAP – Centro de

---

<sup>56</sup> Disponível em Diário da República, ver em:

[http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/II%20plano%20nacional%20CTSH\(3\).pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/II%20plano%20nacional%20CTSH(3).pdf) (consultado pela última vez a 23.08.2011).

<sup>57</sup> Ver em: <http://www.otsh.mai.gov.pt/?area=004&mid=005&sid=001> (consultado pela última vez a 23.08.2011).

<sup>58</sup> Ver em: <http://www.otsh.mai.gov.pt/?area=004&mid=005&sid=001> (consultado pela última vez a 23.08.2011).

<sup>59</sup> Ver em <http://www.aim.com.pt/main.php?id=ARE45a3942c5864e&mid=ARE45a3942c5864e&lg=pt> (consultado pela última vez a 15.09.2011).

<sup>60</sup> Dizer “Observatório contra o Tráfico de Seres Humanos” ou “Sistema de Monitorização do Tráfico de Seres Humanos” é virtualmente a mesma coisa. Cabe ao OTSH a recepção e análise, através das suas bases de dados e aplicações tecnológicas, dos dados do Guia Único de Registo (GUR) a preencher pelos Órgãos de Polícia Criminal (OPCs), e do Guião de Sinalização (GS), a preencher pelas ONGs, e sua posterior divulgação nos Relatórios Anuais ou através das suas formações e projectos transfronteiras. Para além desse carácter mais técnico, o OTSH promove ainda um conhecimento “científico, menos tecnológico, mais de investigação, de produção de manuais de apoio a determinados profissionais, como é o caso os Órgãos de Polícia Criminal (OPCs), ou profissionais de justiça também”, nas palavras do OSTH, em entrevista no dia 15.06.2010. É, sem sombra de dúvidas, um importante instrumento na construção empírica da ideia de tráfico, através das suas bases de dados.



Acolhimento e Protecção, a casa abrigo para mulheres vítimas de tráfico<sup>61</sup>. Entre as novas possibilidades jurídicas, são de referir os testemunhos para memória futura, em que a potencial vítima é ouvida e depois libertada da situação, sendo livre de desaparecer, mas com denúncia feita. Como resultado destes produtos, e particularmente o OTSH, podemos afirmar que “é a primeira vez que temos um olhar sistematizado sobre esta realidade”, como afirma a CIG<sup>62</sup>.

Revelam os dados empíricos governamentais que, como forma de controlo sobre as vítimas confirmadas, é indicado unicamente a sonegação dos documentos em 7 casos<sup>63</sup>. Relativamente a sinalizações isoladas, o controlo dos movimentos (em 3 casos), as ameaças directas, as ofensas corporais e dívidas (cada uma com 1 caso), são apontados também como forma de dominação. Acerca da ideia de controlo e dominação neste âmbito, existe a consciência técnica (entre técnicos sociais e agentes policiais) de que “a visão clássica” de uma vítima de tráfico é aquela que “está enclausurada, que pode perfeitamente ser maniatada, e estar a exercer a sua actividade na rua”<sup>64</sup>, ideia que os agentes sociais desmentem. Essa visão refere-se a casos perfeitamente excepcionais, sendo clássica apenas no imaginário social, construído por histórias de horror seleccionadas para vender filmes, relatórios, livros e reportagens, ao mesmo tempo que serve para despoletar pânicos sociais e consequente reacção.

Muitas notícias que saem são falsas. Há um lado muito de venda. Por exemplo, há uns meses atrás, saiu uma manchete no *DN* de uma menor italiana explorada para fins laborais. É falso. Completamente falso (OTSH, 15.06.2010).

Porém, a ideia de que muitas das potenciais vítimas de tráfico para fins de exploração sexual se encontram na rua parece ser confirmada pelos dados disponibilizados pelo OTSH. Seja como for, “as ameaças directas com o controlo de movimentos constituem a forma de controlo mais usual” (OTSH, 2011: 20).

As vítimas, sinalizadas ou confirmadas em Portugal, são revitimizadas na medida em que o controlo dos movimentos é a forma que o Estado tem de detectar e combater o TSH. Prova disso são as 3048 “acções de combate à imigração ilegal e tráfico de

---

<sup>61</sup> E seus filhos. Sublinhe-se ainda que a decisão de ocupação das potenciais vítimas no CAP cabe precisamente às vítimas, sendo uma escolha sua.

<sup>62</sup> Entrevista a CIG, no dia 29.03.2010.

<sup>63</sup> O controlo da documentação ou qualquer outro tipo de controlo não é contudo referência em 6 casos (OTSH, 2011).

<sup>64</sup> Entrevista a CIG, no dia 29.03.2010.

peças” realizadas em 2010, das quais 28 foram crimes de tráfico registados pelas autoridades policiais<sup>65</sup>. O facto de o crime, na maior parte dos casos, ser conexo com a imigração ilegal justifica o papel do SEF, a par da PJ, como autoridade competente para investigar estes casos. Como explica a Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise de Informação (DCIPAI) do SEF, “nós investigamos crimes. O imigrante ilegal não comete um crime. Está em situação irregular, poderá ser alvo de uma acção administrativa, mas não comete um crime”<sup>66</sup>, sendo portanto uma potencial vítima.

Como explica a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), a maioria das sinalizações são efectuadas por OPCs, sendo que “claramente aqui há uma tónica ao nível da investigação policial como elemento desbloqueador destas situações”<sup>67</sup>. As ONGs, por seu turno, parecem ter algum pudor em sinalizar aos órgãos governamentais ou, em contrapartida, total desconhecimento de situações que possam configurar tráfico. A explicação para as poucas sinalizações por parte de ONGs surge nas palavras da Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV), com a palavra-chave utilizada de resistência.

Há aqui alguma resistência da parte de algumas casas abrigo, da parte de algumas instituições que trabalham nesta área, a sinalizar as situações que têm, e que estão na casa abrigo, que são de tráfico ao Observatório, porque dizem que no dia a seguir têm a polícia lá à porta de casa. E se temos uma mulher fragilizada por situações de violência doméstica, e com muita resistência em ir testemunhar e em prestar queixa e tudo, ainda mais resistência vamos ter quando tivermos a polícia à porta, sem garantias nenhuma de a proteger. Porque mal há a sinalização, tem que haver logo a intervenção dos OPCs. E há esta dificuldade toda. É isto que as casas abrigo partilham (AMCV, 17.03.201).

Confirmando essa indicação de resistência, a APAV Sul, do Algarve, esclarece que, apesar do carácter de crime público do TSH, a confidencialidade e confiança são os pilares fundamentais das relações estabelecidas com as potenciais vítimas, e não serão quebrados sem o conhecimento das próprias pessoas.

Bem sei que é um crime público, mas se as pessoas não querem denunciar, não vamos quebrar a confidencialidade. Só se for casos de menores. Senão, violamos completamente a confidencialidade. E a confiança. Mas há situações que não são sinalizadas, deve ser outra coisa que deve ouvir. Temos de zelar pelos direitos das vítimas e respeitar, são os direitos humanos (APAV Sul, 11.05.2011).

---

<sup>65</sup> Ver em: [http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH\\_Relatorio\\_Anual\\_Estatistico\\_2010.pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH_Relatorio_Anual_Estatistico_2010.pdf) (consultado pela última vez a 16.08.2011).

<sup>66</sup> Entrevista a DCIPAI-SEF, dia 10.02.2011.

<sup>67</sup> Entrevista a CIG, dia 29.03.2010.

Porém, o OTSH não deixa de sublinhar a importância da “pro-actividade” dos agentes sociais, nomeadamente das ONGs, contra a aparente falta de sensibilidade ou conhecimento das próprias vítimas ou de terceiros que possam conhecer ou suspeitar de uma situação desta natureza, na troca de informações que possam conduzir a uma investigação mais pró-activa que reactiva das autoridades.

O fenómeno do tráfico está muito associado ao trabalho pró-activo, quer das ONGs, quer dos OPCs. Porque, apesar de ser um crime público, não é um crime que as pessoas vão apresentar denúncia, em que as vítimas apresentem denúncia. Não é um assalto. Por vários motivos. Porque é difícil a sua identificação. Porque é um fenómeno mais opaco. Está muito decorrente da pro-actividade, do que propriamente da denúncia.

... montar uma investigação direccionada. Isso aconteceu num caso que foi julgado no ano passado, do Bibi Nicolai, que decorreu de uma investigação pró-activa do SEF. Mas tendem a ser mais reactivas, sim (OTSH, 15.06.2010).

Surgem algumas notícias de outras formas de tráfico. A servidão doméstica e a mendicidade são os novos elementos da discussão sobre o TSH. Ouvi repetidamente durante a pesquisa que a vertente da servidão doméstica, neste contexto, está profundamente ligada aos meios diplomáticos, com presença de serventes em embaixadas e consulados, difíceis de aceder dada a imunidade estabelecida, embora não haja conhecimento de qualquer caso desta natureza em Portugal<sup>68</sup>.

Tem aparecido imensos casos nomeadamente em meios diplomáticos, que têm facilidade em contratar empregados domésticos vindos de outros países. Os próprios diplomatas têm imunidade diplomática e, como tal, acabam muitas vezes por não ser julgados por questões de abusos. Portanto, este é um tema importante, não só pela facilidade que têm em importar empregados, mas principalmente pela sua imunidade diplomática. Nós não sabemos se temos casos [em Portugal]. E mais vale trabalhar já na prevenção para não passarmos pela vergonha de também termos casos. Há muitos casos na Áustria, não necessariamente por austríacos. Mas estou a falar de países europeus onde há muitas organizações internacionais, onde há a União Europeia, as Nações Unidas, e por aí fora. Evidentemente há muitos diplomatas, há muita facilidade em trazer – não é facilidade, mas há muita mobilidade (OTSH, 15.06.2010).

---

<sup>68</sup> Em 2011, segundo um OPC, há a suspeita de um caso desta natureza em território nacional. Mas dado que estava sob investigação, não foram avançados quaisquer detalhes.

É curioso como, no argumento do OTSH, a mobilidade de diplomatas em espaços financeiramente públicos (as embaixadas e os consulados, mas também as organizações internacionais, como a UE e a ONU) pode produzir situações de tráfico, na forma da servidão doméstica. É porque são precisamente as instâncias das organizações internacionais e os próprios estados que lideram os instrumentos legais e operacionais de combate ao fenómeno, o que não deixa de ser algo irónico.

Quanto à mendicidade, outra área a que se pretende dar mais atenção neste contexto, esta é referida em território nacional particularmente quando se fala da “questão dos romanis”, tal como referido pelo OTSH:

Uma outra área à qual nós queremos dar particular interesse tem a ver com o tráfico para mendicidade. A questão dos romanis, a questão das crianças que acompanham estas pessoas mais velhas, nós não sabemos se são filhos ou não, se há tráfico ou não, se houve venda de crianças ou não, se as crianças estão a ser drogadas para estarem ali o dia inteiro ou não. O que é certo é que ainda há muito trabalho para fazer nesta área. E não é uma área fácil. É uma área que tem muitas particularidades, a nível político, a nível social. É uma área muito sensível (OTSH, 15.06.2010).

O Instituto de Apoio à Criança (IAC) é outra organização que refere temporalmente a questão da mendicidade relacionada com jovens de leste, apesar de negar ter já tido contacto consciente com alguma situação de tráfico. O IAC tem um Projecto de Rua, em Lisboa, através do qual presta apoio a menores que aí se encontram. Refere em conversa o ano de 2003 como “o ano de *boom* de menores de leste”, nomeadamente romenos, nas ruas de Lisboa.

Em 2003, nós encontrávamo-los em todo o lado. Nos semáforos, abordavam os condutores para pedir. E obrigavam-nos a esperar que eles acabassem de lavar os vidros dos carros. Que era mesmo só se tivéssemos a intenção de atropelar a criança! Aquelas crianças que normalmente estavam na mendicidade, mas acompanhadas de adultos, ou vigiadas por adultos (IAC, 28.11.2010).

O CAP revela ter tido já ocupação no seu espaço de vítimas sinalizadas de servidão doméstica e mendicidade. À data da entrevista realizada, o CAP acolhia três mulheres, “uma de leste, uma nigeriana e uma portuguesa”. O caso particular de servidão doméstica chegou até si através de um OPC, tendo o pedido de ajuda partido da própria

vítima, moçambicana, que “conseguiu fugir e pedir apoio”<sup>69</sup>. Os casos acolhidos relativos a mendicidade “foram casos de leste”<sup>70</sup>.

Tal como a extracção e venda de órgãos, a servidão doméstica e a mendicidade são recentes em discussão e visibilidade pública e de ocorrência menos comum que a exploração laboral ou sexual. O tráfico de órgãos, por exemplo, não foi até à data registado em território nacional, por nenhum OPC, ONG ou pelo OTSH.

O tráfico de órgãos aparenta não ser, portanto, um problema em Portugal. Mas registam-se alguns dados sobre o chamado “mercado vermelho” noutras partes do mundo, nomeadamente a oriente, na Índia (Carney, 2011), na Rússia (Goodwin, 2006), na China e nas Filipinas (Budiani-Saberi e Delmonico, 2008). As mesmas premissas fundadoras do conceito de tráfico encontram-se presentes nesta questão. Mas o bioético Cherry (2005) leva a problemática mais longe quando, a propósito das 83 000 pessoas que, em 2003, nos Estados Unidos da América, aguardavam um transplante, afirma que o estabelecimento de um mercado de transplante de órgãos regulamentado seria uma forma legítima e mais justa, baseada na livre escolha de quem pretende vender um órgão a outrem, e de distribuição de partes de um corpo. É raro lembrarmos o papel essencial que tem a indústria de órgãos na nossa sociedade, no que à área da medicina, particularmente da transplantação, diz respeito. É, porém, uma realidade que ocorre todos os dias.

Contudo, e como já foi dito, o modelo clássico do fenómeno do TSH tem por objectivos a exploração sexual e a exploração laboral (na qual se inclui a servidão doméstica). É verdade que continua a surgir no imaginário social e mesmo técnico a ligação estreita entre tráfico de pessoas e exploração sexual. Mas também é verdade que a alteração do conceito legal de tráfico tem tornado mais visíveis casos de exploração laboral.

### **1.1. Tráfico Laboral:**

Enquanto no tráfico para exploração sexual as pessoas têm noção, não podem deixar de a ter, que estão a ser usadas e abusadas, na exploração laboral acontece que as pessoas são muitas vezes absolutamente mal pagas, mas a perspectiva de poderem mandar um X para a origem, onde as condições ainda seriam piores, faz com que elas não se sintam muitas vezes exploradas (DCIPAI-SEF, 10.02.2011).

---

<sup>69</sup> Entrevista ao CAP – Centro de Acolhimento e Protecção de Vítimas de Tráfico, 14.04.2010.

<sup>70</sup> Idem.

Segundo o Protocolo de Palermo, o tráfico laboral é a exploração do “trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares a escravatura e a servidão”. A Directiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho (de 5 de Abril de 2011), relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à protecção das vítimas<sup>71</sup>, indica as áreas de exploração neste contexto, nomeadamente na construção civil, na agricultura ou no trabalho doméstico.

Quando contactamos directamente com ONGs portuguesas, que lidariam com estas problemáticas, compreendemos porém a dificuldade em categorizar assertivamente onde começa e termina cada conceito. A título de exemplo, a Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV) admite ter tido dificuldade em rotular uma situação, em 2007, de uma mulher estrangeira, aliciada através da internet e “trazida” por um português, que a seduziu e depois a explorou. Tratar-se-ia de tráfico para fins de exploração laboral ou servidão.

Pelo menos do que entendemos do que ela partilhou connosco, teria a ver com tráfico para fins de exploração laboral, mas não sabemos até que ponto é que seria tráfico, talvez mais servidão. Porque, depois como sabe estes crimes, tudo cruza com tudo. Há aqui uma série de crimes conexos. Esta senhora tinha sido seduzida, aliciada pela internet. Foi convencida a vir do país de origem para Portugal. E depois foi colocada a servir este homem que a seduziu, e a mãe dele, em termos de escravidão doméstica. Agora, se isto ia desembocar ou não numa situação de tráfico, e se podemos chamar isto de tráfico, uma vez que esta mulher não passou de uma mão para a outra, mas como não sabemos se ia ou não passar, percebe? Podemos falar em servidão doméstica. A senhora diz que nunca foi vendida em termos sexuais, portanto nunca foi explorada nesse sentido. Mas não sabemos o que é que o futuro lhe iria reservar. Talvez seja esta a situação que eu me recorde que possa tocar ao de leve no tráfico para fins de exploração laboral. Porque este homem foi buscar uma mulher ao exterior. Não traficou uma mulher portuguesa. Foi buscá-la ao exterior. Mas como o tráfico também pode ser dentro fronteiras, o tráfico não implica um atravessar de uma fronteira, também não podemos fazer esta leitura directa. Por isso, a tocar no tráfico para fins de exploração laboral, se calhar mais esta situação. Não me recorde de outra que tenhamos tido nesse sentido. E aqui seria mais servidão doméstica (AMCV, 17.03.2011).

Este pequeno relato espelha bem as dificuldades conceptuais e de atribuição de categorias fechadas a casos que se suspeita configurarem situações de tráfico. Na

---

<sup>71</sup> Que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho, disponível em: [http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/directiva-2011-36-ue-do/downloadFile/attachedFile\\_f0/DIRECTIVA\\_2011\\_36\\_UE.pdf?nocache=1303228637.48](http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/directiva-2011-36-ue-do/downloadFile/attachedFile_f0/DIRECTIVA_2011_36_UE.pdf?nocache=1303228637.48) (consultado pela última vez a 15.01.2013).

verdade, parece tratar-se de um caso de tráfico, dado que a noção de servidão doméstica está integrada dentro do conceito de TSH.

Outra problemática levantada neste excerto é a questão do tráfico interno que, nas palavras do CAP, “é ainda é muito obscuro. As pessoas ainda não aceitam muito bem, ainda não percebem muito bem, que nós, portugueses, também podemos ser traficados sem atravessar a fronteira”<sup>72</sup>. Os casos de portugueses traficados para fora do país, nomeadamente para as explorações agrícolas em Espanha são, neste contexto, o tipo de casos conhecidos entre a opinião pública. O tráfico interno é uma das novidades da alteração do Código Penal de 2007, o que justifica a natureza desconhecida deste fenómeno particular.

[Mas como é que uma pessoa portuguesa é traficada em Portugal?]

Exactamente como uma pessoa imigrante é traficada para Portugal. No caso concreto desta portuguesa, iludida. Com uma oferta que lhe é feita, que a pessoa acredita. Até feita por uma pessoa que é próxima e que de alguma forma tem credibilidade junto desta jovem. E que depois se torna uma situação bastante complicada da qual não consegue sair. Não vinha propriamente de uma zona desfavorecida. Ou melhor, não era uma zona desfavorecida a localidade onde a pessoa estava a residir. A jovem em questão vivia uma situação bastante complicada, da família em si. Tinha escolaridade baixa. Com alguma... não diria incapacidade, mas alguma falta de estimulação que também provocou aqui algum défice, porque com a entrada na casa nota-se um crescer. Não é propriamente um défice cognitivo, mas inicialmente chegamos a pensar que sim. Provavelmente, devido a um défice de estimulação pela parte da família.

A Directiva 2011/36/UE do Parlamento e do Conselho Europeu alarga ainda o conceito de forma a incluir a mendicidade forçada como uma forma de exploração do trabalho ou serviços forçados<sup>73</sup>, de acordo com a Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1930 sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório<sup>74</sup>. O artigo 2 da Convenção nº 29 da OIT define “trabalho forçado ou obrigatório” como “todo o trabalho ou serviço exigido a um indivíduo sob ameaça de qualquer castigo e para o qual o dito indivíduo não se tenha oferecido de livre vontade”, excluindo serviços obrigatórios militares, cívicos ou penais.

A mendicidade, tal como o trabalho sexual, não é considerada uma actividade profissional em território europeu, nomeadamente em Portugal. O movimento, ainda

---

<sup>72</sup> Entrevista CAP, a 14.04.2010.

<sup>73</sup> Ver alínea 11 do documento.

<sup>74</sup> Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/etfps-conv-29.html> (consultado pela última vez a 15.01.2013).

tímido, a favor da regulamentação do “trabalho sexual” não vislumbra ainda a inclusão deste conceito na ideia de “trabalho”. Mas ao contrário das redes do trabalho sexual (que incluem trabalhadores do sexo, activistas, académicos, simpatizantes), que muito têm produzido nos últimos anos, não conheço qualquer movimento ou qualquer voz directa – dos próprios “mendigos” – que advogue a promoção da mendicidade a actividade laboral. A tentativa de integrar o conceito de mendicidade na noção de trabalho é portanto incompreensível. A mendicidade é “outra forma” de tráfico, como a extracção de órgãos. Está relacionada com escravatura e serviços forçados. Não com trabalho.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que existam hoje 12,3 milhões de pessoas vítimas de trabalho forçado no mundo. A OIT define as formas deste tipo de trabalho, como sejam a servidão por dívida (*debt bondage*), o tráfico e outras formas de escravatura moderna. As vítimas são os “mais vulneráveis”, as mulheres e crianças forçadas à prostituição, os migrantes presos a servidão por dívida, a condições de escravatura, nomeadamente em explorações agrícolas, onde são mantidos através de táticas ilegais e não sendo devidamente remunerados<sup>75</sup>. Estas informações são corroboradas pelas organizações portuguesas, entre as quais a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), que tem vindo a trabalhar com situações de potencial exploração laboral de migrantes e nacionais, em explorações agrícolas situadas em montes alentejanos.

Uma das situações recolhidas neste âmbito, e que espelha o entrecruzamento das categorias que compõem o conceito de tráfico laboral, diz respeito a uma mulher búlgara, que vem para Portugal com o objectivo de vir trabalhar na área da restauração, como combinado com “um amigo”. Porém, vê serem-lhe retirados os documentos, ficando em situação irregular contra vontade, e é obrigada a prostituir-se, pelo mesmo “amigo”.

Nós tivemos uma situação de uma cidadã búlgara, até foi no início do projecto, de 50 e tal anos, que veio também com a promessa de vir trabalhar num restaurante, através de um amigo. Mas depois ele começou a marcar encontros, ficou-lhe logo também com os documentos, ameaças, começou a maltratá-la. E por acaso, o primeiro cliente com quem ela esteve denunciou a situação. Porque se apercebeu. Mas é raro (APAV Sul, 11.05.2011).

---

<sup>75</sup> Ver em: <http://www.ilo.org/global/topics/forced-labour/lang--en/index.htm> (consultado pela última vez a 26.08.2011).



Esta mescla de indícios torna mais complexa a identificação de situações de tráfico, quando preocupados em subdividir o mesmo em laboral ou sexual. Frequentemente as categorias cruzam-se e fundem-se. Será mesmo necessária essa fragmentação?

Os elementos indiciadores ou identificadores de situações de exploração laboral são, nas palavras da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), “o facto de trabalharem e dormirem no mesmo espaço, o facto de terem condições precárias em termos de salários, não haver descontos, ou o horário que é feito, o facto de, por exemplo, os documentos estarem a ser retidos”<sup>76</sup>. É por isso que é advogado pelos agentes sociais a necessidade de envolver, em território nacional (mas não só, dada a transnacionalidade do fenómeno), as entidades patronais, os sindicatos e a inspecção ao nível da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). O tráfico para exploração laboral é entendido como “uma realidade que se calhar está a ser ainda subavaliada em relação à dimensão que temos”<sup>77</sup>.

A ligação estreita entre migração ilegal e tráfico de pessoas, na concepção deste último conceito, serve de argumento para as leis de imigração mais restritivas. O resultado é, por exemplo, termos Lesvos na Grécia e a Ilha de Lampedusa, em Itália, para lá do limite da ocupação em condições dignas, fazendo lembrar campos de concentração<sup>78</sup>.

Em Portugal, há quem pretenda desviar o debate da questão da imigração ilegal e concentrar esforços na noção de escravatura e exploração, na prossecução da construção da ideia de tráfico humano.

Porque quando se fala de tráfico ainda se está a falar muito de todas as ilegalidades relacionadas com a movimentação de pessoas. O que se pretende é que mais e mais a concentração seja posta na exploração efectiva das pessoas. Daí que muitas vezes se começa a falar da questão do tráfico não tanto como um problema de imigração, mas como uma questão de escravidão do séc. XXI. E estando a referir-se ao tráfico como escravidão, está-se a pôr o foco muito mais naquilo que é o dia-a-dia da pessoa, nas condições de trabalho, de imigração, de violência, de tudo o mais, e não tanto no processo, no transporte ilegal e por aí fora (OTSH, 15.06.2010).

---

<sup>76</sup> Entrevista CIG, 29.03.2010.

<sup>77</sup> Entrevista a CIG, 29.03.2011.

<sup>78</sup> Ver vídeo clandestino no interior do Centro de Retenção de Lesvos, gravado e publicado pela Association Terre d'Errance, em: <http://terreerrance.wordpress.com/2009/09/12/grece-video-du-centre-de-retention-de-lesvos/> (consultado pela última vez a 19.09.2011). Em Agosto de 2011, os noticiários internacionais revelavam a chegada à ilha de Lampedusa, em Itália, em poucos dias, de 3000 migrantes vindos do norte de África, originários da Nigéria e da Somália, mas também fugidos da guerra na Líbia. Ver notícia em: <http://www.publico.pt/Mundo/mais-de-tres-mil-migrantes-chegaram-a-lampedusa-nos-ultimos-dias-1508019> (consultado pela última vez a 19.09.2011).

Segundo o Relatório relativo a 2010, do OTSH, das 22 vítimas confirmadas nesse ano, a maioria foi traficada para fins de exploração laboral: 13 casos confirmados, 2 dos quais especificados para “agricultura” e “agricultura e obras” (OTSH, 2011: 16). Trata-se de 6 portugueses e 6 romenos, todos do sexo masculino (OTSH, 2011: 17).

Já no último Relatório aqui apreciado, relativo ao ano de 2011, o Observatório contra o Tráfico de Seres Humanos dá conta da existência de 6 casos de tráfico laboral, simultaneamente em Portugal e em Espanha, na agricultura, na pavimentação de estradas e na vindima (OSTH, 2012: 15). As 6 vítimas de tráfico para fins de exploração laboral são todas de nacionalidade portuguesa: 3 do sexo feminino e 3 do sexo masculino; maioritariamente solteiras (5 casos); têm idades compreendidas entre os 51 e os 14 anos, sendo portanto a média de idades de 36 anos. Segundo as informações existentes, em 4 casos, o contacto foi realizado com a promessa de trabalho e a forma de controlo mais utilizada é a ameaça directa com controlo de movimentos e ofensas corporais, repetindo a fórmula clássica destas ocorrências.

Apesar destes dados, porventura a ponta do iceberg, como normalmente se diz, o que é facto é que em 2009, 79% do tráfico humano conhecido globalmente diz respeito a exploração sexual<sup>79</sup>. O tráfico para fins de exploração sexual é o mais visível, apontado, conhecido, o mais imaginado quando se fala do assunto.

## **1.2. Tráfico Sexual:**

Em Portugal, claramente, o perfil de uma vítima “clássica” é uma mulher, tendencialmente poderá ser de origem brasileira e tráfico para fins de exploração sexual. Isto é o caso clássico, digamos assim, que podemos ter nesta realidade (CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 29.03.2010).

O tráfico para fins de exploração sexual é, segundo o Protocolo de Palermo, a “exploração da prostituição de outrem ou de outras formas de exploração sexual”. É, nas palavras de Boaventura Sousa Santos, Conceição Gomes e Madalena Duarte (2010), “uma das formas de tráfico mais visível actualmente e porventura menos consensual”:

---

<sup>79</sup> Ver *Global Report on Trafficking in Persons* (2009) da UNODC em: [http://www.unodc.org/documents/Global\\_Report\\_on\\_TIP.pdf](http://www.unodc.org/documents/Global_Report_on_TIP.pdf) (p. 6. Consultado pela última vez a 23.08.2011). Citado também pelo Portal Europeu Anti-Tráfico em: [http://ec.europa.eu/anti-trafficking/section.action;jsessionid=qYstTJLL67S19N81JvNktG9Yp30Kmg1ZJ8QjbYJ1810NMHpxB21H!-1845574121?sectionId=90963548-0cf3-43e1-8e59-4bce1b03192d&sectionType=LIST\\_ENTITIES\\_SQUARE\\_IMAGES](http://ec.europa.eu/anti-trafficking/section.action;jsessionid=qYstTJLL67S19N81JvNktG9Yp30Kmg1ZJ8QjbYJ1810NMHpxB21H!-1845574121?sectionId=90963548-0cf3-43e1-8e59-4bce1b03192d&sectionType=LIST_ENTITIES_SQUARE_IMAGES) Ver também: <http://www.si.se/upload/Human%20Trafficking/European%20Conference%20Human%20Trafficking%20-%20Report%20and%20Appendix.pdf> e [http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Executive\\_summary\\_english.pdf](http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Executive_summary_english.pdf) (consultado em 15.08.2011).

Os números desta realidade não são consensuais e, não raras vezes, são instrumentalizados de acordo com agendas informadas por valores morais, pelo objectivo de controlo das fronteiras e pelo receio de um/a “outro/a” estrangeiro/a que se desconhece e, por isso, se receia (Santos, Gomes, Duarte, 2010: 89)<sup>80</sup>.

O Salvation Army, por exemplo, define o tráfico sexual como uma forma de escravatura, que envolve a compra e venda de pessoas:

Human Sex Trafficking is a form of slavery. It happens when human beings are sold and bought for the purposes of sexual exploitation. It includes people (mostly women and girls) being recruited, transported, transferred, harboured or received. These actions are accomplished by means of force, the threat of force, or other forms of coercion. It is always involuntary because even when consent is achieved, it is through some form of fraud, deception, abduction/kidnapping or abuse of power/vulnerability<sup>81</sup>.

Depois do silenciamento do pânico da escravatura branca, no início do séc. XX, a exploração sexual de mulheres reaparece no final desse mesmo século, mas agora de forma globalizada (Barry, 1995; Jeffreys, 1999; Richard, 2000; Raymond *et al.*, 2002; Bruckert e Parent, 2002; Weitzer, 2005, 2007). O comércio de “escravas brancas” transforma-se em “tráfico de mulheres”, desta feita com o foco no chamado terceiro mundo. A vítima continua a ser estereotipada como menina inocente seduzida, sequestrada e forçada à escravidão ou exploração sexual (Doezema, 2000; Ausserer, 2008).

Hoje, tal como durante o fenómeno do “white slave traffic”, o movimento abolicionista, para quem o comércio do sexo é ele próprio uma forma de escravatura e de violência contra as mulheres, advoga a luta e eliminação de qualquer forma de indústria sexual, sendo a mais expressiva a prostituição (Bruckert e Parent, 2002: 3; Weitzer, 2007).

“Abolitionist feminist” refers to those who argue that the sex industry should be entirely eliminated because of its objectification and oppressive treatment of women, considered to be inherent in sex for sale (Weitzer, 2007: 450).

---

<sup>80</sup> Ver em: [http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH\\_book\\_PT.pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH_book_PT.pdf) (consultado pela última vez a 15.08.2011).

<sup>81</sup> Ver em: <http://salvationist.ca/action-support/human-sexual-trafficking/> (consultado pela última vez a 15.08.2011).

Nas conversas tidas com as instituições auscultadas discutiu-se profundamente a noção abolicionista. Uma das novidades do debate anti-tráfico é a introdução da ideia de tráfico virtual, exposto pela Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV).

Até que ponto uma mulher que esteja a ser explorada sexualmente na China, cujas imagens estejam a ser emitidas para todo o mundo, não está também a ser traficada, não está a ser vendida vezes sem conta. Por isso falamos em tráfico virtual, sem haver propriamente o tráfico da pessoa fisicamente de um lado para o outro (AMCV, 17.03.2011).

Seria levar o conceito a outra dimensão, desvalorizando a ideia de migração e transformando a noção de mobilidade. Porém, para já, a ideia de transposição territorial é fundamental quando pensamos no fenómeno, nomeadamente em termos nacionais.

Em Portugal, os dados governamentais revelam que em 2010, em 22 vítimas confirmadas, 6 foram traficadas para fins de exploração sexual (OTSH, 2011: 16): 4 brasileiras, 1 romena e 1 nigeriana, todas do sexo feminino (OTSH, 2011: 17). Em 2011, a mesma fonte revela a existência de 3 vítimas confirmadas, como já indicado (OSTH, 2012: 15). No último ano aqui apreciado (2011), contamos com 3 vítimas confirmadas, encontradas na via pública e em casa particular de prostituição (OSTH, 2012: 15). As 3 vítimas são de nacionalidade estrangeira, romena e chinesa, todas do sexo feminino, solteiras e com idades compreendidas entre os 31 e os 16 anos, sendo a média de idades de 25 anos. Para cada um dos casos, o motivo de contacto difere: 1) Aventura; 2) Relacionamento; 3) Promessa de trabalho. Segundo o Relatório do OTSH, “não existe correspondência entre a nacionalidade das vítimas e o país de recrutamento, isto é, independentemente da nacionalidade (neste caso China e Roménia), as vítimas foram recrutadas em outros países europeus como Espanha e França. Uma das vítimas teve como promessa de destino os EUA e não Portugal” (OTSH, 2012: 16). A forma de controlo mais referenciado foram as ameaças directas com controlo de movimentos, sonegação de documentos, ameaças indirectas e ofensas corporais.

Santos explicita os tipos tráfico para a prostituição afirmando que “as mulheres traficadas podem ser colocadas a prostituir-se em bares de alterne, apartamentos, na rua, etc., encaixando-se, no fundo, nos espaços já definidos por este negócio em Portugal” (Santos *et al.*, 2007: 100). A consciência e consentimento das mulheres em vir trabalhar na área do trabalho do sexo chocará com o desconhecimento das condições da

actividade, com níveis de exploração que não eram esperados, com violência não prevista e com falta de liberdade.

Há mulheres que sabiam perfeitamente que vinham para a prostituição. Não sabiam era que iam ser humilhadas, violentadas, obrigadas a atender X clientes por dia, sem qualquer tipo de liberdade. E se poderem continuar na prostituição até gostariam de continuar. Mas gostariam de continuar de uma forma livre (CAP – Centro de Acolhimento e Protecção de Vítimas de Tráfico, 14.04.2010).

Uma das perguntas que surge neste contexto é como se conhecem os casos, como é que se tem conhecimento de situações definidas como potencial tráfico, que agentes estão por detrás da denúncia, dado que, como afirma a APAV Sul, as pessoas “sabem que são maltratadas, mas não vêm dizer: sou vítima de tráfico”<sup>82</sup>.

A nível de exploração sexual, temos de tudo, é muito heterogéneo. Temos situações em que as mulheres conseguiram fugir e pedir ajuda. E ao pedir ajuda, há quem tenha pedido ajuda a clientes, há quem tenha pedido aos OPCs, há quem tenha pedido ajuda a pessoas na rua, que depois solicitam a intervenção dos OPCs, há quem tenha pedido a equipas de rua. E depois temos pessoas que nos foram sinalizadas pelos OPCs, em rusgas policiais, por sinalizações que foram realizadas por equipas de rua, ou denúncias anónimas e em que os OPCs conseguiram resgatar as mulheres. Temos prostituição de rua, prostituição em bares de alterne. Temos um bocadinho de tudo. Não tivemos nenhuma situação de apartamento, de acolhimento. Mas tivemos sinalizações. Mas que não houve necessidade de acolhimento no CAP (CAP – Centro de Acolhimento e Protecção de Vítimas de Tráfico, 14.04.2010).

A fuga e/ou o pedido de ajuda a clientes, a OPCs, a transeuntes, a equipas de rua, por um lado e as fiscalizações, as sinalizações por ONGs e as denúncias anónimas, por outro, são as formas através das quais se detectam casos de tráfico. Os agentes fundamentais são polícias, técnicos sociais, mas também clientes (que nalguns países, como a Suécia, são criminalizados pela procura de serviços sexuais) e qualquer cidadão comum, o vizinho, o conhecido.

Outra das perguntas que me acompanhou durante a pesquisa, especialmente junto de trabalhadoras sexuais que explicavam terem sido “postas na rua” pelos companheiros (namorados e maridos), era como é que se “obriga” alguém a estar no espaço público, na rua, a prostituir-se contra-vontade? Se aceitarmos que não há tráfico sem qualquer forma de coacção, então podemos assumir que, como avança Boaventura Sousa Santos e a sua equipa, a “exploração sexual a que as mulheres [são] sujeitas é exercida

---

<sup>82</sup> Entrevista APAV Sul, a 11.05.2011.

mediante estratégias de controlo que passam pela chantagem, intimidação, ameaça e violência física e psicológica” (Santos *et al.*, 2007: 33). Ou seja, “várias mulheres são forçadas através de violência física a prostituir-se” (Idem: 138), tal como ouvi em conversa com algumas trabalhadoras sexuais portuguesas em Lisboa. Por outro lado, quando afloramos algumas percepções de género, vemos como as mesmas são informadas pelas noções de corpo, de “inferioridade em questões físicas” e medo quando falamos de mulheres.

Presumo que também tem a ver com a questão física. Uma mulher, penso eu, que será mais fácil ficar por medo das represálias físicas. O homem acaba por ter mais...Se calhar é capaz de se impor mais. Porque cria aquele medo, pavor, que infelizmente há homens bastante violentos. E para ganhar logo ali a confiança, batem selvaticamente. E as mulheres ficam com mais medo (Departamento de Investigação Criminal da PSP, 16.02.2011).

A “cultura do medo” (Santos *et al.*, 2007: 140) é um instrumento útil para estes companheiros. Sublinho que aqueles relatos não me foram contados ou confiados por migrantes estrangeiras trabalhadoras sexuais, o que vai ao encontro do relatado por Santos, quando diz que “alguns operadores tendem a considerar que actualmente as redes que operam em Portugal não recorrem a formas de violência física tão graves como aquelas que se verificam noutros países da Europa Ocidental” o que, por sua vez, contraria o avançado por outras fontes, como sejam as ONGs e associações que “defendem que não há uma diminuição, mas uma maior invisibilidade das situações mais violentas” (Idem: 138). Temo que será necessário, porém, lidar de frente com fenómenos mais visíveis, inter-relacionados ou conexos com TSH, antes de conseguirmos chegar a situações de violência escondida. Essa violência oculta é, contudo, conhecida pelo CAP, que sublinha o papel essencial da ameaça, não necessariamente física, na manutenção de situações de tráfico.

Acho que aqui, o grande ponto em comum na maioria destas mulheres [traficadas, estrangeiras ou portuguesas] é o medo, a ameaça. Há sempre uma ameaça por trás, há sempre algo por trás que as obriga a manterem-se naquela situação, tirando as situações de rapto, em que a pessoa está presa realmente. Que não é o caso da portuguesa. Nestes casos há uma ameaça por detrás. Ou pela integridade física delas ou de alguém que lhes é muito querido. Sem a necessidade da força física, esta ameaça é suficiente para as manter numa situação de exploração. Aliado muitas vezes também a algum desconhecimento ou alguma incapacidade, algum problema mental. Já recolhemos casos em que há alguma debilidade, que é

aproveitada pelo explorador ou angariador (CAP – Centro de Acolhimento e Protecção de Vítimas de Tráfico, 14.04.2010).

Curiosamente, não surge nos Relatórios do OTSH qualquer referência à nacionalidade guineense, cabo-verdiana, santomense. Curioso, porque na conversa tida com as Irmãs Adoradoras, mencionaram-se estes países de origem das pessoas que ocupavam, à data da entrevista, um dos Lares da responsabilidade das Irmãs.

Recebemos neste momento uma que foi vendida. Que foi casada por conveniência da família e venderam-na para cá. Um casamento que é inválido. Foi tudo organizado pelas tias. Mas tudo o que isto significa para a jovem, chegar a Portugal, não conhecer o homem, ser mal tratada, ser aprisionada, ficar sem documentos, e tudo o que está ligado a isso até conseguir escapar. Ela levava 3 anos connosco e, só agora, há recentemente pouco tempo é que conseguimos os seus documentos. Porque ela não tinha passaporte, não tinha documento de identidade, não tinha nada. É guineense. Neste momento, as que temos são quase todas guineenses, cabo-verdianas, São Tomé e Angola (Irmãs Adoradoras, 23.03.2011).

É nesta conversa que oiço a história de uma jovem romena, cigana, órfã de pai e mãe, e sem estrutura familiar, que exercia prostituição na zona do Técnico e que é acolhida no Lar das Irmãs Adoradoras, depois de resgatada de uma rede de tráfico. Inicialmente pensaram ser menor, mas depois confirmaram tratar-se de uma jovem de 25 anos. Essa confirmação demorou algum tempo, visto a jovem não ter qualquer documento na sua posse:

Era uma jovem sem cultura, sem estudos, de etnia cigana, e tinha que ter alguém ao lado dela que lhe mostrasse firmeza, mas com aquela segurança e com aquele afecto que ela nunca teve na vida dela. Porque, segundo o que a gente tentou perceber na história dela, desde pequena aquilo que ela conheceu foi violação e maus-tratos a esse nível da parte da família e que veio depois parar às redes de tráfico (Irmãs Adoradoras, 23.03.2011).

A jovem, “apesar de não ter nada e ser mal tratada, conhecia a liberdade da rua”, como diz a Irmã minha interlocutora. A clausura ou protecção do Lar parece ter sido demais e a jovem acaba por sair da casa e regressa à rua. As Irmãs já não a aceitam de volta, mas porque temem que “volte às redes”, encaminham-na, depois de aceite pela própria, para outra instituição, mais competente nesta matéria em termos oficiais. A jovem encontrava-se no CAP, à data da conversa com as Irmãs Adoradoras.

Esta é uma história contada com sinceridade e envolvimento por um movimento abolicionista, uma ordem religiosa que presta apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade e celebra, em 2011, o seu 75º aniversário.

A nossa fundadora, Santa Maria Micaela, quando fundou foi para ajudar jovens da prostituição. Ela sendo uma senhora da alta sociedade, no séc. XVIII a caridade era uma coisa que estava em pompa e circunstância, uma coisa que se praticava muito. Então ela visitou o Hospital de São João de Deus, em Madrid, e ali se deparou com jovens muito novas, com doenças venéreas, sem família. E aí também foi o toque do espírito. O que lhe chamou a atenção nessa visita foi uma jovem com um xaile de caxemira em cima da sua cama. Na altura, como ela era da alta sociedade, sabia que aquele xaile era muito caro. Isso despertou curiosidade de saber de onde ela tinha trazido o xaile. E quando a interroga sobre isso, a jovem responde-lhe que “da minha casa eu trouxe”. Entretanto, isso foi motivo para entrar em conversa e ela tinha sido vendida. Andou na prostituição até se desgraçar totalmente. Foi parar ao Hospital de São João de Deus. Para a família tinha sido dada como morta. Então ela, nessas visitas, já não ficou mais calma. “Eu tenho que fazer alguma coisa por estas jovens”. E então pensou em abrir um colégio para as receber quando elas tivessem alta do hospital. E todo o nosso trabalho vai direccionado para estas jovens que se encontram na prostituição. Temos trabalhado com toxicodependentes, vítimas de violência doméstica, jovens que são apanhadas... tráfico de seres humanos. Este tem sido o nosso trabalho (Irmãs Adoradoras, 23.03.2011).

A concepção abolicionista de tráfico e da prostituição exclui qualquer forma de autonomia quando se fala de mulheres. Simultaneamente, trabalhar na indústria do sexo é rejeitado como actividade profissional. Skeldon (2000), Agustín (2007), Weitzer (2007), Peixoto (2007) e Oliveira (2008, 2011) são apenas alguns dos autores que contrariam esta visão. Skeldon (2000) afirma que, na Ásia, nem tod@s @s trabalhador@s sexuais são obrigados a entrar de forma violenta ou coerciva no mercado do sexo, mas fazem-no de forma voluntária. O mesmo é registado em Portugal. Há quem livremente faça da prostituição ou da indústria do sexo o seu trabalho. Peixoto (2007) é um dos autores que cristaliza os graus de aceitação das potenciais vítimas a situações de exploração, por motivos de maximização dos rendimentos.

...movimentos mais severos de “tráfico”, como aqueles que envolvem o acesso ao negócio do sexo num outro país, podem conhecer graus significativos de aceitação por parte das vítimas, devido à ausência de canais de mobilidade social no país de origem e ao interesse na maximização de rendimentos no curto prazo (Peixoto, 2007: 73).



A consequência da visão abolicionista – certamente não intencionada – é a de diferenciar direitos e deveres, ou cidadania se preferirem, entre as pessoas trabalhadoras sexuais e as outras mulheres, entre agentes e vítimas. Mais ainda, outras formas de tráfico, seja doméstico, na agricultura ou no sector têxtil, enfim, o tráfico laboral e o tráfico de órgãos são completamente ignoradas. Esta visão enfatiza a exploração sexual, mas deixa de fora da análise o problema maior, e que em muitos casos possibilita o próprio tráfico, que é a migração interna e externa de trabalhadores, sejam mulheres ou homens (Bruckert e Parent, 2002: 4). Perante problemas entendidos como morais, criminais, de migração e de ordem pública, opta-se normalmente por soluções que implicam o controlo e a punição. Pelo contrário, se o problema é pensado como uma questão de direitos laborais e de direitos humanos, melhores soluções se colocam (Bruckert e Parent, 2002: 7), visto apresentarem-se como inclusivas, não discriminatórias e promotoras de cidadania. Como escrevem Raposo e Togni, quando discutem o conceito de migrações e os fluxos matrimoniais transnacionais entre portuguesas e brasileiras, a negação da concessão do direito ao exercício de actividade profissional pode gerar situações de maior dependência económica e laboral (Raposo e Togni, 2009: 36). O combate ao crime deve ser antes de mais uma luta pela igualdade de oportunidades. Se considerarmos o género, mas também o estatuto de migrante, um factor concreto de desigualdade, então, afirmam vários autores, entre os quais Santos, as mulheres imigrantes serão de facto as mais vulneráveis a situações de exploração.

Estão particularmente vulneráveis ao tráfico para fins de exploração sexual, as mulheres migrantes, por várias razões, como sejam: a sua fraca autonomia económica (em consequência das desigualdades no acesso ao mercado de trabalho formal não precário); o imperativo de subsistência para os filhos de quem são, frequentemente, as primeiras e únicas responsáveis; e a sua inserção individual em estratégias migratórias transnacionais (Santos *et al.*, 2007:2).

Curioso que no mesmo livro se possa ler um pouco mais à frente, com a ressalva de se focar no caso do tráfico de mulheres para exploração sexual, que “excluindo situações de rapto, na maioria dos casos as mulheres são agentes activos que tomam a decisão de emigrar de acordo com escolhas racionais, mais ou menos informadas, feitas para atingir certos objectivos e de uma avaliação do risco” (Santos *et al.*, 2007: 8; Surtees, 2008). As razões que promovem a dita vulnerabilidade são as mesmas que

accionam o agenciamento, com o intuito de arriscar e com o desejo de mobilidade, das (mas também dos) migrantes.

Como várias fontes sublinham, entre as quais Bruckert e Parent (2002), Agustín (2006, 2007), Weitzer (2007) e Oliveira (2008, 2011), as mulheres migrantes, e em particular as mulheres migrantes trabalhadoras do sexo, são imaginadas como mais frágeis, sem agenciamento e entendimento, sem capacidade cultural suficiente para detectar uma situação que as poderá vitimizar.

As mulheres imigrantes a trabalhar no sexo comercial são retratadas como vítimas e destituídas de qualquer capacidade de agência. Segundo este discurso, se as imigrantes trabalham na indústria do sexo, qualquer processo seu de viajar apoiado por outras pessoas converte-se em violência, engano e coacção e ela em criança passiva incapaz de ter optado pelo que faz (Oliveira, 2008: 358).

Porém, Oliveira sublinha esse agenciamento ou capacidade de escolha – mesmo que uma menos má escolha relativamente ao panorama possível – informando de diferentes graus de autonomia face às redes e à alegada falta de liberdade.

Há, em diversos momentos da trajectória de muitas migrantes diferentes graus de dependência relativamente às redes de tráfico e exploração sexual, sendo a autonomia crescente em função do tempo. É esta possibilidade que faz com que as mulheres se submetam às situações de perda de liberdade (Oliveira, 2008: 307).

Em concordância, a PJ informa de casos de mulheres traficadas para fins de exploração sexual em Portugal que, depois de pagar a dívida inflacionada ao explorador, ficam livres.

Há casos de mulheres que foram traficadas para cá, algumas nem se entendem como vítimas de tráfico, não entendem que estão a ser vítimas de tráfico sequer. E muitas delas foram vítimas de tráfico. Têm de pagar verbas altíssimas, o patrão é capaz de gastar com elas...as verbas que pagou ao angariador, despesas de transporte e mais qualquer coisa, é capaz de gastar 1000 euros. Mas ela tem de pagar 3000, 3500, 4000, é-lhe apresentado essa verba. E enquanto ela não se prostituir para pagar essa verba, não é libertada. Algumas delas acabam por, pela maneira de ser ou porque estão num bar com muitos clientes que rende bastante, acabam por em pouco tempo pagar essa verba, meses, um ano. Se calhar, conformar-se à situação. Depois de pagar a verba estão à vontade (Unidade Nacional Contra-Terrorismo PJ, 20.10.2010).

Mais ainda, a Unidade Nacional Contra Terrorismo da PJ cristaliza que a falta de consciência da situação de vitimização e o nível de enganado a que estas mulheres se submetem, ouvidos repetidamente nas entrevistas realizadas durante o projecto, relaciona-se com o conhecimento prévio da actividade que seria desenvolvida e, por outro lado, com a ideia errada de fácil enriquecimento.

No fundo são enganadas relativamente ao enriquecimento rápido. Porque são tantas a comer, que o enriquecimento rápido é uma utopia. E só são enganadas nesse aspecto. Porque no resto, elas sabiam bem para o que vinham e não vieram nada enganadas (Unidade Nacional Contra-Terrorismo PJ, 20.10.2010).

Visto o conceito ser recente, os actores institucionais que lidam com este fenómeno, e por consequência, os meios de comunicação e a opinião pública continuam a assimilar automaticamente o conceito de tráfico de pessoas à exploração sexual e à prostituição *de mulheres*. Esquece-se com frequência que os homens e os transgéneros<sup>83</sup> também se prostituem. Transformam-se em “mais vítimas”, na verdade, dada a sua total invisibilidade, incluindo no imaginário social.

A prostituição, em Portugal, não é proibida mas sofre de uma imensa invisibilidade legal e social. Porém, ao contrário do que por vezes se pensa, diz e escreve, “prostituição” não é o mesmo que “TSH”. Por outras palavras, “nem todas as mulheres traficadas [são] prostitutas e nem todas as prostitutas [são] vítimas de tráfico” (Santos *et al.*, 2007: 36; Saunders, 2005).

Da mesma forma, nem todas as pessoas potencialmente traficadas são migrantes, apesar da forte tónica desta categoria nas representações e discursos acerca do TSH e dos direitos humanos.

---

<sup>83</sup> Será utilizado, no decorrer da tese, o conceito de transgénero como noção privilegiada, dado o seu carácter aglutinador que inclui em si mesmo as noções de transexual e travesti (Saleiro, 2012: 3; 6). Serão ainda utilizados os termos trans e travesti, no capítulo dedicado à Etnografia, uma vez que são esses os termos utilizados pelos interlocutores.

## 2.O conceito de migração hoje:

As migrações são um agente que tem acompanhado a história da humanidade desde os primórdios. A própria existência da espécie humana decorre desse agente. O seu carácter contemporâneo e globalizado coloca-o no centro das grandes discussões teóricas, políticas, económicas e sociais de hoje. O conceito de migração pode ser definido, seguindo a proposta de Douglas Massey e Jorge Durand, como um evento ou um movimento que requer a acção de atravessar uma linha intangível existente num mapa e que é frequentemente invisível no espaço (Durand e Massey, 2004: 2). As políticas migratórias, centrais no actual debate político, económico e social são, nas palavras de Paulo Raposo e Paula Togni, “decisivas para a definição e a actual configuração” do conceito em análise (2009: 33).

Actualmente, é unânime a ideia de que as pessoas migram com o intuito de melhorar as condições económicas, sociais e políticas, para si próprias e para os seus familiares (Peixoto, 2007: 86; Chou, 2008: 89). Como Chou escreve, os migrantes que são traficados não são excepção à regra (Chou, 2008: 89).

Todavia, a relação conceptual construída em torno das migrações e do tráfico pode ser prejudicial. Isto porque a interpretação do conceito de tráfico como um problema sobretudo ligado às migrações propõe que a solução para o fenómeno passa inquestionavelmente por identificar as pessoas traficadas como estrangeiros indesejáveis. Sendo assim, a detecção, identificação e combate de situações de tráfico deve passar pelo controlo dos imigrantes indocumentados – os estrangeiros indesejáveis, porque sem papéis. Esta interpretação e discurso necessitam de um sujeito particular constituído e identificável para actuar, construído através do imaginário social acerca do *Outro*. Este *Outro*, que imigra sem documentação, é visto como um invasor e a imigração irregular é percebida como uma ameaça e um problema de segurança interna, que coloca em causa a integridade e uma imaginária heterogeneidade nacional ou nativa. Esta ameaça provoca, está claro, medos e ansiedades que, por sua vez, legitimam o aumento de mecanismos de controlo sobre a chamada imigração ilegal e dos imigrantes em situação irregular (Ausserer, 2008: 100; Guia, 2010: 18). A questão do tráfico pode, portanto, ser colocada na intersecção de categorias corporais e sociais, porque afecta corpos (através da sua exploração) e ao mesmo tempo foca uma parte da população como duas categorias particulares e simultâneas: são imigrantes ilegais e potenciais vítimas de tráfico.

As estratégias de controlo político expressam-se através daquilo que Foucault denomina de governamentalidade, que opera através do biopoder de forma a regular parte ou totalidade de uma população. A governamentalidade é uma tecnologia de poder sobre os indivíduos e sobre os seus corpos (Foucault, 2004; 2006; Burchell *et al.*, 1991; Inda, 2005; Candiotti, 2010), que pretende torná-los “dóceis” e domesticados (Ausserer, 2008). É a governamentalidade que cria as fronteiras entre conceitos aplicados a pessoas indicando, neste contexto, quem deve ser considerado vítima ou criminoso.

No campo da discussão dos conceitos de tráfico e migrações surge um conceito fundamental para delinear o que é tráfico e quem deve ser considerado em situação de potencial TSH. Esse delineamento é feito através da criação de um outro conceito, que lhe é diferente e oposto, mas que contribui frequentemente para a confusão conceptual entre os significados: o auxílio à imigração ilegal<sup>84</sup>. Quem incorre numa situação de contrabando de migrantes ou de auxílio à imigração ilegal é considerado o oposto da vítima, ou seja, é criminoso. Segundo o Protocolo Adicional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea (*Protocol Against the Smuggling of Migrants by Land, Sea and Air*)<sup>85</sup>, o contrabando de migrantes é definido como:

Facilitar da entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte do qual essa pessoa não é nacional ou residente permanente com o objectivo de obter, directa ou indirectamente, um benefício financeiro ou outro benefício material<sup>86</sup>.

Já em território nacional, o auxílio à imigração ilegal é definido através do Artigo 183º da Lei de Estrangeiros (Lei 23/2007, de 4 de Julho), como:

---

<sup>84</sup> Sobre a discussão, definição e diferenciação entre os conceitos de *trafficking* e *smuggling* ver, por exemplo, Salt, 2000; Aronowitz, 2001; Kyle e Koslowski, 2001; Anderson e Davidson, 2003; Chapkis, 2003; Peixoto, 2007; Santos *et al.*, 2007.

<sup>85</sup> A par do Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças (*Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children*), trata-se do segundo Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional.

<sup>86</sup> Artigo 3, a, disponível em:

[http://www.nao-estas-a-venda.sef.pt/docs/protocolo\\_trafico\\_ilicito\\_migrantes.pdf](http://www.nao-estas-a-venda.sef.pt/docs/protocolo_trafico_ilicito_migrantes.pdf) (consultado pela última vez a 12.04.2012). O artigo explicita ainda que “b) Por “entrada ilegal” entende-se a passagem de fronteiras sem preencher as condições necessárias para a entrada legal no Estado de acolhimento. c) Por “documento de viagem ou de identidade fraudulento” entende-se qualquer documento de viagem ou de identificação: (i) Que tenha sido falsificado ou alterado de forma substancial por uma pessoa ou uma entidade que não esteja legalmente autorizada a fazer ou emitir documentos de viagem ou de identidade em nome de um Estado; ou (ii) Que tenha sido emitido ou obtido de forma irregular, através de falsas declarações, corrupção, coacção ou de qualquer outro meio ilícito; ou (iii) Que seja utilizado por outra pessoa que não o seu titular legítimo” (Artigo 3).

1 - Quem favorecer ou facilitar, por qualquer forma, a entrada ou o trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional é punido com pena de prisão até 3 anos.

2 - Quem favorecer ou facilitar, por qualquer forma, a entrada, a permanência ou o trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional, com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos.

3 - Se os factos forem praticados mediante transporte ou manutenção do cidadão estrangeiro em condições desumanas ou degradantes ou pondo em perigo a sua vida ou causando-lhe ofensa grave à integridade física ou a morte, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

4 - A tentativa é punível.

5 - As penas aplicáveis às entidades referidas no n.º 1 do artigo 182º são as de multa, cujos limites mínimo e máximo são elevados ao dobro, ou de interdição do exercício da actividade de um a cinco anos<sup>87</sup>.

Uma das considerações a sublinhar neste contexto é a confusão entre “tráfico”, “contrabando” e “migração económica” ou aquilo que Peixoto denomina de “migração normal de trabalho” (Peixoto, 2007: 74). Através das entrevistas realizadas nesta pesquisa, em particular a agências do Estado, incluindo OPCs, confirma-se que a dificuldade em recolher prova jurídica de TSH produz uma aposta sistemática noutros crimes que gravitam à volta daquele crime como, por exemplo, o contrabando ou auxílio à imigração ilegal. Porém, a Organização Internacional das Migrações (OIM) revela, em entrevista, a raridade destes casos na sua missão em Portugal.

Aparecem, enfim, que tenham pago a uma pessoa para fazer todo o trabalho e para comprar a viagem e essas coisas, muito raramente.

Agora, acontece, porque é uma prática muito comum, principalmente no Brasil, haver agências que financiam estas viagens. No fundo, as pessoas compram a viagem em prestações. Vêm para cá, depois fazem aquilo em 12 meses ou 24 meses, e depois vão pagando a partir aqui de Portugal. Algumas dessas agências são legais, há outras que nem por isso. Já aconteceu nós termos aqui pessoas, por exemplo, que vieram para cá, com viagem de ida e volta, e depois o bilhete de ida foi aproveitado para que outras pessoas pudessem regressar para lá. Mas, lá está, que seja declarado, que a pessoa tenha dito “eu fui enganado”, porque as pessoas estão perfeitamente conscientes daquilo que aconteceu. Tão conscientes que acabam por nos contar. Não se consideram vítimas. Sabem perfeitamente ao que vão. Neste tipo de situações (OIM, 27.10.2010).

A OIM afirma nunca ter tido conhecimento de casos de tráfico, à data da entrevista. A maioria das pessoas que recorre a esta entidade, contudo, já foi vítima de exploração

---

<sup>87</sup> Ver em Legispédia SEF, disponível em: <https://sites.google.com/site/leximigratoria/artigo-183-o-auxilio-a-imigracao-ilegal> (consultado pela última vez a 13.04.2012).

laboral. Muitos estão em situação irregular (o que é uma vantagem para os patrões que pagam o que querem a estas pessoas em situação de vulnerabilidade, quando não se limitam pura e simplesmente a desaparecer) e têm a decorrer vários processos no Tribunal do Trabalho.

Experiência diferente tem a UVIDRE-APAV<sup>88</sup>, que revela ter tido contacto com vítimas de tráfico, muitas encaminhados pela PJ e pelo SEF. Um dos casos mencionados diz respeito a jovens romenas encontradas há vários anos e apoiadas pela UVIDRE.

Por exemplo, estas jovens [romenas de que falávamos e que estiveram na casa acolhimento da APAV. Uma delas ainda lá está] eram muito jovens quando começaram, tinham 14, 15 anos. Portanto agora têm 18, 19, não estudaram, não têm estruturas para um emprego que nós consideramos que seria um emprego estruturado. Portanto, têm que fazer formação, têm que aprender de novo a língua. Isto são coisas que demoram tempo. Considerando que é um tempo que elas às vezes não têm paciência para esperar, porque já tiveram muitas experiências e muitas coisas, e não... Pedir-lhes para estar sentadas no banco da escola muitas vezes é complicado.

E pronto, como eu lhe disse, tem a ver não só com a identificação mas com o processo de apoio social seguinte, e muito com a fronteira entre o que é a investigação e o que é a competência da polícia e o que é que deixa de ser a competência da polícia, ou deveria deixar de ser a competência da polícia. Que em termos teóricos é relativamente fácil, mas em termos práticos torna-se às vezes não tão simples de definir.

O que nós vimos muito é a exploração laboral. Que nós não conseguimos definir muito bem se é exploração laboral, se é tráfico para fins de exploração laboral. Mesmo porque nós, em termos da tipificação, não temos essa diferença. Nós temos as definições da OIT, mas não temos legislação nem prática, mesmo jurisprudência para dizer “isto é slavery” ou é “trafficking for labor exploitation”. Em termos de tipificação, não conseguimos muito bem definir (UVIDRE-APAV, 14.10.2010).

A dificuldade em balizar no terreno cada conceito prende-se com os obstáculos imputados aos canais regulares para a imigração e, conseqüentemente, com a necessidade de recorrer a um intermediário, contrabandista ou traficante (Peixoto, 2007: 74). O *Jornal do Vaticano* é uma das imensas fontes que chama a atenção para a distinção entre ambos os conceitos:

Il traffico e il contrabbando sono altri termini che sono spesso confusi nel dibattito politico e nei discorsi accademici. Il termine "traffico di persone" è limitato alle situazioni in cui le persone sono ingannate, minacciate, o costrette in situazioni di sfruttamento, compresa la prostituzione. “Traffico di

---

<sup>88</sup> Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

migranti” implica que un migrante voluntariamente acquisti dei servizi da parte di imprese criminali per aggirare le restrizioni in materia di immigrazione, senza necessariamente essere vittima di raggiri o di sfruttamento. Tuttavia, in pratica, è spesso difficile operare una distinzione netta tra ciò che è volontario e ciò che è forzato, tranne nel caso della schiavitù (Agenzia FIDES, 2009: 2).

Juridicamente, o tráfico e o contrabando são crimes diferentes, visto o primeiro ser tipificado como um crime contra a pessoa e o segundo ser um crime contra os estados. Peixoto afirma que os contactos informais e as redes familiares, de amigos ou conhecidos têm tido um menor peso na potenciação das migrações (Peixoto, 2007: 72). Essa é uma experiência diferente daquela com a qual lidei. A maioria das pessoas migrantes, em especial as trabalhadoras do sexo contactadas no decorrer desta pesquisa, declarou ter migrado para Portugal e para a Europa através de contactos com redes consideradas informais, nomeadamente familiares e amigos, quer migrantes, quer ex-migrantes, fazendo jus à referência supra citada do *Jornal do Vaticano*.

Outra das dificuldades no âmbito da discussão sobre migração consentida ou forçada, e portanto na atribuição do grau de vitimização da pessoa migrante (Aronowitz, 2001; Kyle e Koslowski, 2001; Anderson e Davidson, 2003; Peixoto, 2007), é a da atribuição do grau de “livre escolha” *versus* “condicionamento” da decisão de migrar. Esta decisão nunca é fácil. Aparentemente, a norma é o vago sonho de migrar para outro país, aliado finalmente a uma sugestão ou ajuda por parte de terceiros – que fazem parte de redes informais de amigos e familiares, que porventura já passaram por essa experiência. O património simbólico atribuído a quem “já passou por essa experiência” é, segundo os testemunhos que fui recolhendo, fundamental para a decisão final de migrar. Evidentemente, e sem querer ser paternalista, tal como Peixoto sublinha, creio também que os movimentos de crianças “adquirem singularidade, por aí não se poder argumentar acerca de uma vontade própria” (Peixoto, 2007: 74).

Em 2010, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)<sup>89</sup>, Portugal contava com a população estrangeira residente na ordem dos 445 262 cidadãos. As comunidades imigrantes com maior expressão são, segundo os dados disponíveis, a brasileira (26,81%), a ucraniana (11,12%), a cabo-verdiana (9,88%), a romena (8,27%), a

---

<sup>89</sup> Os últimos dados disponíveis são referentes ao ano de 2010, como se pode ver em <http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx> (consultado pela última vez a 12.04.2012).



angolana (5,28%) e a guineense (4,45%)<sup>90</sup>, situação que se mantém relativamente idêntica em 2013.

No que à maior comunidade imigrante residente em Portugal diz respeito, note-se que este país está longe de ser o único destino desta comunidade. Ao que tudo indica, aliás, com a crise instalada, são cada vez mais os migrantes brasileiros a regressar ao país de origem. Os países mais procurados por esta comunidade são antes os EUA, que conta com a maior comunidade no exterior, seguido do Japão e alguns países europeus, entre os quais Portugal (Fernandes, 2006; Fusco, 2006; Peixoto, 2007).

Segundo Padilla (2005) e Peixoto (2007), as principais razões para a escolha de Portugal como destino migratório, concretamente para esta comunidade, são o conhecimento que se tem acerca do país, dado que “a disponibilidade de informação condiciona largamente a escolha dos destinos migratórios” (Peixoto, 2007: 75), a par do “papel das redes sociais já instaladas no país” (Idem), aliadas ainda à língua, que é a mesma, e à “expectativa de semelhança cultural (parcialmente defraudada à chegada); a expectativa de fácil legalização (reforçada com o “Acordo Lula”, celebrado em 2003); e o facto de Portugal poder funcionar como uma porta de entrada para a Europa” (Idem). Tal como Durand e Massey escrevem sobre a fronteira EUA-México, ou Inda escreve sobre essa mesma fronteira, mas do ponto de vista do lado sul (Inda, 2006), também a fronteira Atlântico-UE<sup>91</sup> funciona como um espaço de batalha de símbolos.

With the border as a dramatic prop, immigrants became symbols in a battle of images. For some they symbolize the America Dream; for others, the loss of control in a global economy (Durand e Massey, 2004: 1).

A batalha dá-se entre quem pode ou não entrar em espaços sentidos como privilegiados. Um exemplo é a Europa, ou a “Europa-el-Dorado”, como diz a SOLIM – Associação de Solidariedade Imigrante. No continente europeu, como avnçam Raposo e Togni, “a criminalização ou a dissuasão burocrática espalhou-se claramente nos últimos anos como paliativo para a incapacidade das sociedades dos principais destinos migratórios de conterem os fluxos populacionais que os efeitos da globalização têm vindo a despoletar” (Raposo e Togni, 2009: 19).

---

<sup>90</sup> Ver *Relatório Imigração, Fronteiras e Asilo*, p.17, disponível em [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2010.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf) (consultado pela última vez a 12.04.2012).

<sup>91</sup> De resto, aplica-se a todas as fronteiras com e para além da União Europeia.

Ao mesmo tempo que se apregoa a defesa dos direitos humanos de todas as pessoas em território europeu, legislam-se Protocolos Adicionais contra a Imigração irregular, como a já citada. Ao mesmo tempo que se criam os produtos de defesa das potenciais vítimas de tráfico, como o CAP – Centro de Acolhimento para Vítimas de Tráfico em Portugal, cria-se a Directiva de Retorno<sup>92</sup>, uma legislação europeia que visa harmonizar as políticas de imigração em espaço europeu. É apelidada de “Directiva da Vergonha” pelos movimentos sociais dos direitos dos imigrantes. A Directiva de Retorno, ou da Vergonha, é uma lei europeia que criminaliza o imigrante em situação irregular – em nome da harmonização de políticas migratórias (Ramirez, 2008; Baldaccini, 2009; Chetail e Bauloz, 2011; Essomba, 2012). Hoje, por causa dessa Directiva, que Portugal subscreveu, um imigrante em situação irregular pode ser detido em locais para esse efeito, durante o período máximo de 18 meses, findos os quais o imigrante é expulso do território europeu, para onde não pode voltar a tentar entrar durante 5 anos. Esta lei aplica-se também a crianças desacompanhadas.

Em nome da legislação comunitária, as organizações estatais perdem “espaço de manobra” para lidar com os migrantes, como foi explicado em entrevista pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). Segundo a ACT, “somos obrigados a comunicar todas as situações irregulares. Tem a ver exactamente com o aperto da malha com a política comunitária de imigração”<sup>93</sup>. Este aperto da malha da política comunitária para a criminalização da imigração destina-se a falhar, cortando os laços de confiança que poderiam ser estabelecidos entre Estado e indivíduo migrante.

Le politiche volte a “lottare contro l’immigrazione clandestina” non solo hanno l’effetto di criminalizzare l’immigrazione, ma sono destinato a fallire, perché sono tra le cause del fenomeno che pretendono di combattere (Agenzia FIDES, 2009: 13).

---

<sup>92</sup> Ver Directiva em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:348:0098:0107:ES:PDF>, comunicado de imprensa da Sessão Plenária de Aprovação da Directiva no Parlamento Europeu, em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+IM-PRESS+20080616IPR31785+0+DOC+XML+V0//PT> e Lei portuguesa da Imigração em: <http://www.sef.pt/documentos/56/NOVA%20LEI%20ESTRANGEIROS.pdf> (consultados pela última vez a 3.05.2013). Em Portugal, de acordo com os dados do SEF, foram em 2011 foram instaurados 2.486 processos de expulsão administrativa, tendo sido proferidas 634 decisões de expulsão e 452 de arquivamento, totalizando 1.086 procedimentos concluídos, como se pode conferir no Relatório Imigração Fronteiras e Asilo 2011, documento disponível em: [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2011.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2011.pdf) (consultado pela última vez a 3.05.2013).

<sup>93</sup> Entrevista realizada a 8.07.2010.

Não é apenas a Agência FIDES, do Vaticano, que advoga que as pretensas políticas para eliminar o TSH assentes em medidas legislativas para lutar contra a imigração ilegal não só têm o efeito de criminalizar a imigração, mas estão condenados ao fracasso, porque estão entre as causas do fenómeno que pretendem lutar. Agustín é uma das autoras de charneira que chama a atenção para esta confusão de políticas que promovem precisamente o contrário do pretendido oficialmente. A autora refere, num dos livros mais citados por pessoas trabalhadoras do sexo activistas, que a migração não é uma identidade, mas um processo. A forma como os países de acolhimento, e particularmente os projectos sociais, lidam com estas pessoas difere na forma e no conteúdo, em função da origem e das ocupações/profissões das pessoas. Se vierem de países interligados à ideia de tráfico, então estas pessoas, migrantes irregulares, serão tratadas como vítimas. Caso contrário, serão tratadas como migrantes sem papéis (Agustín, 2007: 10-11). Esse factor faz toda a diferença, nomeadamente no que diz respeito à recolha empírica de dados sobre vítimas de tráfico. Quando as pessoas se encontram em situação irregular, têm obviamente relutância em dar informação fidedigna sobre o seu percurso e a sua história de vida (Agustín, 2007: 37). Como a autora sublinha, quaisquer estatísticas publicadas sobre o número de vítimas de tráfico são “essencialmente fantasias” (Idem: 37) e as evidências ou “provas” de existência de tráfico são circulares, na medida em que as “fontes oficiais” citam “fontes periódicas” e vice-versa. Assim, a “prova” perde-se e a metodologia para a sua aquisição é normalmente não detalhada ou omitida (Idem: 38).

Agustín foca o discurso do tráfico relacionado com as questões de migração e de género. A autora desconstrói o princípio do próprio discurso do tráfico. Este discurso assenta na noção de que as mulheres mais pobres (e portanto mais vulneráveis, menos capazes de tomar decisões) devem permanecer em casa e evitar aventurar-se no percurso migratório, que possivelmente lhes trará problemas. Pelo contrário, espera-se que os homens vão ao encontro de potenciais problemas, migrem, e ultrapassem os problemas que encontrem pelo caminho. As mulheres, pelo contrário, face aos mesmos problemas, podem sair irreparavelmente prejudicadas (Agustín, 2007: 39). Além disso, este discurso do tráfico assume que as mulheres, tal como as crianças, apresentam maior disposição para serem enganadas, especialmente para o sector da prostituição e, simultaneamente, apresentam uma menor predisposição para migrar (Agustín, 2007: 40).

Face ao imperativo da protecção dos direitos humanos, particularmente (claro está) das mulheres e crianças, desenvolvem-se, como já vimos, novas directivas e legislação para proteger os grupos alvo citados. Os esforços para eliminar este crime (o TSH) resultam amiúde na prevenção da imigração em si mesma (Idem: 40). Porém, como não indagar o seguinte: a tendência para a criminalização dos movimentos dos indivíduos migrantes não terá a consequência de promover o desenvolvimento organizado do tráfico de pessoas? (Cf. Agustín, 2007: 40). A autora sugere que, caso fosse colocada ênfase na flexibilidade e mobilidade dos indivíduos migrantes, estas pessoas colocadas laboralmente em trabalhos de menor prestígio, poderiam surgir em estudos e estatísticas como algo diferente do rótulo imediato e sistemático de vítima. Para muitas pessoas migrantes, a opção de migrar é uma solução convencional, e não traumática (Agustín, 2007: 45; Raposo e Togni, 2009: 23; 37). E, de facto, muitos viajantes e migrantes (de origens outras que não a Europa) acreditam que têm hoje o direito de “reconquistar”, migrar, trabalhar e viver em território europeu (Agustín, 2007: 46), criando uma comunidade imaginada de “identidades sem fronteiras” (Raposo e Togni, 2009: 141). Mas do ponto de vista do “ex colonizador”, da Europa, a imigração é percebida como um problema social e, como tal, algo a solucionar.

Immigration was turned into a social problem. With this move, the dominant member of the migration relationship firmly maintains control over knowledge and management of the “problem”, according to which immigrants are always lacking necessary skills and culture (Agustín, 2007: 47).

Para assegurar o controlo sobre o “problema” da imigração, os decisores políticos dos locais de destino assumem a falta de capacidades e mesmo de cultura dos migrantes. Por seu lado, os estudos relativos às migrações são, nas palavras de Agustín, culpados de ignorar as mulheres – e todas as pessoas migrantes, mesmo que não mulheres – que vendem sexo, resignando-as ao “miserável campo das vítimas de tráfico” (Idem: 47). Se ouvirmos as palavras das pessoas migrantes, ouvimos histórias e relatos de abusos de várias ordens, mas raramente ouvimos falar de tráfico.

The words of these migrants tell us not that there are no abuses or problems but that “trafficking” is a woefully inadequate way to conceptualize them (Agustín, 2007: 48).

Se o conceito de tráfico é uma forma inadequada de conceptualizar os problemas e abusos vividos pelos migrantes, independentemente da área laboral onde estão inseridos, então a quem serve o conceito? Com o propósito de defender os direitos humanos, criam-se leis que na verdade não protegem as populações aparentemente visadas, mas os cidadãos, a comunidade imaginada composta pelos nativos dos locais de destino (e os migrantes regulares). Os imigrantes irregulares não são integrados no conceito de cidadania.

Estima-se que existam 8 milhões de imigrantes ilegais na União Europeia<sup>94</sup>. Compreende-se por isso que o Programa de Estocolmo, a agenda da justiça e dos assuntos internos da UE para os próximos cinco anos, tenha por principais preocupações “o terrorismo, a segurança informática, a criminalidade organizada e o controlo das fronteiras”<sup>95</sup>. A imigração é, portanto, um dos temas principais. A UE conta com cerca de 1 800 pontos de controlo nas suas fronteiras externas e considera pertinente reforçar o papel da Frontex, a agência europeia de protecção das fronteiras externas<sup>96</sup>.

De facto, não é possível analisar o conceito de tráfico sem tropeçar nos conceitos de migração e prostituição visto, segundo dizem os peritos, ser nestes dois grupos (imigrantes e trabalhadores do sexo) que se encontrarão as vítimas de tráfico.

É necessário notar que a imigração ilegal é um grave problema europeu, como quase todos os dias é noticiado<sup>97</sup>. Por seu lado, a prostituição não é, na maioria dos países da UE e em Portugal, nem legal, nem ilegal. Não existem estatísticas para os trabalhadores do sexo (existiam, porém, cerca de 750 anúncios diários de ofertas de “Convívio” para adultos, nos Classificados do periódico nacional *Correio da Manhã* em Janeiro de 2009). As mulheres que trabalham na prostituição não deixam por isso de ser vistas como “más mulheres”, que infringem as normas aceitáveis de feminilidade e são por isso despojadas dos seus direitos (Scrambler, 1997: 3). A literatura e os relatórios existentes sobre o assunto referem a crescente prostituição estrangeira na UE e em

---

<sup>94</sup> Ver <http://europa.eu/geninfo/query/resultaction.jsp?userinput=imigrantes%20ilegais%202009> (Consultado pela última vez a 22.10.2009). Em Portugal, o número de imigrantes ilegais é, segundo os dados oficiais da Presidência e do SEF, “indeterminado” (<http://www.presidencia.pt/?idc=24&idi=1743#>) (Consultado pela última vez a 20.01.2010).

<sup>95</sup> Nossa ênfase.

<sup>96</sup> Os países com maior pressão migratória são a Grécia, a Itália, Malta e Espanha, segundo dados da UE, consultáveis em [http://ec.europa.eu/news/justice/090610\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/news/justice/090610_pt.htm) (Consultado pela última vez a 20.01.2010).

<sup>97</sup> Em Agosto de 2009, por exemplo, é noticiado que “Mais de 70 Imigrantes podem ter morrido no Mediterrâneo ao tentar fazer a travessia da África à Europa num bote” (Notícia disponível em <http://noticias.terra.com.br/interna/0,,OI3932479-EI188,00.html>) (Consultado pela última vez a 20.01.2010).

Portugal. Curiosamente, dado que tanto os imigrantes ilegais como as pessoas trabalhadoras do sexo se encontram nas margens, as suas vozes são silenciadas no debate do tráfico de pessoas.

### **3. Vítimas, Imigrantes e Trabalhadores do Sexo entre as políticas de Direitos Humanos e os danos colaterais:**

O medo e o desconhecimento ou a falta de informação parecem ser as palavras-chave para entender o TSH. Contudo, o combate ao fenómeno conta hoje com vários instrumentos, sendo o mais destacável em termos internacionais, o Protocolo de Palermo.

Criado como um instrumento de defesa dos direitos humanos, o Protocolo de Palermo não deixa de levantar problemas. Piscitelli é uma das autoras que chama a atenção para os *collateral damages* do combate ao tráfico, tais como a restrição de movimentos de jovens em países africanos e o internamento forçado de trabalhadoras sexuais na Europa Oriental, medidas impostas para a protecção de potenciais vítimas. A autora refere ainda o aprisionamento decorrente de rusgas aos locais de trabalho onde se encontram trabalhador@s do sexo, muitas vezes em situação irregular e a consequente deportação dos migrantes não documentados.

Em várias partes do mundo, pesquisadores, organizações não-governamentais e coletivos de prostitutas registram esses efeitos, sintetizados na expressão *collateral damage*. Eles envolvem aspectos diversificados. Um deles é a restrição de movimento dos jovens, em países africanos, impedindo que deixem suas aldeias para evitar que sejam traficados. Outro, a internação forçada de prostitutas estrangeiras (mesmo que afirmem não terem sido traficadas) em abrigos custodiados pela polícia, durante meses, na Europa Oriental. O terceiro aspecto é a recorrente detenção em operações contra o tráfico de pessoas em países da Europa Ocidental, principalmente de mulheres trabalhando na indústria do sexo, que, no lugar de aceder à proteção a ser concedida às vítimas desse crime, são aprisionados/as e deportados/as por serem migrantes não documentados (Piscitelli, 2008: 31-32).

A migração é fundamental na construção da ideia de tráfico, como já era com o “white slave traffic”. Com o argumento da defesa dos direitos humanos de pessoas oriundas de países mais vulneráveis, os países de destino restringem o acesso ao território dos migrantes em nome – repare-se na ironia – da protecção dessas mesmas pessoas.

A questão [do tráfico] é tratada basicamente como problema moral, de crime organizado ou de migração... Vale lembrar que as acirradas discussões internacionais sobre o tráfico de pessoas têm lugar em contextos marcados pela obsessão com os migrantes não documentados (Piscitelli, 2008: 35).

A armadilha simplista de pensar estas pessoas como vítimas totais às mãos de indivíduos sem escrúpulos traduz-se na impossibilidade de ouvir a voz das próprias vítimas, em nome da sua própria protecção. Ficam, assim, por responder algumas perguntas, tais como que pressões migratórias existem nos países de origem, quem quer efectivamente migrar para onde e com que perspectivas de trabalho e de vida, mas também quais as relações que se tecem entre a migração legal e ilegal, bem como os impactos das políticas tomadas nas vidas dos migrantes. A Amnistia Internacional é uma das organizações que aponta o dedo ao papel das medidas restritivas para a imigração, rumo ao ocidente prometido, para o conseqüente potencial aumento de situações que configurem tráfico humano.

A procura está supostamente nos países mais desenvolvidos. Supondo que o país desenvolvido fecha, restringe fronteiras, a procura que nele está irá de encontro à oferta. Limitar a imigração irá dar mais uma razão para traficantes prometerem mundos e fundos a migrantes, acabarem por explorá-los. Julgo que promoverá imigração ilegal e abusos de direitos humanos face à vulnerabilidade dos irregulares (Amnistia Internacional Portugal, 11.10.2010).

Vários autores sublinham que categorias de pessoas nas margens, particularmente migrantes, deslocados internos, refugiados e requerentes de asilo, sofrem conseqüências negativas inaceitáveis. As medidas anti-tráfico têm-se revelado contraproducentes para as pessoas que precisamente pretendiam proteger (Goodey, 2003; Chapkis, 2003; Dottridge, 2007: 2; Kempadoo, 1998 e 2005; Friesendorf, 2007; Howard e Lalani, 2008; Surtees, 2008; Gramegna, 2008), o que vai ao encontro do que afirma Agustín acerca da boa vontade ineficaz, assente em “agendas escondidas”, dos agentes sociais e da indústria da “ajuda” dirigida a vítimas (Agustín, 2004). Dá-se uma estranha reviravolta. A tónica afinal não é posta na ideia de vitimização, mas na condição de irregularidade. Tal como afirma a APAV Sul, “se estiver em situação irregular e não for identificada como vítima de tráfico, não tem quaisquer direitos”<sup>98</sup>. O CAP, certamente uma autoridade neste âmbito, refere isso mesmo, quando afirma que a posição irregular é utilizada por exploradores, para conquistar o silêncio e o bom comportamento, mas

---

<sup>98</sup> Entrevista APAV SUL, a 11.05.2011.

também pelo Estado, em concreto pelos OPCs, para garantir a detecção, detenção e potencial expulsão de pessoas sem papéis do país.

Porque também é muito frequente, até nas rusgas policiais, é o primeiro crime associado é a imigração ilegal. A pessoa não é vítima, a pessoa é criminosa. E é detida. Até em situações complicadas para repatriamento ou expulsão, e ninguém a questiona porque é que ela está numa situação de imigração ilegal e a própria vítima não tem noção disso. Até os exploradores utilizam a permanência ilegal para ameaçar e por isso elas de facto consideram-se criminosas e acabam aqui por uma situação de revitimização constante (CAP – Centro de Acolhimento e Protecção de Vítimas de Tráfico, 14.04.2010).

Estas informações são corroboradas pelos dados recolhidos, por exemplo, junto da GNR. No que toca a situações que possam configurar tráfico, a maioria dos casos é investigado por este OPC em casas de alterne, embora a esmagadora maioria venha a revelar antes lenocínio ou imigração ilegal.

Algumas situações que depois se vem a verificar ser de lenocínio. Outras situações, na maior parte dos casos, vem-se a detectar que era apenas permanência irregular em território nacional. Depois, na prática o tráfico é um bocadinho difícil de provar e de investigar (Repartição de Análise de Informação e *Focal Point* para o TSH da GNR, 14.07.2010).

Considerar todas as pessoas trabalhadoras do sexo como vítimas de tráfico e de escravatura – em concreto, as pessoas que se prostituem – é outra armadilha simplista. Estes trabalhadores devem ser vistos como outros trabalhadores precários, obrigados a fazer frente a várias formas de abuso (Bidman e Doezema, 1997; Brock *et al*, 2000; Bruckert e Parent, 2002; Agustín, 2006, 2007). Uma das falhas internacionais do combate ao tráfico, avança Weitzer, é o facto de as campanhas realizadas terem por alvo toda a migração, e particularmente a migração que envolve a venda de sexo no local de destino, em vez de se basearem no problema estrutural que alicerça o TSH, e que passa pela escravatura ou trabalho “não livre”. O que falta ao discurso categorizado como cruzada moral é, nas palavras do autor, a atenção devida às raízes das migrações, nomeadamente a pobreza e as barreiras encontradas pelas mulheres do chamado Terceiro Mundo ou da Europa de Leste na procura de emprego (Weitzer, 2007: 467). Além do mais, a legislação contra a indústria do sexo limita-se a aumentar a estigmatização e a vulnerabilidade das pessoas trabalhadoras do sexo (Bruckert e



Parent, 2002: 13; Raposo e Togni, 2009: 36), obscurecendo mais ainda o próprio fenómeno do tráfico.

Não se trata de defender com grande entusiasmo a prostituição. Em última análise, não se pode verdadeiramente advogar qualquer *glamour* relacionado com a actividade prostitutiva. Esse *glamour* é tão falso para esta actividade, como para a maioria das actividades profissionais, nomeadamente em contexto de produção capitalista. Além do mais, não se pode nunca abdicar do princípio: “não desejes aos outros o que não desejas para ti”. Mas estas pessoas existem, quer a maioria de nós queira, quer não. Fechar os olhos, marginalizar, não considerar sequer estas pessoas pelo que são em primeiro lugar – pessoas – é verdadeiramente imoral.

## Parte II

### Prostituição e Trabalho Sexual

Entrei com 19 anos. Matararam o meu pai tinha eu 10 anos. A minha mãe tinha muitos filhos. Não tive carinho de ninguém. Mais tarde conheci um homem que me maltratava, o pai dos meus filhos. Tive 2 filhos. Um deles morreu com a droga na prisão<sup>99</sup>. O outro vive no Algarve há já 15 anos. Vive bem. Tem vergonha de mim, sabe que a mãe anda nesta vida...

Foi o pai dos meus filhos que me meteu na rua, no Intendente. Fiz queixa dele e foi preso, por fugir à tropa, preso por me bater...até me queria vender os filhos.

Conheci outro senhor, que queria o dinheiro para a droga...Somos muito maltratadas pelos homens nesta vida.

Disse que vim para aqui com 19 anos, mas até vim antes. Com 19 anos vim para o Cais do Sodré. Mas vim para a prostituição, ali para o Intendente, com 15 anos, veja lá! Foi o pai dos meus filhos que me meteu lá. Eu não queria estar ali, fugia dos homens e fugia dele e ele ameaçava-me com paus e com o cinto. Batia-me na rua. As minhas amigas acudiam-me...

Agora vivo sozinha. Sou mãe solteira! (Cristina, Cais do Sodré, Lisboa, 17.05.2010).

A Cristina tem 52 anos e é portuguesa, natural de Almeirim. Mora na zona de Oeiras e trabalha na área do trabalho sexual “há muito tempo”, no Cais do Sodré. É institucionalmente apenas acompanhada pelo projecto RedLight<sup>100</sup>, da Associação Positivo<sup>101</sup>. A Positivo é uma ONG sediada precisamente no Cais do Sodré, que presta apoio médico, social e jurídico a afectados e infectados pelo VIH/Sida. O projecto RedLight dedica-se à divulgação e prestação destes mesmos apoios a pessoas trabalhadoras do sexo que operam em Lisboa. Foi, de resto, o RedLight que me colocou em contacto com a Cristina, a quem faço uma das três entrevistas gravadas e aprofundadas<sup>102</sup>. Do caderno de campo retiro as seguintes palavras, escritas depois do primeiro encontro:

---

<sup>99</sup> Trata-se do filho mais novo, que morre com 22 anos.

<sup>100</sup> Ver descrição do projecto RedLight em:

<http://www.positivo.org.pt/site/conteudo.php?ACACZghk=ABECVAhQUU8KTFPURwGEwIRVUhRDQifDUoID1BRURISUFleWhAtela9Xr1&ACACZghq=AGECMwtela9Xr1tela9Xr1> (consultado pela última vez a 24.01.2013).

<sup>101</sup> Ver site em: <http://www.positivo.org.pt/site/index.php> (consultado pela última vez a 24.01.2013).

<sup>102</sup> A esmagadora maioria das entrevistas a pessoas trabalhadoras do sexo foi realizada apenas com recurso ao caderno de campo, dado o medo e profunda desconfiança que esta população apresenta com tecnologia que relaciona com a comunicação social. A palavra gravador assusta estas pessoas. E mesmo que tenham abertura para falar no assunto, não deixam nunca de perguntar “mas é sem cara e com a voz distorcida como na televisão?!”, como de resto perguntou a Cristina, no encontro agora exposto.

A Cristina era a primeira senhora que deveria ter entrevistado no dia 17.03.2010, mas que não apareceu nesse dia. Foi o dia em que entrevistei a Manuela, no Cais do Sodré. Parece que a Cristina perguntou entretanto quando é que a moça (eu) queria reagendar. Como tinha atendimento com a Joana Rocha hoje, aproveitámos as 3 para combinar a entrevista, para depois do atendimento.

A primeira impressão é logo muito simpática. É simpática, sorridente. Sabe bem depois de ter sido tantas vezes repudiada na rua. A Laura<sup>103</sup> leva-nos para a sala de reuniões, “aqui estão mais à vontade e está em boas mãos” – isto é dito no singular, mas é para as duas.

Sozinhas, explico-lhe que estou a fazer um estudo sobre prostituição, que é um estudo para a faculdade, que pretendo dar voz a quem normalmente não tem voz, porque acho que todos têm coisas para dizer e ensinar. Esclareço desde logo que o anonimato é garantido, e que queria que fosse ela própria a inventar um nome para si.

Olha-me sorridente com os seus olhos verdes e o seu cabelo curto. Ninguém diria que é trabalhadora do sexo, pela forma simples de vestir e de estar. É desconfiada, claro. Todas são. Mas tem a abertura de espírito, a simpatia e a capacidade de me pôr à vontade. Começo por tirar o caderno com as perguntas. Peço-lhe então para inventar um nome fictício: Cristina (Caderno de Campo, 17.05.2010).

Este encontro decorre à porta fechada e em ambiente protegido. Isso significa que a conversa foi mais intensa, mais confidente que os encontros que decorreram na rua, em horário de trabalho das informantes. Aqui houve desabafos e choro. A Cristina diz que não tem família. Perde o pai aos 10 anos, morte sobre a qual não dá detalhes. A mãe era, segundo conta, “como uma cigana, de terra em terra, de tenda atrás”. A medo, pergunto-lhe se era trabalhadora do sexo. Responde:

Não, não. Era assim: conhecia um homem, juntava-se com esse homem... A minha mãe era solteira, morreu solteira. Mas juntava-se com esse homem, mas esse homem dava-lhe porrada, batia-lhe. Depois deixava esse homem, juntava-se com outro. Não andava nesta vida mas, pronto, isto...conhecia assim homens, mas deixava-os, que eles tratavam-na mal.

A Cristina é a segunda mais nova de 6 irmãos. A sua irmã mais velha “nunca andou nesta vida. Foi a minha avó que a criou, tá a ver. Mas é viúva, mora para os lados de Almada, morreu-lhe o marido. Mas essa nunca andou nesta vida”. Pelo contrário, a segunda irmã mais velha, uns 10 anos, que a minha companheira de conversas, também esteve no Cais do Sodré, mas “com a agulha, morreu”. Se hoje fosse viva, teria 62 anos.

Fala ainda de dois irmãos, um com 55 e outro com 57 anos, “todos nessas idades. Ah! E todos filhos de cada pai, pronto. Tá a ver? Não tive uma mãe como deve de ser.

---

<sup>103</sup> Foram solicitados nomes fictícios criados pelos próprios técnicos sociais, de forma a proteger as suas identidades.

A minha mãe teve 7 filhos, mas todos...de cada pai”. Mas os irmãos não se relacionam com a Cristina, desprezam-na por andar nesta vida, tal como o filho.

A sua única irmã mais nova (um ano) vive em Espanha. É casada com um espanhol. Segundo a Cristina, em quatro irmãs, três operaram na área da prostituição.

Éramos três. Era eu, era essa minha irmã que morreu com a droga, e é uma que está em Espanha, que um espanhol tirou-a da vida. Já tem meninos, tem 3 meninos espanhóis. Mas o espanhol é que a tirou da vida, pronto.

[Mas o espanhol conheceu-a na vida?]

Sim [diz a sorrir. Estas histórias fazem parte do imaginário prostitucional: uma prostituta conhece um homem, que a tira da vida, e com quem constitui família]. E eu também fui parva, porque também já podia ter saído desta vida, porque me apareceu antigamente "cámones", estrangeiros, queriam tirar as mulheres da vida. A minha irmã foi. E já me apareceu homens e a minha cabeça nunca deu para...não gostava deles. Quer dizer...a minha irmã foi viver com o espanhol, não gosta dele, mas queria sair desta vida. E eu queria sair desta vida, mas queria gostar do homem. Não era pelo interesse do dinheiro. E ela não [diz a rir já], ela foi por interesse. Pronto são ideias, são coisas.

O amor é importante para a Cristina, como é para a maioria das pessoas. As prostitutas e prostitutos não são excepção. O mito – talvez seja mais correcto chamar-lhe o “sonho” – da *Pretty Woman*<sup>104</sup> está bastante implantado nesta população. São, contudo, raras as histórias que se ouvem neste contexto. Uma das excepções é a história da irmã de Cristina que, repare-se, não se trata aparentemente de uma história de “amor romântico”, mas da decisão de largar a vida prostitucional com um cliente com quem constitui família.

Já a minha interlocutora apaixonou-se aos 15 anos por um homem a quem nunca nas nossas conversas atribuiu um nome. Foi sempre referido como o “pai dos meus filhos”, e uma ou outra vez como “esse porco”. Conheceram-se numa feira, “ele andava numa pista de automóveis, andava nas feiras. Pronto, e foi aí. Eu era uma criança, queria era ele, queria era pronto, sabe como é essas paixões”. É por causa desta paixão que Cristina deixa a sua terra natal, com o “pai dos filhos”, rumo a Lisboa.

---

<sup>104</sup> Filme de Garry Marshall, de 1990, protagonizado por Julia Roberts e Richard Gere, que conta a história de um homem de negócios que contrata uma prostituta para acompanhante. Ambos pessoas de negócios, na verdade, acabam por se apaixonar. A personagem de Roberts deixa a actividade prostitucional, decide voltar a estudar e o casal junta-se. É o mito ou o sonho da “pretty woman”: uma prostituta conhece um cliente que tira-a da vida e com quem constitui família. Ver sinopse e trailer de *Pretty Woman* em: <http://www.imdb.com/title/tt0100405/> (consultado pela última vez a 11.02.2013).

Ele disse que me levava para Lisboa, que me arranjava um trabalho. E o trabalho que me arranjou, meteu-me logo na esquina a ganhar para ele. E eu fugia dos homens, eu não queria a prostituição. Era miúda, tinha 15 anos. E ele depois obrigou-me, pronto. Obrigou-me, batia-me, e dava-me com paus, com cintos em cima de mim. E pronto. E eu deixei-o ficar, tinha o meu filho...esse que morreu tinha 1 ano. E o outro tinha 2 anos. Que eu deixei-o já há uma data de anos. O gajo já morreu. Porque o gajo também passava droga, também fumava droga e acho que morreu dentro da cadeia. Também já pagou o que me fez.

Esta história ouve-se com frequência entre as prostitutas portuguesas. E não são relativas apenas “às mais velhas”. As “mais novas” têm histórias semelhantes a contar. Até agora, o relato de Cristina é uma história de lenocínio, com a existência de exploração da prostituição por outrem. E, face à legislação hoje em vigor, tendo em conta a existência de indícios de angariação ou recrutamento, transporte e exploração, é uma história de tráfico interno para fins de exploração sexual.

Hoje a situação mudou. Vive sozinha, com o seu cão<sup>105</sup>, e continua a trabalhar na prostituição na zona do Cais do Sodré, desde há vários anos por conta própria.

Agora não vou com toda a gente, só com clientes que eu vejo...Mas há homens que parecem ser de bem, bem vestidos, e são uns grandes bandidos. Há homens que vão comigo, eles metem-se em cima de uma pessoa e pimba, pimba, pimba. E se não conseguem, são bandidos mesmo e depois querem o dinheiro de volta. E já tenho dado o dinheiro, para eles não me fazerem mal, nem me baterem. Houve um tipo, há coisa de três anos, que chegou a bater-me! Bater-me e roubar-me! Roubou-me dentro do quarto. Foi lá a mulher da pensão acudir-me. Que o gajo estava com uma faca para me coiso. E ainda me roubou. Tirou-me o dinheiro todo. Ele fugiu. Esta vida não é fácil para ninguém.

No Cais do Sodré, trabalhava dentro dos bares. Antigamente era dentro dos bares. Agora não, trabalho na rua, dentro dos bares, faço as duas coisas. Eu não paro à noite, filha, só à tarde. Eu já fiz à noite até há 2 anos atrás. Mas como agora isto anda assim, os homens também têm medo de virem para aqui, porque são roubados. E a gente também tem medo. Por isso comecei a fazer a minha vida de dia. Comecei a vir para aqui, apanho a camioneta à minha porta às 9 horas da manhã, e chego aqui às 10 horas da manhã e fico aqui até às 6, 7 horas da tarde. 7 horas, 8 horas vou-me embora, vou jantar a casa. Pronto, faço a minha vida de dia. De noite acabou. De noite é perigoso, muito perigoso. Antigamente, a vida era diferente. Isto hoje durante a noite não há polícia. E eu também já tenho uma idade que quero estar sossegada. Gosto de chegar a minha casa por exemplo às 7h, 8h, fazer o meu jantarinho, ver a novela, a brasileira, que está quase a acabar.

O meu mal não se pega a ninguém. Estamos aqui as duas a falar, não te vou pegar mal nenhum. Quem vem para esta vida é porque quer.

---

<sup>105</sup> Sua única companhia e por causa do qual diz ser “mãe solteira”.

Face a esta última ideia exposta, de que quem vem para esta vida é porque quer, pergunto-lhe se acha que este trabalho devia ser igual aos outros. A resposta da Cristina é não.

Eu faço esta vida, filha, é por necessidade. Tenho o rendimento mínimo, mas é só há 3 meses, e é pouquinho. É perto de 40 contos, 200 euros. Mas mesmo assim, não posso comer com esse dinheiro. Pago água, pago luz, pago renda, pago gás, pago TV Cabo, gosto de ter as minhas coisas, não posso viver com esse dinheiro. O rendimento mínimo chega para as contas, mas é muito curto. Mas não chega para comer, nem para me vestir, nem para me calçar, nem para pagar passagens [da camioneta]. Eu faço isto por necessidade. Não faço isto por gosto.

Esta é normalmente a imagem que se associa ao tema da prostituição: mulheres jovens, atiradas contra sua vontade para o mundo prostitucional, sem família ou com famílias disfuncionais, com baixos recursos educacionais e económicos, com poucas ou nenhuma oportunidades para mudar de vida. Se o início da história que acabamos de ver é o estereótipo da “jovem vítima”, no final do relato a Cristina poderá ser apelidada de vítima, mas nos seus próprios termos. Preferindo a prostituição a outros trabalhos – por onde de resto passou, nas áreas do apoio domiciliário, das limpezas e da restauração –, deixa de ser uma vítima por parte de terceiros, para se tornar uma trabalhadora independente e, portanto, desviante.

#### **4.O conceito de Prostituição hoje:**

A prostituição é um tema delicado e excepcionalmente polémico, que envolve sexo e dinheiro (Ditmore, 2006: xxi), e a que tem sido dada crescente importância, enquanto campo social complexo (Ribeiro *et al.*, 2005). Não existem números, nem estatísticas fidedignas para este mundo, dada a sua clandestinidade. A prostituição é a prática de sexo pago, realizada por indivíduos “cujos corpos constituem os principais instrumentos para a obtenção de recursos económicos” (Santos, 2007: 2-3). Homens e transgéneros são normalmente esquecidos, apesar de povoarem também este mundo. Mas é unânime, entre ONGs, IPSSs, OPCSs, Agências do Estado, prostitutas e prostitutos, que a maioria das pessoas que se dedicam a esta actividade são efectivamente mulheres. Segundo a APF – SUL, o perfil das pessoas que se prostituem na zona do Algarve é exemplar das restantes pessoas que actuam nesta área no restante país.

A grande maioria das pessoas que se prostituí é mulher, apesar de também haver homens. Elas reportam muitas vezes que estão sensibilizadas para o uso do preservativo, e o facto de se quererem proteger, manterem-se livres de uma infecção por VIH ou qualquer outra infecção sexualmente transmissível, mas que muitas vezes não existe a mesma sensibilidade por parte dos clientes. O que faz com que, em muitas situações, elas acabem por aceitar trabalhar relações sexuais desprotegidas, por medo de perder o cliente, ou por o cliente pagar mais. Quem são estas mulheres? Fundamentalmente, as mulheres que estão na rua. São mulheres de Leste a maior parte delas, uma faixa etária muito baixa, raparigas jovens.

Depois, as mulheres que estão em apartamentos são mulheres provenientes principalmente do Brasil, algumas portuguesas, mas aquelas que mais recorrem a nós são precisamente as mulheres brasileiras, portanto estas de apartamento. Estão mais organizadas entre si. Em grupo, alugam um apartamento, que depois utilizam para a prostituição. Temos também algum contacto com transexuais.

Depois, temos aquelas mulheres que estando em bares de alterne ou casas, querem estar mais resguardadas, também recorrem à Unidade Móvel, por saberem onde é que ela se encontra e por isso procuram-nos. Estas mulheres são também mais de Leste e também aquilo que nos parece, porque muitas vezes vêm mesmo em grupo, e também parece que sofrem algum tipo de pressão por parte desses grupos ou das redes mais organizadas (APF – SUL, Algarve, 13.05.2011).

A prática da prostituição pode ocorrer em espaço *outdoor* (na rua) ou *indoor* (em apartamentos, pensões, hotéis, bares de alterne, casas de massagens). A prostituição *outdoor* é considerada a mais perigosa, mesmo entre prostitutas e prostitutos, porque mais exposta. Todavia, Oliveira esclarece que, neste contexto, é “nas zonas residenciais do centro da cidade que é mais seguro ser-se prostituta de rua” (Oliveira, 2008: 105), consideração apresentada também por várias das ONGs ouvidas, nomeadamente pela associação Existências<sup>106</sup> de Coimbra. Porém, continua Oliveira quando descreve a coabitação entre prostitutas da cidade do Porto com residentes ou comerciantes, “não é por viverem lado a lado que as pessoas deixam de habitar mundos diferentes” (Idem: 112).

A “mais velha profissão do mundo” (Cordelier, 1977; Ditmore, 2006; Pessoa, 2006 Pais, 2008) tem sido ao longo dos tempos narrada como “um vício da ordem social que está ligado a uma necessidade primitiva do homem” (Cruz, 1984: 53; Scambler, 1997; Coelho, 2009). Zola, Tolstoi ou Dostoevsky são apenas alguns dos autores que matizaram com traços profundamente dramáticos a personagem, sempre mulher, frequentemente ousada, que dos meios camponeses se dirige para a vida urbana e é empurrada pela mais absoluta miséria para a prostituição. O resultado hoje para estas

---

<sup>106</sup> Ver site em: <http://www.existencias.net/> (consultado pela última vez a 25.02.2013).

peças é serem excluídas e estigmatizadas, ora percebidas como vítimas absolutas, ora como estranhas e imorais.

É porque são etiquetados de *outsiders*, isto é, julgados desviantes pelos outros que os homens e mulheres que se prostituem são excluídos e rejeitados por palavras, actos e comportamentos de evitamento (Oliveira, 2009: 108).

É com base nesta ideia e em espaço europeu, concretamente na Grã-Bretanha, que vai nascer uma ideia já referida que poluirá o conceito de prostituição e de tráfico humano: a ideia da Escravatura Branca.

## **5. Escravatura Branca:**

O fenómeno da Escravatura Branca nasce no século XIX, como consequência da abolição da escravatura negra, por um lado, e com o advento da Revolução Industrial, por outro. A mencionada expressão “white slave traffic” ou “tráfico das escravas brancas” designa, no final do século XIX e o início do séc. XX, a prostituição coerciva e o tráfico para fins de exploração sexual de meninas e mulheres. A intenção nominal é distinguir este problema de um outro que tinha sido recentemente abolido, a escravatura negra, mas ao mesmo tempo, resulta de uma comparação moral eficaz entre ambas as escravaturas (Irwin, 1996). A ligação entre a “escravatura branca” e a prostituição involuntária é inaugurada por Alfred Dyer, em *The European Slave Trade in English Girls*, publicado em Londres em 1880, onde se afirma que meninas inglesas são capturadas e aprisionadas em bordéis na Bélgica (Grittner, 1990: 41). A genealogia do tráfico conduz-nos à moralidade vitoriana, às campanhas abolicionistas, aos regulamentos contra a prostituição, ao crescimento da migração e autonomia feminina dos finais do século XIX.

Moral panics promote greater attention to prostitution and have been used to restrict female autonomy, as illustrated in Victorian London, with the mob response to both William Stead’s “The Maiden Tribute of Modern Babylon” and Jack the Ripper’s violence against women. In both cases, women and girls were expected to stay close to home rather than society being expected to respond to violence against women (Ditmore, 2006: xxvii).



O fenómeno da escravatura branca tem origem na Grã-Bretanha, mas alastra rapidamente pela Europa e pelos Estados Unidos da América. A Revolução Industrial mobilizou as pessoas e promoveu o êxodo rural, rumo às cidades. Os centros de produção industrial determinaram o crescimento das populações urbanas e os fluxos migratórios, quer internos, quer externos. Os EUA, como a Europa, vêem as suas populações aumentar e, com elas, a pobreza. É em Inglaterra, com o intuito de preservar a ordem moral e social, que parecia estar ameaçada, e de regular o crescimento da pobreza, que são promulgadas novas leis, nomeadamente dirigidas ao problema da prostituição.

A actividade prostitutiva é vista como uma ameaça à saúde pública, dado o potencial perigo de disseminação de doenças venéreas, como a sífilis e a gonorreia. Hoje, as doenças sexualmente transmissíveis são mais diversas e o VIH/SIDA é de longe o principal receio, no que à propagação de infeções sexualmente transmissíveis (ISTs) diz respeito (Ditmore, 2006: xxxi). As prostitutas eram apontadas como responsáveis pelo aumento da criminalidade e degradação moral. No final do século XIX, como hoje, estas mulheres eram consideradas, além do mais, como fracassos morais (Rago, 1985; Levine, 1993; Pais, 2008).

Para contrariar o aumento não regulado destes problemas sociais, são promulgados na Grã-Bretanha, entre 1864 e 1885, os *Contagious Diseases Acts*, leis de regulação de carácter estatal sobre a prostituição, a fim de controlar a propagação de doenças venéreas nas forças armadas, especialmente no Exército Britânico e na Marinha Real. Com estes regulamentos, os magistrados passam a deter o poder de ordenar coercivamente exames ginecológicos a prostitutas. Caso as mulheres sofressem alegadamente de alguma doença sexualmente transmissível, eram encerradas em hospitais até serem devidamente curadas. A recusa de consentimento para realizar o exame resultava em detenção e prisão (Levine, 1993: 272).

Ainda que os *Contagious Diseases Acts* regulassem a prostituição, não criminalizavam a actividade em si mesma, nem sequer a sua exploração (o que hoje apelidamos de lenocínio). O Estado proponha-se apenas regular, não eliminar (Walkowitz, 1992: 23). É por isso que, como reacção à regulamentação, nasce o movimento abolicionista, liderado por Josephine Butler. Também este movimento transpõe rapidamente fronteiras e instala-se na Europa ocidental e nos EUA (Corbin, 1978: 317; Walkowitz, 1992: 2; Ditmore, 2006: 3-7). O legado do movimento abolicionista permanece hoje praticamente intacto. Este movimento considera que a

prostituição é em si mesma um mal e uma prática que viola as liberdades das mulheres, mais vítimas (como não podia deixar de ser) deste “flagelo”. Jo Doezema, autora de *Sex Slaves and Discourse Masters: The Construction of Trafficking* (2010), sublinha que o movimento abolicionista alicerça-se na moral cristã da classe média, classe que será responsável pela luta contra os *Contagious Diseases Acts* (Doezema, 1998, 2000, 2010; Ditmore, 2006).

Este movimento – na figura do Lobby Europeu de Mulheres – lança, de resto, em 2011, uma campanha intitulada “Juntos por uma Europa livre de Prostituição”. Esta campanha produz um vídeo absolutamente abjecto<sup>107</sup>, fortemente atacado pelos movimentos anti-abolicionistas<sup>108</sup>. Na *Newsletter* da campanha portuguesa, a organização esclarece que “a prostituição é uma violação grave dos direitos humanos das mulheres e das crianças, é uma forma grave de violência de género e uma das consequências extremas da desigualdade de género na nossa sociedade. A prostituição viola o direito fundamental à dignidade e perpetua a dominação masculina sobre as mulheres, através da mercantilização da mulher. A prostituição perpetua-se pela existência de mulheres em posição económica muito vulnerável e, também, pela existência de homens que as compram”<sup>109</sup>. A retórica mantém-se, portanto, em tudo idêntica à utilizada nos primórdios do movimento em causa.

Em Portugal, este movimento é liderado por organizações como o Ninho<sup>110</sup>, que coordena técnica e cientificamente outros projectos, alguns dos quais religiosos, como o projecto Ergue-te<sup>111</sup> das Irmãs Adoradoras, ou o Movimento Democrático das Mulheres, responsável pela campanha nacional supra citada. Movimentos feministas e organizações religiosas unem-se nos esforços de lidar com a toda a prostituição de forma igual, vitimizando todas as mulheres que fazem desta actividade um trabalho. Esclareça-se que as pessoas que se prostituem trocam informações entre si. De modo que as pessoas que se consideram de facto vítimas sabem que devem dirigir-se a estes

---

<sup>107</sup> Vídeo disponível em: <http://vimeo.com/29131913> (consultado pela última vez a 20.02.2013). Trata-se do vídeo “Campaign against the prostitution”, produto da campanha “Juntos por uma Europa livre de prostituição”, da autoria do Lobby Europeu das Mulheres e, em Portugal, da Plataforma Portuguesa dos direitos das Mulheres e Movimento Democrático das Mulheres.

<sup>108</sup> Um exemplo é a campanha da autoria da Sex Workers Open University (SWOU), cujos vídeos estão disponíveis em: <http://www.youtube.com/watch?v=95F7G-GI8sE> e [http://www.youtube.com/watch?v=ixUeypoSN\\_I](http://www.youtube.com/watch?v=ixUeypoSN_I) (consultados pela última vez a 20.02.2013).

<sup>109</sup> Newsletter disponível em: <http://plataformamulheres.org.pt/newsletter/dezembro> (consultado pela última vez a 20.02.2013).

<sup>110</sup> Site disponível em: <http://www.oninho.pt/> (consultado pela última vez a 25.02.2013).

<sup>111</sup> Instalado em Coimbra e financiado pela Segurança Social. Ver Blog em: <http://equipaerguete.blogspot.pt/> (consultado pela última vez a 25.02.2013).

grupos que, com a melhor das intenções mas, na maior da parte das vezes, com a pior das estratégias – a re-vitimização – apoiam, tanto quanto possível, estas mulheres que a si recorrem. Segundo o projecto Ergue-te, das Irmãs Adoradoras, entre os vários problemas apontados para a inserção destas mulheres vítimas da prostituição em projectos alternativos, indica os seguintes:

É a pouca estrutura interna que esta gente tem para abraçar qualquer tipo de projecto alternativo. Carecem de estrutura interna. De força, de consistência, de motivação para abraçar um projecto de vida alternativo. O grande objectivo da equipa é trabalhar com as mulheres alternativas à sua situação. Num dos mails que nos enviou, vimos que falava de “trabalhadores do sexo” e “prostitutas”. Nós, essa linguagem não usamos na equipa. São mulheres que se prostituem. E nós entendemos que a mulher que se prostitui é vítima. Vítima da sociedade, do contexto familiar, social, cultural, tudo o que quiser. E neste contexto, o grande objectivo da equipa é desenhar, com a mulher, alternativas à sua situação. E que de facto a mulher consiga abandonar a prostituição. Não é com base em nenhuma ideologia particular. É com base no discurso da mulher que associa a prostituição a uma fase difícil da sua vida. E que o objectivo é deixar a prostituição.

[Mas não acompanham pessoas, utentes, em que essa fase já dura décadas, por exemplo?]

Ah, sim. Pode acontecer. Mas a mulher continua a ter este tipo de discurso. Ou seja, até agora nenhuma nos disse: “estou aqui porque realmente é o que eu quero fazer, foi o que sonhei para a minha vida, é aqui que quero estar”. Nunca encontramos nenhuma. Mas é difícil, mesmo em termos de apoio psicológico, elas têm dificuldade em prolongar no tempo o que quer que seja, em criar uma rotina, um hábito. Facilmente o que é objectivo hoje, amanhã já não tem tanta força. Já as circunstâncias mudam. Portanto, há ali muitos problemas a nível interno, mesmo a nível afectivo. São mulheres muito frágeis.

Deve ser por um conjunto de razões, herança por vezes. Temos como supervisora a Dr. Inês Fontinha, que diz que qualquer mulher que tenha auto-estima e que esteja construída a nível interno, por maiores que sejam as dificuldades, jamais se vai prostituir. Acho que tem a ver com a estrutura interna da pessoa, mais do que personalidade. E com a história de vida e as dificuldades que vão surgindo (Projecto Ergue-te, Coimbra, 9.05.2011).

O actual movimento abolicionista lida apenas com mulheres, “sempre com as mulheres”, nas palavras do Ninho<sup>112</sup>. O Ninho (como todas as organizações auscultadas

---

<sup>112</sup> Que deixa claro, nas nossas conversas, que não sinaliza casos de tráfico à polícia ou ao OTSH. Porém, em entrevista, relata ter tido contacto com 30 mulheres traficadas em 2009, nigerianas, ganesas e uma brasileira. Explicita que não colabora com o OTSH porque não arrisca destruir a confiança criada com estas mulheres. Esta explicação é transversal a quase todas as organizações que lidam com esta população. A diferença é que a esmagadora maioria das outras organizações nunca encontrou casos de tráfico. Todavia, a explicação do Ninho é válida e partilhada por grupos abolicionistas ou antiabolicionistas: acontece confundir-se “tráfico” com “imigração ilegal” e a vítima é triplamente vitimizada e potencialmente deportada.

na pesquisa) gostaria de oferecer apoio<sup>113</sup> às outras pessoas que não mulheres e que se encontram na prostituição, mas não sabe como, como a minha interlocutora esclarece:

Já aconteceu vir uma transgender. Mas os apoios são...Por aquilo que me tenho apercebido, a violência ainda é mais extrema. Até porque arranjar trabalho para um homem que tomou hormonas e tem um peito enorme, quem é que aceita? São situações profundamente complexas. Mas nós devíamos dar apoio também. Mas não temos capacidade para o poder fazer. É necessária formação a esse nível também para os técnicos e, por outro lado, é preciso interesse em mudar isso...mas não vejo interesse político. Eu, sinceramente...encaminha-se para onde? Podemos encaminhar para um assistente social. Mas também é uma sorte encontrar uma assistente social com sensibilidade para estas situações (Ninho, Lisboa, 19.10.2010).

Esta é uma nova vertente do mundo da prostituição mas, como o Ninho sublinha, a violência exercida sobre as pessoas transgéneros é extrema. E os projectos alternativos para estas pessoas são ainda mais difíceis de encontrar, dada a enorme estigmatização a que estão expostas (Lopes, 2006; Díaz-Benítez e Fígari, 2009; Saleiro, 2009, 2010; Krijnen *et al.*, 2011; Ordek, 2011; Ordek, 2011b; Pembe Hayat, 2013). Neste grupo não se encontram pessoas enganadas que são colocadas na prostituição contra vontade. Por norma, a única alternativa é a prostituição. Esta é uma realidade contemporânea, com que o movimento abolicionista nascido no séc. XIX não teve de lidar.

Em boa medida, o movimento abolicionista inicial aproveitou o então recente interesse pela prostituição infantil e coerciva, vendo no tema do tráfico de crianças e mulheres uma justificação para o seu apelo de purificação da sociedade, que deveria ver-se livre dos vícios imorais ligado à prostituição. As abolicionistas (nascidas do movimento feminista) acentuaram o impacto dos seus argumentos através da incorporação dos sobejamente reconhecidos símbolos e retóricas da cruzada anti escravagista. Josephine Butler, líder no movimento, utilizou esta tradição de forma a ampliar a definição da escravatura branca e nela incluir a prática da prostituição em si mesma (Derks, 2000: 3; Ditmore, 2006: xxxi).

Aliadas a este movimento, são publicadas diversas investigações jornalísticas sobre histórias de “inocência desflorada” (Doezema, 1998: 35-36), de tráfico infantil e de compra e venda de mulheres encerradas em bordéis belgas, franceses ou em destinos

---

<sup>113</sup> Esse apoio, no caso do Ninho, não passa nunca pela distribuição de preservativos, ao contrário de todas as outras ONGs e projectos ouvidos na pesquisa.

exóticos, fora da Europa, como o antigo mercado do Magrebe<sup>114</sup>. Por consequência, o clamor público contra os *Contagious Diseases Acts* foi de tal ordem que os regulamentos acabam por ser revogados.

Hoje, porém, a maioria dos historiadores concorda com a ideia de que a preocupação com o tráfico das escravas brancas excedeu muito a efectiva dimensão dos casos de tráfico de mulheres (Connelly, 1980; Gilfoyle, 1992; Walkowitz, 1992; Langum, 1994; Bordonaro e Alvim, 2010, 2011). Mesmo os autores que concedem que houve então um incremento deste tráfico admitem que os relatos do tráfico das escravas brancas foram sobejamente exagerados, empolando o problema (Barry, 1979; Rosen, 1982). Contudo, o “tráfico de escravas brancas” é a origem da forma como entendemos hoje o TSH. Face ao actual interesse no assunto, alguns autores chegam mesmo a sugerir que se trata de uma reemergência do pânico e do mito da “escravatura branca” (Doezema, 2000, 2010; Ditmore, 2006; Weitzer, 2007).

A prostituição é ainda hoje considerada um flagelo global e mais uma das faces visíveis da violência patriarcal contra as mulheres (Costa e Alves, 2008). Envolve, segundo somos informados pelos *media* e organizações internacionais, milhares de “vítimas”, sempre mulheres, e é uma indústria altamente lucrativa. Não existem, porém, e como já foi indicado, números fidedignos sobre esta realidade, na medida em que se trata, na maioria dos países, entre os quais Portugal, de uma indústria clandestina. Além disso, tendemos a esquecer com leviana frequência que transgéneros e homens também se prostituem – tornando-se assim mais vítimas, porque mais invisíveis.

A dependência e a precariedade económica são sempre apontadas como as grandes causas para a entrada na prostituição (Coelho, 2009: 16). O mesmo é confirmado pelas várias organizações auscultadas do decorrer desta pesquisa, nomeadamente o projecto Espaço Pessoa<sup>115</sup>, da Associação do Planeamento Familiar<sup>116</sup>, que presta apoio a pessoas que se prostituem, independentemente do género, na cidade do Porto. Contudo, se o “dinheiro” é apontado como principal razão para a entrada na prostituição, não é o único factor. A flexibilidade e autonomia são também indicadas como factores de idêntica importância. Além do mais, muitas pessoas que operam na área da prostituição, fazem-no como complemento de rendimento em função de *part-time*, aliado ao

---

<sup>114</sup> Segundo Jack Goody, no século X, o Magrebe era principalmente notável pelo seu mercado de escravos negros e brancos. Os preços mais altos eram praticados sobre os escravos brancos e, muito particularmente, sobre as escravas brancas “sexualmente atraentes” (Goody, 1980: 29).

<sup>115</sup> Entrevista realizada a 6.07.2011.

<sup>116</sup> Ver apresentação do projecto em: <http://www.apf.pt/?area=300&mid=001&sid=004&page=4> (consultado pela última vez a 25.02.2013).

“trabalho principal” (Ditmore, 2006: xxviii). Em entrevista, a associação Espaço Pessoa, sediada no Porto, confirma o encontro destes casos.

Ouve-se: “Tenho dificuldades”, ou “calhou”, ou “a vida foi assim”, ou “fiquei desempregada”. Ou “esta vida é a minha vida”. Nota-se a baixa escolaridade, o desemprego ou a incapacidade de trabalhar num emprego convencional, a ruptura familiar, a repetida institucionalização. Mesmo que se pretenda estar nesta actividade apenas 2 ou 4 anos, depois dessa experiência, torna-se difícil sair. Além disso, largam esta actividade por outra que lhes dá 400 euros, se tanto. As pessoas vão ficando (Espaço Pessoa, Porto, 6.07.2011).

Porém, como Coelho chama a atenção, ao contrário do que se tende a pensar, “nem a prostituição, nem os seus sujeitos (prostitutas e clientes) fazem parte de uma realidade especial separada por uma espécie de bolha mais ou menos transparente. Mas a verdade é que têm sido percebidas como esferas especiais, e especialmente transgressivas, da realidade social sexual” (Coelho, 2009: 4; Oliveira, 2008: 113). Essa transgressão ou desvio é de resto imputada simbólica e semanticamente através do termo “puta”.

Putá significa prostituta. E a prostituta é, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, a pessoa que pratica sexo por dinheiro. Se a palavra prostituta remete para um universo transaccional e para uma esfera relacional, a palavra puta transforma quem a carrega em mulher sem moralidade, devassa ou com comportamentos reprováveis. Uma mulher que se detesta ou maldiz pelos seus comportamentos ou atitudes. A importância do significado semântico reside no seu poder simbólico, isto é, na sua capacidade de representar coisas, pessoas ou acontecimentos (Coelho, 2009: 4).

O poder simbólico da palavra “puta” não é irrelevante. Significado e significante fundem-se para atribuir imoralidade não apenas a pessoas que vendem sexo, mas torna-se o insulto privilegiado para acusar qualquer mulher de desvio. É assim que nasce a “visão dicotomizada e funcional da identidade feminina: a mulher puta e a mulher casta. A primeira de carácter público, a quem se paga para a satisfação de prazeres e fantasias sexuais; a segunda é a mulher com quem se casa, a mulher privatizada pelo casamento e com quem se constitui família” (Coelho, 2009: 10).

Elas são uma palavra, uma palavra que remete para um universo de imoralidade e desregramento, elas são uma palavra-estigma, um insulto. A identidade das mulheres que são prostitutas torna-se estática e a-histórica, na medida em que são retiradas da realidade dinâmica das relações sociais e das relações de

poder, ficando numa situação marginal. As prostitutas são colocadas nas margens da sociedade e transformadas em mitos e significados semânticos rígidos (Coelho, 2009: 5).

As prostitutas têm sido historicamente colocadas nas margens, estigmatizadas, invisibilizadas. Coelho chega a afirmar, aquando da sua discussão acerca da “sociedade da prostituta” de Phoenix (2001), que “uma vez prostituta, prostituta toda a vida; porque uma vez na subcultura do desvio, desviante para a eternidade” (Coelho, 2009: 12). Esclareça-se que esta não é a visão do autor. De resto, sublinha mesmo que “o comportamento desviante não é uma questão de inadaptação cultural, mas um problema político obviamente vinculado a uma problemática da identidade” (Coelho, 2009: 14). Visto por este prisma, compreende-se com maior facilidade que a visão acerca da prostituição, seja ou não de luxo, é sempre também ela própria uma visão ideológica e, portanto, política.

Como já apontado, o movimento abolicionista tem sistematicamente apresentado a prostituição como “a forma mais absoluta de dominação masculina sobre a mulher, de escravidão sexual e de opressão. A violência de género explica a prostituição como o resultado do controlo dos homens sobre a sexualidade das mulheres. Mas esta visão acaba por reduzir as mulheres a objectos consumíveis” (Coelho, 2009: 16; Costa e Alves, 2008). A coisificação de que esta população é alvo, sob o véu da defesa dos direitos humanos, tem consequências a vários níveis.

Esta visão acerca da prostituição desvaloriza a capacidade de negociação e objectivos das pessoas que se prostituem, muitas das quais migrantes. Como Oliveira nota, na sua tese de doutoramento acerca da prostituição na cidade do Porto, se inicialmente os discursos mediático, institucional, popular e mesmo científico, focavam esta problemática no contexto da pobreza, da marginalidade, da degradação, da toxicodpendência e da doença (Oliveira, 2008; Pais, 2008; Costa e Alves, 2008), hoje o tema tem vindo a ganhar importância em função da retórica contra o tráfico e a exploração sexual. Além disso, continua a autora, a temática estimula a produção científica muito por via de um problema na ordem do dia: a luta contra a imigração clandestina (Oliveira, 2008: 10).

No contexto da produção científica relacionada precisamente com a imigração, surge um estudo sobre casas de alterne com presença de migrantes brasileiras trabalhadoras do sexo nos arredores de Lisboa, onde Téchio revela que os objectivos das suas informantes são em tudo idênticos aos demais objectivos migratórios noutras áreas:

Os objectivos da migração revelam-se bastante parecidos em todos os casos: conseguir um emprego melhor, juntar dinheiro para comprar uma casa ou apartamento, reformar a casa da família, pagar dívidas, pagar estudos dos filhos ou irmãos, pagar operações de saúde de alguém da família, comprar um carro ou moto, comprar eletrodomésticos, abrir um pequeno negócio como salão de beleza, padaria, mercearia, sorveteria, lanchonete, ou nos casos de famílias do meio rural comprar animais e máquinas para trabalhar. Porém, antes de se aproximar da realização de qualquer destes objectivos a imigrante precisa pagar as dívidas que foram efectuadas pela família para garantir a viagem, o que normalmente envolve empréstimos de familiares, amigos, e até agiotas, bem como a venda de móveis, telefones e outros bens familiares (Téchio, 2006: 9-10).

O problema não está, portanto, nos objectivos das pessoas que se prostituem – ou “pessoas prostituídas”, como lhes chamam os membros do movimento abolicionista. O problema é a actividade em si, moralizando perpetuamente o corpo e os usos que os sujeitos lhe dão. Para os actores sociais que utilizam a expressão “pessoas prostituídas” não existe diferença entre o conceito de prostituição e o conceito de exploração da prostituição, juridicamente chamado de Lenocínio. Como escreve Coelho, “não podemos negligenciar o quadro jurídico-legal. Este quadro não é simplesmente produtor de um enquadramento normativo, ele (re)produz tacitamente representações cristalizadas sobre o fenómeno prostitucional e sobre as mulheres prostitutas” (Coelho, 2009: 3). Ao contrário da prostituição, que é a-regulamentada em Portugal, o lenocínio é crime.

## **6.Lenocínio**

Como começamos por ver no excerto das conversas tidas com a Cristina, o lenocínio é uma prática que já foi excepcionalmente executada à vista desarmada (Pais, 2008; Costa e Alves, 2008). Hoje não é de todo invisível a manutenção desta prática, embora não tenha já o aspecto quase “normativo” na área da prostituição. Chulos e proxenetas são afastados do terreno, em função da maior capacitação das pessoas que se prostituem, muito devendo a campanhas, ao trabalho desenvolvido por equipas de rua (também chamadas de proximidade) e à conseqüente noção de que o lenocínio é criminalizado.

Em Portugal, o lenocínio é definido pelo artigo 169 do Código Penal como:



1 — Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.

2 — Se o agente cometer o crime previsto no número anterior:

a) Por meio de violência ou ameaça grave;

b) Através de artil ou manobra fraudulenta;

c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho; ou

d) Aproveitando -se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; é punido com pena de prisão de um a oito anos<sup>117</sup>.

Já o artigo 176º do Código Penal Português define o Lenocínio de Menores como:

1 — Quem fomentar, favorecer ou facilitar o exercício da prostituição de menor é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

2 — Se o agente cometer o crime previsto no número anterior:

a) Por meio de violência ou ameaça grave;

b) Através de artil ou manobra fraudulenta;

c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho;

d) Actuando profissionalmente ou com intenção lucrativa; ou

e) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; é punido com pena de prisão de dois a dez anos<sup>118</sup>.

Ainda que juridicamente enquadrado e, segundo as fontes institucionais auscultadas no decorrer da pesquisa, uma prática sobre a qual é sempre mais fácil obter prova por relação à recolha de prova jurídica de tráfico de pessoas, o lenocínio (com a tradicional presença do chulo ou proxeneta) está em vias de extinção. Isto não quer dizer que não existam fortes indícios visíveis de exploração da prostituição. Quer dizer que quem povoa este mundo deixou de ser o proxeneta com várias meninas a render para si, para ser substituído pelo namorado, marido ou companheiro. Isso mesmo é verbalizado pelo projecto Auto-Estima<sup>119</sup>, sediado em Matosinhos e financiado pela ARS Norte<sup>120</sup> (isto é,

---

<sup>117</sup> Ver em: <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/09/17000/0618106258.pdf> (Consultado pela última vez a 4.3.2011)

<sup>118</sup> Cf. <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/09/17000/0618106258.pdf> (Consultado pela última vez a 4.03.2011)

<sup>119</sup> Ver Folheto Informativo em: [http://portal.arsnorte.min-saude.pt/portal/page/portal/ARSNorte/Conte%20C3%BAAdos/Sa%20C3%BAde%20P%20C3%BAblica%20Conteudos/autoestima\\_folheto.pdf](http://portal.arsnorte.min-saude.pt/portal/page/portal/ARSNorte/Conte%20C3%BAAdos/Sa%20C3%BAde%20P%20C3%BAblica%20Conteudos/autoestima_folheto.pdf) (consultado pela última vez a 25.02.2013). O mesmo é afirmado pela associação Existências, em Coimbra, quanto à pergunta “Há proxenetas aqui a trabalhar com as prostitutas?” respondem: “Sim. Mas é assim. Nós temos de tudo. Temos alguns que são de facto maridos

com dinheiros públicos, sendo já um projecto de carácter estatal), cujo trabalho de proximidade e aconselhamento *indoor*, mas fundamentalmente *outdoor* na zona Norte, lhes permite falar com à-vontade sobre essa realidade:

Acho que já não existe [a imagem do chulo que gere as mulheres de fora]. A imagem do chulo está socialmente associada a exploração em termos económicos. A questão afectiva destas mulheres muitas vezes não é valorizada. Estas mulheres, como todas as mulheres, têm necessidades afectivas e sexuais. Porque, na actividade que desenvolvem, essas necessidades não são colmatadas com certeza.

Elas têm sempre um amigo, um companheiro, alguém que fisicamente lhes dá aquilo que elas precisam enquanto mulheres. Se dão dinheiro a esta pessoa, não sei se dão. Que não trabalham para esta pessoa, não trabalham. Trabalham para elas. Essa ideia de que estão ali subjugadas e aprisionadas, isso já não existe. Também acho que tem a ver com a evolução da nossa sociedade e do papel que cada um representa, e dos mecanismos de apoio que entretanto foram sendo criados de apoio a pessoas e vítimas de algum tipo de exploração. Já é muito mais fácil uma mulher libertar-se. E o homem também tem consciência disso. O agressor tem consciência que é mais fácil a vítima libertar-se destas situações. Mas eu não vejo essa figura muito presente (Auto-Estima, Matosinhos, 14.04.2011).

Excepção feita quando se trata de menores, se as potenciais “vítimas” adultas garantem tratar-se dos seus próprios familiares, então a prova torna-se quase impossível de recolher. E mesmo recolhida, nas palavras de todos os OPCs entrevistados, resulta normalmente numa “bagatela jurídica” (expressão ouvida sistematicamente), ou seja, quanto muito resulta em algumas condenações de tempo irrisório.

Sublinhe-se ainda que muitos destes companheiros, que vão levar e trazer de casa para os locais de trabalho e vice-versa as mulheres que se prostituem são, em muitos casos, homens desempregados ou com trabalhos precários. Encontram-se portanto, neste ponto de vista, em situação de igualdade com as suas mulheres.

Parece ser mais fácil, ainda assim, provar a existência de lenocínio que de tráfico. Mas não deixa de ser curioso que mesmo os dados para o lenocínio sejam quase inexistentes. A existência de exploração é inaceitável em qualquer caso. Mas o mundo da prostituição tem de facto vindo a transformar-se, e as pessoas que se prostituem

---

ou companheiros e que aceitam a situação, mas não vivem dela ou não a exploram. Mas temos, conhecemos alguns com quem falamos e com que procuramos também fazer algum acompanhamento, alguma sensibilização, que eles próprios nos pedem preservativos. Alguns conhecemos. Outros não conhecemos. No caso das romenas, nós não os conhecemos. Por exemplo, temos romenas que trabalham com portuguesas e nós sabemos quem eles são. Os mesmos romenos que controlam as prostitutas romenas, nós até ao momento não conseguimos ter acesso a eles. Claro que eles sabem que nós existimos. Nunca nos causaram problemas. Nunca boicotaram o nosso trabalho. Mas não temos acesso. Agora, existem proxenetas a ganhar dinheiro com estas mulheres, sim” (Existências, Coimbra, 9.05.2011).

<sup>120</sup> ARS: Administração Regional de Saúde do Norte.

parecem ter maior *empowerment* sobre os seus próprios corpos e actividades laborais. Mantêm-se, todavia, sempre nas margens, como que inexistentes, excepto sob o rótulo de “vítima”.

Não é demais repetir que prostituição é diferente de lenocínio e de tráfico. Hoje, o paradigma sobre esta actividade parece estar novamente na iminência de se transformar. O debate contemporâneo começa a dar alguns passos em frente. Alguns países aceitam a prostituição como uma profissão legítima<sup>121</sup>. A maioria, contudo, não a regula nem a criminaliza. Apesar de a prostituição não ser ilegal, na sociedade contemporânea é percepcionada como um crime contra a moral. É que, hoje como no passado, “em quase todos os povos do mundo é a prostituição um negócio de interesse” (Cruz, 1984: 54). A prostituta, todavia, encontra-se excluída da sociedade. É vista como imoral e tornada invisível (Scrambler, 1997: 7). O estigma da prostituição afecta todas as mulheres – e, por extensão, todas as pessoas – que com o seu corpo se dedicam a esta actividade.

Alguns autores contrariam, porém, a visão tradicional e tendencialmente miserabilista da prostituta estigmatizada. Ana Lopes é uma das autoras que nos oferece uma visão interior e esclarecedora acerca de quem são as pessoas que não vendem o corpo, mas vendem serviços sexuais.

Uma vez conheci uma jornalista que frequentava, ao mesmo tempo que eu, um curso de *striptease*, em Londres. Era jornalista, mas não gostava do que fazia. O seu sonho sempre tinha sido o de ser *stripper*. Finalmente trocou o jornalismo pelo *striptease*, uma actividade mais rentável e, para ela, uma profissão em que se sentia mais realizada. Tornámo-nos amigas e ela juntou-se ao movimento a favor dos direitos dos profissionais do sexo (Lopes, 2006: 36)

Hoje reinventa-se o conceito de prostituição. Surgem estudos, investigações jornalísticas e movimentos anti abolicionistas, compostos por pessoas trabalhadoras do sexo e aliados. Surgem vozes que defendem a escolha livre do trabalho sexual, por oposição à incapacidade tradicional relacionada com a prostituição, a coerção, a pobreza, o género e a migração. As vozes mais fortes neste contexto são, obviamente, as próprias pessoas que fazem do trabalho sexual a sua actividade profissional, junto a uma rede de aliados, académicos, técnicos sociais e simpatizantes.

Os títulos dos vários estudos sobre o tema ora em discussão relevam eles próprios as visões acerca do assunto, ao longo do tempo. Alguns exemplos de tais títulos são: O

---

<sup>121</sup> A Suíça, o Uruguai e a Nova Zelândia são alguns destes países.

*Combate ao Tráfico de meninas, ou a guerra no tráfico de mulheres*<sup>122</sup> (Bell, 1910); *As Prostitutas: Miséria Sexual e Prostituição*<sup>123</sup> (Corbin, 1978); *A Escravidão Sexual Feminina*<sup>124</sup> (Barry, 1979), *A Cidade do Terrível Prazer*<sup>125</sup> (Walkowitz, 1992); *Trabalhadores do Sexo do Globo: Direitos, resistência, e redefinição*<sup>126</sup> (Kempadoo e Doezema, 1998); *As Vendedoras de Ilusões: Estudo sobre Prostituição* (Oliveira, 2004); *Trabalhadores do Sexo Uni-vos!* (Lopes, 2006); *Vidas na Raia. Prostituição feminina em regiões de fronteira* (Ribeiro et. al, 2007); *Sexo nas Margens*<sup>127</sup> (Agustín, 2007); *Mulheres da Vida, Mulheres com Vida* (Silva e Ribeiro, 2010); *Andar na Vida: Prostituição de Rua e Reacção Social* (Oliveira, 2011); *Direitos dos Trabalhadores sexuais são Direitos Humanos*<sup>128</sup> (Ordek, 2011).

Se os primeiros títulos se integram na área da denúncia social, que explora as características e as modalidades de traficantes e proxenetes, da condição das mulheres exploradas sexualmente, com o objectivo de alertar a população e garantir a segurança das jovens mulheres<sup>129</sup>, os últimos integram-se na área da investigação/acção e do activismo, e baseiam-se no recente conceito de “trabalho sexual”.

O trabalho sexual implica a ideia de que quem pratica profissionalmente a prostituição são pessoas que, com maiores ou menores constrangimentos, são capazes de negociar e decidir por si próprias, contrariando a visão miserável da prostituta destituída de capacidade de escolha e negociação. Como escreve Oliveira, as reacções face a esta actividade implicam posicionamentos sempre ideológicos e, portanto, novamente políticos.

A prostituição e o trabalho sexual convocam com frequência posicionamentos ideológicos extremados, formulados com os termos *ser contra* ou *ser a favor* e discursos relativos ao exercício de venda do sexo polarizados em torno de visões excessivamente vitimizantes ou romanticamente

---

<sup>122</sup> *Fighting the Traffic in Young Girls, or War on the White Slave Trade.*

<sup>123</sup> *Les Filles de Noce: Misère Sexuelle et Prostitution.*

<sup>124</sup> *Female Sexual Slavery.*

<sup>125</sup> *City of Dreadful Delight.*

<sup>126</sup> *Global Sex Workers: Rights, Resistance, and Redefinition.*

<sup>127</sup> *Sex at the Margins.*

<sup>128</sup> *Sex Workers Rights Are Human Rights.*

<sup>129</sup> É o caso flagrante, por exemplo, de *Fighting the Traffic in Young Girls, or War on the White Slave Trade*, publicado nos EUA em 1910 e organizado por Ernest A. Bell, secretário da *Illinois Vigilance Association*, uma das filiações locais da *National Vigilance Association*, fundada 1885. O texto é uma colecção de ensaios escritos por juizes, missionários, professores universitários, que descrevem com grande pormenor as práticas de angariação dos traficantes, as violências e a situação de escravidão das vítimas. Significativamente, o livro é dedicado ao “Exército de trabalhadores leais que, em nome de Deus e da Humanidade, se inscreveram nesta Guerra Santa para a Defesa e Pureza das Mulheres”.

apologéticas; a prostituição tanto pode ser apresentada como a expressão máxima da exploração e vitimação da mulher como da sua libertação (Oliveira, 2008: 8).

## **7.O conceito de Trabalho Sexual:**

“A necessidade faz o ladrão”. Se você me perguntar se eu me arrependo, te digo que não. Eu agradeço até, muito. Porque senão, talvez eu não conseguisse o que eu consegui, apesar de ter o mesmo. Não tenho nada. Se fosse para voltar para lá (Brasil), não tenho nem barracão. Mas minha maior fortuna foi formar meus filhos! E valeu o sacrifício! Tenho uma vida tranquila, tenho meus filhos junto comigo.

O que eu acho errado não é o trabalho de prostituição. Você ter alugado seu apartamento, ir trabalhar, gastar com o seu anúncio, receber quem você quiser na sua casa, eu não acho errado. Eu acho errado é ganhar dinheiro com o corpo do outro. E o tráfico!

[A prostituição] eu encaro como trabalho. [Achas que devia ser regulamentado?] Com certeza! Eu acho que o dia que nós tivéssemos todos os deveres e os direitos de um trabalhador normal, a coisa mudaria muito. Eu sou totalmente a favor de recolher os impostos, sabe? De você ter todos os direitos normais! De um trabalhador normal. Sou totalmente a favor! Acho que no dia que levasse isso como uma profissão normal, acabaria um monte de merdas! (desculpa a expressão) Nesse meio. Acabaria muita coisa. Muita! Acabaria tudo isso, você pode ter a certeza! Porque, para quê? Você vinha, procurar um emprego normal, no caso como eu vim, a princípio seria isso. Chegar aqui, procurar um emprego e o contrato que nem no Brasil. Vai, chega lá, um emprego, uma carteira assinada, lá nós temos carteira de trabalho. Entrar numa empresa normal. Ou trabalhar como nocturno. E recolher os impostos. E pagar não só as finanças, como a segurança social, que nós temos INSS, aqui tem a Segurança Social. E fazer o seu IRS. Lá nós temos o imposto de renda. Normal! Acabaria tudo isso.

Minha profissão é uma coisa que eu gosto muito. Gosto do trabalho que...É que decido, acho que deve parar quando acha que deve parar. Não quando, quando minha filha queria que parasse, há um ano atrás. Agora é parar por mim. As coisas fluem quando vem do coração, parece que fica mais fácil para você fazer. Que também quando fica muito liso o caminho, é ruim demais. Você tem de cair, você tem de levantar, para poder dar valor. Mas eu vejo, encaro como totalmente normal! Não vejo nada de anormal! Eu não nasci aqui, mas Portugal nasceu no meu coração. Eu adoro isso aqui, porque foi aqui que eu consegui formar meus filhos, foi dar meus filhos a maior fortuna, uma fortuna que ninguém tira, graças de Deus! (Edu, Lisboa, 13.07.2011).

A Edu tem 49 anos e é brasileira, natural de Minas Gerais. Mora em Lisboa<sup>130</sup> e trabalha na área do trabalho sexual há 7 anos, desde que chegou a Portugal, em 2004. Veio “sem papéis”, só com passaporte de turista. Entristece-a pagar a segurança social e todos os impostos possíveis, dar entrada sistemática no SEF com pedido de regularização e ser-lhe negado desde que chegou. É institucionalmente acompanhada

---

<sup>130</sup> Para onde se mudou em 2005, passando a ter a sua casa/lar com a sua família, e um outro apartamento para o trabalho.

pelo GAT – Grupo de Activistas sobre o Tratamento do VIH/SIDA Pedro Santos<sup>131</sup>. O GAT é uma ONG sediada precisamente em Lisboa que, como a associação Positivo, presta apoio médico, social e jurídico a afectados e infectados pelo VIH/Sida. O projecto *Indoor*, da sua responsabilidade, dedica-se à divulgação e prestação destes mesmos apoios a pessoas trabalhadoras do sexo que operam em Lisboa, em espaços abrigados. Foi, de resto, o GAT, através do projecto *Indoor*, que me colocou em contacto com a Edu, a quem faço a segunda de três entrevistas gravadas e aprofundadas.

Este encontro decorre à porta fechada e em ambiente protegido, desta feita, em casa da própria Edu. Isso significa que, tal como a conversa tida com a Cristina, este encontro foi igualmente intenso, e mais confidente que os encontros que decorreram na rua, em horário de trabalho das informantes. Aqui houve desabafos, mas não houve muito choro. Enquanto conversávamos, os filhos e um ou outro dos amigos dos filhos da Edu entravam e saíam de casa, preparavam o jantar e o serão em família.

Ao contrário de Cristina, a Edu não tem irmãos. Começa por contar como no Brasil tinha uma vida “tranquila, normal”. Trabalhou mais de 8 anos num emprego estável, na área da hotelaria. Depois perdeu o emprego e voltou para casa da sua mãe, com dois dos filhos. A Edu tem três filhos, mas um deles já morava com a avó paterna. Diz que “nunca tive intenção de sair do meu país”, apesar de uma prima sua já estar em Portugal, desde 2002, e a convidar sistematicamente. Porém, como afirma, “quando eu vi que estava velha para trabalhar e que não conseguia emprego, acabei vindo”. É assim que inicia o seu processo migratório, que começa logo por distinguir da maioria das suas conterrâneas, quando diz: “Mas eu tive a felicidade de poder vender um carro. Vendi o de trabalho, vendi o de passeio, e vim sozinha, por meios próprios”. Esta distinção socioeconómica é fundamental na comparação com a história de Cristina, visto aqui existir capital económico, social e, portanto, também simbólico na decisão migratória “sem dívida” e “sem homem” de Edu. Deixa os filhos<sup>132</sup> com as avós e, uma vez chegada a Portugal, dirige-se até Aveiro, onde a prima a esperava.

Fui trabalhar à noite, numa casa de alterne<sup>133</sup>. Que não agradei nem um pouco, porque é muito complicado. Em Águeda. Perto de Aveiro. Não tinha como nem conseguir trabalhar, porque eu não conseguia chegar e pedir. Era acostumada totalmente independente. De dia fazia limpeza [num apartamento destinado ao trabalho sexual]. E foi numa dessas de fazer limpeza, em Aveiro, que era de

---

<sup>131</sup> Ver site em: <http://www.gatportugal.org/> (consultado pela última vez a 25.02.2013).

<sup>132</sup> Cujo pai já faleceu.

<sup>133</sup> Onde trabalhava a sua prima.

uma brasileira, foi que um cliente me viu e perguntou para ela se podia ir comigo, se eu não queria [risos meio tímidos], eu acabei indo. E fiz mais uma, no mesmo dia, até ter terminado a faxina. Depois passados uns dias ela me convidou. Deve ter corrido tão bem que ela perguntou: “quer trabalhar comigo?”. E eu fiquei. Trabalhava meio, meio. Depois eu achei mais higiênico. Porque nas casas de alterne existe mesmo sexo. Porém, sem higiene. Sem protecção. Você está ali bebendo, bebendo, vai de empolgação, acaba indo para os reservados, e rola mesmo. Não adianta dizer que não rola, que é mentira. Que eu vi de perto. E o apartamento, eu acho mais seguro.

A Edu trabalhou ainda no bar de alterne 5 meses, findos os quais passou a trabalhar no apartamento, largou o bar de alterne e ainda tomou conta de crianças “durante um bom tempo. E também de um senhor”, na área do apoio domiciliário, tal como Cristina.

Era muito bom, eu ganhava bem, porque pegava no sábado às 10 da manhã e largava na segunda-feira às 8h. E ganhava 200 euros por fim-de-semana. Muito bom. Quer dizer, não tinha fim-de-semana, mas para quê fim-de-semana? Não tinha família nem nada. Mas o senhor faleceu. Infelizmente. Voltei. Aí eu aluguei um apartamento. Trabalhei muito tempo sozinha. Agora é que divido. Agora não, tem um ano. No carnaval tem um ano que divido. Que até ao carnaval do ano passado, eu trabalhava sozinha.

Depois, quando fui trabalhar em apartamento, é que consegui juntar os filhos. Consegui formar meus filhos. Hoje formei. Tenho um filho advogado, uma filha dentista. E tenho esse outro que mora, que era o maior objectivo, era trazer para Portugal. Porque aqui o ensino é melhor. Aqui tenho condição de dar para ele, independente de trabalho, mesmo que seja trabalho normal, aqui tem mais tranquilidade. Em termos de segurança, ainda é muito melhor que o Brasil. Porque eu sou de Minas Gerais, mas eu nos últimos anos morava em São Paulo. E aqui, graças a Deus, tenho meu filho, que apesar de estar com 16 anos, é muito bom menino. Não me dá nenhum trabalho. Criei sozinha. Em São Paulo, tenho a certeza que ia ser muito diferente. Agradeço muito, primeiro a Deus, e depois por ter vindo para Portugal.

A Edu tenciona largar o trabalho sexual, mas não se envergonha nada do seu trabalho. Faz inclusivamente parte do movimento pelos direitos d@s trabalhador@s do sexo. Queixa-se da crise, como todos, mas explica que por preços “eu sempre trabalhei 40-50 euros. Agora é 30-40. E olhe lá! Já baixou demais, demais, demais! Caiu demais”. Divide o apartamento destinado ao trabalho em Lisboa com outras 2 pessoas, uma das quais transgénero, dado que se sente mais segura dividindo o apartamento e tendo sempre companhia. Isto porque já teve problemas com clientes, um dos quais envolveu sequestro e roubo. Mas dada a tranquilidade inerente da Edu, tudo acabou bem, embora não tenha sido feita denúncia à polícia, visto as três trabalhadoras do sexo estarem na altura “sem papéis”. Como explica, “acho que comportamento gera comportamento. Se você é agressiva, você acaba tendo. Então, o negócio começa desde

a hora que você atende o telefone. Você tem que saber ser meiguinha desde quando você atende”. Apesar de estar praticamente nos 50 anos, explica que a maioria dos seus clientes está na faixa etária dos 30 anos.

A maioria dos clientes está na faixa etária aí até 30 anos. Muito raro acima. Talvez pelo... Talvez não, é mesmo pelo fetiche de uma pessoa mais velha. Então, é mais tranquilo.

[Porque é que achas que há procura?]

Filipa, eu já me fiz essa pergunta N vezes. Não sei. A gente até brinca: “o que é que é que este sujeito vem fazer aqui?”. Porque o perfil, não existe um tipo de cliente! O leque é muito grande. Vem desde o menino, do rapazinho jovem, bem vestido, bem vivido e com cada carrão, que pode ter a melhor namorada, a melhor menina, a mais inteligente, a mais bonita. Como aquele senhor já de idade, que está viúvo, que está sozinho, que está carente. É um leque muito grande. Tem hora que eu penso porquê. Agora, o mais interessante é que eles voltam. Eu não sei-te dizer, até hoje eu não sei. Porque voltam. Porque se não voltassem, bom, veio pela curiosidade. E às vezes vem comigo que tenho 50. Se eu disser assim: “procuram o que não encontram em casa”, vamos supor que a maioria é casado. Sei lá se é casado, eu não pergunto. Para mim não tem nome, não tem nada. Só está ali, pronto, acabou. Ao natural não faço. Beijar na boca, não beijo. Fazer sem preservativo, não faço. Então quer dizer, é um sexo normal. Então, normal por normal, porquê pagar? Não é estranho? Porque a maioria que vem ter comigo, os casados, reclamam mesmo que as mulheres não deixam. Não deixa tocar, não pode isso, não aquilo. Não que eu faça nada, que era aquilo que estava explicando, mas reclamam muito. E não é mulher portuguesa não! Os brasileiros também! Os negros, não é, como chamam dos países africanos. Tudo do mesmo jeito! É tudo igual, eles só trocam o BI. De resto, é tudo igual [risos]. A reclamação é sempre a mesma. Sempre me fiz essa pergunta, desde o primeiro dia que fui trabalhar. Nunca achei resposta.

Mas a prostituição, eu encaro como trabalho. Eu acho que o dia que nós tivéssemos todos os deveres e os direitos de um trabalhador normal, a coisa mudaria muito. Eu sou totalmente a favor de recolher os impostos, sabe? De você ter todos os direitos normais! De um trabalhador normal. Sou totalmente a favor!

A Edu é uma das pessoas trabalhadoras do sexo favorável à regulamentação do chamado “trabalho sexual”, apesar de não escamotear que só se iniciou neste trabalho, que lhe permitiu dar a si e aos seus filhos a “maior fortuna” – a formação dos filhos – porque “a necessidade faz o ladrão”, tal como começa o seu relato.

O conceito de trabalho sexual surge pela primeira vez nos anos 1970. É proposto por Carol Leight<sup>134</sup>, prostituta e activista norte-americana, com o objectivo de reivindicar a legitimidade, a destigmatização e a normalização do trabalho sexual, procurando atribuir algo inexistente neste campo: direitos humanos e laborais.

---

<sup>134</sup> Ver biografia no site: [http://www.bayswan.org/Leigh\\_bio.html](http://www.bayswan.org/Leigh_bio.html) (consultado pela última vez a 18.02.2013).



“Trabalho Sexual” significa uma actividade comercial de prestação de serviços, a troca de dinheiro ou bens materiais (Lopes, 2006: 29), em que é desempenhado um comportamento com um significado sexual ou erótico para quem compra (Oliveira, 2008: 25). Por outras palavras, “a prostituta é uma profissional e, enquanto tal, pagam-lhe para que ela efectue um serviço; esse serviço implica o uso do corpo, mas não implica o seu Eu” (Oliveira, 2008: 129). O trabalho sexual relaciona-se, portanto, com serviços, desempenhos ou produtos sexuais comerciais, tais como a prostituição, a pornografia, o *striptease*, as danças e as chamadas eróticas (Oliveira, 2008: 25; Weitzer, 2005; Ditmore, 2006: xxi).

O tipo de trabalho efectuado e os contextos de realização deste também são muito variáveis. Há prostitutas e prostitutos de rua, acompanhantes, *call girls*, *strip teasers*, alternadeiras, dominadoras e dominadores, operadoras de linhas de telefone eróticas, actrizes e actores de filmes pornográficos e massagistas e modelos eróticos. Os contextos em que operam são igualmente diversos: apartamentos privados, casas de massagens, hotéis, bares, clubes, saunas, empresas de chamadas eróticas de valor acrescentado, contextos da indústria pornográfica e, ainda, a rua (Oliveira, 2008: 25).

O trabalho sexual é considerado multiforme e é realizado em diferentes contextos, contendo uma multiplicidade de atores. Entenda-se que esta transacção de serviços sexuais é entre adultos e com consentimento mútuo. Quando não há consentimento mútuo, trata-se de violência, abuso ou escravatura sexual, e não de trabalho sexual. Os casos que envolvem crianças configuram situações de abuso sexual de menores e não de trabalho sexual (Rede sobre Trabalho Sexual, 2011; Ditmore, 2006: xxvi; Kavemann, 2007: 3; Oliveira, 2008: 25).

Estima-se que 80% das pessoas trabalhadoras do sexo exerçam a sua actividade em contextos abrigados (*indoors*), tais como apartamentos, casas de massagens, casas de swing, clubes, saunas, bares de *strip* e de alterne (Oliveira, 2004; Ribeiro *et al.*, 2005). A prostituição é apenas uma forma de trabalho sexual, podendo ser definida como o “desempenho comercial de relações sexuais<sup>135</sup>, entre outras actividades com conotação sexual” (Oliveira, 2008: 25).

Por outro lado, segundo o Projecto Auto-Estima, 80% das pessoas trabalhadoras do sexo por si apoiadas são estrangeiras, particularmente brasileiras e romenas<sup>136</sup>. Na rua, na zona Norte, como noutras zonas, a prostituição é fortemente marcada pela presença

---

<sup>135</sup> Sejam vaginais, orais, anais ou masturbatórias.

<sup>136</sup> Entrevista ao Projecto Auto-Estima (Matosinhos), a 14.04.2011.

de portuguesas. Esta informação é reiterada pelas restantes ONGs e projectos dirigidos a trabalhador@s do sexo, de norte a sul do país.

Em Portugal, a prostituição não é proibida, mas não sendo reconhecida como actividade laboral, como é noutros países no globo, e sendo socialmente estigmatizada, sofre uma intensa invisibilidade legal e social. Por se tratar de uma população maioritariamente imigrante e em constante mobilidade transnacional (Ribeiro *et al.*, 2005), desenvolvendo uma actividade no mercado informal, muitas vezes em situação irregular no país de acolhimento, conhece-se muito pouco acerca destas populações.

São estas as populações definidas por Tydlum, Brunovskis (2005: 2) e Laczko (2005: 5), como “populações escondidas”. Uma população escondida é um grupo cujas fronteiras se desconhece, visto a participação no grupo envolver comportamentos ilegais e estigmatizados que não facilitam a cooperação e respostas fidedignas por parte dos seus membros a investigadores, agentes sociais e menos ainda a agentes de autoridade.

As pessoas que fazem do trabalho sexual a sua actividade laboral tendem a ser óptimas ouvintes, conversadoras, e a ter o condão de deixar as pessoas que as procuram – os clientes – à vontade. Estes são os factores por excelência de uma ou de um trabalhador do sexo. Até porque muitos dos clientes são eles próprios “população escondida”. Esquecemos que, por exemplo, pessoas enfermas, idosas, com deficiências motoras ou mentais também precisam, procuram, merecem obter prazer sexual. E, na maioria destes casos, sem o recurso ao sexo pago, estas pessoas não o obteriam (Ditmore, 2006: xxxi).

Na maior parte dos casos, todavia, os clientes são homens normais, sem patologia ou marginalidade apresentável. Os clientes que procuram o serviço de sexo pago são uma categoria transversal, no que toca a faixa etária, estado civil, escolaridade, actividade profissional, proveniência socioeconómica e cultural (Oliveira, 2008: 178). Muitos são casados, como foi apontado pelas trabalhadoras do sexo entrevistadas no decorrer da pesquisa. É por essa razão que muitos dos homens que frequentam este meio fazem-no em segredo, à margem ou à revelia das suas vidas familiares, profissionais e da sua identidade social (Hart, 1998; Oliveira, 2008). Além do mais, no que à relação de poder estabelecida entre cliente e pessoa trabalhadora do sexo diz respeito, o poder do cliente ocorre até este escolher a mulher<sup>137</sup>. Depois, o poder é da prostituta (Medeiros, 2000; Oliveira, 2008).

---

<sup>137</sup> Em perfeita contradição com o que é defendido pelos Movimentos Abolicionistas.

Foi o cliente que a escolheu entre várias mulheres disponíveis, mas quando pára junto dela, devolve-lhe a iniciativa. A partir daí, é ela que assume o papel activo: faz o convite e dita as regras. O preço, as práticas, a utilização do preservativo e a imposição de regras de comportamento para evitar o abuso são ditadas pelas trabalhadoras do sexo (Oliveira, 2008: 184).

O grau de autonomia das pessoas trabalhadoras do sexo difere, não é idêntico para todas. Mas em muitos casos, é na actividade transformada por si própria como laboral, que se manifesta a maior capacitação nas relações de poder. Um exemplo concreto do que acaba de ser dito é a escolha e a recusa em atender um cliente.

A tentativa de impor o chamado modelo sueco, isto é, criminalizar o cliente pode, ao contrário do que certamente se pretende, ter nefastas consequências. Muitos dos clientes são “habituais”, quer isto dizer, que se tornaram mais que apenas clientes, mas “amigos”. Estes amigos tendem a perguntar às suas prestadoras de serviços se “está tudo bem”, se “está ali obrigada”, se “está ali a ser explorada”. Algumas denúncias deste âmbito são, de resto, apresentadas por clientes. Criminalizar a procura não vai, ao contrário do que o movimento abolicionista pretende, fazer desaparecer a prostituição. Vai, sim, silenciar uma fonte de denúncia de maus-tratos e de exploração.

As mulheres, homens e transgéneros que trabalham no mercado sexual têm vindo a ser tratadas dentro de classificações como as da criminologia, associadas a redes de tráfico e de exploração sexual (Pereira, 2005; Santos, 2007). Os migrantes que vendem sexo surgem como uma categoria que tem vindo a ser negligenciada pelos estudos de migração e diáspora (Agustín, 2006; 2007). Contrariando a visão miserabilista e anti-laboral imputado o mundo do trabalho do sexo, o projecto Auto-Estima revela que:

A grande maioria de mulheres, entre os 40 e os 50 anos, são mulheres que têm um percurso na prostituição, provavelmente a maior parte, desde os 20. São mulheres que entendem a prostituição como um trabalho. Aliás, elas muitas vezes não vão e quando nos vêem dizem: “ontem faltei”. Isto é sintomático de como entendem. São mulheres que cumprem um horário, de acordo com as necessidades delas e familiares. Têm um horário e um local de trabalho. Entendem como um trabalho, no sentido em que é a fonte de rendimento. Em termos morais, digamos assim, não assumem publicamente. Socialmente não assumem que estão na prostituição. Aliás, é um assunto que elas não gostam muito de falar. É um trabalho que fazem, sabem o que fazem, mas não é para divulgar. Nalguns casos, as famílias sabem, noutros não. Não, e estamos a falar de mulheres que estão na rua há 30 anos. Têm uma atitude em relação à prostituição de trabalho. Não sei se são a favor da regulamentação. Mas a atitude que têm é: “vou trabalhar, e o meu local de trabalho é a serra de Santo Tirso”.

Nos bares e nos apartamentos há a mesma atitude. Mas aí já apanhamos mais estrangeiras. As estrangeiras têm uma atitude um bocadinho diferente. Porque têm um objectivo, estamos a falar de pessoas que saíram dos seus países e vieram para o nosso com um objectivo. O objectivo, neste caso, é ganhar dinheiro. E ganhar dinheiro rapidamente. Nas conversas que temos elas reflectem sempre que estão numa situação de passagem pela actividade, como forma de ganhar dinheiro para cumprir determinado objectivo, seja aqui, ou no Brasil, ou no país de origem. Não se posicionam como as portuguesas de rua, de que “é isso, eu estou aqui, é assim a minha vida, e não me vejo a fazer mais nada”. Não, têm uma postura de rapidamente arranjar o dinheiro e depois concretizar o que têm, normalmente têm um projecto definido. Não sabemos se vão concretiza-lo, mas têm (Auto-Estima, Matosinhos, 14.04.2011).

Na verdade, esta imigração feminina destinada à indústria do sexo encontra visibilidade através de um conceito dos anos 1970, a saber, o conceito de pânico moral. Este conceito, sistematizado pelo sociólogo Stanley Cohen (1972), significa ansiedade ou medo na sociedade por motivos “morais” e caracteriza-se pelo sentimento generalizado de que existe uma ameaça à segurança pública. Esta ameaça pode ser um comportamento considerado imoral ou uma população específica (por exemplo, migrantes e/ou traficantes de pessoas). Em resultado de um pânico moral, a sociedade tende a defender-se através do reforço do controlo social, seja através de mais legislação e reforço das leis existentes, de maior hostilidade e condenação, mais polícia, mais detenções e mais celas prisionais. Se a sociedade se tornou moralmente lasciva ou permissiva, a solução deve passar por um reavivar dos valores tradicionais. Se pessoas inocentes são vítimas de crimes, a repressão sobre os perpetradores deve ser a solução (Goode e Ben-Yehuda, 1994: 31). Como Goffman refere (1963), a posição das “pessoas normais” face à pessoa estigmatizada e a forma como com ela se relacionam demonstra a inumanidade aplicada que, por sua vez, produz discriminações e violências sobre o alvo. A estigmatização, a exclusão, a discriminação, enfim, as violências sofridas são, neste contexto em análise, os aspectos mais visíveis da reacção social face à prostituição (Church *et al.*, 2001; Raphael e Shapiro, 2004; Oliveira, 2008).

Na tentativa de fugirem aos mecanismos de controlo, as pessoas trabalhadoras do sexo, especialmente imigrantes, encontram-se frequentemente em constante mobilidade e tendem a exercer a sua actividade em contextos de interior, escondidas inclusive dos sistemas de apoio, como acontece em Portugal (Ribeiro *et al.*, 2005).

O trabalho sexual feminino surge frequentemente apresentado através do binómio “vítima débil” ou “puta infractora”; ora encarando a prostituição feminina como

exploração sexual, sendo a mulher enquadrada como vítima de um sistema sexista; ora encarando a mulher como imoral, assentando estas representação no rótulo singular de “puta”, isolando todos os outros papéis sociais destas mulheres (Venson, 2009). Dois desses papéis sociais, sistematicamente esquecidos nas discussões sobre o tema, são o de mãe e de esposa. Muitas das pessoas que fazem do trabalho sexual o seu trabalho, fazem-no em nome da família e muito particularmente, em nome dos filhos que pretendem proteger e a quem querem proporcionar todo o conforto e educação possíveis (Manita e Oliveira, 2002; Oliveira, 2004; Ribeiro *et al.*, 2008; Oliveira, 2008, 2011).

Foi pelos filhos que elas efectuaram uma difracção da norma: as regras de moral e de boa conduta com as quais se identificam. Os filhos são o que têm de mais precioso; é por eles que se sacrificam. Aliás, para quase todas estas mulheres, os descendentes estão presentes nos seus motivos de entrada no trabalho sexual (Oliveira, 2008: 252).

Oliveira questiona a atitude moral de que as pessoas trabalhadoras do sexo são alvo quando é posto em causa o seu direito à maternidade. A reter que uma mulher que perde a tutela de um filho, apenas e só por ser prostituta, é uma mulher revoltada, que se considera vítima de uma injustiça. Além do mais, é ainda uma mulher que perde parte da sua auto-estima, pois “esse acto de que é vítima contribui para que ela apreenda o que essa acção reflecte: que ela é má mãe, porque uma prostituta não pode ser boa mãe por ter padrões de conduta imorais. A negação do seu direito à maternidade surge, então, como um reconhecimento social da falta de respeitabilidade” (Oliveira, 2008: 253; Silva e Ribeiro, 2010).

Já do ponto de vista das migrações, de um modo geral, a produção de estudos e enquadramento acerca da presença de mulheres imigrantes no mercado sexual, por questões morais e/ou de agenda, tendem a enquadrar esta problemática relacionada com a criminologia, com o tráfico humano e exploração sexual ou lenocínio. Significa isto que se negligencia a ampla franja de pessoas que encontram na área da venda de relações sexuais uma estratégia voluntária de inserção socioeconómica nos países de acolhimento. Com efeito, Laura Agustín (2006, 2007) demonstra como o uso de categorias como tráfico humano, turismo sexual e prostituição, tanto por parte de governos, como por parte de projectos sociais e académicos, apaga a diversidade das situações e das motivações das migrantes, em especial as que vivem do comércio sexual, produzindo e reproduzindo discursos estigmatizantes e controladores. Também

Venson (2009: 5), nas conclusões dos seus estudos sobre alegadas vítimas de tráfico humano para fins de exploração sexual, rejeita a noção de que as trabalhadoras do sexo em processos migratórios sejam apenas submissas e passivas, pois reconhece a sua subjectividade e agência pessoal, e olha para estes sujeitos como pessoas capazes de fazerem escolhas e tomar decisões que levam a transformações conscientes que mudam as suas vidas. Porém, são-lhes negados os mais básicos direitos humanos, precisamente em nome dos direitos humanos: pretende-se proteger, vulnerabilizando.

O conceito de trabalho sexual surge, assim, por oposição ao conceito, negativo, de prostituição. Engloba, de forma inclusiva, todas as áreas da indústria do sexo, que é global (Lopes, 2006: 26; Agustín, 2007: 60). Esta nova forma de ver o comércio sexual, nomeadamente a prostituição, alicerça-se na ideia de agência. Hoje, como ontem, se aliados os interesses económicos, as restrições das leis migratórias, o fechamento de fronteiras, o permanente estigma ligado à actividade prostitutiva e à indústria do sexo, e a ideia de vitimização, temos a razão pela qual a ideia de agência ou agenciamento é a parte fraca no discurso sobre a prostituição, as migrações e o tráfico de pessoas: choca com a ideia de violência incapacitadora.

## **8. Da Prostituição ao Trabalho Sexual:**

Why do women, men, and transgenders sell sex? Sex sells. The prevailing presumption that women who sell sex have no other option does not bear scrutiny (Ditmore, 2006: xxvii).

As estratégias de governamentalidade aliadas às técnicas de anti-cidadania, promovidas com Directivas de Retorno e maiores restrições para o caso das migrações, por um lado, e a perpetuação da invisibilidade e miserabilismo imputadas às pessoas trabalhadoras do sexo, por outro lado, promovem, ao invés do que se pretende, os abusos e violações aos direitos humanos, estabelecendo um clima de silêncio e medo em denunciar violações e outros crimes (Handman e Mossuz-Lavau, 2005; Ditmore, 2006).

Além disso, não esqueçamos, como sublinha Coelho, que “aqueles que constroem as representações simbólicas dominantes na constituição da imagem e da identidade da prostituta não são os protagonistas da actividade prostitucional, mas agentes externos que detêm os recursos objectivos que lhes permitem assumir a posição de produtores simbólicos” (Coelho, 2009: 22). De facto, o estigma interligado à oferta de serviços

sexuais a troco de dinheiro funciona como um mecanismo simbólico e ideológico poderoso de repressão e controlo sobre um modo de vida que não está conforme as normas, os valores sociais hegemónicos e os cânones morais, sendo, portanto, concebido como desviante (Ribeiro e Sacramento, 2005; Ribeiro *et al.*, 2005).

Muitas destas pessoas são migrantes (quer internos, quer externos), o que significa que escolheram, com maiores ou menores pressões, deixar as suas terras, os seus lugares conhecidos, as suas famílias e partir para o desconhecido. São cidadãs – ou deveriam ser – que optam por aventurar-se em terras desconhecidas, com gentes desconhecidas. Como Wacquant escreve, o estigma do lugar – no caso migratório – sobrepõe-se ao estigma da pobreza (Wacquant, 2001: 168). Os indivíduos aqui em análise são sujeitos feitos de poder e vulnerabilidade em simultâneo. Tal como escreve Oliveira, “o não reconhecimento da prostituição como profissão parece só interessar a quem explora a actividade e aos abolicionistas que ainda não perceberam isto apesar de todas as evidências...É o facto de esta actividade ser ilícita que propicia a exploração” (Oliveira, 2008: 172-173; Kempadoo, 2005).

As pessoas trabalhadoras do sexo são as melhores aliadas dos agentes sociais no que diz respeito a identificar situações de potencial violência. São elas próprias muitas vezes, e apesar das suas opções, vítimas de violências diversas, entre as quais, as institucionais. São lutadoras e determinadas. Algumas são activistas, como Leight. Muitas estão integradas em movimentos pelos direitos humanos das pessoas trabalhadoras do sexo, como é o caso da Rede sobre o Trabalho Sexual portuguesa (RTS), rede criada em 2011 e que congrega a maioria das ONGs de terreno em Portugal vocacionadas para o trabalho com (e não para) trabalhador@s do sexo.

Não é o caso da RTS, que é para todos os efeitos, uma rede recente, mas muitos destes movimentos, associações e sindicatos de pessoas trabalhadoras do sexo sofrem uma tremenda pressão pelo globo fora. Exemplar do que acaba de ser dito é a organização AMMAR<sup>138</sup>, da Argentina, uma das organizações charneira na luta pelos direitos dos trabalhadores do sexo, que surge com o objectivo de combater a corrupção e a violência. Como resposta, a 28 de Janeiro de 2004, a sua principal porta-voz contra a violência policial e corrupção, Sandra Cabrera, é assassinada. Histórias idênticas chegam todas as semanas nomeadamente da Turquia, onde a Pembe Hayat<sup>139</sup> ou

---

<sup>138</sup> Ver site em: <http://www.ammar.org.ar/> (consultado pela última vez a 18.02.2013).

<sup>139</sup> Ver site em: <http://pembehayat.org/> (consultado pela última vez a 18.02.2013).

Panteras Rosa têm sofrido as mesmas represálias contra as pessoas transgénero – o corpo fundamental da organização.

Estes casos de maior violência contra as pessoas trabalhadoras do sexo organizadas em movimentos nacionais e internacionais são inaceitáveis, tanto pela gravidade dos actos em si, como pela indiferença ou plena ignorância do que se vai passando por parte da sociedade em geral. Como escreve Leite (2008), são “filhas, mães, avós e putas”. São simplesmente, e independentemente da actividade laboral desenvolvida, pessoas. A exclusão social a que estão expostas pelas suas próprias sociedades decorre precisamente porque a sociedade não concede de igual forma aos seus membros a oportunidade de beneficiar da totalidade dos direitos, sejam eles cívicos, sociais, laborais e culturais (Oliveira, 2008: 329; Kempadoo, 2005).

O trabalho sexual não é reconhecido como um trabalho e os trabalhadores do sexo não têm voz própria, não estão associados, nem têm um sindicato que os represente, estão excluídos da segurança social e do sistema fiscal, não têm um acesso garantido ao crédito bancário e estão ainda, com frequência, privados do seu direito à justiça. A marginalização é, então, sintoma de injustiça social (Oliveira, 2008: 336).

Reconhecer a prostituição como um trabalho, como de resto defendem as próprias organizações pelos direitos d@s trabalhador@s do sexo, seria seguramente um dos passos para a inclusão social das pessoas que a praticam. Permitiria, com segurança, que as pessoas trabalhadoras do sexo colaborassem com os agentes sociais e as autoridades competentes para a identificação de situações de exploração e violência. Permitiria também apoiar quem nesta actividade se encontra contra sua vontade, sem medo nem da parte da potencial vítima, nem da parte da potencial pessoa denunciadora. Continuar a negar a cidadania plena a todas estas pessoas é uma aberrante violação dos direitos humanos, como defendem as várias e globais organizações de defesa dos trabalhadores do sexo, entre as quais a já mencionada RTS – Rede portuguesa sobre o Trabalho Sexual.



### Parte III

#### **A Etnografia: Da procura das vítimas de tráfico ao encontro das pessoas trabalhadoras do sexo em espaços *outdoors* e *indoors***

Sex work is by definition consensual sex. Non-consensual sex is not sex work; it is sexual violence or slavery<sup>140</sup> (ICRSE cit. in Munk, 2012: 1).

Ouvir as vozes que compõem o mundo em pesquisa: esta foi a máxima que regeu todo o trabalho desenvolvido. Quem melhor do que as próprias e os próprios para dizer como as suas vidas podem ser melhoradas? E para o objectivo pretendido não existe melhor ferramenta que a utilização da etnografia. É esse percurso – reflexivista, na medida em que se trata do meu próprio percurso – que darei a conhecer ao leitor neste último capítulo, com base no caderno de campo que acompanha a antropóloga, e que agora, ao lado das pessoas intervenientes na pesquisa, também se faz ouvir.

#### **9.Trabalho de Campo: da aproximação à instalação no terreno:**

A primeira pergunta fundamental para arrancar com uma pesquisa desta natureza, cujo mundo desconhecia, é: como fazer a aproximação ao terreno? Que discurso utilizar no contacto com as trabalhadoras e trabalhadores do sexo de rua (*outdoor*) e de interior (*indoor*)? Como abordar as pessoas, quer portuguesas, quer imigrantes?

Dada a enorme ansiedade que um projecto destes cria – ou pelo menos me criou a mim – senti necessidade de abordar, antes de mais, os investigadores que considero chave e que têm trabalhado esta área. A dúvida que apresentei aos orientadores do projecto (Miguel Vale de Almeida e Lorenzo Bordonaro) e aos investigadores deste difícil terreno (Laura Agustín, Alexandra Oliveira, Juliana Cavilha e Adriana Piscitelli)<sup>141</sup> foi:

---

<sup>140</sup> Citação retirada de *Sex Workers in Europe Manifesto*, (ICRSE, 2005: 1), documento disponível em: <http://www.sexworkeurope.org/sites/default/files/userfiles/files/join/manbrussels2005.pdf> (consultado pela última vez a 11.03.2013).

<sup>141</sup> Note-se que para além dos orientadores, os investigadores abordados são mulheres. E não é por acaso. A abordagem e a postura no terreno decorre, quer se queira, quer não, das características de género. Como mulher, optei por abordar outras mulheres que fizeram trabalho de campo com trabalhar@s do sexo, de forma a compreender quais as potenciais dificuldades advindas do flagrante facto de não ser “um potencial cliente”, antes uma peça a mais no espaço, uma potencial concorrente – apenas pelo acaso de ser mulher.

Ainda que o projecto seja sobre tráfico de pessoas, creio que devo dizer que o meu trabalho é sobre prostituição e imigração? Isto porque abordar o tráfico abertamente poderá assustar as pessoas e não permitir uma conversa informal? Quais acham a melhor abordagem com as prostitutas: 1) Dizer que estou a fazer um doutoramento sobre prostituição e imigração? 2) Ou dizer simplesmente que estou a escrever um livro sobre prostituição e imigração?

Eis as respostas que obtive:

1) **Miguel Vale de Almeida:** “a primeira, podem não perceber, e a segunda pode parecer jornalística. Mas é a melhor. Depende do *feeling* com cada pessoa abordada...”

2) **Lorenzo Bordonaro:** “Acho, e já sabes o que penso em relação a isso, que não debes abordar a questão do tráfico *a priori*, e não para uma questão que isso pode facilitar o teu trabalho – mas por uma questão metodológica mais central – quer dizer que o tráfico é uma interpretação *a posteriori* e muitas vezes institucional de uma particular sobreposição de migração e prostituição. A categoria de tráfico utilizada logo no início e para abordar as pessoas, constrangeria – acho eu – as vossas conversas num único padrão interpretativo que teria poucas hipóteses de produzir narrativas que questionam aquela mesma categoria – aliás isso limitaria a produção de interpretações pessoais e a tua possibilidade de abrir espaços amplos de conversa. Claro, esta é a minha opinião, que deriva também da minha posição crítica para com a categoria “tráfico” – bom, já sabes. Acho que podes dizer que estás a fazer um doutoramento, porque não? Se a ideia do doutoramento não é logo compreensível, explica isso, que trabalhas numa universidade, que estudas, que tens que fazer uma tese. Porque não?”

3) **Laura Agustín:** “Yo creo que debes explicar. O sea, que dices, “soy estudiante avanzada en una universidad. He hecho tales cosas antes. Me interesa mucho la situacion de las mujeres, me interesa la prostitucion, quiero hacer un trabajo de investigacion sobre las mujeres que venden sexo. Dicen que todas estan explotadas, dicen que son infelices. Hay cualquier cantidad de prejuicios sobre ellas/ustedes. La situacion de las mujeres que venden sexo tiene mucho en comun con la de otras mujeres injustamente estereotipadas. Yo se que algunas se dicen trabajadoras del sexo, etc. Hablarias conmigo? Tienes tiempo? Te interesa?”. Asi son mis ideas. Informal, con muchos terminos mezclados, nada de identidades y titulos formales. Si se pueden identificar con por lo menos uno de los terminos, estas bien. Yo no menciono la palabra trafico, ni trata, ni chulo ni rufian. No digo que es “prostitucion” tal cual tampoco, porque muchas de las migrantes no se identifican asi”.

4) **Alexandra Oliveira:** “Sim, parece-me que a melhor opção é dizer que estás a escrever um livro sobre prostituição e imigração. Para a maioria das pessoas, a palavra doutoramento não tem um conteúdo identificável, mas um livro sim. E também acho que fazes bem em não usar a palavra tráfico. Acho que pode provocar uma reacção “de fuga”, porque essa palavra está carregada de um sentido muito negativo (é igual a exploração, falta de autonomia, etc.), dificilmente as pessoas se identificam com isso. E, também, como a palavra pode adquirir diferentes definições, ela pode ser entendida de formas distintas. Com “Prostituição e Imigração” corres menos riscos e não estás propriamente a evitar o tema. Estás num momento crucial do teu trabalho. Vais passar a uma nova fase da permanência no terreno. Sem rede. Vai sem “medo” – está entre aspas porque não é o medo físico de estar na rua em territórios associados à

insegurança, etc; é sem medo de que as coisas corram mal; com segurança – e prepara-te para resistir à frustração. Já tens o terreno trabalhado, tens força, capacidade e vontade. O resto é um bocado de sorte...Desejo-te muita. É engraçado como ao escrever-te isto revivo a minha experiência de terreno. Estou solidária”.

**5) Juliana Cavilha:** “Bom, posso tentar-te ajudar a partir de minha experiência aqui com as mulheres prostitutas das ruas da cidade. A abordagem inicial com estas mulheres aconteceu em dois momentos, um primeiro via ONGs da cidade e em um segundo momento de maneira autônoma. Com as ONGs, o contato com estes grupos foi organizado de maneira que elas compreendessem o que eu estava fazendo ali como voluntária da ONG (como você faz). Tentei inicialmente conhecê-las, visto que são um grupo sempre alvo de pesquisas, elas se cansam (pelo menos as daqui) de responder questões e outras curiosidades. Portanto, minha sugestão é que você vá devagar, primeiro ganhe confiança, não sei de quanto tempo você dispõe, mas estes grupos são um pouco reticentes com pesquisadores, pelos motivos que já apontei acima. Eu acredito que você deva primeiro conversar com os coordenadores desta ONG com a qual você vai trabalhar, para saber melhor como deve ser a sua apresentação, visto ser de suma importância este entendimento por parte dos seus sujeitos interessados para a continuidade na pesquisa. Além do que se estes grupos não gostarem de você, a pesquisa não acontece. A empatia é fundamental. Em todo caso, vá devagar, não faça as perguntas directamente e seja honesta, diga que está fazendo uma pesquisa para compreender melhor o tema do tráfico e que a prostituição (mesmo que não seja este directamente seu tema) pode ajudar. Mas antes, converse com a ou as ONGs, para saber o que eles acham. Afinal eles são o nosso filtro inicial”.

**6) Adriana Piscitelli:** “Eu acho que o melhor seria que, de fato, teu projeto fosse sobre imigração e prostituição. Caso contrário, você pode acabar pré-classificando certos estilos de mobilidade como tráfico, tornando mais difícil ouvir as impressões das pessoas e compreendendo como elas pensam o tráfico, que é, acho, o mais rico que esse tipo de pesquisa pode oferecer. Nesse caso, não haveria discrepância entre o que você diga e o que você de fato esteja fazendo. E, no marco da relação entre prostituição e imigração, você pode explorar o que aparece de tráfico. Sobre a segunda questão, as pessoas tendem a se sensibilizar mais com a ideia de colaborar em um doutoramento que em um livro”.

Obtive portanto as seguintes respostas:

- Não falar em “Tráfico”, em 5 de 6 respostas.
- Dizer que é um estudo sobre imigração, em 6 de 6 respostas.
- Dizer que é um estudo sobre prostituição, em 6 de 6 respostas.
- Sobre a referência à produção de um doutoramento, apenas 1/6 disse não referir; 2/6 consideraram que se deve referir; 3/6 sugeriram que deveria explicar a ideia de pesquisa.
- Sobre a ideia de dizer que estou a recolher material para escrever um livro, 2/6 acharam uma boa estratégia, contra 4 em 6 respostas.

Independentemente da estratégia entretanto adoptada, o que ficou absolutamente claro na troca destes pontos de vista de aproximação ao terreno é que a empatia é a palavra-chave para a condução da etnografia. Empatia aliada ao tempo, à familiaridade e à rotina que são, de certa forma, todos elementos fundamentais. As pessoas precisam de nos ver, de se habituarem à nossa presença – neste campo, como em qualquer outro<sup>142</sup>.

Antes, porém, de avançar para a etnografia *in loco* com a população que, em 2009, todas as organizações garantiam tratar-se do grupo onde se encontrariam as potenciais vítimas de tráfico – as pessoas trabalhadoras do sexo, nacionais e migrantes<sup>143</sup>, mulheres, homens e transgéneros (noção privilegiada, utilizada no decorrer da tese<sup>144</sup>, dada o seu carácter aglutinador que inclui em si mesma as noções de transexual e travesti [Saleiro, 2012: 3; 6]<sup>145</sup>) –, avancei para o contacto e pedido de entrevista com os *gatekeepers* institucionais, de forma a conhecer a realidade pretendida.

### 9.1.A Etnografia Institucional:

No âmbito da etnografia institucional<sup>146</sup> foram realizadas 50 entrevistas semiestruturadas a instituições, 3 das quais a agências do Estado, a saber:

- 1) CIG - Comissão para Cidadania e a Igualdade de Género<sup>147</sup>;
- 2) OTSH - Observatório contra o Tráfico de Seres Humanos<sup>148</sup> e
- 3) ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho<sup>149</sup>.

---

<sup>142</sup> Como não lembrar logo a produção clássica de *The Nuer* (1940), de Evans-Prichard, e as dificuldades iniciais de aproximação ao terreno e à população que se pretendia estudar, que inicialmente hostilizou o antropólogo, para, com o tempo, a familiaridade da sua presença, e a própria rotina, aceitarem-no.

<sup>143</sup> Cf. Santos *et al.*, 2007: 73.

<sup>144</sup> Como já explicitado no Capítulo “Tráfico de Seres Humanos e Migrações”.

<sup>145</sup> Serão ainda utilizados o conceito de “trans”, visto ser o termo mais utilizado pelas transgéneros e os técnicos de ONGs de terreno, com quem comuniquei no decorrer da tese, bem como a noção de “travesti”, conceito utilizado em particular entre as brasileiras.

<sup>146</sup> Defino “Etnografia Institucional”, como já escrito em Bordonaro e Alvim, 2011: 62, como a realização de entrevistas a agências do Estado, a organizações não-governamentais e a órgãos de polícia criminal, bem como o acompanhamento de actividades destas instituições, sejam no formato de seminários, colóquios, a produção de manuais e campanhas sobre tráfico de pessoas e trabalho sexual.

<sup>147</sup> Ver site em: <http://www.cig.gov.pt/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>148</sup> Ver site em: <http://www.otsh.mai.gov.pt/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>149</sup> Ver site: [http://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/Paginas/default.aspx](http://www.act.gov.pt/(pt-PT)/Paginas/default.aspx) (consultado pela última vez a 27.02.2013).

Para além destas entrevistas a agências do Estado ou, se preferirem, quasi-ongs (pelo menos, no que refere ao caso da CIG), isto é, organizações do Estado, financiadas totalmente pelo próprio governo que estabelece as tarefas, missões e projectos sociais e de cidadania destas entidades<sup>150</sup>, foram realizadas 30 entrevistas a ONGs, divididas da seguinte forma:

- Na área dos Direitos Humanos:

- 1) AI – Amnistia Internacional (Lisboa)<sup>151</sup>;
- 2) AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência (Lisboa)<sup>152</sup>;
- 3) IAC – Instituto de Apoio à Criança (Lisboa)<sup>153</sup>;
- 4) MdM – Médicos do Mundo (Lisboa)<sup>154</sup>;
- 5) OIT – Organização Internacional do Trabalho (Lisboa)<sup>155</sup>

- Na área da Imigração<sup>156</sup>:

- 6) Capela – Centro de Apoio a População Emigrante de Leste e Amigos (Portimão)<sup>157</sup>;
- 7) CBL – Casa do Brasil de Lisboa<sup>158</sup>;
- 8) CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (Lisboa)<sup>159</sup>;
- 9) UAVIDRE – Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica – APAV (Lisboa)<sup>160</sup>;
- 10) OIM – Organização Internacional das Migrações (Lisboa)<sup>161</sup>;

---

<sup>150</sup> Ver Carvalho, 2000; e Bossuyt e Develtere, 1995.

<sup>151</sup> Ver site em: <http://www.amnistia-internacional.pt/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>152</sup> Ver site em: <http://www.amcv.org.pt/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>153</sup> Ver site em: <http://www.iacrianca.pt/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>154</sup> Ver site em: <http://www.medicosdomundo.pt/pt> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>155</sup> Ver site em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/index.htm> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>156</sup> Durante 3 anos tentou-se ainda realizar entrevistas ao CPR – Conselho Português para os Refugiados e ao SJR – Serviço Jesuíta aos Refugiados, mas sem sucesso.

<sup>157</sup> Ver informação em: <http://www.acidi.gov.pt/noticias/visualizar-noticia/4cdbf716617aa/associacao-c-a-p-e-l-a----centro-de-apoio-a-populacao-emigrante-de-leste-e-amigos> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>158</sup> Ver site em: <http://www.casado brasil.info/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>159</sup> Ver site em: [http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Temas/ServicosCidadao/Paginas/Centro-Nacional-de-Apoio-ao-Imigrante-\(CNAI\).aspx](http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Temas/ServicosCidadao/Paginas/Centro-Nacional-de-Apoio-ao-Imigrante-(CNAI).aspx) (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>160</sup> Ver site em: [http://apav.pt/apav\\_v2/index.php/pt/visaomissao/2012-01-30-17-53-26](http://apav.pt/apav_v2/index.php/pt/visaomissao/2012-01-30-17-53-26) (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>161</sup> Ver site em: <http://www.iom.int/cms/home> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

- Na área do Apoio a Pessoas Trabalhadoras do Sexo/“Pessoas Prostituídas”:

- 11) APF – Algarve (Faro)<sup>162</sup>;
- 12) Projecto AutoEstima (Matosinhos)<sup>163</sup>;
- 13) Projecto Ergue-te – Irmãs Adoradoras (Coimbra)<sup>164</sup>;
- 14) Espaço Pessoa – APF Norte (Porto)<sup>165</sup>;
- 15) Associação Existências (Coimbra)<sup>166</sup>;
- 16) Ilga (Lisboa)<sup>167</sup>;
- 17) Irmãs Adoradoras/Lar Jorbalan<sup>168</sup> (Lisboa);
- 18) Irmãs Oblatas (Lisboa)<sup>169</sup>;
- 19) MAPS – Movimento de Apoio à Problemática da Sida<sup>170</sup> (Faro);
- 20) O Ninho (Lisboa)<sup>171</sup>;
- 21) Porto G/APDES (Porto)<sup>172</sup>;

- Na área do Tráfico de Seres Humanos:

- 22) APAV – SUL (Tavira)<sup>173</sup>;
- 23) CAP – 0<sup>174</sup>;
- 24) CAP – Centro de Acolhimento e Protecção de Vítimas de Tráfico/APF<sup>175</sup>;
- 25) Mercadoria Humana – Saúde em Português (Coimbra)<sup>176</sup>;

---

<sup>162</sup> Ver site em: <http://www.apf.pt/?area=300&mid=001&sid=003&ssid=003> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>163</sup> Ver site integrado na ARS Norte, em: <http://portal.arsnorte.min-saude.pt/portal/page/portal/ARSNorte/Sa%C3%BAde%20P%C3%BAblica/Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Sa%C3%BAde/Autoestima>

<sup>164</sup> Ver Blog em: <http://equipaerguete.blogspot.pt/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>165</sup> Ver contactos em: <http://www.apf.pt/apf.php?area=300&mid=007> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>166</sup> Ver site em: <http://existencias.net/index.php> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>167</sup> Ver site em: <http://ilga-portugal.pt/ilga/index.php> (consultado pela última vez 27.02.2013).

<sup>168</sup> Ver site em: <http://larjorbalan.org/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>169</sup> Ver site em: <http://www.jfanjos.pt/conteudos/templates/Estrutura.asp?articleid=223&zoneid=48&z=48&sz=&n=1> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>170</sup> Ver página no Facebook em: <http://www.facebook.com/MAPS.algarve> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>171</sup> Ver site em: <http://www.oninho.pt/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>172</sup> Ver site em: [http://www.apdes.pt/project\\_portog.php](http://www.apdes.pt/project_portog.php) (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>173</sup> Ver site em: <http://apav.pt/sul/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>174</sup> Apelido de CAP-0 os primeiros contactos com o CAP, via e-mail, para a tentativa de trabalho de campo no seu interior, de que darei conta de seguida.

<sup>175</sup> Ver site em: <http://www.apf.pt/?mnu=000&area=000&tipo=destaques&id=CNT4887093fdb55> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

- ONGs de Contacto Directo<sup>177</sup>:

26) SOLIM – Solidariedade Imigrante. Associação de Defesa para os direitos dos Imigrantes (Lisboa)<sup>178</sup>;

27) GAT– Grupo Português de Activistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA Pedro Santos (Lisboa)<sup>179</sup>;

28) Panteras Rosa (Lisboa)<sup>180</sup>;

29) Projecto RedLight<sup>181</sup> da Associação Positivo<sup>182</sup> (Lisboa);

30) UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta<sup>183</sup> (Lisboa).

A Órgãos de Polícia Criminal (OPCs) foram realizadas 17 entrevistas<sup>184</sup>, a esmagadora maioria a agentes da PJ – Polícia Judiciária de norte a sul do país, a principal força policial no país que lida com estes casos, mas também ao SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (tornado entretanto uma força par à PJ na investigação de TSH), à PSP – Polícia de Segurança Pública, à GNR – Guarda Nacional Republicana e ainda à DGSP – Direcção Geral dos Serviços Prisionais. Esta última foi, na verdade,

---

<sup>176</sup> Ver Blog em: <http://mercadoriahumana.blogspot.pt/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>177</sup> Chamo “ONGs de Contacto Directo” às organizações com quem colaborei de forma voluntária, por tempo determinado.

<sup>178</sup> Ver site em: <http://www.solimigrante.org/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

O trabalho em regime voluntário com a SOLIM foi de curtíssima duração e limitou-se à inserção de dados dos casos ali chegados na sua recém-criada Base de Dados, projecto iniciado precisamente em 2009. Do caderno de campo retiro 3 casos colectados: “15.10.2009: Início de colaboração na Base de Dados de Sócios da SOLIM:

**Caso 1:** O primeiro caso que insiro na base de Dados da SOLIM é de uma imigrante bielorrussa que trabalha como doméstica desde 2001. Em 2005 é necessário renovar o visto e procura a SOLIM. Passado quase um ano, já com o comprovativo de inscrição na Segurança Social e com a declaração da IGT em como está a trabalhar, com declarações testemunhais e contractos de trabalho (3), consegue a renovação do visto (art. 71, 1) mas deve pagar uma multa de quase 300 euros por “excesso de permanência”, “sob pena de não lhe ser prorrogada a permanência”. O Estado arrecada sempre.

**Caso 2:** Mulher bielorrussa em Portugal desde 2001. Sai em 2003 e regressa em 2005. Tem contrato de trabalho, faz descontos, mas não tem pré-registo. Vive com 2 filhos: de 7 e 11 anos. Regularização provável.

**Caso 3:** Homem georgiano (1974) é despedido e o patrão não lhe paga o que lhe deve: 552 euros” (Caderno de Campo).

<sup>179</sup> Ver site em: <http://www.gatportugal.org/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>180</sup> Ver Blog em: <http://panterasrosa.blogspot.pt/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>181</sup> Ver projecto em:

<http://www.positivo.org.pt/site/conteudo.php?ACACZghk=AAICQghHUSAKQIFPURoGGAIE>

(consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>182</sup> Ver site em: <http://www.positivo.org.pt/site/index.php> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>183</sup> Ver site em: <http://www.umarfeminismos.org/index.php> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>184</sup> Solicitou-se ainda uma entrevista com à ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, mas a resposta ao pedido foi “lamentamos informar que a ASAE não poderá colaborar na entrevista solicitada, na medida em que não temos qualquer competência na área em estudo e das operações realizadas com o SEF, as matérias nas quais incide a fiscalização da ASAE serem exclusivamente na área alimentar e económica” (email de 16.10.2010).

uma reunião informal, para orientação possível de terreno, nomeadamente no interior de prisões, que acabou por não se concretizar<sup>185</sup>.

## **9.2.O CAP – Centro de Acolhimento e Protecção para mulheres vítimas de Tráfico de Seres Humanos:**

A primeira e imediata tentativa de aproximação ao terreno do TSH, logo em 2009, foi dirigida evidentemente ao CAP – Centro de Acolhimento e Protecção para mulheres vítimas de Tráfico de Seres Humanos, e seus filhos, onde pretendia entrar e, se possível, conversar directamente com as vítimas que ali se encontrariam.

---

<sup>185</sup> De qualquer modo, nesta reunião, realizada a 20.02.2009, são-me indicadas algumas dicas valiosas para esse possível terreno. Deveria contactar a PJ e o SEF, para conhecer os processos dos reclusos. Nesse pré-levantamento (consulta de processos), deveria estar atenta a:

- 1) Quantos inquéritos levantaram;
- 2) Quantos processos foram levados avante?; e
- 3) Quantas condenações efectivas houve?

O meu interlocutor da DGSP alertou-me para alguns caminhos: “Deve tentar ir por “Tráfico e prostituição/lenocínio de adultos e menores”; “Tráfico de pessoas”; “Auxílio à imigração ilegal”; “Homicídios de estrangeiros”. E porquê esta ressalva e expansão de procura e consulta de processos? Porque, segundo os dados da DGSP, em 2008 existiam 10 807 Reclusos, dos quais 8699 Condenados, referentes a 15 861 Crimes – “3 crimes cometidos em média por cada condenado”, segundo a minha fonte. Do total da população prisional, 20% é estrangeira: a) Cabo-verde: 699; b) Brasil: 295; c) Angola: 214; d) Espanhóis: 130; e) Romanos: 105 (16 mulheres. No continente europeu, é a maior população prisional feminina romena); f) Ucranianos: 67 (2 mulheres); g) Moldavos: 29 (3 mulheres); h) Búlgaros: 21 (3 mulheres); i) Russos: 12.

Nesta conversa, é-me explicado que a “imigração de leste está a diminuir; e é uma imigração mais formada”. Por outro lado, a “criminalidade masculina moldava é a mais violenta e organizada. Muitos foram preparados pelo KGB”.

Relativamente aos dados sobre crimes, há a registar:

- a) 26 Casos de crime de Lenocínio (sendo referentes a 26 pessoas);
- b) 384 Crimes de Falsificação de Documentos;
- c) 21 Casos de Imigração Ilegal, entre os que estão a aguardar julgamento e os já condenados (romenos, ucranianos, moldavos, paquistaneses, PALOP);
- d) E por Tráfico, encontram-se então no sistema 6 Pessoas: 1 português a cumprir pena de 6 anos e 6 meses; e 5 pessoas a aguardar julgamento (1 mulher; 2 homens de leste; 1 brasileiro).

Para concretizar os dados relatados, a minha fonte decide escolher aleatoriamente 3 casos do sistema. O primeiro diz respeito a 1 moldavo, condenado por auxílio imigração ilegal como crime complementar aos crimes principais de extorsão, associação criminosa e homicídio. Está a cumprir 21 anos de cadeia, com expulsão do território português do final da pena.

O segundo caso é de um angolano, a cumprir pena por associação criminosa, falsificação de documentos e auxílio à imigração ilegal, que está a cumprir 13 anos e 6 meses de cadeia.

O terceiro e último caso é de uma mulher romena (que tem 26 anos agora; foi presa em 2004, com 22 anos), presa e condenada pelos crimes de “lenocínio, lenocínio e tráfico de menores, auxílio à imigração ilegal”. Está a cumprir 9 anos e 4 meses de cadeia.

A maioria das entrevistas a agentes da PJ foram realizadas precisamente com o intuito de seguir a orientação da DGSP, mas os casos existentes ou ainda aguardavam trânsito em julgado, ou já tinham sido concluídos e os condenados já estavam inclusive fora do sistema, visto já terem cumprido a pena e muitos já estavam até fora do país, segundo informação disponível.



Como já foi referido, à data da entrevista, em 2010, o CAP, que conta com 6 camas, tinha então uma ocupação de três mulheres, “uma de leste, uma nigeriana e uma portuguesa”<sup>186</sup>.

Por se tratar da única casa no país dirigida especificamente a esta população, seria interessante realizar trabalho de campo no interior da casa refúgio para mulheres vítimas de tráfico para fins de exploração sexual, mas também laboral e servidão. Trata-se, como já mencionado<sup>187</sup>, um dos produtos do Projecto CAIM, o projecto-piloto português na área do tráfico de seres humanos. Diz-se que é a casa mais bem guardada do país, apenas dirigida a mulheres, sendo que potenciais situações desta natureza de pessoas que não sejam mulheres, têm de ser dirigidas a outros espaços, não especializados para a problemática concreta do TSH.

No contexto da investigação, tentei portanto essa remota possibilidade: a de tentar entrevistar as técnicas sociais e potenciais vítimas do CAP. Assim, envio um e-mail a 14.09.2009 à APF-Norte, solicitando essa colaboração, de resto em regime voluntário durante um período determinado (como viria a propor a outras organizações consideradas chave). Neste caso, a proposta era a de realizar o trabalho voluntário durante 1 a 3 meses. Garantia, claro está, o anonimato a todos, incluindo aos próprios técnicos sociais, ciente que estou da importância da segurança e secretismo daquele espaço. Explicava ainda que não pretendia fazer um trabalho de terreno “clássico”, no sentido de apenas observar e conversar com as pessoas que estivessem disponíveis para falar comigo (fossem as potenciais vítimas ou agentes sociais). Mantenho a plena consciência que as pessoas, quando ali se encontram, estarão demasiado frágeis para falar com outros investigadores para além daqueles que estão a ajuda-las, e que a palavra de ordem quando nos debruçamos sobre questões problemáticas como esta é confiança. A confiança só se ganha com tempo e o mérito, no sentido de as pessoas nos conhecerem e decidirem se querem ou não falar e partilhar – e aqui estou novamente a falar das pessoas relacionadas com o projecto da casa, vítimas e agentes. Por isso, e como a base do projecto é a chamada antropologia aplicada, implicada ou de intervenção, escrevia “gostaria de me colocar ao dispor para trabalhar efectivamente com a equipa da APF norte: voluntariamente trabalhar, no que for preciso. Só assim, parece-me, faz sentido. A intenção principal é dar voz a quem normalmente não tem voz: as vítimas e também os agentes sociais anónimos, através da etnografia”. A

---

<sup>186</sup> Entrevista ao CAP – Centro de Acolhimento e Protecção de Vítimas de Tráfico, 14.04.2010.

<sup>187</sup> Ver capítulo “O conceito de tráfico de pessoas hoje”, Parte I.

resposta, nada surpreendente, chega pouco depois: é não. O que é surpreendente é a contraproposta:

Após recebermos a sua solicitação, cabe, em nome da APF Norte, responder de forma negativa à sua proposta. De facto, e mais do que nunca, o Projecto CAP, pelo seu actual funcionamento e pressupostos em que se baseia, apresenta uma total incompatibilidade com o estabelecimento de parcerias de trabalho temporárias. As múltiplas sinalizações e o acolhimento actual de vítimas inseridas em diferentes redes de crime organizado implica que contactem com a Casa apenas e só a equipa nuclear de técnicas, não havendo sequer contacto por parte dos *focal points* dos OPC's, ou técnicos de valências de apoio externas.

Todos os pedidos de dados ou estudos têm sido baseados em algumas entrevistas às técnicas ou em casos muito específicos e que se prendem com a análise de dados nomeadamente por parte do Observatório TSH, na passagem de algumas informações básicas para conhecimento do fenómeno em Portugal e como protocolado no início deste Projecto (APF-Norte, email de 14.09.2009).

Compreende-se, claro, que as potenciais vítimas estejam vulneráveis e, portanto, que os agentes sociais as protejam. Mas explicar que “*todos os pedidos de dados ou estudos têm sido baseados em algumas entrevistas às técnicas*”<sup>188</sup> é afirmar que toda a informação que se procura recolher junto deste projecto é indirecta e que não é possível ser de outra forma. *Algumas informações básicas* não chegam para corroborar ideias e pressupostos morais: as vítimas são todas mulheres enganadas, incapazes de tomar as suas próprias opções e sem consciência dos riscos, numa palavra, vítimas? Como saber se estas mulheres não correram riscos medidos? Se não tomaram uma decisão, a de migrar, com o apoio de redes de tráfico? Se tomaram essa decisão, a despeito de todos os abusos, violência ou exploração? E se têm consciência do poder do discurso do tráfico e da vitimização em Portugal (como na Europa), e manipularam esse pânico moral para se livrarem das redes, por um lado, e conseguirem a regularização (quando é esse o caso)?

Será assim tão difícil ponderar a possibilidade destas pessoas, concretamente migrantes, serem obrigadas a recorrer a esquemas menos lícitos para conseguirem migrar? As leis restritivas da União Europeia e, por extensão, de Portugal não estarão na base do recurso a grupos ilegais – redes de tráfico, redes de auxílio à imigração ilegal ou

---

<sup>188</sup> Esta explicação aplica-se apenas a estudos académicos e mesmo estatísticos. Não se aplica aos OPCs que, para além de serem os principais relatores de situações que possam configurar casos de TSH, são ainda os principais agentes a encaminhar as potenciais vítimas para o CAP. E, evidentemente, em caso de necessidade de colaboração ou esclarecimento de indícios, têm acesso às vítimas, no caso das próprias quererem colaborar com as autoridades. Isto porque, por lei, enquanto as potenciais vítimas se encontram dentro do CAP, têm direito a 30 a 60 dias, para decidir se querem de facto colaborar na investigação.

contrabando (Cf. Agustín, 2005; Lopes, 2006; Silva e Ribeiro, 2010; Oliveira, 2011; Pascoal, 2012)?

E o clássico recurso à família e aos amigos, a fórmula sistemática do pedido de empréstimo a familiares e amigos para a viagem e para o estabelecimento no país de destino? Será legítimo classificar esta fórmula como tráfico<sup>189</sup>? Como saber se “as vítimas de tráfico” são mesmo vítimas<sup>190</sup>, ou se são cidadãs e cidadãos, isto é, pessoas com direito a ter direitos políticos, liberdades e garantias individuais, independentemente da sua identificação com determinado estado-nação ou nacionalidade (Turner, 1987: 281; Messer, 1993: 230; ONU, 2003: 3; Agamben, 2008: 91), que tomam decisões, com as quais concordamos ou não, que nós próprios tomaríamos ou não<sup>191</sup>, se nunca ninguém que se preocupe com estas questões chega à fala com as próprias? Evidentemente, a noção de indivíduo, de cidadão, de agente, é claramente ideológica, quando confrontada com os entraves legais. É ainda assim, uma noção que não deve ser descartada neste contexto, como em qualquer outro que se relacione com a ideia de direitos humanos, cidadania, agenciamento e igualdade.

Esta “casa mais bem guardada do país” abriu em 2006 e desde esse ano até 2008 deram ali entrada 4 mulheres. Entretanto, o número de utentes foi aumentando e diminuindo, ao longo dos 4 anos seguintes, tendo já passado por uma fase de ocupação total, isto é, 6 pessoas.

Em 2011, faço uma última tentativa de proposta de campo no interior do CAP, mas é novamente negada, em nome da protecção das identidades e agora também da indisponibilidade das pessoas ali acolhidas. Foi, portanto, desde logo necessário repensar a estratégia de terreno.

Sendo assim, tendo em conta que, como já foi referido, em 2009, todas as instituições que lidariam com esta problemática, garantiam que as potenciais vítimas de tráfico em Portugal encontravam-se no grupo de pessoas que se prostituíam,

---

<sup>189</sup> Estas perguntas, surgidas já no decorrer na própria pesquisa, surgem por meio dos contactos realizados durante a etnografia e da recolha de histórias dos imigrantes, quer sejam ou não pessoas trabalhadoras do sexo.

<sup>190</sup> Defino a palavra vítima, de acordo com o exposto pela APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, como “pessoa que, em consequência de acto ou omissão violadora das leis penais em vigor, sofreu um atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral ou uma perda material; o conceito de vítima abrange também a família próxima ou as pessoas a cargo da vítima directa e as pessoas que tenham sofrido um prejuízo ao intervirem para prestar assistência às vítimas em situação de carência ou para impedir a vitimação” (ver em: [http://apav.pt/apav\\_v2/index.php/pt/faqs/faqs#oprocessoopenal](http://apav.pt/apav_v2/index.php/pt/faqs/faqs#oprocessoopenal) [consultado pela última vez a 8.03.2013])

<sup>191</sup> Caso estivéssemos na mesma situação, ou, como os anglo-saxónicos dizem em expressão idiomática, “walking in their shoes”, estar no seu lugar.

nomeadamente imigrantes, foram realizados contactos com as ONGs-chave que trabalham com essa população, e que me permitiram chegar, através do acompanhamento do trabalho voluntário e rotineiro, ao grupo alvo<sup>192</sup>.

### 9.3.Nova Estratégia de Terreno:

Realizadas as entrevistas semiestruturadas às organizações intervenientes, criadas as redes iniciais para a persecução do trabalho e encetada a etnografia institucional, acabei por optar por uma estratégia de terreno mista, isto é, apresentei-me às pessoas que operam na área da prostituição como estudante da faculdade<sup>193</sup>, a fazer um trabalho sobre “prostituição, que envolve também imigração e outras questões”. Estes encontros, a que chamei de rondas solitárias, só se iniciaram em 2010.

Um ano antes, em Janeiro de 2009, iniciei a pré-aproximação ao terreno, precisamente através da etnografia institucional, estratégia já tornada clássica nestes estudos: depois das entrevistas semiestruturadas às agências do Estado, aos OPCs e às ONGs que considerei chave e que listei acima, propus a colaboração em formato voluntário nas rondas realizadas em Lisboa, com as seguintes organizações:

- 1) Projecto RedLight<sup>194</sup>, da Associação Positivo<sup>195</sup>, projecto que presta apoio às pessoas trabalhadoras do sexo da cidade de Lisboa, através da distribuição de preservativos femininos, masculinos, lubrificantes e informação relacionada com saúde, visto ser uma organização vocacionada para prevenção e combate ao VIH/Sida e outras doenças sexualmente transmissíveis, nas zonas do Cais do Sodré, Praça da Figueira, Martim Moniz, Artilharia 1, Parque Eduardo VII, Conde Redondo, Técnico.

---

<sup>192</sup> Estratégia, de resto, nada original. Os investigadores que pretendem trabalhar com pessoas trabalhadoras do sexo iniciam, por regra, a aproximação ao campo através do interface com as organizações que operam no terreno, normalmente, nas áreas da saúde, imigração, género (Bindman e Doezema, 1997; Kempadoo e Doezema, 1998; Doezema, 2000, 2010; Manita e Oliveira, 2002; Kelly, 2003; Kempadoo *et al.*, 2005; Lopes, 2006; Agustín, 2004, 2005, 2006, 2007; Oliveira, 2008; Saleiro, 2010, 2011; Piscitelly *et al.*, 2011).

<sup>193</sup> Sendo-o de facto, mas omitindo ser aluna de 3º ciclo, informação de todo irrelevante para o terreno com as pessoas trabalhadoras do sexo e/ou potenciais vítimas de exploração, na vertente de lenocínio ou de tráfico humano. Esse esclarecimento, de pesquisa avançada, surgiu apenas quando as próprias pessoas, tendo interesse, perguntavam o que é que estava mesmo a fazer. Nessas raras ocasiões, foi explicado que estava a fazer um doutoramento, e que estava a recolher dados sobre o assunto para escrever a tese.

<sup>194</sup> Ver site em:

<http://www.positivo.org.pt/site/conteudo.php?ACACZghk=AAICQghHUSAKQ1FPURoGGAIE>

(consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>195</sup> Ver site em: <http://www.positivo.org.pt/site/index.php> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

- 2) Panteras Rosa<sup>196</sup>, organização que presta apoio aos trabalhadores do sexo, através do que apelidam de brigadas, particularmente na zona do Conde Redondo, zona de presença privilegiada de transgéneros portuguesas e brasileiras. Estas rondas são nocturnas, como as rondas do RedLight, mas ao contrário das rondas feitas com a UMAR.
- 3) Giros da UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, no âmbito do projecto Laços e Fronteiras<sup>197</sup>, na zona do Martim Moniz, da Praça da Figueira, Monsanto e Restelo, que foram realizadas durante a tarde, em 2010.
- 4) Em Setembro de 2010, acompanhei ainda o projecto PREVIH<sup>198</sup>, como voluntária do GAT – Grupo de Português de Activistas sobre Tratamento de VIH/Sida Pedro Santos<sup>199</sup>, onde foram realizadas saídas nocturnas com uma Unidade Móvel do SNS – Serviço Nacional de Saúde, pelas ruas de Lisboa (Intendente, Martim Moniz, Praça da Figueira, Técnico, Artilharia 1, Parque Eduardo VII, Restelo, Conde Redondo) com 3 inquiridores e 1 enfermeira. Os 3 inquiridores faziam um breve inquérito aos trabalhadores do sexo, e convidávamo-los a fazer o teste rápido do VIH/Sida.
- 5) Em Outubro de 2010, acompanhei um projecto *Indoor* do GAT, intitulado “Dar voz aos trabalhadores do sexo”<sup>200</sup>, através do qual visitavam-se apartamentos e pensões, onde deixávamos preservativos e informação relacionada com saúde, e em particular com o VIH/Sida. Note-se que são as próprias trabalhadoras do sexo que nos convidam, na medida que telefonam ao GAT para pedir a entrega domiciliária dos preservativos e materiais relacionados com saúde, nomeadamente todos os locais no país onde se pode realizar o teste do VIH/SIDA, o que revela já por si a enorme mobilidade desta população em território nacional.

---

<sup>196</sup> Ver Blog em: <http://panterasrosa.blogspot.pt/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>197</sup> Ver site com apresentação do projecto em: <http://www.umarfeminismos.org/index.php/lacos-e-fronteiras/214-project-laces-and-borders> (consultado pela última vez a 2013).

<sup>198</sup> Ver página no Facebook em: <http://www.facebook.com/pages/PreVIH/404501186396> e na página GAT em:

<http://www.gatportugal.org/content/default.asp?idcat=QUEMSOMOS&idCatM=GAT&idContent=9D517100-7E8A-49EE-A306-CE2B9DCD45BB> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>199</sup> Ver site em: <http://www.gatportugal.org/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

<sup>200</sup> Ver site em:

<http://www.gatportugal.org/content/default.asp?idcat=QUEMSOMOS&idCatM=GAT&idContent=9D517100-7E8A-49EE-A306-CE2B9DCD45BB> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

#### 9.4.O Projecto RedLight da Associação Positivo:

O primeiro encontro é exactamente com a Positivo, a 22.01.2009. Já de manhã encontram-se prostitutas ali perto, no Cais do Sodré, e homens nas tascas das redondezas. Para além da conversa, informal, com o projecto RedLight, quero pedir para colaborar voluntariamente nas rondas, saídas de campo mensais em que 3 a 4 pessoas, mulheres por regra, saem de carro e “batem” as zonas da prostituição de rua de Lisboa à noite. É a primeira aproximação física ao campo.



O RedLight nasce em 2003, na sequência de um projecto chamado Projecto PróCais, da Comissão Nacional contra a Sida, realizado nos anos 1990 pela Associação Positivo e PróCais, dirigido a prostitutas do Cais Sodré. A Positivo e a PróCais eram parceiras, mas ao contrário do RedLight, “havia algumas falhas na PróCais: o médico não poder passar receitas e exames, por exemplo e, por isso, perdiam-se pessoas”, como afirma Susana<sup>201</sup>, psicóloga do RedLight.

---

<sup>201</sup> Foram solicitados nomes fictícios, criados pelos próprios técnicos sociais, por forma a proteger as suas identidades, tal como se pediu às pessoas trabalhadoras do sexo, migrantes e nacionais, dos três géneros. Todos os nomes próprios que surgem ao longo da dissertação são assim avançados pelos próprios interlocutores.

Para além do apoio que oferece a infectados e afectados<sup>202</sup> pelo VIH/SIDA, a Positivo promove algumas actividades sociais, como idas em grupo a peças de teatro, à praia, passeios pela cidade, acampamentos, piqueniques, festas de natal, do magusto, de carnaval ou idas ao cinema. Algumas das mulheres, utentes do RedLight integram estas actividades. Havia uma mediadora cultural, prostituta. Quando as mulheres do RedLight se integram no perfil destas actividades (mulheres sozinhas, por exemplo) são “trazidas” as trabalhadoras do sexo, “porque havia pessoas muito excluídas socialmente, muito sozinhas”, como é o caso flagrante de Cristina, cuja história é contada no início da Parte II, no capítulo sobre Prostituição e Trabalho Sexual.

O RedLight surge da necessidade de dar continuidade ao projecto PróCais, visto a população prostitucional daquela zona ser bastante carenciada. É dedicado exclusivamente a prostitutas e/ou pessoas trabalhadoras do sexo, “mas com o objectivo principal da saúde: a questão do amor-próprio e a questão da protecção, do acesso à saúde, da prevenção do VIH, a prevenção das ISTs<sup>203</sup>”. De resto, a Positivo produz um *Guia de Infecções Sexualmente Transmissíveis* (RedLight, 2010)<sup>204</sup>, guia profundamente visual e descritivo, que mais tarde iremos distribuir ao grupo alvo do RedLight, em contexto de rondas por toda a cidade de Lisboa. Estas rondas nocturnas são saídas onde se “batem” as zonas do Cais do Sodré, Praça da Figueira, Artilharia 1, Técnico, Conde Redondo. Na zona do Conde Redondo conheceram um grupo de transgéneros brasileiras que “veio todo para saber como tinham acesso à saúde. Muitas já sabiam que estavam infectadas” com Sida.

Primeiro, nos primeiros anos, era mais daqui do Cais Sodré: mulheres mais velhas com muitas dificuldades económicas. Agora já não: tanto aparecem pessoas com dificuldades económicas, como as que não têm. Querem é o acesso à saúde (Susana, RedLight, 13.07.2009).

O projecto dirige-se a prostitutas, mulheres e transgéneros. Os homens nunca se dirigiram ao projecto ou foram encontrados nas ruas (encontram-se essencialmente em apartamentos). No momento daquela primeira entrevista<sup>205</sup>, o RedLight contava com cerca de 110 utentes, essencialmente portuguesas, com idades compreendidas entre os 18-66 anos. A faixa etária mais representada é a dos 40 anos. Acompanham também

---

<sup>202</sup> Entenda-se, para além das pessoas com vivem com a doença, familiares, amigos, pessoas próximas.

<sup>203</sup> “ISTs” significa Infecções Sexualmente Transmissíveis.

<sup>204</sup> Documento disponível em: <http://www.positivo.org.pt/docs/docs/LIVRO%20IST.PDF> (consultado pela última vez a 5.03.2013).

<sup>205</sup> Realizada, como já referido, a 22.01.2009.

cabo-verdianas, normalmente na faixa etária dos 30 anos. São estas as nacionalidades e idades fundamentais das pessoas que se dirigem nesta altura ao projecto no Cais do Sodré, para recorrer a qualquer dos serviços oferecidos. Em nova entrevista, uns mais meses mais tarde, as minhas informantes são peremptórias em afirmar que recebem “mais portuguesas, mesmo na rua, nas rondas há mais portuguesas”.

Não quer dizer que nas ruas haja mais portuguesas que estrangeiras, mas no projecto sim. Também têm mais facilidade em aceder (Laura, RedLight, 13.07.2009).

A Laura está há dois anos no RedLight. É assistente social e veio directamente para a Positivo, depois de concluídos os estudos. A Susana, psicóloga, vem já do projecto PróCais, onde esteve a trabalhar entre 1998-2003. Estão ambas em *part-time* nos dois projectos, no RedLight e na Positivo. O projecto Positivo (dirigido de forma ampla, como referido, a infectados e afectados do VIH/SIDA) “tem muito mais gente que o RedLight”. É por isso difícil dizer quantas pessoas frequentam semanalmente o RedLight. E as pessoas “também se misturam: há pessoas que são do RedLight que passam para a Positivo e vice-versa”.

A equipa do RedLight conta ainda com um advogado, que é pouco procurado em comparação com o médico e a enfermeira. Oferecem apoio social, psicológico, jurídico e médico. Outra das vantagens do projecto é o facto de se poderem recolher as culturas para análise no RedLight, que depois se encarrega de as fazer chegar a um laboratório associado e, por fim, comunicar os resultados aos seus utentes. Infelizmente, este é um serviço que termina em 2013, dados os cortes financeiros, que todas as organizações sofreram. Em alternativa, a partir deste ano, todos os utentes da Positivo podem realizar anonimamente os rastreios rápidos do VIH/SIDA e da Hepatite C na própria associação.

Nas rondas nocturnas, isto é, saídas de carro para distribuição de preservativos, de informação relacionada com saúde, com os serviços da associação, e também com a Lei da Imigração, as nacionalidades fundamentalmente encontradas são, para além da portuguesa, a romena, e ainda a nigeriana e brasileira. Não são utentes, “cortam a conversa”. As nigerianas não falam português, mas inglês: “Despacham, mas não mandam embora”. Uns meses mais tarde, em Julho, quando nos encontramos para uma entrevista mais convencional, dizem-me que vão estrear os novos folhetos em inglês, para as pessoas estrangeiras, concretamente as nigerianas – e também as ganesas, cuja presença mais tarde se vem a confirmar – lerem e ficarem com a informação. Os



folhetos eram até então só em português. Isto porque até aí “estrangeiras sem falar português, nunca cá veio nenhuma”.

As transgéneros<sup>206</sup> (cerca de 15 dos 110 utentes), brasileiras, têm maior consciência do VIH e querem acesso à saúde. O RedLight aceita e lida com toda a gente, mesmo que as pessoas estejam em situação irregular, situação que o projecto pode ajudar a resolver.

Explicam-me que as transgéneros e as mulheres estrangeiras em geral “sabem para o que vêm”, corroborando institucionalmente aquilo que as outras ONGs, OPCs e já a Edu, na primeira pessoa, tinham afirmado.

Segundo as minhas interlocutoras do RedLight, muitas das prostitutas têm uma relação amorosa com o proxeneta, concretamente as que operam no Cais do Sodré (portuguesas essencialmente, mas também brasileiras e africanas, nigerianas em concreto). O VIH é normalmente contraído com os companheiros, segundo afirmam. No Cais do Sodré encontra-se a população mais desfavorecida, dentro do grupo das trabalhadoras do sexo de rua, que “não compreendem bem o VIH”. Esta é uma zona com mais casos de alcoolismo que droga, neste contexto, “e também problemas psicológicos”. Segundo as minhas companheiras de conversa, existe uma relação inversa no que toca ao álcool e às drogas com a prostituição. Ao passo que, afirmam, o consumo de drogas leva à prostituição – muitas das prostitutas que encontram consumiam antes de ingressar “na vida” e, para fazer face à despesa do vício, vêm-se obrigadas a recorrer à prostituição – a prática da prostituição leva muitas das mulheres ao consumo de álcool, de forma a “se sentirem mais anestesiadas”, corroborando novamente as informações dadas pela Edu, quando fala da sua experiência de trabalho no interior do bar de alterne<sup>207</sup>. De regresso ao Cais do Sodré, e relativamente às estruturas familiares e às faixas etárias dos companheiros, dizem que “há de tudo”: há os mais novos e os mais velhos.

As minhas fontes da Positivo contam que se tentou fazer uma actividade cultural, há 4 meses, uma visita à cidade de Lisboa, só para as pessoas do RedLight, mas foi um fracasso. Ninguém apareceu. No RedLight havia uma mediadora, já mencionada, cujo proxeneta/companheiro não achou esta actividade muito boa ideia. E ali no Cais Sodré, com os outros companheiros nos bares, “deve ter minado a actividade”. Depois disso, a

---

<sup>206</sup> Entre as transgénero brasileiras, a categoria nativa que utilizam para se auto identificar é “travesti” ou “trans”, como já mencionado.

<sup>207</sup> Que se encontra no capítulo dedicado ao Trabalho Sexual (Parte II).

mediadora deixou de colaborar no projecto, por opção sua, mas certamente influenciada pelo seu companheiro.

São mulheres que estão no activo, mas ainda estão muito agarradas a estes companheiros que vivem à custa delas. Há, no entanto, mulheres mais velhas, que já passaram a fase de ter um proxeneta, já não acreditam nos homens, e estão muito sozinhas, em quartos alugados, e não têm ninguém. São essas mulheres, para cima dos seus 50s, que já estão livres e, portanto, podem vir<sup>208</sup>. É que elas, as outras, não podem sair daqui sem eles. E mesmo que a gente diga: “então traga-os”, eles não vão. Ficam com medo que elas ganhem autonomia. Mesmo o acesso à saúde é visto por eles com receio de as perder. Estão todos ali nas tascas a beber, e vão controlando. Isto aqui é um negócio amigável. E elas sentem-se muito seguras por causa disso. Ficam contentíssimas com a ideia de ter um homem, sentem-se seguras; quando há situações de violência ou agressividade, têm ali o seu homem (Laura, RedLight, 13.07.2009).

A intenção das actividades culturais é a criação de uma rede social entre os utentes da Positivo e do RedLight. A Lucrecia é uma das pessoas que integra estas actividades. Conheceram-na na zona da Artilharia 1. Tem 63 anos e, como a própria me explica alguns meses depois, tem nacionalidade dupla: angolana e portuguesa. Mais tarde, afirma que se começou a prostituir com 56 anos<sup>209</sup>, apesar de dizer, nesta mesma conversa, na “sua” esquina da Rua Rodrigo da Fonseca na zona da Artilharia 1, que “isto no tempo do Salazar era legal e pagávamos impostos. Agora nada. As pessoas nem pensam que nós incentivamos o turismo, o Estado ganha com a gente”. A Lucrecia não está infectada, mas encontra-se em situação de isolamento social, como a Cristina. Sentindo que esta é uma oportunidade de estar com outros, que não actrizes e actores sociais noctívagos na área da prostituição, passou a integrar o grupo de teatro, que se junta todos os sábados, na Positivo.

Estas mulheres, mais velhas, andam na rua por vício. Muitas já não precisam de se prostituir. Mas é um vício, andam na rua à noite, foi o que sempre conheceram. Algumas se fizerem 10 euros por semana com a prostituição já é muito. Fazem-se amigas na rua. Sempre se conversa um bocado (Susana, RedLight, 13.07.2009).

Relativamente às rondas, “no Cais Sodré começaram logo de início, na rua”. Depois incluíram os bares, também dessa zona. E, por fim, alargaram a sua actividade a outras zonas: “Há 2 anos começamos a perceber que podíamos sair daqui”. O acesso à saúde é

---

<sup>208</sup> Como é o caso de Cristina, cuja história foi apresentada no início da Parte II, no capítulo Prostituição e Trabalho Sexual.

<sup>209</sup> Entrevista de rua, na Artilharia 1, a 1.03.2010.

a mais-valia do projecto: o apoio médico e as análises gratuitas, ali realizadas. O *atelier* de saúde faz ali todo o sentido, dizem, porque as mulheres que ali vão são mais velhas, “há que ver da tensão, diabetes, dietas, etc. e daí puxar para as ISTs<sup>210</sup>”.

Normalmente nos bares, o RedLight deixava cerca de 450 preservativos; no resto das rondas “100, 200...o total é 600. Mais masculinos, que femininos. Depois também há as pessoas que vêm aqui buscar”. Há muitas pessoas que vão buscar os preservativos ao RedLight, “aqui do Cais do Sodré vêm imensas”. Para além dos preservativos, os produtos distribuídos nas rondas são as maquilhagens, que “puxa bastante as pessoas”, os folhetos, o gel lubrificante e a base de copos para os bares.

Relativamente ao mapa da prostituição das ruas de Lisboa, “as Joanas” explicam que, tendencialmente, na Praça da Figueira e no Cais do Sodré estão as mulheres mais velhas. Na Rua Rodrigo da Fonseca, e restantes perpendiculares na Artilharia 1, “há sempre, de todas as idades, a qualquer altura do dia ou noite. Mas é variável. Há uns anos, havia aquelas que julgávamos ser estrangeiras, miúdas novíssimas, ali no Martim Moniz. Depois desapareceram. Desde que começámos as rondas, nunca mais lá estão. Não sabemos o que se passou”. Nas palavras de Susana, “para ser sincera nunca achei ter encontrado um caso de tráfico”.

Aqui, no Cais do Sodré, pode-se questionar o tipo de relação das pessoas, mas tráfico não. Exploração humana claro que há. Mas é consentidíssimo. Mas tráfico não. É engraçado que nem sequer nunca ninguém nos falou de conhecer alguém nessa situação. É um assunto completamente tabu ou andam muito distraídas. Não por ter encontrado na rua, e isto é só uma ideia minha, por programas que já vi na TV, elas estão presas em casas ou bares de alterne, fechados. Mas isto é uma opinião, não sei se é verdade ou não (Susana, RedLight, 13.07.2009).

A Laura concorda. Sugiro distribuir folhetos do Caim<sup>211</sup>, anti-tráfico, em várias línguas, nas rondas. Aceitam. Qual será a melhor estratégia para a entrega dos ditos folhetos? “Não dar muita importância ao assunto, explicar que somos parceiros e estamos a distribuir a informação”.

Acho que a informação não é pouco, o acesso é que é complicado, se estão fechadas como telefonam? Têm medo. O difícil é chegar a elas, não é elas chegarem à informação (Susana, RedLight, 13.07.2009).

---

<sup>210</sup> Como já mencionado, “ISTs” significa Infecções Sexualmente Transmissíveis.

<sup>211</sup> Ver Anexo A - Capa Folheto anti Tráfico CAIM, p.241.

O Redlight não tem, nesta data, uma posição oficial face à prostituição.

A mim não ofende nada como está, e também não me ofendia nada se fosse legalizada. O que vemos é o fim da linha: mulheres sem reforma, sem subsídios, sem nada. São precisos 15 anos de contrato (com descontos portanto) para haver reforma. Se tiverem VIH são precisos 3 anos. Mas mesmo 3 anos de trabalho o contrato é difícil. Com 4/5 anos, há direito a uma reforma, mas muito pequena. O subsídio de sobrevivência, a pensão social, são 190 euros, nem dá para pagar os quartos. Nunca ouvi ninguém falar num quarto por menos de 200 euros (Laura, RedLight, 13.07.2009).

Se quiserem encontrar outro trabalho também é difícil, não estão habituadas a ter perfil de “trabalhadora normal”, falta tacto, as relações de trabalho, os horários, o avisar de falta, isso falta-lhes. Muitas são conflituosas (Susana, RedLight, 13.07.2009).

Além disso, estão habituadas a ganhar e a gastar ao dia. A gestão ou poupança a longo prazo é complicado para elas. E gastavam muito, sobretudo com estes homens. É assustador a falta de consciência do risco destas pessoas, quase como uma negação. Na última ronda, com a L<sup>212</sup>, uma senhora dentro dum carro no Técnico, contava que havia umas brasileiras a vender croissants, comida ali às mulheres e a dizer: “eu não sei de onde vem a comida, não tem os registos de qualidade, pode estar estragada”...Mas estava a prostituir-se. Os valores estão todos trocados. Não são os valores morais, são os valores de protecção pessoal. Levar um tiro, uma facada ou apanhar uma IST é que é perigoso. Até é mais esta a nossa luta: andem onde andarem, percebam o que estão a fazer (Laura, RedLight, 13.07.2009).

Estará a prostituição de rua está a dar espaço a novos negócios, como a venda de comida? “Esta senhora foi a única que falou nisso”.

A prostituição existe porque há procura. Ao meio-dia ou 11 da manhã no Parque Eduardo VII num sábado! Elas não querem sair da rua, ganham muito dinheiro. É uma defesa. Não acreditam que podem servir para outras coisas. Em termos clínicos é uma patologia: elas não fazem investimento ou poupança, porque não conseguem fantasiar, sonhar, definir ou organizar objectivos para além do dia ou da semana...tipo: arranjar casa. Há quem se prostitua anos e acabe sem uma casa. Dá dinheiro, torna-se apetecível (Joana Costa, RedLight, 13.07.2009).

Quando a reunião termina, e depois de aceitarem o meu pedido de colaboração como voluntária nas rondas, volto a passar pelas mesmas mulheres de há pouco. Reparo agora

---

<sup>212</sup> Trata-se de uma trabalhadora sexual portuguesa, que opera no Técnico, que conheço, mas como não foi convidada a participar na pesquisa, atribuo-lhe apenas uma inicial, de modo a que a sua identidade esteja protegida. Esta estratégia será sempre utilizada em casos de pessoas que conheci directamente, ou sobre as quais ouvi apenas falar na terceira pessoa, mas como não foram directamente integradas neste estudo, ser-lhes-á somente atribuída uma letra, sempre com o objectivo de proteger as identidades das pessoas.

melhor. A esta hora as que cá estão são portuguesas. São, de facto, mais velhas e têm um ar carenciado, são o estereótipo da prostituta. As roupas apertadas e curtas, pretas e vermelhas, oferecem a quem passa um ar obscuro, algo decrépito. E os homens, todos, mais novos e mais velhos, de facto, continuam nas tascas da Rua de São Paulo e atrás do Mercado da Ribeira.

#### **9.4.1.Rondas do RedLight:**

Foram realizadas 26 rondas com o RedLight entre 2009 e 2011. A primeira ronda com o RedLight fica marcada para o dia 3.02.2009, que registo no Caderno de Campo, assim que termina a ronda, da seguinte forma:

Primeira Ronda com a Positivo. Ponto de encontro: 22:30H no RedLight. Entramos 4 mulheres no carro da Susana: a M<sup>213</sup>, secretária do projecto; a A, enfermeira em *part-time* no projecto (trabalha no Hospital de Santa Marta durante o dia, tirando 2 dias em que está como voluntária no Cais Sodré); a própria Susana e eu. Do Cais do Sodré seguimos pelo Terreiro do Paço e Rua da Madalena, vamos dar ao Poço do Borratem, contornamos o Martim Moniz que está vazio, e paramos na Praça da Figueira. Estou um bocado nervosa. Está frio, a praça é grande e as pessoas estão concentradas do lado Martim Moniz. É o meu primeiro contacto. A Susana fica no carro (ali não se pode estacionar) e nós três saímos para abordar as mulheres que ali se encontram.

São 5 mulheres, mais velhas, devem ter idades entre os 40 e os 60 anos, senão mais. A primeira é uma brasileira. Deve ter 40 anos. Alta, um pouco mais que eu, está de saltos altos e o cabelo preto comprido solto. Está vestida com um casaco preto até aos pés e de malinha, a chamada pochete.

Aqueles segundos que antecedem a nossa chegada e o início da conversa são observados por ela com ar de quem está a pensar “que quererão estas?”. “Olá, boa noite, somos da associação Positivo, do projecto RedLight. Temos serviço médico, social, psicológico e jurídico, gratuitos. Estamos ali no Cais do Sodré. Aqui tem o nosso folheto com a morada e o telefone. Temos também preservativos masculinos e femininos e lubrificantes. E temos ainda umas amostrinhas de maquilhagem [que são fornecidos pelo Aroma da Terra] para se lembrar de nós. Passe na Associação quando quiser, será sempre bem-vinda, para tratar do que for preciso e para ir buscar preservativos, ou então só para ir beber um cafezinho e ir conhecer o sítio”. A conversa é muito bem aceite, assim como os preservativos (masculinos. Os preservativos femininos não têm saída) e os folhetos. Mas o que faz as delícias das pessoas são mesmo as amostras oferecidas.

---

<sup>213</sup> Tal como esclarecido na anterior nota de rodapé, às pessoas que se encontraram com esta pesquisa, mas que na verdade não foram integradas, porque não foram entrevistadas, è atribuída apenas uma letra, de forma a proteger o anonimato e a identidade.

Depois de todas abordadas, seguimos viagem para a Artilharia 1. Incrível a quantidade de gente, trabalhadoras do sexo nas esquinas e carros a passar. Tanta luz e movimento. Saímos do carro, agora as 4 (dado que ali é possível estacionar, apesar de tudo), com os sacos de preservativos e os folhetos.

O primeiro contacto na Artilharia 1 é feito por mim. Aproximo-me de uma africana, com o cabelo cheio de trancinhas. “Boa noite”, sorrio com os folhetos na mão que lhe estendo. “What is this?!”, responde com um ar muito agressivo. Eu paro. A M. entra em cena e dá início à conversa estabelecida, em inglês. Suspeita-se que a mulher seja nigeriana, dada a linguagem e a atitude. Quando percebe quem somos, aceita os preservativos e o folheto e corta a conversa: “Thanks. Bye”.

Naquela zona encontramos muitas mulheres, mais novas (as idades vão dos 18 aos 63 anos), 5 portuguesas (uma delas, na casa dos 30 anos, olhos verdes pedrados e braços de heroína, a voz embargada, nem consegue olhar a direito, pede doces)<sup>214</sup>, 2 brasileiras, 4 do leste europeu e uma cabo-verdiana com 63 anos confirmados [que mais tarde venho a conhecer, e que já mencionei, a Lucrécia]. Algumas estão sozinhas, mas a maioria está em grupo de 3 ou 4, na conversa, a ver quem passa, a fazer negócio com os carros que passam. A mesma conversa de há pouco, as mesmas reacções, e as trocas entre elas das maquilhagens: “isto não uso” ou “este já tenho, troca comigo”. Mas fora isso, não dão muita saída. Será de haver uma cara nova (a minha) ou será sempre assim? “Obrigada, boa noite, bom trabalho” é a despedida delas para nós. Eu retribuo da mesma forma. As minhas colegas não.

De volta ao carro e a caminho do Conde Redondo, zona das transgéneros brasileiras e portuguesas, mas não encontramos ninguém. A Zuleika (a representante da associação Panteras Rosa), mais tarde, confirma que 00:00h é demasiado cedo.

Seguimos viagem para o Técnico, onde encontramos uma ocupação média (ou seja, menos que na Artilharia 1) e essencialmente mulheres estrangeiras: 5 africanas jovens (serão nigerianas? A Positivo diz que sim, falam inglês. Uma delas, que já não se encontra na rua, foi encontrada pelo RedLight numa das primeiras rondas, há quase dois anos. Estava grávida e não sabia. Teria 18 anos ou era mais nova? Foi encaminhada pelo projecto para a Ajuda de Mãe. As relações com a jovem e as suas colegas – uma delas está cá hoje – são boas. Ao contrário do que pensava, são as mais simpáticas até agora: chegam-se à frente e cumprimentam-nos com 2 beijos na cara.

No Técnico encontramos ainda 5 mulheres portuguesas, 3 das quais mais velhas (aí pelos 50-60 anos) e 2 com idades entre os 20 e os 40 anos. Dá-se a volta ao Técnico e regressamos ao carro. Última paragem: Cais do Sodré.

No Cais do Sodré durante a noite há menos mulheres na rua; estão abrigadas nos bares, alvos finais da nossa ronda. A volta é sempre a mesma e elas já andam nisto há praticamente 2 anos, de modo que os porteiros e os *barmen* já as conhecem. Dizem-nos “boa noite” e deixam-nos entrar. Deixamos os sacos com os preservativos e as bases para copos com a campanha do RedLight. No Menage, o primeiro bar, não entramos, deixamos os sacos com o porteiro. Nos seguintes, Liverpool, Oslo, Viking (que tem uma pequena barra para striptease) e Copenhaga entramos. É tudo bastante rápido. Os bares estão meio vazios, a música alta, a luz baixa, os clientes são mais velhos (devem ter 50 anos para cima), e há mais homens

---

<sup>214</sup> É uma das duas toxicodependentes que identifico em espaço *outdoor*, em Lisboa. Por toxicodependentes quero dizer dependentes de drogas mais duras, como a heroína e o crack, que estão na rua nitidamente para o consumo e que não estão a fazer o tratamento com metadona.

que mulheres, o que dá um ar algo decadente ao cenário. A ronda termina às 01:30h (Caderno de Campo, 03.02.2009).

As primeiras impressões, as primeiras sensações, são importantes porque são elas próprias marcos de mudança sociocultural, das alterações ocorridas entre o início e o fim do terreno, bem como das relações estabelecidas com os vários intervenientes no campo, ao longo do tempo. Hoje, em 2013, reconheço aquelas sensações, mas depois de tantas saídas e rondas, a familiaridade está estabelecida e aquele nervosismo desapareceu. O *Outro* tornou-se meu igual. E entretanto muito mudou, nomeadamente no mapa prostitucional *outdoor* de Lisboa. O Cais do Sodré, por exemplo, tornou-se um sítio *in*, os bares já não aceitam preservativos, porque a sua população mudou, excepto no caso do Menage. As prostitutas por lá continuam, mas muito diluídas com as centenas de noctívagos, clientes dos imensos bares novos que ali abriram. O Técnico é outro exemplo, onde, em toda a sua roda foram colocados pilaretes que dificultam, e nalguns espaços impossibilitam mesmo, a paragem dos carros dos clientes.

Na ronda seguinte com o RedLight, marcada para dia 5.03.2009, anoto “mesmo percurso, menos conversa. Digno de registo é ter encontrado pela primeira vez uma anã, que dorme no Martim Moniz, na Praça da Figueira. Dirige-se a nós a pedir preservativos e arranca” (Caderno de Campo, 5.03.2009). É nesta ronda ainda, na Artilharia 1, e dado que estamos a fazer “publicidade” a um encontro organizado e que terá lugar no Redlight, para distribuição de roupas, sapatos, entre outros bens e um lanche no próximo fim-de-semana, que uma mulher de leste, que um ano mais tarde venho a confirmar que é russa, a mais elegante da zona, na casa dos 40, desata-se a rir à gargalhada na nossa cara e diz-nos:

Têm consciência do que ganhamos aqui? Se calhar essa ajuda devia ser dada a quem precisa mesmo? (a Russa, Caderno de Campo, 5.03.2009).

Ainda nesta segunda ronda, no Conde Redondo, encontramos uma transgénero sozinha numa esquina. Muito alta, e mais alta ainda com os imensos saltos, discreta, bonita, e com uma voz muito doce, com a sua pronúncia brasileira, conta-nos que está em Lisboa há 15 dias, acabada de chegar de Milão, que diz ter adorado.

Já numa outra ronda, estava a equipa na Artilharia 1, com um grupo de 5 mulheres da Europa de Leste, quando passa um carro “com dois tipos lá dentro (na casa dos 30

anos), que gritam furiosamente “deviam era tirá-las da rua! Assim é que as ajudavam!” (Caderno de Campo, 4.06.2009). Por resposta, levam com insultos aos berros, em romeno. Quando começa a surgir a familiaridade ao terreno, este episódio relembra-me que estou no campo com as “mulheres de má fama”.

Esta ronda tem também o interesse de ser a primeira vez que encontramos as brigadas das Panteras Rosa no Técnico. O encontro acaba sendo, então, com o RedLight, as Panteras Rosa e as pessoas trabalhadoras do sexo da zona, todos à conversa, numa esquina. Muitas destas noites são assim, saídas em que as pessoas, façam ou não parte de equipas de proximidade<sup>215</sup>, vão encontrar-se para conversar. Foi nesta ronda também, e precisamente no Técnico que, por engano, abordamos uma rapariga portuguesa numa das paragens de autocarro que, envergonhadíssima, diz que “não sou...”, enquanto dá uns passos atrás. Ninguém quer ser confundido com “uma mulher de má fama”.

Noutra destas rondas do RedLight, realizada a 12.10.2009, conhecemos no Técnico um grupo de três portuguesas, uma das quais na faixa etária dos 30, outra na casa dos 40 anos, e a última com 50 anos, a L., já mencionada no caderno de campo. Uma delas, motoqueira, explica-nos que está ali em *part-time*. Tem o seu trabalho “normal” na área da restauração, durante o dia, do qual recebe 600 euros. Mas tem uma renda de 500 para pagar e alimentar os dois filhos. Não é uma vítima, para além da crise. É uma mulher que decide passar ocasionalmente algumas horas da noite na rua, como suplemento ao seu rendimento. Não é caso único. Há várias pessoas trabalhadoras do sexo que, quando a necessidade aperta e o rendimento não chega até ao fim do mês, escolhem fazer umas horas na área da prostituição, para complementar os seus rendimentos. Nestes casos, o recurso à prostituição tende a ser ocasional e por isso não ser percebido como “um trabalho”, mas como “um biscate”. A motoqueira, porém, considera que “isto é um trabalho como outro qualquer, serve para ganhar dinheiro, e é dinheiro limpo”, isto é, ganho no imediato. Ouve-se muito, quer na rua, quer dentro de apartamentos, que “isto é um trabalho como qualquer outro” – uma das originalidades que não estava à espera de ouvir quando iniciei o presente estudo.

Numa outra ronda, realizada a 5.11.2009, somos acompanhadas pela primeira vez por um homem, na verdade o então médico do RedLight, que trabalhava no Hospital

---

<sup>215</sup> Nalgumas rondas várias equipas encontram-se, entre o RedLight, as Panteras Rosa, as Irmãs Oblatas, os Novos Rostos. É por isso criada nesse ano uma *mailinglist* para as equipas de rua trocarem informação, nomeadamente no que diz respeito à calendarização das saídas, de forma a não se sobreporem umas às outras e distribuírem os recursos de forma mais eficaz e intercalada.



dos Capuchos. Ao contrário do que pensei, não chocou em nada com as pessoas a quem nos dirigimos. Até porque muitas delas já o conhecem, por ser o seu médico<sup>216</sup>.

Desta ronda é de apontar um factor, que entretanto percebo tratar-se de uma regularidade. No Técnico, esta noite, só encontramos praticamente africanas, a quem, com o à-vontade entretanto instalado pergunto, em inglês (visto serem bastante novas e não falarem português), de onde vêm. Ao contrário do que suspeitávamos até esta precisa ronda, não são da Nigéria, mas do Gana. São jovens, bonitas e simpáticas, chegam-se sempre à frente para nos dar dois beijos na cara. Agradecem os preservativos e não dão mais conversa. E, finalmente e mais importante, o factor que, a partir desta data, noto ser uma regularidade: estão sempre a olhar para os carros que passam e para além deles, não apenas para os potenciais clientes. Olham para os carros que passam, porque olham por cima de nós, para lá de nós, como se fossemos transparentes e estivessem mais preocupadas com outros actores sociais presentes. Esta regularidade demonstra um certo controlo, que vou encontrar quase sempre com as nigerianas e as ganesas, seja em contexto de ronda colectiva ou solitária, no Intendente, no Técnico, e mesmo na Praça da Figueira onde a sua presença é insignificante, em termos quantitativos. Porém, nunca consegui detectar os ou as potenciais controladoras<sup>217</sup>, excepto na zona do Intendente, um ano depois, quando começo a sair sozinha, nas rondas solitárias. As nigerianas e as ganesas que trabalham mais individualmente no Cais do Sodré foram as únicas que não olhavam “através” de mim, fosse ou não sozinha.

Curiosamente, com as Panteras Rosa, a segunda das organizações com que colaborei algumas rondas, não encontrei nigerianas. As Panteras Rosa são os segundos *gatekeepers* contactados, entrevistados e acompanhados. Esta outra experiência etnográfica institucional foi fundamental para a persecução da pesquisa, com as suas saídas, também nocturnas. Esta segunda organização *gatekeeper* aceitou-me como companheira, desta vez não de “rondas”, mas daquilo a que chamam de “brigadas”<sup>218</sup>, tendo por população alvo principal, nas suas intervenções, as pessoas transgénero.

---

<sup>216</sup> É nesta ronda que dou conta que já não sou a “novata”, facto que me passava despercebido e que me é apontado pelos colegas da equipa, visto ser eu a dirigir a maioria das conversas, com as pessoas que entretanto também já me conhecem há quase um ano.

<sup>217</sup> Entenda-se por “controladora”, alguém que controla conversas, interações, posturas, tempos de permanência numa esquina.

<sup>218</sup> Cada organização com quem colaborei – ou que colaborou comigo – atribui um nome distinto ao mesmo trabalho: as saídas nocturnas, ou diurnas (no caso da UMAR), são “Rondas” para o RedLight; “Brigadas” para as Panteras Rosa; “Giros” para a UMAR.

## 9.5. Panteras Rosa:

As Panteras Rosa são uma organização ou, como os próprios se definem, uma Frente de combate à LesBiGay Transfobia. Realizam aquilo a que chamam de brigadas do preservativo, saídas nocturnas, equivalentes às rondas, particularmente na zona do Conde Redondo, onde conhecem cada história e quase todas as pessoas que ali operam: algumas mulheres nascidas mulheres, mas muito particularmente transgéneros, quer portuguesas, quer brasileiras. Digo “quase” todas as pessoas, porque a mobilidade intra e transnacional neste grupo é uma palavra-chave.

É o S., actual representante da organização, que me coloca em contacto com a então porta-voz das Panteras, a Zuleika. É com a Zuleika que combino algumas saídas, em sistema voluntário, com as brigadas, tal como tinha feito com o RedLight. Estas brigadas iniciaram-se há 2 anos, precisamente quando o RedLight começa também com as suas rondas fora do Cais do Sodré. Segundo me é explicado, quem inicia esse trabalho é a Zuleika, que é trans, e o D., que é gay<sup>219</sup>, e que tenho oportunidade de conhecer na primeira brigada, que descreverei de seguida.

Realizei apenas 3 saídas com as Panteras, em 2009, mas a natureza destas brigadas é bastante diferente das rondas do RedLight: concentram-se, como já foi dito, essencialmente na zona do Conde Redondo; começam mais tarde, normalmente pelas 00:30H (visto as trans começarem a trabalhar mais tarde) e podem terminar pela madrugada (pelas 4/5:00H); os preservativos são carregados em carrinhos de compras (normalmente 2, cheios, com cerca de 5000 *camisinhas*<sup>220</sup>); e as brigadas são feitas sempre a pé, de modo que me é aconselhado levar sapatos confortáveis. É fortemente aconselhado ainda que não me esqueça de levar a documentação (BI), caso sejamos mandadas parar ou, na pior das hipóteses, levadas para a esquadra da polícia. A primeira brigada fica marcada para o dia 19.06.2009.

---

<sup>219</sup> Hoje, a orientação sexual das pessoas deveria ser indiferente. Na verdade, para quem está a realizar esta pesquisa, a orientação sexual de cada um é indiferente. Neste caso, é explicitada a orientação sexual unicamente porque é apresentada como identidade de género. Tanto a Zuleika, como o D. (ambos portugueses) são expansivos. O D. é até mais expansivo, fazendo uso da ideia do que é ser gay. Mais ainda, com a população brasileira, essa identidade está interligada à ideia de “bicha”. Esse à-vontade e expansividade permitem a aproximação com o grupo-alvo, que é também bastante expansivo na linguagem verbal e principalmente corporal.

<sup>220</sup> Camisinha significa preservativo, e como a maioria das trans que operam no Conde Redondo é de origem brasileira, este termo é o utilizado com maior frequência.

### 9.5.1. Brigadas das Panteras Rosa:

A primeira brigada, como a Zuleika lhe chama, é marcada para a 00:30h em sua casa, tornada ponto de encontro, e que fica bem perto do Conde Redondo. Quando chego à casa, conheço a Estevani Margareti, que está num projecto sobre DST<sup>221</sup> do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, e vem da área da assistência social. Não é uma Pantera, mas a Zuleika convidou-a a integrar as brigadas para conhecer potenciais interlocutores. Começou no início deste ano. Anda nas rondas há uns meses. Usa a mesma estratégia que eu. Virá a tornar-se uma colega de trabalho, e também ela própria uma *gatekeeper*.

Estratégia de terreno, entretanto tornada ritual: assim que termina uma ronda, escrevo o que aconteceu, de forma a não esquecer nenhum pormenor. Assim, esta primeira brigada fica registada da seguinte forma:

Os preservativos (5000) são postos dentro de uns carrinhos de compras, daqueles com rodinhas, que andamos a passear na noite. 2 sacos desses. Saímos. Bebemos um moscatel, antes de começar.

Primeiro encontramos uma trabalhadora do sexo, mulher “biológica” – “ou de fábrica” como diz a Zuleika – na casa dos 30 anos. Eles já a conhecem. Ela levanta-se para falar connosco, com todo o à-vontade. “Olha eles!” começa por dizer. “A Estefani está gorda”, diz ela (bom, a Estefani é bem menos gorda que ela). Uns 20 minutos de conversa. Gosta de falar. Depois, visto haver uma cara nova – eu – aproveita para contar histórias que os outros já devem ter ouvido. Por exemplo, como ela engana “os gajos” que pensam que ela é uma transgénero. Engana os “paneiros” dos clientes: “eles que pensem que sou uma delas [transgéneros]. Houve um que me levou, mas deu-me o dinheiro adiantado, claro! Depois não fiz nada. Dá-me o dinheiro. Ah, queria homem! Olha filho, agora já pagaste. Não te faço nada. Deixa-me no meu sítio”. E ri-se, “os homens são mesmo parvos”.

Com as Panteras, a distribuição de preservativos faz-se no fim da conversa – e não logo de início, como com o RedLight. “O que é que trazem hoje?”. Damos-lhes os preservativos e “desamparamos-lhe a loja”, como diz a Zuleika. Todas elas gostam da Zuleika. Mais que do D. ou da Estefani. De mim não gostam. Não me conhecem. Seguimos.

Encontramos a G<sup>222</sup> em frente à pensão Dallas. Tem 54 anos, um bruto de um carro vermelho, e começa por sublinhar que “está ridícula”, com o fio dental a sair-lhe dos calções apertados, e um top que pouco deixa à imaginação. Anda nisto há 30 anos. Esteve em Paris por uma temporada: “Lá as coisas são diferentes, lutamos pelos nossos direitos. Aqui não se tratam dos direitos das pessoas, isto é muito diferente de Paris”, onde esteve várias vezes. Também diz várias vezes que “para estar aqui é preciso ter o

---

<sup>221</sup> DST significa Doenças Sexualmente Transmissíveis.

<sup>222</sup> Trata-se de uma trans que eu não entrevistei e com quem não comuniquéi muito, excepto neste formato de voluntária das brigadas ou em rondas. Por isso, atribuo-lhe apenas uma inicial. Como já foi indicado, farei o mesmo com as restantes pessoas com quem contactei, mas que não entram verdadeiramente na pesquisa, visto não ter tido oportunidade de fazer o convite. Fica assim salvaguardada a identidade das pessoas.

condão para ser puta”. Sou apanhada desprevenida quando, já não sei porquê, estamos a falar de mamas (claro, com trans, como acabo por perceber, a corporalidade é o tema sempre central) e ela vira-se para mim e diz “tu não tens peito nenhum!”. Ainda bem que é de noite e está escuro, ninguém me vê corar. A família dela, a mãe e as irmãs não têm, nem tiveram problemas com ela. Não faz a transformação completa, não faz a genital, já não está para isso. Tem casa em Lisboa, mas é só para o trabalho. A casa dela é na outra margem, agora está lá a sobrinha com quem se dá muito bem. Mora com o marido há 30 anos, um camionista reformado, que não tem problemas nenhuns com a profissão da G. São bons amigos. A conversa demorou 1 hora. Por fim, vamo-nos embora. De qualquer modo, a noite está fraca.

Descemos e damos com um grupo de transgéneros, com uns 20 a 30 anos. São 3 portuguesas. Lindas. Mais mulheres que eu. Uma delas, a L. vem com as mamas de fora, mas mete as mãos a esconder. A Zuleika, depois de me apresentar, pergunta-lhe porque é que ela se está a esconder? “Ah, é por causa dela, ‘tadinha”. Digo-lhe em tom de brincadeira: “bom, são pequenas, mas estão cá. Deixa-te estar à vontade”. Acaba por pôr a camisola de alças para cima e, pouco depois, afasta-se. Ali perto está a primeira trabalhadora do sexo mulher “biológica” com quem estivemos no início da noite. Conversamos ainda um pouco com uma trans que ficou para trás. Vive com os pais, porque “os meus pais precisam de mim”. Mais tarde, a Zuleika diz-me que ela esteve em Paris e teve um encontro problemático: um homem não acreditou tratar-se de uma transgénero e foi violento. Ela acabou por voltar, e disse-nos há poucos minutos que não lhe agrada a ideia de viajar.

Seguimos. Encontramos isolada uma miúda, prostituta, tão novinha...diria uns 15 ou 16 anos máximo. E está ali um carro, com um tipo parado a olhar. Chulo ou cliente? Não. Proxenetista de certeza. A miúda não é portuguesa. É de leste, romena. Mas não foi um encontro como os outros. Foi a primeira vez que eles se deparam com ela. Para a próxima, já criamos conversa. Damos-lhe um saco cheio de preservativos. Ela agradece. Afastamo-nos. Mas ficamos a pensar na miúda. Na segunda ronda, uns meses mais tarde, já não a encontramos (Caderno de Campo, 19.06.2009).

Um ano mais tarde, volto a encontrar esta jovem, a Rosa que, face à minha dúvida em relação à sua idade, faz questão de mostrar os documentos para confirmar que tem, de facto, 20 anos. Em 2010, já os “proxenetistas/companheiros” tinham percebido que as meninas romenas “rendem” mais na Artilharia 1, onde de resto têm uma esquina conhecida por todos, “a esquina das romenas” ou “a esquina das de leste”.

Mas ao contrário do imaginário social, não são mulheres coagidas, encolhidas, receosas de se movimentar por ali. Pelo contrário, quando ali estou com as rondas do PREVIH, em Setembro de 2010, a Rosa anda de braço dado à conversa comigo, sem qualquer receio de deixar o seu lugar, sem qualquer aviso ou olhar que tenha detectado. Os companheiros parecem ter mais medo do que elas. A 20.07.2010, antes do projecto PREVIH portanto, e já em regime de ronda privada, muitas conversas e umas horas depois na Artilharia 1, encontro a Rosa. Confirma que é romena, não fala praticamente

português, mas percebe o que quero, e quer ajudar. Começa por isso a chamar, aos berros, a colega:

“Oh Cris, oh Cris! Anda cá! Para intérprete”. Olho para o outro lado da rua à procura da colega. Mas afinal não é a Cris, é *o* Cris, que está dentro de um carro, estacionado mesmo em frente, compreenda-se mesmo à nossa frente, no estacionamento central da rua. Assim que o detecto, (de resto é a primeira vez que detecto um “proxeneta/chulo/companheiro/protector” mesmo à minha frente) penso: Oh diacho, um chulo por intérprete? A reacção deve ser evidente, porque a Rosa explica-me: “Não, ele protege, mas dorme”. Realmente nem se mexe. Como combinado com a Rosa, passo ali umas horas mais tarde. E passo, mas já lá não estão (Caderno de Campo, 20.07.2010).

Esta reacção do indivíduo dentro do carro – que, de facto, parece estar a dormir, porque não mexe nem um músculo, no banco do condutor – parece sugerir que não está disponível para interagir com uma *outsider*, mesmo sendo chamado por uma das meninas romenas. Ao contrário do que esperava encontrar, elas conversam comigo e até tentam ajudar. Eles não, querem passar o mais despercebido que seja possível, o que sugere por reacção, aqui sim, medo. Aqui, o medo não é apenas de interagir com alguém que até pode bem ser polícia. É o medo de ser identificado e apontado como “chulo/proxeneta” ou mesmo “traficante”.

Estes “protectores de rua” estão vulneráveis, se forem detectados. Essa pode ser uma mais-valia para as equipas de proximidade (ONGs e OPCs) e mesmo para as próprias jovens. Elas estão expostas. Faz parte do trabalho. Eles não. Pretendem estar escondidos, como inexistentes actores sociais. Se passarmos por ruas onde existe prostituição, atendamos a todos os carros junto às pessoas trabalhadoras do sexo. Uma vez atentos, veremos muitos condutores junto às mulheres. Nalguns casos, são de facto os “namorados/maridos/companheiros”, como elas explicam. Porque é que não haveria de acreditar nas palavras das pessoas trabalhadoras do sexo, sejam portuguesas ou migrantes, tal como acredito nas palavras de uma técnica social ou de um polícia? Mas quando é simplesmente dito por elas próprias “ele protege”, estamos potencialmente frente a uma situação de exploração, se há divisão do dinheiro. O 112 funciona 24 horas, e funciona bem com uma das estratégias mais utilizadas pelas pessoas trabalhadoras do sexo de rua, a saber, o registo das matrículas dos carros suspeitos de exploração e violação<sup>223</sup>.

---

<sup>223</sup> É assim, de resto, que a PSP detecta o único caso de tráfico relatado com recurso a sequestro, com privação de movimentos, amarrada que estava a vítima à cama, e como relatado no início do capítulo

No caso das brigadas com as Panteras Rosa, fora aquele primeiro encontro com a Rosa no Conde Redondo, não detectámos mais situações desta natureza (jovens suspeitamente novas, potencialmente menores, com um indivíduo a controlar ou a “proteger” dentro de um carro mesmo à sua frente). Naquela primeira ronda das Panteras, depois de deixarmos a Rosa, continuamos o nosso percurso e encontramos a C., venezuelana, na casa dos 30 anos, que se afasta das outras com quem está, para nos vir cumprimentar. Os nomes são todos conhecidos, os números de telemóvel trocados. Combina um café com a Estefani. “Eu sou uma romântica”, diz com a sua voz simpática, de leque em punho, vestido com folhos, curto e apertado. “Eu faço massagens e trato-os bem”. Já conhece as Panteras há muito tempo. Quer fazer a operação genital, como é norma entre as transgéneros com esta idade. A maioria acaba por não fazer a operação total, não apenas por causa dos trâmites psicossociológicos complicados e morosos, mas porque acabam por perceber que a corporalidade tal como está (uma transgénero com seios e pénis) é mais cara no mundo prostitucional. A C. vai, contudo, pedindo em cada encontro informações sobre tratamentos. Sandra Saleiro, investigadora do CIES/ISCTE-IUL, que também integrou as brigadas, conhece-a e diz-me que a C. é luso-venezuelana, os pais são da Madeira. Na esquina da Rua Luciano Cordeiro, junto à pensão onde nos encontramos, juntamo-nos às restantes transgéneros brasileiras, todas conhecidas. Assisto a muita provocação a quem passa mas, como registo no Caderno:

Não passam de um grupo de amigas à beira da estrada, na conversa e no gozo. Pouco depois, ouve-se a Zuleika dizer “vamos desamparar-vos a montra”, que é a sua frase do “vamos”. Seguimos e encontramos ainda 2 transgéneros, afastadas, sozinhas, mas na mesma rua e não muito separadas. Dá para olharem uma para a outra, ou uma pela outra. E ainda bem. Passa um grupo de homens, jovens, que vão incomodar a segunda, que os afasta com desprezo. Sem problema. A primeira deve ser desconhecida. A conversa é curtinha: uma mulata de biquini de tigresa e com lentes de gato, muito *Prodigy*. Aceita os preservativos e a informação dada. A última já os conhece. Após alguma conversa, e cansados que já estamos, pouco depois dá-se por concluída a primeira brigada com as Panteras Rosa. São 04:30h da manhã. Encontrámos 9 transgéneros, 5 brasileiras e 4 portuguesas; 1 miúda de leste; e 2 portuguesas “biológicas”, com quem há já muita confiança. As Brigadas das Panteras começaram há dois anos, como as da Positivo, mas aqui há muito mais conversa (Caderno de Campo, 19.06.2009).

---

Tráfico de Seres Humanos e Migrações, na Parte I. A utilização da recolha e partilha de matrícula de carros suspeitos, por exemplo, de violação, é comum entre as trabalhadoras do sexo.

A noite no Conde Redondo começa mais tarde e é mais extrovertida, excepto entre as mulheres “de fábrica”, junto à Pensão Dallas. Esta pensão só aceita mulheres nascidas mulheres, mas na sua esquina também se encontram transgéneros, nomeadamente a G., mencionada no caderno de campo. Na brigada seguinte, realizada a 17.07.2009, está bastante frio, apesar de ser verão, e ouve-se muito “ainda não fiz ninguém” ou “hoje ainda não me estreei”, frases típicas deste mundo. Nesta brigada cabe-me ir entregar a caixa dos preservativos à Pensão Dallas, “é tocar e deixar”, como indica a Zuleika. A senhora que abre a porta, de bata cor-de-rosa, é simpática e mistura-se com a própria pensão: é tudo, desde portas a paredes, cor-de-rosa.

Esta pensão é muito diferente de um outro local, o Focus, localizado também no Conde Redondo. Não entramos no Focus, somos recebidos à porta por um jovem brasileiro, com cerca de 20 anos, que faz as vezes de porteiro e que se queixa da noite fraca e fria, mas que aceita os preservativos. Ficamos ali um bocado à conversa, mas quando sai uma trabalhadora do sexo com cerca de 30 anos com um indivíduo na casa dos 50 anos, despedimo-nos.

Subimos uma rua e a Zuleika apresenta-me à Carla, com quem já tinha falado sobre mim. É simpática, mas começa por dizer que não podemos falar durante o trabalho. Assim, trocamos de números de telemóvel. Ligo-lhe a uma 4ª feira, no dia 22 de Julho, às 15h, mas estava a dormir. Ligo mais tarde, mas desta vez não atende. Volto a tentar durante essa semana, mas sem sucesso. Porém, naquela noite foi muito voluntariosa. Não foi caso único. Aconteceu com várias pessoas que ali operam, começarem por estar muito interessadas, mas depois “estão ocupadas”, “não vai dar”, “não estou em Lisboa”, ou deixam pura e simplesmente de atender o telefone. Estas são sempre dificuldades inerentes a este terreno. De qualquer forma, as brigadas realizadas com as Panteras Rosa serviram para perceber isso mesmo e, tal como as rondas com o RedLight, conhecer algumas pessoas que viriam a revelar-se importantes para a pesquisa.

De natureza totalmente diferente das rondas expostas foram os giros realizados para o âmbito do projecto “Laços e Fronteiras”<sup>224</sup> da UMAR, giros curtos e diurnos, que passarei agora a descrever.

---

<sup>224</sup> Ver apresentação do projecto Laços e Fronteiras, em: <http://www.umarfeminismos.org/index.php/lacos-e-fronteiras/214-project-laces-and-borders> (consultado pela última vez a 1.03.2013).

## 9.6. UMAR:

A UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta<sup>225</sup> é a mais antiga associação feminista portuguesa e ONG de apoio a mulheres<sup>226</sup>. Em 2009, está também a trabalhar num projecto sobre tráfico de pessoas, segundo me indica Elisa Fernandes, coordenadora do projecto “*Laços e Fronteiras: Novas metodologias de apoio às mulheres vítimas de tráfico*”. Na apresentação deste projecto pode ler-se que “o tráfico de seres humanos, onde se inclui o tráfico de mulheres, é um fenómeno em expansão e o seu combate é considerado como prioritário para as instâncias internacionais, comunitárias e nacionais” e que “apesar do Tráfico de Seres Humanos ser um fenómeno que atinge quer homens quer mulheres, são, sem dúvida, as mulheres que estão mais propensas a ser vítimas de tráfico<sup>227</sup>, na medida em que apresentam uma maior vulnerabilidade económica e social fruto de uma marcada e persistente desigualdade em função do género”<sup>228</sup>.

A preocupação com o tráfico de mulheres não é nova para a UMAR. De facto, no final dos anos 1970, a UMAR desenvolveu uma iniciativa que foi pioneira em Portugal no âmbito do tráfico de mulheres. Em 1977, e na sequência de artigos veiculados no *Jornal de Notícias* do Porto que denunciavam casos de jovens que eram “raptadas, atiradas para a prostituição e inseridas em redes” que funcionavam em Espanha, a UMAR “lançou, em Dezembro de 77, um manifesto por um inquérito rigoroso ao tráfico e corrupção de jovens mulheres que recolheu milhares de assinaturas. Nesse manifesto é denunciada a passividade da polícia e alguma permissividade na protecção das redes de prostituição, assim como se procura analisar as causas que levam as mulheres a cair nas redes de tráfico”. A UMAR convoca então, a 28 de Janeiro de 1978, para a Praça da Batalha (Porto), uma concentração sob o lema: *Não à exploração da mulher, pela sua dignificação*, “para entrega do manifesto no Governo Civil. Na sequência destas acções, a Assembleia Municipal do Porto deliberou a abertura de um inquérito sobre o tráfico e corrupção de jovens mulheres e a Directoria Geral da Polícia

---

<sup>225</sup> [www.umarfeminismos.org](http://www.umarfeminismos.org) (Consultado pela última vez a 15.02.2010)

<sup>226</sup> A UMAR é constituída a 12 de Setembro de 1976.

<sup>227</sup> Nota de Rodapé do Projecto *Laços e Fronteiras*: “Segundo o Departamento de Estado Norte-Americano (2005), cerca de 80% das pessoas traficadas todos os anos (entre 600 000 e 800 000) são mulheres e jovens mulheres que, na sua maioria, são traficadas para fins de exploração comercial” in Santos, Boaventura *et al.*, 2007, *Tráfico de Mulheres para Fins de Exploração Sexual*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais (CES), p.1”.

<sup>228</sup> Ver em: <http://www.umarfeminismos.org/index.php/lacos-e-fronteiras> (consultado pela última vez a 1.03.2013).



Judiciária anunciou estar a decorrer um inquérito a pedido da Procuradoria-geral da República. Sobre os resultados do inquérito, não constam mais notícias”<sup>229</sup> (Projecto *Laços e Fronteiras*, UMAR).

Duas das acções propostas neste projecto são a realização de um seminário internacional e a criação de um guia intitulado *Laços e Fronteiras: Guia de Recursos no Combate ao TSH* (Moreira, Paiva e Rodrigues, 2010). Mas o que verdadeiramente me chama a atenção neste projecto que ora arranca é a intenção, no final do projecto, de acompanhar OPCs “que actuem na área da Grande Lisboa, nas rusgas; ou seja, sempre que procederem à intervenção em locais suspeitos de albergarem de forma forçada mulheres” (Projecto *Laços e Fronteiras*, UMAR). Esta colaboração entre ONGs e OPCs e a experiência concreta do terreno possibilitaria, segundo a UMAR, o maior conhecimento do fenómeno, pois em virtude dela a UMAR ficaria com competências para actuar na área da formação a agentes de segurança e ficaria habilitada para poder ajudar a Comissão de Avaliação a apurar os critérios de identificação das vítimas de tráfico. Toda esta experiência culminará, espera-se, na criação de um centro de atendimento exclusivo para mulheres imigrantes, com competências para o apoio e auxílio a mulheres traficadas (Projecto *Laços e Fronteiras*, UMAR). O acompanhamento de rusgas em parceria com os OPCs é, porém, um factor do projecto que acabou por não se realizar.

Todavia, segundo explica Elisa Fernandes, pretende-se criar um centro de atendimento exclusivo para mulheres imigrantes, com competências para o apoio e auxílio a mulheres traficadas, o que “requer que a UMAR aprenda, primeiro, com quem já trabalha no terreno há várias décadas”. Este projecto lida com a ideia de tráfico de forma lata. Não pretende cingir-se ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, mas qualquer forma de exploração no contexto.

---

<sup>229</sup> Nota de Rodapé do Projecto *Laços e Fronteiras*: “Tavares, Manuela, 2000, *Movimentos de Mulheres em Portugal. Décadas de 70 e 80*, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 34-35”.



230

Porém, e dado que sabem que estou a colaborar nas rondas do RedLight, a Elisa Fernandes e a Gabriela Marques Garcia, ambas responsáveis pelo projecto da UMAR, decidem ingressar também nas rondas nocturnas. Além disso, solicitamos as 3 à Positivo a possibilidade de realizarmos rondas diurnas, em nome do RedLight, como voluntárias, com a intenção de vir a alcançar zonas e pessoas que não são abrangidas pelas rondas nocturnas do RedLight, como é o caso das jovens romenas que se prostituem no Martim Moniz, na esquina da Rua São Lázaro e a Avenida Almirante Reis. Foram realizados 4 giros neste âmbito, de que darei conta de seguida, com os dados recolhidos no caderno de campo.

#### **9.6.1. Giros UMAR:**

Eis-nos então numa quarta-feira de Julho, no dia 29.07.2009, a realizar o primeiro giro diurno da UMAR, único giro em nome do RedLight. Combinamos às 16:30h na UMAR. A ronda começa na Rua de São Lázaro. Estabelecemos contacto com 2 mulheres jovens que ali estão, romenas. A Gabriela Marques Garcia fala com uma delas em romeno. Evidentemente, falar a língua das pessoas abordadas é uma enorme mais-

---

<sup>230</sup> Postal disponível em:  
[http://cortaarede.umarfeminismos.org/images/imagens/postais/postal\\_corta\\_a\\_rede.jpg](http://cortaarede.umarfeminismos.org/images/imagens/postais/postal_corta_a_rede.jpg) e  
<http://cortaarede.umarfeminismos.org/> (consultados pela última vez a 6.03.2013).

valia. Entregamos os materiais, e também um folheto do CAIM, que a Elisa Fernandes entrega meio a medo, dentro de um folheto da Positivo. Não se fala no assunto.

Damos a volta ao Martim Moniz e entramos no Poço do Borratem: estão 2 mulheres ali, mas acompanhadas. Não paramos. Na Praça da Figueira, suspeitamos ver umas 5 ou 6 mulheres, mas não temos certeza e não as abordamos. Na Rua do Poço do Borratem estão ainda 2 mulheres portuguesas mais velhas. Não há qualquer problema, entregamos os materiais. Uma outra mulher mais velha, também portuguesa, chega-se até nós para pedir preservativos. Depois vai ter com uma miúda nova que ali está sentada. Não tínhamos a certeza de ser uma trabalhadora do sexo, mas este sinal é confirmação. Vamos ter com ela. É bonita e nova, é estrangeira, romena também. Tem os braços cheios de marcas, como se se auto mutilasse ou alguém a mutilasse. Diz que tem uma amiga que precisa de ir à Positivo, por causa do médico. A conversa não é alongada. É a primeira ronda diurna e queremos captar a confiança delas. Para a próxima, cabe-nos estabelecer mais conversa. A ronda é rápida, termina às 18h. A Elisa Fernandes e a Gabriela Marques Garcia querem passar a combinar rondas diurnas de 15 em 15 dias, e mais cedo, pela hora de almoço, hora a que estão mais mulheres na rua (Caderno de Campo, 29.07.2009).

Por ser hora de almoço, há mais movimento na Praça da Figueira, mas como pude confirmar, isso significa que as pessoas estão ocupadas e indisponíveis para conversar. A hora de almoço é uma hora tão boa como qualquer outra para recorrer ao sexo pago. E recorre-se bastante, como é evidente no Martim Moniz e mais ainda na Praça da Figueira.

A jovem que conhecemos nesta ronda, cujo encontro acaba de ser exposto, e que nos parece mutilada participará, uns meses depois, nesta pesquisa. É romena, tem 22 anos e é casada. Aliás, em 2010, quando lhe peço que me ajude no meu estudo, será ela própria uma *gatekeeper* para o contacto com as restantes romenas ali presentes, como veremos no capítulo seguinte, dedicado às rondas solitárias.

Dos giros da UMAR, é de registar um outro, já a 27.01.2010, quando decidimos alargar a área de intervenção e seguimos, com os sacos com os preservativos masculinos e femininos, os lubrificantes e os folhetos anti-tráfico do CAIM para o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade Técnica de Lisboa, que fica localizada em Monsanto. Aí detectamos 2 mulheres, uma delas vai com um cliente para o mato circundante, antes de chegarmos perto delas. Falamos com a que ficou junto à estrada. É portuguesa, na casa dos 40 anos, com a cara muito queimada. Confirmadamente toxicod dependente em tratamento, diz-nos que lhe entregam preservativos na Avenida de Ceuta, onde vai tomar a metadona. Aceita de qualquer forma os que lhe oferecemos e pede mais uns quantos para a colega que está ocupada.

Percorreremos alguns metros em Monsanto, mas não detectamos mais ninguém. Decidimos ir para o Restelo, mas aí, durante a tarde, não encontramos viva alma.

Ainda neste giro, já de regresso ao Martim Moniz, encontramos o grupo das romenas da esquina da Rua de S. Lázaro com a Almirante Reis. Estão 3 presentes, duas das quais já conhecemos. A terceira é nova. Ficamos com dúvidas se terão sequer 18 anos. Quando nos estamos a aproximar, acontece algo que ainda nunca tinha acontecido e que registamos no caderno de campo:

Por fim, Martim Moniz, esquina S. Lázaro com a Almirante Reis. Lá estão as miúdas romenas, 3. 2 já conhecemos. 1 é nova. Terão 18 anos sequer? Assim que nos aproximamos, o telemóvel da que fala português, e que já conhecemos, começa a tocar. Alguém está a controlar. Está demasiada gente ali, não dá para detectar quem seja. Ela aceita os preservativos. A outra, nova, não diz uma palavra em português e não quer preservativos. Estas 2 estão na avenida. A 3ª está no início da S. Lázaro. Também não fala uma palavra em português. A Gabriela Marques Garcia, que fala romeno, entra em cena e a cara da jovem ilumina-se, percebe o que lhe está a ser dito. Sorri e aceita os preservativos. A 2ª, nova, aproxima-se. Volto a perguntar com um sorriso e a estender o saco, se não quer os preservativos. Sorri e abana a cabeça. Não quer. O pouco à-vontade, nem sequer chega a agressividade que tantas vezes se sente, e aquele telefonema assim que nos aproximamos, e que demorará o tempo que ali estamos com elas revela controlo sobre as jovens (Caderno de Campo, 27.01.2010).

O controlo sobre as jovens, nesta situação, foi evidente. Mas a postura corporal e o à-vontade, nestes giros, brigadas ou rondas são fundamentais para a interacção com as pessoas. Uma vez que os giros da UMAR tinham por população alvo as potenciais vítimas de tráfico e não estavam centradas, como todas as outras intervenções das equipas de proximidade, na área da saúde, o sentimento de nervosismo surgiu algumas vezes. Porém, sentimentos mais negativos, de desconfiança vão contaminar a percepção da realidade social e a postura da equipa, promovendo medos e afastamentos. Foram, de qualquer modo, distribuídos os folhetos anti-tráfico do CAIM, muitas das vezes de forma dissimulada. A reacção foi, como pude observar, a leitura dos folhetos, e algumas opiniões como “esse tipo de coisas é intolerável” ou “não aceito isso do tráfico”. Mas, para além desta partilha de opinião, a reacção foi sempre nula. A mesma estratégia, já em fase de tentativa de provocação, para chamar o assunto, é também realizada nas rondas do RedLight, nas rondas solitárias, e as reacções são exactamente as mesmas. Ou o tema é tão tabu que nem provoca qualquer reacção, ou é um assunto sobre o qual não têm nada a dizer, sem ser o exposto, em forma de opinião sempre com espanto e horror.

Todavia, o objectivo subentendido foi de qualquer forma atingido: as pessoas, nacionais e migrantes, tiveram acesso aos folhetos e, portanto, à informação ali constante.

Uma outra experiência no mapa prostitucional de Lisboa é tida com a parceria com o projecto PREVIH – Prevenir o VIH – da responsabilidade do GAT. Este foi o único acompanhamento do interface institucional entre organizações, Estado e pessoas trabalhadoras do sexo, realizado com uma Unidade Móvel do Serviço Nacional de Saúde. Tal provou ser uma grande mais-valia para a aproximação com as pessoas, que entendiam imediatamente do que se tratava: um consultório móvel.

### **9.7. PREVIH – GAT:**

O projecto PREVIH – Prevenir o VIH, da responsabilidade do GAT, está ainda a decorrer. Dirige-se a homens que fazem sexo com homens e pessoas trabalhadoras do sexo. Em 2010, participei voluntariamente nalgumas rondas do PREVIH com a segunda população visada.

A carrinha do SNS – Serviço Nacional de Saúde apanhava a equipa de que fiz parte em Setembro/Outubro de 2010, aos finais de tarde perto da Pontinha, Lisboa, e que contava com uma enfermeira que fazia o rastreio rápido do VIH dentro da carrinha-consultório, e com 3 inquiridores, um dos quais eu própria. Durante o tempo determinado que participei neste projecto, corremos as zonas do Intendente, do Restelo, da Praça da Figueira, do Cais do Sodré, do Técnico e da Artilharia 1. A presença da Unidade Móvel foi definitivamente uma mais-valia: as pessoas, quer portuguesas, quer imigrantes reagiram muito bem tanto aos inquéritos, como ao convite para fazer o teste rápido do VIH, porque percebiam logo tratar-se de uma carrinha-consultório. Muitas das pessoas querem ir fazer o teste, mas isso implica deslocação. A deslocação do serviço às pessoas é um chamariz e uma mais-valia para todos os intervenientes.

Foi, como já tive oportunidade de referir, numa destas rondas do PREVIH, na Artilharia 1, que conheci verdadeiramente a Rosa, quando a fui convidar à sua esquina para fazer o inquérito (que não fez, porque o seu nível de português é bastante nulo), mas percebeu o convite para o “teste”, deu-me o braço e lá fomos à conversa, sem qualquer justificação a ninguém, até ao centro da Rua Rodrigo da Fonseca, onde se encontrava a Unidade Móvel.

Algumas das outras pessoas que inquiri neste contexto, nomeadamente duas nigerianas que operam no Cais do Sodré, nunca foram entrevistadas para a minha

própria pesquisa, mas são pessoas com quem mantenho contacto ainda hoje. Uma delas mora no Barreiro e vem trabalhar para Lisboa todos os dias. Explicou-me que, tal como as restantes “colegas” (aqui entenda-se conterrâneas), também costuma fazer praças<sup>231</sup> em Barcelona, em cujas ramblas se encontram muitas destas jovens nigerianas. Esta indicação, que já tinha sido anteriormente referida por outras nigerianas em Lisboa, parece sugerir a existência de um corredor ou circuito de praças entre Lisboa/Barcelona para este grupo. Mas, lembre-se o leitor, esta trata-se de uma pesquisa qualitativa. Ou seja, não tenho quaisquer números para sustentar o que acabo de afirmar. Tenho apenas a quantificação do número de nigerianas e ganesas encontradas em Lisboa – um total de cerca de 20, divididas entre o Intendente, o Técnico e o Cais do Sodré – e em Barcelona – cerca de 20 a 30 nas Ramblas<sup>232</sup>.

Entretanto, a 8.03.2013, chega notícia do CAP, de que as utentes acolhidas aquando da nossa entrevista, em 2010, já se encontram “integradas socialmente”. Neste momento, o CAP conta com a presença de “2 vítimas nigerianas, uma acompanhada de uma filha menor; uma vítima Romena, todas vítimas de exploração sexual, e 1 Senegalesa, com 2 filhos menores, vítima de TSH para exploração laboral. Foram recentemente autonomizadas do CAP 2 portuguesas, vítimas de TSH para exploração laboral”<sup>233</sup>, o que sugere que o interface entre instituições, campanhas, equipas de proximidade está a surtir o efeito latente de detectar e/ou denunciar casos de tráfico para fins de exploração sexual de nigerianas em território nacional.

A indicação de uma senegalesa entre as imigrantes, vítima de TSH para exploração laboral tal como de duas portuguesas, que recentemente dali deram saída e autonomizaram-se, é prova da maior visibilidade de casos de natureza “laboral” identificados como será, de resto, a tendência, visto ser nessa área que se encontram mais os casos de exploração.

Além do mais, para a área da exploração sexual, a aliança entre instituições, equipas de proximidade como é o caso do PREVIH, projectos de combate ao fenómeno do TSH e os movimentos ou organizações de pessoas trabalhadoras do sexo será a tendência para integrar a ideia de sexo dentro da ideia de trabalho; com isso, dar direitos às trabalhadoras do sexo e, em contrapartida, passar a poder contar com mais uma fonte de

---

<sup>231</sup> Praças são tempos passados em espaços diferentes, para a actividade prostitucional. Por regra, são 15 dias, mas pode ser até um mês, num bar de alterne ou num apartamento, correndo várias cidades.

<sup>232</sup> Contabilizadas em finais de Novembro de 2010, por ocasião do *I Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa* da Universidade de Barcelona.

<sup>233</sup> CAP, 8.03.2013.

informação, no caso, informantes profundamente privilegiadas, dado que no mundo da indústria do sexo as pessoas conhecem-se. Esse pequeno detalhe, de incluir o sexo dentro da ideia de trabalho, por alguns é moralmente mal visto, mas tem toda a importância na vida das pessoas que tendemos somente a vitimizar, quer queiram, quer não queiram: as pessoas trabalhadoras do sexo não são vítimas de tráfico.

O tráfico para fins de exploração laboral é uma categoria que não se encontra no âmbito do projecto *Indoor* “Dar voz aos Trabalhadores do Sexo”, do GAT. Neste projecto interage-se fundamentalmente com brasileiras e portuguesas, mulheres e transgéneros, em apartamentos e pensões, na área do trabalho do sexo.

### **9.8. Projecto *Indoor* “Dar voz aos Trabalhadores do Sexo” – GAT:**

Em 2010, por fim, participei num outro projecto também da responsabilidade do GAT, desta feita, *indoor* ou em espaços abrigados. Trata-se de um projecto semelhante ao realizado pelo Porto G da APDES, na região do Porto.

Em Outubro de 2010, acompanhei com a Estefani Margareti (que tinha conhecido na primeira brigada das Panteras Rosa, e que neste contexto se demonstra uma *gatekeeper*), o projecto *Indoor* “Dar voz aos trabalhadores do sexo”<sup>234</sup>. Neste projecto visitavam-se apartamentos e pensões, onde deixávamos preservativos e informação relacionada com saúde, e em particular com o VIH/Sida. Note-se que, tal como acontece com o Porto G, também aqui são as próprias trabalhadoras do sexo que nos convidam para os seus apartamentos e pensões, posto que telefonam ao GAT para pedir a entrega domiciliária dos preservativos e materiais relacionados com saúde, nomeadamente todos os locais no país onde se pode realizar o teste do VIH/SIDA. É também através deste projecto que conheci várias pessoas fundamentais para a pesquisa ora apresentada, nomeadamente a Edu, cuja história foi relatada no capítulo dedicado ao “Trabalho Sexual”, na Parte II. De *gatekeeper* em *gatekeeper*, é assim que realiza a etnografia e se chegam aos locais e às pessoas.

Assim, para além do trabalho voluntário com as organizações mencionadas, e muito posteriormente às 50 entrevistas institucionais, foram realizadas ainda 37 entrevistas

---

<sup>234</sup> Ver site em:

<http://www.gatportugal.org/content/default.asp?idcat=QUEMSOMOS&idCatM=GAT&idContent=9D517100-7E8A-49EE-A306-CE2B9DCD45BB> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

semiestruturadas a pessoas trabalhadoras do sexo e/ou potenciais vítimas de exploração sexual, que operam em Lisboa. Destas 37 entrevistas, 3 foram aprofundadas e gravadas, em ambiente abrigado ou interior. As restantes 34 entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho das pessoas trabalhadoras do sexo, em espaço *indoor* (apartamentos e pensões)<sup>235</sup>, mas essencialmente em espaço *outdoor*, na rua.

Em Março de 2010, para além do acompanhamento em regime voluntário das rondas colectivas com as organizações supra citadas, iniciei então as rondas solitárias, rondas onde, como o nome indica, saio sozinha, de caderno e caneta em punho (nunca de gravador áudio, dado o medo apresentado com tudo o que diga respeito aos *media*), e pergunto às pessoas trabalhadoras do sexo das ruas da cidade se aceitam participar no meu estudo, anonimamente. A todas pedi que me indicassem um nome alternativo para si, o que significa que todos os nomes aqui apresentados são fictícios, mas inventados pelas próprias, tornando-as cúmplices do trabalho por mim realizado. De resto, o mesmo critério é utilizado com os técnicos sociais. Muitas das pessoas já me conheciam, das rondas colectivas anteriores.

## **10.No Campo com Elas: As Rondas Solitárias**

...the desire to enter into the world around you and having no idea how to do it, the fear of observing too coldly or too distractedly or too raggedly, the rage of cowardice, the insight that is always arriving late, as defiant hindsight, a sense of the utter uselessness of writing anything and yet the burning desire to write something, are the stopping places along the way. At the end of the voyage, if you are lucky, you catch a glimpse of a lighthouse, and you are grateful (Behar, 1996:2).

O tema do tráfico de seres humanos e do trabalho sexual é fascinante, mas fazer trabalho de campo neste terreno é, pelo menos, complicado. Não é apenas o facto de ser um tema tabu nas ruas ou nos apartamentos e pensões onde se encontram as pessoas trabalhadoras do sexo, quer sejam mulheres, transgéneros ou homens, quer sejam portuguesas ou imigrantes. Nem a dificuldade de aproximação às pessoas dos grupos onde se assume que se encontram as vítimas de tráfico: imigrantes e trabalhadores do sexo. Ou pior ainda: imigrantes trabalhadores do sexo. A prostituição não é regularizada. A imigração indocumentada é penalizada com a expulsão. A confiança

---

<sup>235</sup> A tentativa de fazer trabalho de campo no interior de bares de alterne revelou-se infrutífera. Uma mulher dentro de um bar desta natureza não é particularmente bem-vinda (quem é ela? Será concorrência ou é polícia?). O nível de desconfiança sentido nessa tentativa foi o maior de todo o terreno, acabando por desistir da ideia.



não é fácil de estabelecer com estas pessoas, vulneráveis e marginais. Só a presença constante, mas não insistente, permite a criação de laços de familiaridade. E só com laços de familiaridade é possível finalmente pedir para fazer “uma entrevista para um estudo sobre prostituição, sobre as mulheres e a imigração, para a universidade”. Alie-se estas dificuldades e morosidades ao medo e à falta de autoconfiança: se eu não tiver capacidade para criar empatia com as pessoas trabalhadoras do sexo, elas não falam comigo.

A primeira ronda solitária foi, para todos os efeitos, um teste tão pessoal, quanto académico. Não esqueçamos que a subjectividade está relacionada com a pesquisa qualitativa e muito particularmente com a etnografia. Sem informantes não há etnografia. A mera observação sem ser participante não constitui verdadeiramente etnografia. Etnografia é o contacto com os outros. Esse contacto exige uma certa capacidade para abraçar o inesperado, os imprevistos inevitáveis e por vezes surpreendentes de terreno, a capacidade para a intersubjectividade, para a relação crescente e continuada com as pessoas e com os espaços. A etnografia requer também a capacidade de dar tempo ao tempo, para construir confianças e, assim, para aceder à multidimensionalidade da vida. A etnografia exige em si mesma a aceitação do acaso, da serendipidade (“serendipity”), que alguns antropólogos defendem ser a própria essência do trabalho de campo (Pieke, 2000: 138; Dresch *et al.*, 2000; Rond e Morley, 2010; Hazan e Hertzog, 2012). Para que tal aconteça, é necessário que os outros nos aceitem. Escolhi um terreno por estrear. Isto porque a minha primeira ronda solitária foi realizada numa zona onde nunca tinha estado, visto ser o território das Irmãs Oblatas<sup>236</sup>, com quem eu nunca trabalhei directamente, até à formação da RTS – Rede sobre o Trabalho Sexual.

Hoje, 2013, a zona do Intendente foi “limpa”, mas em 2010, o Intendente é uma zona povoada por traficantes e consumidores de droga, ao lado de uma dúzia de trabalhadoras do sexo, cerca de metade das quais portuguesas mais velhas (com idades entre os 40 e os 60 anos) e, a outra metade, africanas mais novas (18 aos 35 anos): nigerianas e ganesas, segundo as próprias me disseram e como já tinha sido avançado pelas ONGs e OPCs, quando inicialmente abordados, e confirmado em contexto das rondas colectivas.

---

<sup>236</sup> Tal como as pessoas trabalhadoras do sexo têm os seus territórios no mercado *indoor* e *outdoor*, também as ONGs que lhes prestam apoio têm os seus territórios. O Intendente “pertence” às Irmãs Oblatas, visto estarem sediadas exactamente ali.

A Charity, a primeira pessoa que abordei nessa tarde inaugural de sábado, e que se encontrava com o grupo das africanas disse-me, contudo, ser jamaicana, ainda que falasse *pidgin* (crioulo inglês) – como a própria me disse – tal como as restantes pessoas presentes. A nossa conversa decorreu, como com todas as pessoas de origem africana que não dos PALOP, em inglês. As Irmãs Oblatas reforçam que “o factor língua é limitar. Porque grande parte das mulheres não fala português. Fala inglês. Como língua oficial. Não é que seja a língua delas, dominante, mas é a língua oficial”<sup>237</sup>. A Charity tem 24 anos e trabalha na prostituição há 4 meses. Diz que foi ela que procurou este mundo, procurou “onde havia prostituição nas ruas de Lisboa” e decidiu vir para aqui. Quando lhe perguntei porquê Portugal, responde: “foi ao acaso”. A entrevista é cedida, mas é interrompida por um grupo de 3 nigerianas, que passam junto a nós e falam em *pidgin*. Mas volto a olhar para a Charity, ou melhor, a Charity volta a olhar para mim, e pergunto porquê este trabalho? Responde “falta de fundos e efeitos económicos”. O problema ou factor dinheiro é o fenómeno que acompanha toda a tese: seja em forma de qualquer tipo de tráfico humano, seja para a imigração de qualquer espécie, seja para o trabalho do sexo, o que leva as pessoas a recorrerem às palavras-chave são sempre monetárias. A diferença é que este mercado é informal, está nas margens, é visível mas clandestino.

A família da Charity não sabe o qual é a sua actividade. Diz que não manda remessas para a família. Segundo afirma, não trabalha na prostituição a tempo inteiro. Como muitas trabalhadoras do sexo, alia a prostituição a outro trabalho<sup>238</sup>, no caso ao trabalho doméstico. Ganha mais ou menos o mesmo em cada trabalho. Quanto, é que já não quis dizer. Esta informação é, porém, desmentida, pelas Irmãs Oblatas, que garantem que se esta população conseguisse outro trabalho, deixaria o trabalho de prostituição de rua. A Charity está, segundo o que me diz, em Portugal sozinha. Pede 15 euros aos clientes. Por quanto tempo e por quê não quis dizer. E problemas ou discriminação? “Never problem”. Por objectivo final desta jornada ou capítulo de vida, a Charity afirma que pretende juntar dinheiro e voltar para a Jamaica para estudar<sup>239</sup>.

Uns dias mais tarde, em mais uma das incursões ao Intendente, para “estar à conversa” com quem lá encontro, conheço a Doris, também a operar na zona. Proponho-

---

<sup>237</sup> Entrevista ao CAOMIO – Centro de Acolhimento e Orientação da Mulher, da Obra Social das Irmãs Oblatas, realizada no dia 22.03.2011.

<sup>238</sup> Lembremos a motoqueira do Técnico, que afirma trabalhar num “trabalho normal” e que complementa os seus rendimentos com umas horas na prostituição, ver Parte III.

<sup>239</sup> Entrevista de rua a Charity a 3.04.2010.

lhe o mesmo que tinha proposto à Charity e concede-me uma entrevista de rua<sup>240</sup>. A Doris tem 24 anos e vem do Gana. A entrevista, curta, como vai sendo costume já, é registada no caderno de campo, da seguinte forma:

- How long are you here?

- 2 years.

- How did you start?

- One day I started.

- Why did you come here to Intendente?

- *Someone told me.* I started to work in prostitution here in Portugal, two years ago. My family don't know.

- Who told you?

- Ah...Não. – diz, enquanto deixa de olhar por mim e começa a olhar em volta. É uma pergunta tabu. Olha para além de mim, através de mim. Pego rapidamente por outro assunto, antes que perca a continuação da entrevista.

- Why did you choose Portugal?

- I like the country.

- Ah, so you already knew the country?

- Yes. I have friends here, not family. I come to work here because of the money.

- Do you like this job?

- No, I don't like it. I would like to work in another job. People have to work here to survive.

Chega aquela moça com uma grande permanente, que já abordei na semana passada e não quis falar, mas novamente mete-se ali ao nosso lado. Continuo a conversa.

A Doris pede 15 euros, tal como a Charity, mas a Doris explica que são 15 euros por 10 a 20 minutos, “no kisses, no anal, no oral sex, just normal”. Quem são os teus clientes?

- Portuguese. Black. White. Young and old. Everybody - termina a dizer a rir.

E discriminação?

- Sometimes, people call me names, “*drogados e malucos*” - isto sabe dizer em português - and sometimes problems with clients, because of the condoms - que eles não querem usar - and maybe they want to fuck you like you don't like.

E projectos para o futuro?

- To live big! With family. In Africa! (Doris, Largo do Intendente, 12.04.2010).

A entrevista é, como todas aqui, curta e difícil. Novamente, o objectivo do projecto migratório é regressar a casa e à família. A Doris está, portanto, há 2 anos em Portugal, a trabalhar na prostituição no Intendente, porque “alguém lhe disse” para vir trabalhar para ali. À pergunta “quem?” desvia o olhar e responde “Não”. É uma pergunta tabu.

---

<sup>240</sup> Entrevista de rua a Doris 12.04.2010.

Ou pode ser uma forma de protecção das suas amigas, que já aqui estavam e por causa de quem decidiu vir, em projecto migratório, para trabalhar por causa, claro está, do dinheiro.

Como a Edu tinha explicado<sup>241</sup>, quando falava sobre o “sexo normal”, também a Doris explica que o que faz é “sexo normal” com os clientes (sem beijos na boca, sem sexo anal, nem sexo oral, segundo afirma). Ao contrário da Edu, porém, a Doris não é uma trabalhadora do sexo. Isto é, a Doris não é uma pessoa que, com maiores ou menores constrangimentos, e pesados os prós e contras, faz um trabalho, ou encara a sua actividade que lhe dá rendimento como trabalho. A Doris opera na prostituição apenas por motivos de sobrevivência imediata e não, em última instância, por sua própria negociação, escolha, decisão. As pessoas que se prostituem, mas que às perguntas “gostas deste trabalho” ou “achas que a prostituição devia ser um trabalho como outro qualquer, com direitos e deveres”, respondem “não”, não sentem que estão a fazer “um trabalho”, mas sentem-se vítimas de exploração. Essa é, de resto, quanto a esta pesquisa, a grande conclusão. Mesmo os movimentos a favor da regulamentação do trabalho sexual têm consciência da existência de exploração e de pessoas que “são prostituídas”, como o Ninho defende. Todavia, ao contrário do que é pejorativamente propagandeado pelo movimento abolicionista, o movimento regulamentacionista não aceita a existência de vítimas. Ou melhor, sabendo que existem, o movimento luta, por um lado, pela regulamentação da actividade laboral para quem este é um trabalho e, por outro lado, pelo combate a situações de exploração.

Já a Jennifer, com 27 anos, ganesa, há 4 meses no Intendente, e a Joy, com 25 anos, nigeriana, há 9 meses no Intendente, responderam de forma interessante à pergunta: como vieram parar aqui ao Intendente?

I was begging for money, 5 euros to eat, and a man said to come to Intendente<sup>242</sup>.

As respostas são exactamente iguais, mas foram dadas em momentos diferentes, e em espaços diferentes dentro do Largo do Intendente, como que ensaiadas. Quando perguntei quem era o homem, ambas disseram “no”, desviaram o olhar e esperaram outra pergunta e mudança de assunto. Estas entrevistas demoraram cerca de 10 a 30 minutos apenas.

---

<sup>241</sup> Ver Capítulo “O conceito de Trabalho Sexual”, Parte II.

<sup>242</sup> Excerto de entrevista a Jennifer no dia 3.04.2010, e a Joy no dia 12.04.2010, no Largo do Intendente, entre as 15:00h e as 18:00h.

Aquela primeira ronda solitária, num território desconhecido, foi um teste. Tornou-se claro que é possível falar com pessoas que não me conhecem embora, de facto, muitas optem por não falar. De qualquer modo, a aceitação inicial é muito melhor do que estavrava. Elas falam comigo, algumas são até simpáticas, apesar do controlo bastante apertado que fazem umas das outras, e apesar de as nigerianas não serem particularmente conhecidas pela sua simpatia. A agressividade com que algumas das nigerianas e ganesas lidaram com o corpo estranho ali presente (que era eu própria) pode indicar, segundo Cartão de Sinalização produzido pelo OTSH para a identificação de potenciais vítimas de tráfico, precisamente uma situação de exploração. Este Cartão de Sinalização aponta como indícios de TSH a postura “reactiva, agressiva e violenta em consequência do processo de vitimização de que está a ser alvo”<sup>243</sup>.

É, de resto, de notar o seguinte: os primeiros encontros no Largo do Intendente com as nigerianas e ganesas correram, de facto, melhor que eu própria estava à espera. Com as mulheres portuguesas e as mulheres de origem africana, mas dos PALOP, ali presentes nunca houve qualquer problema. Mas com o grupo das nigerianas e ganesas, à medida que me iam vendo com regularidade, e compreendendo por fim que não tencionava fazer apenas pequenos inquéritos e depois desaparecer, isto é, à medida que ia mais vezes ao Intendente para estar e falar com este grupo, ao contrário novamente do que estava à espera, acabo por ser repudiada. O controlo entre elas é cada vez mais apertado, as conversas passam a ser todas boicotadas, ou como afirma Ana das Irmãs Oblatas, “na rua toda a gente está a ouvir”<sup>244</sup>. E, finalmente, ao aproximar-me, já estão a afastar-me com as mãos, como se estivessem a enxotar uma mosca. Foi, portanto, um terreno entretanto tornado interdito. Antes dessa interdição foi, contudo, possível realizar 4 entrevistas.

Nenhuma das nigerianas e ganesas ali entrevistadas (4 entrevistas apenas no Intendente, e uma outra ganesa de 27 anos, que entrevisto no Cais do Sodré, a Anabelle<sup>245</sup>) é a favor da regulamentação da prostituição, reiterando sistematicamente em quaisquer das conversas tidas que “this is not a job”, “isto não é um trabalho”. Esta postura indica (com nigerianas e ganesas, mas também com portuguesas ou romenas) que não estão a fazer “um trabalho”, mas a submeter-se a uma actividade de sobrevivência, potencialmente em situação de exploração. De notar que, à data da

---

<sup>243</sup> Ver Anexo B - Cartão de Sinalização OTSH, p. 231.

<sup>244</sup> Excerto de entrevista a Ana, CAOMIO – Centro de Acolhimento e Orientação da Mulher, da Obra Social das Irmãs Oblatas, realizada no dia 22.03.2011.

<sup>245</sup> Entrevista de rua no Cais do Sodré, realizada a 24.05.2010.

entrevista com o CAP, em 2010, estava presente na Casa uma nigeriana, sobre a qual a minha interlocutora, coordenadora do espaço, afirma “não queria entrar muito em pormenores”, mas deixando entrever que se trata de um caso, como a maioria que lhe chega, de uma jovem em situação de exploração sexual. Isto é, confirmadamente, existem nigerianas em Portugal vítimas de exploração sexual. Recorde-se o leitor que não se pretende advogar a cruzada dos números. Pelo contrário, um caso de tráfico confirmado já é demais. Como já referido, os números actualizados de ocupação do CAP são, neste momento, 2 vítimas nigerianas para fins de exploração sexual, uma das quais acompanhada de uma filha menor.

Em entrevista com as Irmãs Oblatas, depois de reiterar a presença da “imigração” em todas as zonas da cidade de Lisboa onde existe prostituição, a Coordenadora de projectos da Congregação, garante que a maioria destas mulheres, nigerianas e ganesas do Intendente, tem por faixa etária dominante entre os 20 e os 30 anos, e que a esmagadora maioria delas tem filhos, quer tenham ou não “namorado”. O processo migratório é variável. Mas, segundo as informações que tem, e esclarecendo que não me cederá qualquer informação em nome da lealdade que sente por estas mulheres, apesar do anonimato garantido, afirma que existe um padrão migratório para as nigerianas (e ganesas): viagem de barco até Marrocos e daí para Espanha e Portugal. O mesmo é relatado pela Anabelle, uma ganesa de 27 anos, que conta ter demorado 8 meses entre o Gana e Portugal. Lembremos que o Gana até fica mais próximo, em termos de espaço litoral, de Marrocos, do que a Nigéria. Depois, de Marrocos para Portugal, diz ter vindo directa, de barco<sup>246</sup>.

I was living with my parents and went to school. But I lost my parents, and my sisters have their children, they couldn't take care of me. So I decided to come to Europe. [Como?] By sea, came in a boat from Ghana to Morocco. Then, boat to Portugal. Took 8 months.

À pergunta vieste com alguém responde só: “Alone”.

Chegou a Portugal “fez 6 meses em Janeiro”. Em Marrocos alguém a “ajudou”. Disse-lhe que, segundo relata, se vinha indocumentada, como está, era melhor ir para Portugal, para a prostituição. Trabalha na prostituição desde que chegou a Portugal, há 6 meses. Sobre a actividade diz que “is not that easy. It's difficult”. Diz-me que trabalha sozinha e não partilha os ganhos.

---

<sup>246</sup> Esta informação relativa ao início do processo migratório é contrária ao afirmado por Pascoal, quando afirma que os processos migratórios registados, com origem na Nigéria e destino à Europa envolvem: 1) viagem directa de avião, tornando a dívida maior, dado o preço da viagem ou 2) atravessando o deserto, rumo a Marrocos ou Líbia e, daí sim, de barco até à Europa (nomeadamente Lampedusa). Esta viagem pode demorar até 2 anos, o que torna a dívida menor, segundo a autora (Pascoal, 2012: 17).

Quando lhe pergunto, como já é ritual, “planos para o futuro”, responde: “Stop doing prostitution. I don’t want to go back to Africa. I hope to have better chances in my life. If I can get documents, I can find a job, a real job” (Anabelle, Cais do Sodré, 24.05.2010).

Anabelle é a única ganesa com quem converso e que afirma não pretender voltar para o seu país de origem, ao contrário, por exemplo, de Charity ou de Doris. Como é afirmado pelas Irmãs Oblatas, e como podemos ver no excerto da entrevista a Anabelle, as dinâmicas migratórias são muito diferentes consoante as nacionalidades. Para Ana, representante das Irmãs, as nacionalidades onde é mais exposta a intenção de voltar ao país de origem é a brasileira e a romena, ao passo que com estas africanas essa intenção não é sempre existente. Afirma:

Acho que isso faz parte mais de um discurso brasileiro, o querer ou ponderar-se o retorno. Mesmo nas romenas. Também acho que há uma ponderação de retorno. Nas africanas não é tão claro. Há sempre aquele fenómeno de imigração que o nosso país à distância é sempre maravilhoso. E há o factor das saudades, de ter familiares, e isso jogar com o querer voltar para lá. Agora, de uma forma tão explícita, não. Não. E tem alguma lógica. Não sei se alguma vez foste a um país africano...Acho que dá para compreender. Dá para perceber que há determinadas infra-estruturas que cá, mesmo como imigrante ilegal, podemos ter. E lá, não (Ana, CAOMIO, Irmãs Oblatas, 22.03.2011).

Torna-se cada vez mais evidente que a *potencial* origem de tráfico (ou auxílio à imigração ilegal, ou mesmo do trabalho sexual migratório) encontra-se nos países de origem. O discurso sobre o TSH e mesmo contra o trabalho sexual, migratório, no destino perde assim o sentido. Para quê dizer que se quer “prevenir” um fenómeno que termina no continente europeu – no caso das nigerianas e ganesas – mas que se inicia logo nos locais onde estas mulheres nasceram? Uma activista da SOLIM, de origem ucraniana, em Portugal há uma década, a trabalhar como doméstica, explicava certo dia que o trabalho e as campanhas contra o TSH nos países de destino estão feitos. Falta é nos países de origem, e referia-se ao caso do seu próprio país, de leste é certo, mas na Europa<sup>247</sup>. Sem cooperação entre os países, nomeadamente no que toca à criação de infra-estruturas e serviços na origem (Cf. Pascoal, 2012: 12), é hipócrita utilizar o discurso da prevenção do tráfico nigeriano e ganês, apenas na Europa. Porém, ao mesmo tempo, ou por consequência do que acaba de ser dito, a relação entre as

---

<sup>247</sup> Conversa realizada por ocasião do programa de rádio MigraSons, da SOLIM, dedicado ao tema das máfias e do tráfico humano, disponível em: [http://migrasons.blogspot.pt/2009/06/resumo-do-programa-14-de-junho-2009\\_15.html](http://migrasons.blogspot.pt/2009/06/resumo-do-programa-14-de-junho-2009_15.html) (consultado pela última vez a 28.03.2013).

nigerianas e ganesas com as Irmãs Oblatas passa, não apenas pelas formações dadas, mas por pequenos detalhes que fazem toda a diferença e tornam-se cada vez mais próximas. Essa aproximação surge desde que, em 2010 precisamente, as Irmãs Oblatas passam a ter mais espaço para as receber. É a partir dessa data que as mulheres referidas passam a ir buscar elas próprias, de forma mais sistemática, os preservativos ou tomar “um lanchezinho, descansar, ir ao computador”<sup>248</sup>, pormenores que fazem toda a diferença para estas mulheres.

As Irmãs Oblatas revelam já ter suspeitado ter encontrado casos de tráfico, que consideram “latente” quando interagem, por exemplo, com as nigerianas e as ganesas. Porém, sublinham uma preocupação que é transversal a todas as ONGs entrevistadas: o TSH é um fenómeno muito mais diluído, mundano (Kelly, 2003), e por isso mais complexo, do que normalmente se imagina; e, mesmo face a uma suspeita “dermatológica” ou “latente” da existência de tráfico sobre estas mulheres, a fidelidade das equipas de proximidade e dos Centros de apoio deve ser dirigida para as próprias mulheres. Se elas pedirem silêncio aos técnicos sociais, essa confiança não deve ser quebrada, a suspeita deve ser silenciada e não comunicada aos OPCs.

O TSH é um assunto que tem uma série de variáveis, e é muito complexo. E também ponderar um bocadinho a nossa filosofia. Porque nós temos como princípio, então nas Equipas isso é linear, que nós a quem temos que ter a maior fidelidade, e construir a confiança de uma forma principal são com as mulheres. Se a mulher diz que não quer tratar disso, nós temos que respeitar. Não temos aquele distanciamento, que eu acho que é necessário nas questões de tráfico, até para delatar as situações. E nessa medida, choca sempre com os nossos objectivos, e no fundo com a nossa filosofia de actuação (CAOMIO – Centro de Acolhimento e Orientação da Mulher, da Obra Social das Irmãs Oblatas, 22.03.2011).

A acção das Irmãs Oblatas em Portugal dirige-se especificamente à questão da imigração. Instaladas em Portugal desde 1987, e ao contrário do que acontece noutras missões das Irmãs Oblatas, em território nacional dirigiram sempre o seu trabalho para as mulheres migrantes mais vulneráveis, em concreto, as prostitutas. A confiança estabelecida é a mais-valia, o factor mais precioso destas intervenções e destas organizações que trabalham com a população marginal.

Nos outros países há projectos exclusivos para a questão do tráfico. Nós não. Nós é imigração.

---

<sup>248</sup> CAOMIO, Irmãs Oblatas, 22.03.2011.



Se me aparecer uma mulher com uma situação, que quer...que está desesperada, aí nós encaminhamos para a Linha S.O.S Imigrante, que é o contacto de referência para estas situações. Mas tenho-te a dizer, Filipa, que isso aconteceu uma vez. Por iniciativa da própria pessoa. E não teve grandes...Não teve repercussões, porque continuei a vê-la, continuei a ver essa pessoa, por isso...Não houve um apoio nem um encaminhamento para uma casa abrigo, uma situação assim. Isso não, isso via-se imediatamente na rua (CAOMIO, Irmãs Oblatas, 22.03.2011).

Sob a denúncia da ineficácia do serviço de resgate de “potenciais vítimas de tráfico”, tratadas depois pelos OPCs como imigrantes ilegais (o Porto G relata ter-se confrontado com uma situação semelhante) subjaz outra queixa. Sem acesso aos recursos oferecidos àquelas vítimas – designadamente, a regularização da situação dos “sem papéis”, dado que a documentação é sempre a questão mais importante, seja para “nós” ou os “outros”, para quem nasceu e para quem imigrou para Portugal ou para a Europa – subentende-se uma outra declaração, que ouvi também de várias organizações, nomeadamente do Ninho: a Linha S.O.S. Imigrante não deve ser a Linha a lidar com estes casos de potencial tráfico. Se se procura, de facto, o tráfico, então não se privilegia sempre como categoria principal o facto de se ser “imigrante”. A Linha S.O.S Imigrante dirige-se a migrantes<sup>249</sup>, cujos percursos são inevitavelmente diferentes de vítimas de exploração, concretamente em situação de tráfico – mais que seja por serem rotulados de “económicos” ou “laborais normais”. Não é intenção deste projecto criar novos pânticos sociais ou morais (van Dijk, 2001), mas, por exemplo, estarão os técnicos da Linha S.O.S Imigrante habilitados a compreender “outras” formas de pensar o tráfico, nomeadamente o nigeriano e que envolve, segundo consta, e como aponta por exemplo o Ninho<sup>250</sup>, rituais de vudu?

Para as africanas, a Europa são o grupo de países das oportunidades. Portanto, a família consente com muita facilidade que uma filha, mesmo menor, venha para um país europeu trabalhar. É uma forma de mandar dinheiro para a família. O processo é semelhante aquilo que se passava com os nossos

---

<sup>249</sup> Pascoal, no seu estudo sobre tráfico humano nigeriano em Palermo (Itália), considera também para a Nigéria esta visão de que o problema do tráfico é, na verdade, tratado pelo Estado como um problema de migração (Pascoal, 2012: 10).

<sup>250</sup> Em 30 entrevistas a ONGs, apenas o Ninho e a AMCV falaram sobre este assunto. Nas ruas, nunca ouvi falar de tal tópico. A AMCV afirma que “a Nigéria que tem aquelas questões, que são controladas à distância, nem sequer precisam propriamente de um homem aqui que as controlem, porque são controladas à distância. E que é um enorme desafio para as forças policiais. Está a par do vudu” (Entrevista a AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência, a 17.03.2011). Entre os OPCs, apenas numa das entrevistas à Unidade Nacional Contra-Terrorismo, da PJ é referida a utilização do vudu para o controlo das nigerianas, apesar de, à data desta entrevista, a PJ não ter conhecimento de qualquer caso de tráfico ou de exploração de nigerianas, sendo que a referência é feita com base no estado da arte sobre o assunto.

emigrantes. Não sabem que elas vêm prostituir-se. E que aquele indivíduo que lhes arranja os documentos, que paga a viagem, e que diz que depois quando ela tiver dinheiro lhe paga, que não há problema nenhum, que ela vai ter possibilidades de mandar dinheiro para a família, que vive em situações de pobreza, não põem sequer a hipótese de isto não ser a verdade. Portanto elas vêm. Vêm com esse indivíduo. Depois chegam a Portugal, está um outro indivíduo à espera delas. Isto parece um filme, mas os filmes às vezes relatam a realidade. E depois são obrigadas a prostituir-se. E fazem o vudu. Elas acreditam de tal forma no vudu que...penso que até é o principal impedimento de elas pedirem ajuda. Eles tornam-se donos da sua independência. Tornam-se donos delas. Não precisam sequer de as vigiar. E como prometeram à família que elas mandavam dinheiro, eles consentem que elas mandem 50, 100 euros à família. Para poderem ir buscar mais jovens. Porque isto dá-lhes credibilidade junto da família. E como a família não sabe que ela está colocada no meio prostitucional e está obrigada a prostituir-se, quando esse indivíduo volta lá, traz mais mulheres. E isto é curioso porque quase que é pensado no sentido do fornecimento de mulheres, que é mais facilitado ainda. Para eles, o facto de elas enviarem esse dinheiro é sinal de que estão bem. 50 ou 100 euros na Nigéria ou no Gana é muito dinheiro. Portanto elas estão bem, é a conclusão a que a família chega. E quando eles voltam para ir buscar outras jovens, já têm a vida facilitada, mostram o exemplo. E outra coisa curiosa, que isto é perverso. Se uma jovem tem licença de residência, eles até utilizam isso para benefício para eles. Dizendo “nós até conseguimos, ela está legal”.

São culturas que nos confundem um bocado. Por exemplo, a questão do vudu, é uma coisa para mim...como é que uma jovem acredita tanto nisto a ponto de ficar prisioneira disto! Mas acredita! E não são só elas. Também há mulheres portuguesas que acreditam profundamente em coisas...enfim! Têm crenças muito enraizadas. E claro, dependendo da cultura, essas crenças quase condicionam a vida das pessoas. Ou condicionam mesmo a vida das pessoas. Em alguns casos, quando fazem o vudu, não necessitam de ser controladas. Elas próprias ficam prisioneiras daquele ritual que é feito com o vudu. E há outras situações em que estão controladas. Mas é curioso, as que são objecto de vudu, têm um quarto, um local de prostituição e vêm para a rua. E nem lhes passa pela cabeça poder contactar com outras pessoas. Porque, lá está o vudu para controlar. E para dizer: “não posso fazer isto”. Porque elas acreditam piamente, acreditam mesmo que se não obedecerem àquilo que prometeram ao indivíduo, que é o explorador, que lhes vai acontecer alguma coisa, ou alguém da família vai morrer. E é capaz de morrer, mas não morre por causa do vudu (Ninho, 19.10.2010).

A questão do culto vudu tem sido motivo de discussão e de produção científica e técnica (van Dijk, 2001; Pascoal, 2012; Carling, s.d). No *Seminário Internacional do Projecto Laços e Fronteiras*<sup>251</sup>, da UMAR, de entre os vários convidados, representantes de organizações anti tráfico do globo, é convidado Bolaji Owasanoye, Director executivo da ONG Human Development Initiatives<sup>252</sup> e investigador do

---

<sup>251</sup> Realizado a 24 e 15 de Junho de 2010, na Fundação Calouste Gulbenkian. Ver Anexo C, Programa do Seminário Final “Laços e fronteiras” da UMAR, p 236.

<sup>252</sup> Ver site em: <http://www.hdinigeria.org/> (consultado pela última vez a 5.03.2013).

Nigerian Institute of Advanced Legal Studies<sup>253</sup>, da Nigéria. Owasanoye faz jus ao estado da arte sobre o assunto (van Dijk, 2001: 565), quando avança com o fenómeno cultural ou religioso do vudu, como fundamental para compreender o tráfico de pessoas de origem nigeriana. Na sua comunicação “Voodoo and Human Trafficking in Nigeria”, começa por referir, entre os vários indicadores sobre o país, a “prevalência da superstição”, a par da pobreza. Pascoal aponta também, na sua tese de mestrado *The situation of the nigerian human trafficking victims and their children in Italy. The study case of Palermo* (2012) a prevalência da pobreza, do desemprego, da instabilidade política e a discriminação de género, bem como o carácter sagrado da maternidade para compreender o tráfico humano oriundo da Nigéria (Pascoal, 2012: 3 e 9). Owasanoye afirma que as práticas religiosas, na Nigéria, são estabelecidas na crença universal no Ser Supremo e do sobrenatural. O sobrenatural está relacionado com natural e mundano. As crenças são tecidas em torno de práticas de cultos de vudu, em interacção com a medicina, a religião e a psicologia. É, continua o orador, um ritual onde se procura aproveitar os poderes dos seres invisíveis ou espíritos. Segundo expõe no seminário:

Belief in the supernatural and spiritism rests on conviction of the existence of unseen beings with magical powers. Magical powers can be harnessed to help the adherent in everyday existence. Unseeing beings and spirits include dead ancestors and relations. Cults are built around the presence or location of such beings and spirits. People result to voodoo, juju or secret cults for medical or psychological cure, economic or political power, settlement of disputes and spiritual fortification.

Adherents of cults and traditional beliefs bind themselves by blood/fetish oath which is regarded as stronger than a mere contract. Blood/fetish oath is a covenant sealed by blood or other bodily or sacred artefact, sealed in secret at designated place of worship or religious belief. Punishment inevitable, no matter status or location of adherent. Such rituals may kill the victim (comunicação “Voodoo and Human Trafficking in Nigeria” de Bolaji Owasanoye, Human Development Initiatives, 24.07.2010).

Sublinhe-se que se trata de um discurso, uma visão do orador, técnico de uma organização que lida, entre outras questões, com o TSH. Owasanoye apresenta uma visão originária da Nigéria, e destaca como basilar o funcionalismo dos rituais de vudu nestas potenciais vítimas de tráfico humano. O juramento de sangue, com outras partes corporais (unhas ou cabelo, por exemplo, como explica também Pascoal, 2012: 19), ou em forma de fetiche com o espírito do vudu, selado em santuário é, segundo o comunicador, mais forte que qualquer contrato. E, caso seja quebrado, pode levar à

---

<sup>253</sup> Ver site em: <http://nials-nigeria.org/> (consultado pela última vez a 5.03.2013).

morte. Visto a comunicação ser sobre a relação do vudu e do tráfico na Nigéria, Owasanoye tem uma interessante recomendação final a apresentar: Criar contra rituais que neutralizem o efeito do juramento<sup>254</sup>. Van Dijk é um dos autores que sublinha o pânico social atribuído ao papel do vudu, para reforçar o discurso e políticas de combate ao tráfico. Na Holanda, essa descoberta gerou tal pânico que foi criada uma força policial intitulada “voodoo team” (van Dijk, 2001: 559). Porém, em 30 entrevistas realizadas a ONGs e 5 a nigerianas e ganesas, apenas duas ONGs referiram esse factor: O Ninho e a AMCV.

No Intendente, entrevistei 2 nigerianas e 2 ganesas (isto é, não estou a incluir nem as pessoas a quem tentei aproximar-me e com quem não estabeleço qualquer tipo de contacto ou, no máximo, ouço uma das nigerianas a gritar-me “I ONLY SPEAK CHINESE”, ao que respondi obviamente a rir “ok, see ya” e afastei-me). Só volto a conseguir a aproximação com este grupo, largos meses mais tarde, quando o PREVIH vai para o Largo do Intendente. Já me tinham esquecido e ia acompanhada com uma Unidade Móvel, onde podem fazer o teste e estar à conversa, saindo dos seus sítios, em interacção nova, ou menos frequente, no seu quotidiano.

Mas foi aquela primeira saída que me deu coragem para dar início às rondas solitárias, 1 a 3 vezes por semana, entre os meses Março e Outubro, ora de dia pelo Intendente, Martim Moniz, Praça da Figueira, Cais do Sodré; ora de noite, na Artilharia 1, Técnico, Praça da Figueira e Cais do Sodré.

Foram, como já mencionado, realizadas 37 entrevistas, a esmagadora maioria a portuguesas, três das quais transgéneros, seguidas das romenas e das nigerianas. São poucas as brasileiras na rua. De notar que peço-lhes uma entrevista nos seus locais de trabalho, o que dificulta os tempos de conversa. De vez em quando, sou deixada à esquina, enquanto se interrompe a entrevista para negociar com algum carro que passa. Por vezes, a entrevista fica mesmo a meio, dado que não se diz “não” aos habituais, especialmente aos que ali se dirigem de propósito para um encontro previamente combinado. A alguns habituais pede-se que esperem. O cliente arranca e passa um pouco mais tarde. Há alguma simpatia e bastante protecção nestes meios com alguém que não pretende ser concorrência, mas está ali para ouvir. As pessoas que aceitaram falar comigo “parabenizaram-me”, passe a expressão, pelo trabalho que estava a fazer,

---

<sup>254</sup> O que faz lembrar a tentativa de instalar o “Fanado Alternativo” na Guiné-Bissau. O ritual passaria a ser apenas simbólico, e não físico e, apesar de não se tratar de um juramento, neutraliza o efeito nefasto físico do corte realizado pelo fanado (ou mutilação genital feminina) e que pode resultar na morte.

satisfeitas de poder dar o seu contributo para melhor se compreender este mundo marginal.

Permitam-me expor uma breve e exemplificativa ronda solitária. Iniciaremos a nossa ronda na Praça da Figueira, durante o dia, concentrando-nos no caso das romenas, que já alimentaram os *media*, com casos de tráfico. Daí, partimos para a noite da zona da Artilharia 1, onde focamos a única entrevista de rua feita a uma brasileira. Terminamos a nossa ronda no Cais do Sodré, onde realizei a primeira entrevista a uma portuguesa, cuja história parece congrega a maioria das histórias das pessoas trabalhadoras do sexo com quem conversei nos últimos meses.

### **10.1. Na Praça da Figueira:**

Se não fosse isto se calhar morria à fome. Estou aqui por dinheiro. Estamos todas. O meu marido sabe. Mas já não está aqui. É melhor não falar sobre isso (Clara, Praça da Figueira, 21.07.2010)<sup>255</sup>.

A Clara é a trabalhadora do sexo que conheci pela primeira vez num dos giros da UMAR e que, na altura, detectamos estar mutilada nos braços. Demorei alguns meses a conseguir fazer o contacto sozinha. Após várias rondas com a Positivo e a UMAR, e algumas rondas solitárias, a Cláudia, uma prostituta portuguesa com 36 anos, que também ali trabalha, apresentou-me à Daniela que, por sua vez, me apresentou ao restante grupo. A Praça da Figueira e o Martim Moniz são divididos durante o dia por trabalhadoras do sexo portuguesas, romenas e brasileiras.

A Clara tem 22 anos e é romena. É casada. Trabalha na Praça da Figueira e no Martim Moniz apenas durante o dia, visto que “à noite é perigoso”. A Clara, tal como o restante grupo de 15 mulheres romenas que “batem” esta zona durante o final da manhã e a tarde, trabalha na prostituição desde que chegou a Lisboa. Normalmente, começa a trabalhar às 12:00h e termina o dia pelas 21:00h. Mas, tal como ouvi sempre em saídas para a rua, também a Clara diz que este modo de vida está “cada vez pior. É mais à base dos habituais”. Veio há 4 anos para Portugal, sozinha, de autocarro, com passagem por Espanha. Quando lhe perguntei porquê Portugal, respondeu: “calhou. Já conhecia aqui colegas”, a mesma resposta que ouvira da Charity e da Doris, no Intendente. Na Roménia, a Clara estudava.

---

<sup>255</sup> Excerto de entrevista a Clara no dia 21.07.2010, às 17:00h, na Praça da Figueira, durante uma ronda solitária diurna.

Entrou na indústria do sexo por “dinheiro”. Faz 25 a 30 euros por cada relação sexual, sendo que tem de pagar 5 euros por serviço à pensão onde trabalha no Martim Moniz. A pensão é a Bela Flor, cujo proprietário foi detido por exploração sexual, mas entretanto posto em liberdade, com pena suspensa por 2 anos, no âmbito do famoso caso “Nicolae”<sup>256</sup>. O caso “Nicolae”, uma rede romena de tráfico, foi divulgado e mediatizado entre 2008 e 2009, quando o SEF realiza uma operação (2007/2008) na zona do Martim Moniz, que leva ao desmantelamento da rede e à condenação dos 9 arguidos (SEF, 2010: 23), por motivos de organização criminosa, tráfico de pessoas e lenocínio. Os membros da rede foram condenados em Maio de 2009, com penas entre os 14 e os 11 anos, seguidos de expulsão e interdição do território nacional. Desta operação, resulta a identificação de cerca de 20 mulheres romenas e o resgate de cerca de 10 mulheres, uma das quais com 14 anos. As jovens eram “controladas telefonicamente e presencialmente pela rede, sendo agredidas e ameaçadas quando não rendiam o que supostamente a rede esperava dela” (SEF, 2010: 19), sendo uma rede, utilizadora da Western Union para o envio de remessas com destino à Roménia, bastante violenta<sup>257</sup>.

De referir que a Pensão Flor (como a Pensão Reis) é das pensões mais baratas. Os valores pagos às diversas pensões da cidade onde as trabalhadoras do sexo de rua trabalham variam entrem os 5 e os 10 euros. Os 5 euros são normalmente apresentados por 20 a 30 minutos de permanência no quarto. São, todavia, os preços da zona da Praça da Figueira, e do outro lado da Rua João das Regras, no Martim Moniz. Ali, a tabela de preços praticada é, segundo indicam, entre os 25 a 30 euros, não apenas entre as romenas, mas também as portuguesas. Um exemplo, a Cláudia, a trabalhadora do sexo portuguesa que ali opera e que se torna uma nova *gatekeeper*, como já foi indicado.

Vim do Alentejo. Estou em Lisboa há 20 e muitos anos. Vivia numa pensão onde trabalhavam as mulheres. Como fui criada no meio de raparigas de rua, não foi assim uma grande surpresa. Questão monetária. Fui eu própria que pedi a elas. A minha família não sabe. Pensa que é trabalho de *call-center*.

Entre os 17 e os 18 anos, andei entre Portugal e Espanha. Estive 9 anos em Espanha. Lá em clubes. As mulheres estão 21 dias, são obrigadas a ir ao médico. Aqui temos de ir por nós mesmas. E aquilo são

---

<sup>256</sup> Ver notícia: “Tráfico de pessoas: Máfia romena condenada a 87 anos de prisão. Os “Nicolae” traficaram 23 romenas, entre os 13 e os 24 anos, para as prostituir em Lisboa. Foram hoje condenados na Boa-Hora por associação criminosa, tráfico de pessoas e lenocínio.” (Moleiro, 20 de Maio de 2009), disponível em: <http://aeiou.expresso.pt/trafico-de-pessoas-mafia-romena-condenada-a-87-anos-de-prisao=f515773> (Consultado pela última vez em 9.03.2013).

<sup>257</sup> Foram relatados vários episódios de violência física, instrumentalizando a agressão para manter o controlo sobre as jovens.

hotéis, cada um tem o seu quarto. Ganhei muito dinheiro nos primeiros 6, 7 anos. Depois voltei. Em Espanha não aceitam toxicodependentes, só mulheres bonitas. [Em Portugal] fiz umas casas particulares, um apartamento que alugam, mas aqui querem 50% e temos de ser nós a comprar todos os produtos de higiene e os preservativos. Na rua há mais clientes, e há bons clientes, mais do que se pensa. Estou sempre aqui sozinha. Trabalho sozinha. Venho pelas 11h-18h. Trabalho a *full-time*. Peço 25/30 euros pela relação oral e vaginal, 30 minutos. Vou ali a uma pensão, no Martim Moniz, não aceita visitas. Tenho um quarto, só lá vou eu e uma amiga. Pago 5 euros de cada vez que lá vou. Sábados, domingos e feriados são em casa (Cláudia, Martim Moniz, 23.06.2010).

Fora a excepcional violência exercida, os detalhes do caso Nicolae (preços, postura, utilização de pensões designadas) revelam que aqueles traficantes são *insiders* do mundo prostitucional. Isto é, foram incluir as jovens nas zonas cujos preçários mais interessavam. Não foram eles que inventaram as características da zona. Pelo contrário, as recém-chegadas eram integradas no espaço social elegido – no caso, no Martim Moniz. Para eleger os espaços é preciso conhece-los: os preços, as rotinas, os horários e os locais utilizados pela população ocupante. A população ocupante está dentro deste mundo e conhece-se entre si, são *insiders*, não apenas as prostitutas, mas os clientes, os *voyeristas*, os vizinhos, os actores sociais laborais, ou os transeuntes integrados em redes sociais diferentes e distantes do mundo do sexo. As pessoas trabalhadoras do sexo acumulam capital simbólico e conhecimento sobre os seus quotidianos, e tornam-se informantes de excelência porque “estão lá”. Os preços revelados indicam que estamos, portanto, num âmbito da indústria do sexo, em concreto na área da prostituição, muito distinta da descrita e analisada por Bernardo Coelho, em *Corpo Adentro* (2009). Nesta investigação, o sociólogo foca, segundo afirma, o “lugar mais secreto do universo prostitucional”, as acompanhantes de luxo, que operam em espaços *indoors* e que se distinguem das “prostitutas” pelo “valor dos seus serviços” (Coelho, 2009: 39), apontando 100 euros por uma hora e 80 euros por meia hora (Idem: 52). Algumas das informantes de Coelho contavam com um curso superior, realidade diferente da detectada na Praça da Figueira<sup>258</sup>.

Para a Clara, a prostituição é um meio para atingir o seu objectivo: “fazer casa e formar família, como toda a gente”. Para já, a Clara vive numa pensão, sozinha. Paga 250 euros por mês “com TV Cabo, com tudo”. A sua família, que está na Roménia, “não sabe, mas desconfia” de qual é o seu trabalho. Não confirma à sua família do que vive, mas considera que se deve legalizar a prostituição: “Legalizar sim. Porque aqui

---

<sup>258</sup> Como dos restantes locais de prostituição *outdoor* e *indoor*.

também tem alguns riscos, algumas doenças. Muitos não querem usar camisa. Com os homens nunca sabes”.

A Clara veio “ilegal”, indocumentada para Portugal. Mas “agora já não há problemas com a polícia. Quando eles vêm, vou dar uma volta”. De qualquer modo, agora que a Roménia faz parte da União Europeia, todo este grupo está regularizado e não há muitos motivos para recear a polícia. Quando lhe perguntei se já teve problemas com clientes, explica-me que “já há muito tempo que não. Já conheço as pessoas”.

A parte mais delicada da nossa conversa, nessa tarde solarenga de Julho, na confusão que caracteriza a Praça da Figueira, foi a tocante ao seu marido. A Clara é casada com um romeno. Quando lhe perguntei se dividia o dinheiro com alguém, disse-me que no passado dividia com o marido (de facto, os casais tendem a dividir rendimentos). Mas quando tentei explorar o que o seu marido sentia sobre a sua profissão, a Clara deixa de olhar para mim, olha em redor e diz “ele já não está cá. É melhor não falar sobre isso”.

Estamos em 2010. Mais tarde, em conversa com as outras mulheres que compõem o grupo percebi que, tal como o marido da Clara, também o marido da Ana (de 22 anos, romena, há 4 anos em Portugal), e o marido da Denise (de 19 anos, romena, há 1 ano em Portugal) estão presos. Surge, entretanto, a suspeita de que se tratarão dos membros condenados, possivelmente no âmbito do caso “Nicolae”<sup>259</sup>. Na verdade, o que alertou para essa possibilidade, para além das imensas similitudes de percurso das 3 interlocutoras mencionadas (nacionalidade, idade, estado civil, viagem para Portugal, habitação, trabalho, situação de prisão dos seus maridos, e o mau-estar quando se perguntou por eles durante as entrevistas), foi uma outra conversa tida com o mesmo grupo de romenas, não na esquina com a Rua João das Regras (onde se realizaram as conversas referidas), mas no banco em frente à Pensão da Praça da Figueira, com a Daniela, e mais 3 jovens que não quiseram “participar no estudo”.

A Daniela destaca-se do restante grupo. Todas elas são romenas, mas a Daniela tem 40 anos (as restantes têm idades entre os 19 e os 25 anos). Está há 5 anos em Portugal. Num dos giros com a UMAR, chegamos a suspeitar tratar-se de uma “controladora”. Afinal, é uma educadora de pares<sup>260</sup> de uma das organizações que compõem a Rede sobre o Trabalho Sexual, e uma *gatekeeper* fundamental nesta pesquisa.

---

<sup>259</sup> Como indicado, o SEF inicia a investigação sobre do Caso Nicolae em 2007/2008. Em 2009, os arguidos são condenados.

<sup>260</sup> Por educadora de pares entenda-se mediadora cultural entre as pessoas trabalhadoras do sexo e as organizações, concretamente para a área da saúde e cidadania.



Fez a viagem de camioneta, com um visto de turismo, de 3 meses. Acabou por ficar, como aliás já era sua intenção. Trabalha na prostituição há 5 anos, que considera ser “normal, um trabalho mesmo”. Também trabalhou em limpezas e no serviço doméstico, este último, durante um ano. Na Roménia era cabeleireira. O seu maior sonho é conseguir dinheiro suficiente para abrir um cabeleireiro em Lisboa, porque não pretende “ficar aqui até aos 70 anos, como algumas!”, referindo-se às portuguesas.

A Daniela explica-me que está “cá e lá”. Na Roménia deixou a família, que sabe qual é a sua profissão. É divorciada e tem 3 filhos, que estão com a avó. Decidiu vir para Portugal, sozinha, por “motivos de dinheiro. Foi difícil, estava difícil lá. O dinheiro não chegava para nada. Vim sozinha. Aprendi tudo sozinha. Incluindo o português”. De facto, a Daniela é provavelmente a pessoa deste grupo que melhor fala português. Enquanto fumávamos um cigarro no “nosso banco”, e decorria a entrevista, já com algum ajuntamento como é costume de outras “meninas” ali junto a nós, a Daniela explica-me que “não sou obrigada a fazer [o trabalho sexual]”.

Nunca tive problemas com clientes. Nem com ninguém. Controlar não! Estou aqui sozinha. Sem chulos! Esses foram “de férias 15 anos”! (Daniela, Praça da Figueira, 15.06.2010).

Esta última afirmação provocou uma absoluta gargalhada entre as mulheres que ali se encontravam, que, enquanto riam, confirmavam e repetiam a frase da Daniela, olhando de lado para o restante grupo na Rua João das Regras. Tal como os arguidos, entretanto condenados do caso “Nicolae”, aparentemente também estes foram presos por 15 anos (na verdade, no caso “Nicolae” as penas variam entre 14 e 11 anos).

Não deixa de ser interessante que, apesar dos “chulos”, maridos de algumas das romenas presentes terem ido “passar umas férias de 15 anos” na prisão, estas mulheres continuem aqui, a prostituir-se, em liberdade, sem medo agora sequer de ser deportadas, visto fazerem parte da União Europeia e terem, portanto, a documentação necessária para a sua estada. Algumas perguntas levantam-se, porém: 1) estarão de facto em liberdade, como afirmam? 2) Se estão em liberdade, isto é, se ninguém ali está para as controlar ou às conversas que têm, porquê o medo de falar abertamente sobre os seus cônjuges?

Dizer que uma mulher tem um “chulo” é, na gíria da rua, uma ofensa. Ninguém admite ter um chulo, mesmo quando é óbvia a presença de um homem para “controlar” ou “proteger” a mulher. Apesar da competição com as portuguesas com quem partilham

o espaço, nunca assisti a discussões entre as mulheres da Praça da Figueira. O mesmo não posso dizer sobre a Artilharia 1, durante a noite.

## **10.2.Na Artilharia 1:**

Nós aqui na rua somos tratadas como lixo. Mas há quem diga: “desculpe minha senhora, venho só falar um bocadinho” (Lucrecia, Artilharia 1, 1.06.2010).

A Artilharia 1 é um dos locais mais procurados, no contexto do mapa prostitucional *outdoor* de Lisboa, o que é facilmente perceptível pela quantidade de gente, de pessoas trabalhadoras do sexo nas esquinas e de carros a passar. Luz e movimento, é como se pode caracterizar a zona da Artilharia 1, a partir das 22:00h. Esta é uma zona que conheço bem, as pessoas que povoam este espaço já me conhecem, é zona obrigatória nas rondas, e tem sido um local onde estou à-vontade. Aqui encontram-se, em média, 15 a 30 mulheres, a maioria portuguesas, mas também brasileiras, romenas e africanas. Sou profundamente protegida aqui. A Lucrecia, a “Tia” como todas nós lhe chamamos, angolana e portuguesa (com dupla nacionalidade, segundo me diz) de 63 anos, não deixa ninguém incomodar-me e afasta rapidamente os carros que param “na nossa esquina”, para me abordar.

Numa dessas noites, uma das portuguesas decidiu cantar fado, numa altura de sossego anormal, antes do retomar intenso de carros. Aqui, assisti a gargalhadas e cumplicidades. Certa noite, a polícia decidiu aparecer, e ficar na rua uma meia hora. Mesmo as mulheres mais afastadas foram avisadas, e todas nós nos dirigimos ao café, para comer uma sopa, beber um café, abrigarmo-nos do frio e estar um pouco à conversa. Também já aconteceu assistir a brigas. As “romenas vão sem camisa”, as portuguesas (dizem que) não. Mas se há umas que “vão sem camisa é mau para o negócio”. Estes momentos dão azo a gritaria na rua, a insultos, a empurrões, a um ou outro estalo na cara. Mas rapidamente a ordem se restabelece. Ninguém quer que a vizinhança chame a polícia. Mas por vezes surgem, estacionam-se no meio da rua, de carrinha de intervenção, ficam apenas ali, enquanto o negócio é interrompido, os clientes de passagem, elas no café.

Dos vários encontros e entrevistas que consegui fazer nesta zona, destaco a única entrevista feita, no dia 27.07.2010, pelas 23:30h, a uma mulher brasileira. Sandra é natural de Espírito Santo, tem 52 anos e está há 9 em Portugal. Aqui, na Artilharia 1,

está apenas há “um ano e pouco”, mas trabalha na prostituição há 5. Já trabalhou em apartamentos. Aqui há algumas mulheres que fizeram este percurso. Na rua podem estar mais vulneráveis, mas o dinheiro não é repartido, deixando 50% aos apartamentos: “Pensei 3 dias. Depois pensei: Vou. O primeiro dia na rua foi complicado. Achava que a rua era o pior”. É essa a ideia que todas as pessoas trabalhadoras do sexo, que trabalham em espaço *indoor*, têm sobre a rua.

A Sandra é casada, casou cedo, mas separou-se do marido porque “era muito folgado”. Tem 4 filhos, todos “bem-sucedidos”, no Brasil. O filho esteve recentemente em Portugal, com contrato de trabalho numa empresa internacional de automóveis, mas optou por regressar ao Brasil. A “caçula”, de 22 anos, está a tirar um curso de Finanças, e a outra filha está a fazer um curso de Inglês/Francês. A filha mais velha trabalha numa empresa e “está bem posicionada. Situação tranquila”.

A Sandra veio para Portugal, depois de um “negócio de confecção” ter falhado. O sogro é português. Mas veio sozinha, primeiro para Coimbra, onde esteve a trabalhar numa empresa de eventos. Depois “desemprego, e daí isso”. Começou a trabalhar na rua em Coimbra ainda, depois decidiu vir para Lisboa. A família não sabe qual é o seu trabalho nocturno. Pede 20 a 35 euros aos clientes, sendo que se forem para a pensão no Saldanha, paga aí pelo menos 10 euros. Durante o dia, a Sandra trabalha “umas horas nas limpezas”. É a favor da legalização da prostituição, “com lucro para o Estado. Até porque nós, que somos brasileiras, temos que fazer descontos, para ter direito aos documentos”. Porém, também diz que, apesar de não ter tido problemas de maior com clientes, esta é “uma etapa da vida que as mulheres querem apagar”.

A Sandra diz-me que “sempre corri atrás, é preciso ambição. Temos sempre que querer mais”. No futuro, “daqui a uns 10 anos”, quer voltar ao Brasil, “estar com os filhos e os netos. Tem um negócio que quero montar com o meu genro” (qual, não me diz).

A Sandra é um caso de agenciamento puro, uma trabalhadora do sexo. Segundo diz, foi sempre ela que “correu atrás” e tem os seus planos definidos para o futuro. Não tem, segundo pude observar, ninguém a controlar os seus movimentos. É a absoluta antítese de Manuela, a primeira mulher que entrevistei sozinha, em Fevereiro de 2010.

### 10.3.No Cais do Sodré:

Há 8 anos conheci um senhor e vim para aqui (Manuela, Cais do Sodré, 17.02.2010).

Conheci a Manuela numa tarde, no dia 17.02.2010, no Cais do Sodré. Tinha supostamente uma entrevista marcada com uma utente da RedLight, mas a utente acabou por não aparecer – era a Cristina, cujo relato foi exposto no início da Parte II.

Depois de uma hora à espera, decidida a testar a abordagem pensada e a fazer a minha primeira entrevista, opto por não perder o dia, ganho coragem e acabo por abordar uma mulher bem mais velha que as descritas anteriormente. Ou assim pensava eu. Junto à Praça de São Paulo, numa esquina, vejo o meu alvo sentado num caixote, a ouvir música de fones nos ouvidos. Vê-me aproximar. Se fosse há um mês atrás, não teria parado. “Boa tarde”, digo. Ela retira os fones e acena a cabeça com alguma hostilidade como quem diz “que é que queres?”. Explico pela primeira vez o que estou a fazer, pondo em prática a conversa que tinha já pensada. Sucesso! Inicio a minha primeira entrevista.

A Manuela, afinal, tem 47 anos e é natural de Portalegre. Veio para Lisboa com os pais aos 2 anos, “Lisboa quer dizer, Sacavém”. Trabalha na prostituição há 8 anos. É contra a legalização desta actividade. “Há 8 anos conheci um senhor e vim para aqui” para Lisboa. Trabalha a tempo inteiro, mas anda na escola, “é as novas oportunidades, estou a aprender a ler e a escrever”, há 1 ano. Volto a perguntar como veio para a prostituição: “Já lhe disse, há 8 anos conheci um senhor, que precisava que eu viesse para aqui”. Quando perguntei se o marido lhe fica com o dinheiro, diz-me: “Não, o dinheiro é para os 2. Eu e o meu marido vivemos ali num quarto [na pensão para onde acena com a cabeça], pagamos 10 euros por dia, façam as contas!”

A Manuela tinha uma irmã, “que já morreu há 10 anos, trabalhava aqui”. Por preços indica “25, 30, 35 euros por meia hora, uma hora é 50 euros”, preços que me são desmentidos pelos membros do RedLight, que a conhecem há muito tempo. Como todas as mulheres que povoam o Cais do Sodré, também a Manuela é utente do RedLight. Era, de resto, a mediadora do RedLight, até ao incidente da actividade cultural, que descrevi aquando da apresentação da etnografia institucional sobre o RedLight.

No RedLight tratou do rendimento mínimo, que está já a receber. Agora quer lá ir para tratar da reforma do marido, que “teve um aneurisma. Era taxista, mas o médico não deixa trabalhar. Além de que não há os cursos de taxista, são caros. Coisas mais

pesadas, o médico não deixa”. O marido, que conheci mais tarde e me confirmou toda a história, está na taberna mais próxima.

A Manuela tem 4 filhos: “3 raparigas (com 23, 16 e 12 anos) e um rapaz” (com 14 anos). Os 3 mais novos estão em Évora, o Tribunal retirou-lhe os filhos. Não os pode ver. A filha mais velha está em Lisboa, e a Manuela conheceu as netas, de 2 e 1 ano, na Santa Casa da Misericórdia. A filha mais velha sabe qual é o trabalho da mãe e “não tem problemas com isso”.

Nunca se sentiu discriminada, nunca houve vizinhos a incomodar, “estou aqui, estou sossegada, não incomodo ninguém, ninguém me incomoda. Mas com bocas dou logo resposta!”.

Mais tarde, vim a descobrir que a Manuela é seropositiva e morava com o marido num carro abandonado. Foi o RedLight que lhes consegui o quarto na pensão, que lhe tratou do curso das Novas Oportunidades e do Rendimento Mínimo, que lhe falou sobre “idas ao cabeleireiro, tratar melhor dela. Está muito melhor, quando a conhecemos parecia um bicho”. A Manuela trabalha todos os dias, esteja frio ou calor, desde a manhã até à noite. Mesmo doente, está ali na sua esquina, sentada no seu caixote. Se não for trabalhar, arrisca-se a ser mal tratada pelo marido, tal como outras mulheres entrevistadas<sup>261</sup>. Mas prefere esta vida e estar com o seu marido, com quem, segundo diz, divide o dinheiro, para pagar as contas na pensão, na mercearia e na taberna, a estar só. Este marido não é o pai dos seus filhos. Esse desapareceu de cena. O medo de estar só é muito grande.

Aquela primeira conversa durou 30 minutos, durante os quais eu pedi para escrever no caderno para não me esquecer. A Manuela acedeu, e eu ali estive acorçada ao lado dela, a escrever. Se soubesse ler, teria lido sem dificuldade. No final da conversa, agradei, expliquei que estava agora nesta fase a falar com as pessoas para o estudo e que a tese de doutoramento seria escrita e defendida daqui a 2 anos.

---

<sup>261</sup> Entrada do Caderno de Campo: “Estas mulheres, a Manuela do Cais do Sodré, a Maria do Intendente e a Cristina do RedLight foram todas postas na prostitui o pelos maridos. Vêm de fora de Lisboa. Nos “seus locais” de origem (norte e sul do país), conhecem um homem que lhes promete trabalho e tr -las para Lisboa. Uma vez aqui são forçadas   prostitui o, sob pena de agressões – a Cristina levava com paus e com o cinto mesmo na rua. O dinheiro era recolhido para eles. Exploram-nas e gastam o dinheiro na tasca mais próxima. Uma deixa o marido e arranja outro homem que lhe volta a fazer exactamente o mesmo. Porém, a maioria prefere ficar com o marido a ficar só. A Manuela, por exemplo, não se sente nada explorada, mas se não for trabalhar arrisca-se a levar na cara. Isto são, para elas, as rela es familiares” (19.05.2010).

Desde então, sempre que nos encontramos, ali no Cais do Sodré, estamos um bocado à conversa sobre as nossas vidas. Algumas das pessoas que vamos encontrando no caminho tornam-se mais que simples interlocutoras.

### **11.O Encontro com o Tráfico “Razoável” na Primeira Pessoa:**

Me colocou dentro da casa dela durante 3 meses. Antes de vir para cá, me colocou sem cobrar nada. Foi mesmo amiga, uma pessoa que nem um parente nosso fazia! E ela veio com essa ideia de “você quer ir para a Europa?”. Mas ela me explicou tudo! Não foi como outras pessoas virem iludidas assim “vou ganhar rios de dinheiro, vou ficar rica em um ano”, não, nada disso. Ela falou assim: “Bicha, a realidade é única só. Só muda a moeda! Você vai passar por dificuldades, você vai passar fome, só muda a moeda, mais nada”. Eu falei: “sim, não tem problema. Família não tenho cá. A única pessoa a que eu era mais apegada era a minha mãe. Minha mãe já faleceu quando fiz 17 anos. Não tem nada que me prende”. E vim para cá (Evelyn, Lisboa, 2.07.2011).

A Evelyn é o fim da minha pesquisa etnográfica e a confirmação de uma das hipóteses surgidas já durante a pesquisa<sup>262</sup>: só se consegue chegar a casos de potencial tráfico concretamente para fins de exploração sexual, através da confiança e da colaboração das próprias pessoas trabalhadoras do sexo.

A minha última interlocutora tem 25 anos, é brasileira, natural da cidade de Campinas, estado de São Paulo, é transexual, e trabalha na área prostitucional desde os 17 anos. Veio traficada para a Europa, com 19 anos. Digo que veio traficada, porque foi a própria que o disse. Foi a Edu que me colocou em contacto com a Evelyn, depois das nossas conversas em sua casa. A Edu não apenas conhece muito bem o percurso da Evelyn, como lhe tem um carinho quase maternal e um orgulho enorme.

Depois de combinados os detalhes do encontro via telefone, vou ter com a Evelyn ao seu apartamento, sendo esta, portanto, a terceira e última entrevista aprofundada e gravada. Afinal já a conhecia, de uma das rondas *indoors*, do projecto “Dar Voz aos Trabalhadores do Sexo”, da responsabilidade do GAT, ronda que fiz com a Estefani Margareti, na zona do Alto do Pina, em Lisboa, onde na altura trabalhava num apartamento com uma outra pessoa. A entrevista é realizada já passados vários meses depois dessa ronda *indoor*, e a vida de Evelyn deu uma insuspeita reviravolta. Quando a entrevistei já não era nem vítima de tráfico, nem sequer trabalhadora do sexo.

---

<sup>262</sup> Ver Capítulo II, “Da Prostituição ao Trabalho Sexual”.

A minha última companheira de conversa começa por contar como aos 17 anos perde a mãe. É só nessa altura que se assume como transgénero. Não o fez antes, apesar de saber que o era desde criança, apenas para “não magoar” a mãe. Depois de se assumir, como vai sendo costume nestas histórias, o seu pai mete-a fora de casa. Sem família, é nessa altura que, como afirma, “comecei a enfrentar o mundo, conhecer o mundo, a realidade. Comecei a sobreviver, desde os 17 anos. Comecei a viver sozinha, a me sustentar. Passei bons bocados”. Quando se assumiu como travesti, foi viver em casa de um amigo.

E a dificuldade apertou. E como é que uma travesti vai arrumar trabalho? É muito complicado. Passa-se por muita barreira, ainda mais no Brasil. [Mais do que cá?] Sim. Dizem que no Brasil não é tão preconceituoso, mas é sim. No Brasil, nunca que a gente ia entrar numa boite hetero. Num barzinho, num café, conversar como aqui. Nunca. Aqui, podem ser preconceituoso, mas é por ser fechada, não é por ser preconceituoso, é mais fechado, estão na deles, vêem, olham. No Brasil, eles gritam, eles xingam, jogam pedra, fazem e acontecem. Foi aí que entrei no mundo da prostituição.

Conheci essa pessoa que também fazia shows artísticos em boites gays. Como sempre dancei, comecei a ser coreógrafa dela. Montar os shows dela. E daí, ela então também trabalhava na rua. Até um certo dia, estava trabalhando, ela me abordou: “o que é que está fazendo aqui?”. Ela ainda não tinha visto a minha transformação. Ela viu, gostou, “ai, você vai ficar aqui do meu lado” e a gente foi criando uma amizade, um afecto muito grande. Que até então, ela no Brasil me ajudou muito. Muito, muito, mesmo. Que até então, essa pessoa, que eu vivia na casa dela, começou-me a chular, a pegar todo o meu dinheiro. E ela achou isso errado. Porque era eu que pagava tudo. Renda, casa, tudo, praticamente. Que a gente também tinha um estabelecimento, como a gente sabia cozinhar. Mas não tinha investimento. Ela tinha o dinheiro e então investiu. Então, de dia trabalhava, entregava as comidas, de bicicleta. E à noite ia para a rua trabalhar. E esse dinheiro ela pegava. Também tinha um namorado meu, também vivia comigo, ele trabalhava durante o dia e a noite também, dava todo o dinheiro para a minha mão, para administrar. E esse dinheiro também ia embora. E ela achou ruim.

É então que pergunta a Evelyn se não quer migrar para a Europa, explicando que não deveria iludir-se, como podemos ver no primeiro excerto da entrevista. Sublinhando sempre como esta amiga sem nome, mas a quem chama de “mãe”<sup>263</sup> segundo conta a Edu, a ajudou. Explica que se não fosse a “mãe”, teria mesmo passado fome. É à amiga, à “mãe” a quem deve a passagem, o passaporte e todos os arranjos para a viagem.

---

<sup>263</sup> Pascoal refere que, no que toca ao tráfico de origem nigeriana rumo a Itália, as jovens chamam igualmente de “mamam”, a pessoa mais velha, que portanto muito se respeita, e mais ainda, dado que cuida delas na Europa. Esse papel é utilizado para manipular psicologicamente as jovens, que muito dificilmente quebram os laços afectivos com a *mamam*. A autora indica que estas *mamams* são ex-prostitutas e traficantes (Pascoal, 2012: 14).

Eu não mexi em dinheiro nenhum. Ela é que comprou a passagem, ela é que me ajudou a fazer meus passaportes, teve as taxas que paga, ela é que fez tudo. Colocou assim, dinheiro no meu bolso para poder vir. Na hora de entrar, que eles perguntam se tem dinheiro, caso eles queiram ver, a gente vai lá e mostra. Mas depois esse dinheiro, eu fui lá e devolvi todo para ela. Uma dívida de 8 000 euros. No nosso mundo, dizemos que é um valor simbólico. Que geralmente a maioria é 15, 17, 18 000. A maioria é tudo assim. Quando não, não pode comprar uma peça de roupa, não pode sair na noite, não pode fazer nada enquanto não pagar esse dinheiro. Fica mesmo presa no apartamento. Acontece muito disso!

Mas tem casos piores. Como essa pessoa mesmo que me trouxe. Ela, também quando veio para cá, ela também passou o pão que o diabo amassou. Fizeram com ela a mesma coisa! Então ela pensou: “eu não quero o que fizeram comigo, eu também não vou fazer com as outras pessoas”. Mas ela veio mesmo penhorada, com dívida de peito, com dívida de silicone, que mete, dívida da passagem, do piso que trabalha. Com dívida... Enquanto você não fizer... E tem casos, sim, de pessoas que chegaram a matar! Ou as pessoas que não pagam, as pessoas se suicidarem! Com brasileiros. Já aconteceu sim. Já aconteceu também uma que se suicidou. Por causa da pressão.

A viagem não foi directa entre São Paulo e Lisboa. A conexão foi feita via Paris, no Charles de Gaulle e, do aeroporto, para Vigo. Já em Espanha, em Vigo, entra em Portugal finalmente de táxi, “que é a maioria que eles fazem. Na fronteira. Nunca vem directo. Se vem directo, sabe-se que é barrado”. Estas viagens podem envolver até 4 ou 5 conexões, “vai de comboio, de trem. É bem mais cansativo”, e podem envolver até 2 dias. Mas dado o objectivo de conseguir melhores condições para si própria e para a sua família, quando a há, correm-se riscos.

Bota umas 14 horas. Não! 14 horas foi até Paris. De Paris até Vigo, coloca aí mais... Porque eles não carimbaram nossos passaportes em Paris. Depois, em Vigo, eles apanharam os passaportes, viram que estava sem carimbo, levaram lá para dentro, ficamos uma hora. Pensámos: é agora que a gente volta para trás. Não deixam a gente entrar. Entregaram nossos passaportes, sem carimbo, sem nada também.

Entramos num táxi. O taxista deixou a gente no Porto. Depois a gente ficou um tempo no Porto, uns meses. Daí fomos para uma casa em Aveiro, de uma amiga nossa. Aí, de Aveiro, foi cada um começando a tomar seu rumo. Mas o objectivo, quando vem, é com aquela ganância de ganhar. Então, acabam por não se importar do risco que correm, ser preso. É mais um sonho, de comprar, montar um negócio, ter um carro, casa própria. Dar condições melhores à família. Se arriscam por muita coisa.

O esquema em que Evelyn se viu envolvida não é novidade para a maioria das pessoas trabalhadoras do sexo, em particular para as trans brasileiras. Este esquema é-me explicado pela primeira vez pela Edu que, para além de ser amiga da Evelyn, não suporta assistir ao que vai acontecendo, com um total sentimento de impotência, dada a



sua situação irregular no país, apesar de, como já foi dito, andar há anos a tentar regularizar-se.

Antes de mais, tenhamos presente o seguinte: uma viagem do Brasil para Portugal, ou vice-versa, custa cerca de 1000 euros. Posto isto, eis como o esquema funciona: a amiga mais velha, trans, trabalhadora do sexo, no Brasil, que tem o capital simbólico de já ter vivido o percurso migratório europeu, propõe – sem coacção, nem engano, nem violência, que fique claro – à trans mais nova, trabalhadora do sexo, no Brasil, uma experiência pelo circuito europeu.

Quando, e se for decidido pela trans mais nova que sim, que quer essa experiência, a “mãe” trata de todos os trâmites para a viagem – trâmites que conhece, visto ela própria já ter vivido essa experiência. Trata, portanto, da passagem, do passaporte e dos contactos no local de destino. Entrega ainda dinheiro de bolso, cerca de 200 euros, à iminente imigrante.

Os contactos no local de destino não são traficantes. São pessoas, também elas trans, que já estão estabelecidas na Europa – no caso, Portugal – com apartamento para trabalhar, e que podem orientar a recém-chegada na cultura – entenda-se, a linguagem verbal e corporal pretendida para a área do sexo no país.

Uma vez no país de destino, e sabendo de antemão que tem uma dívida para pagar, tudo faz para abater a dívida e ficar livre. Porém, em vez dos 1000 euros da viagem, mais documentos, passagem, passaporte e dinheiro de bolso – sejamos justos, arredondemos para os 2000 euros – a dívida “normal” situa-se nos 10 000 euros, quando não mais, como é explicado pela Evelyn.

Com os 200 euros, a recém-chegada tem de comprar um telefone, pôr um anúncio no jornal, etc. Claro está, antes mesmo de o negócio começar a render, a pessoa precisa também de dormir, comer, vestir-se, etc.

200 euros? Se é 46 euros por dia por anúncio? O que é que é 200 euros? Não é nada! Porque a pessoa está chegando a um lugar que ela nunca viu, que ela não conhece, não dá nenhum suporte. Porque as travestis que vejo vindo para cá não têm suporte nenhum, nenhum. Só tem o suporte de pagar a passagem, e arrumar alguém aqui que receba. Que geralmente é uma que já está devendo. Tipo assim: A Evelyn estava devendo, ela tinha trago a Evelyn. Ela mandou a G.<sup>264</sup>, pediu à Evelyn para receber e arrumar um lugar para a G. ficar. Agora a G., deve ter uns 3, 4 meses que está aqui. Ela já mandou uma outra pessoa, que é essa outra menina, a H., nem deu tempo para conhecer o nome dela, porque eu quase não estou indo

---

<sup>264</sup> Dado tratar-se de pessoas com quem não contactei directamente, atribuo-lhes apenas uma inicial.

lá. O nome de trabalho dela acho que é H.. Ela veio, só que ela viu que não era nada daquilo, pagar a multa da passagem e voltou. Voltou ontem. Foi embora. Nem sabia que a H. tinha ido. Graças a Deus!

Você entendeu como funciona a coisa? Mal G. tem lugar para ela, está pagando, a G. já recebe. Então, é assim que funciona. Por exemplo, a próxima a receber, se a H. não tivesse ido embora, se tivesse ficado, seria a H. a receber a próxima. No caso, a G. continua a ser responsável por receber a próxima. O esquema todinho é esse.

A Evelyn recebeu G. e fez um acordo com ela. Porque queria parar de trabalhar. Acho que a Evelyn chegou a pagar 8 000. Parece que a Evelyn mandou para ela... não sei se chegou a inteirar os 8 000. Sei que mandou o dinheiro equivalente para pagar a passagem da G. Então, ela perdoou. Tipo, perdoou a dívida. Porque a Evelyn disse: “vou parar de trabalhar”. E conseguiu, graças a Deus.

E depois da Evelyn já vieram muitas! A Evelyn já recebeu G. mais... Ela já mandou uma outra, que foi R. que recebeu, que também é, como dizem elas, é uma “filha” dela. O sistema é esse, você entendeu, não é? Quem vem, vem. Na próxima vez, só recebe. Tipo, a G. ficou lá na casa da Evelyn uns dois ou três dias. Até arranjar um lugar para trabalhar e aí se vira! Está no mundo! (Edu, Lisboa, 13.07.2011).

O esquema é, portanto, circular e o objectivo das migrantes é sempre abater a dívida. É por isso que, como explica Evelyn, são “24 horas dentro dum apartamento, de *lingerie*, esperando o cliente. Para poder logo abater essa dívida”. No mundo da prostituição, uma travesti é sempre mais cara que uma mulher nascida mulher.

Quando se está a trabalhar bem, a gente consegue fazer média de 300, 500. Um dia quando é bom, a gente faz 1000, 700, por dia. [As trans são mais caras que as mulheres “biológicas” na prostituição?] Sim. [Que preços fazias?] 50 no site, 40 no jornal e 40 na rua. Enquanto as raparigas é 20. E para fazer certo tipo de coisas cobrava-se mais. Um beijo, pronto. Para se realizar, era outro valor. Tinha dias que conseguíamos arrancar uns 100, 150 de cada cliente. Um dia bom, você faz 300, 400 e você caga. Chega 7, 8 horas da noite, já não está mais aguentando.

Praticamente a gente fica quase um ano da nossa vida presa. Você vai ao mercado pegar coisa básica. Uma vez, ou outra, quando sai é na noite, e a pessoa não pode saber. Então, é complicado. É uma vida muito... As pessoas vêm para cá muito iludidas. Muito iludida, que vai ganhar, mas na verdade, a realidade é outra. O que muda mesmo é a moeda! Mais nada. Mas eu sempre soube, nunca vim para cá enganada. Mas a gente vai conhecendo as pessoas, vai escutando as histórias também de pessoas que passaram por isso. Pessoas que já hoje em dia já não... Mas acontece muito disso. Pessoas que vêm para cá iludidas.

Uma vez liquidada a dívida que, como explicitado, pode ser liquidada num ano, a pessoa é livre. Como a dívida é percebida como ajuda, poucas são as pessoas que, de facto, se sentem vítimas. Muito pelo contrário, tal como Evelyn, muitas sentem-se

profundamente agradecidas a quem lhes emprestou o dinheiro para dar início ao seu processo migratório.

Porém, tal como a Edu, também a Evelyn nunca tinha pensado migrar. Diz “eu nunca sonhei. Que até então, eu nunca tive passaporte. “Fazer passaporte para quê? Não vou sair do Brasil”. E ela me veio com essa ideia. “Se você quiser, você vem”. Eu pensei muito. Nada foi forçado. “Aí, você vem?”. “Vou”. Eu vim ciente que estava vindo para cá. Até então, o destino não era Portugal. Era Alemanha”. Como o estado da arte, os OPCs, algumas ONGs e as próprias pessoas trabalhadoras do sexo dizem, a Evelyn confirma que sabia que vinha destinada para trabalhar na área da prostituição. A viagem foi feita num grupo de 4 pessoas, um casal e 2 travestis destinadas ao trabalho do sexo. Por motivos burocráticos, acabam por ficar em Portugal e não seguir para a Alemanha, destino migratório inicial. Ao fim de um ano, cada um seguiu o seu caminho e perderam o contacto entre si.

Eu vim ciente que vinha para a prostituição, sabia. Ela falou que era um valor de 8 000 euros. Também nunca me aconteceu “por isso você vai pagar mais”. Mas há muitos lugares, há muitas casas assim, não é só com cafetinas. Se você bate uma porta, você recebe uma multa de 50 euros. Se você faz um barulho com o cliente, você recebe outra multa. Há muitas casas assim. Então, eu acho que os próprios traficantes não são aqueles que trazem. Por causa que eles estão lá! Eles estão em outro lado, mas tem outras pessoas, segundas, que cuidam dessas pessoas. Porque eles não vão dar a cara deles. E com isso as pessoas dizem: “não, se ele está ganhando em cima dela, a gente também vai ganhar”. E é aí que as casas começam. Você paga 150 à semana, dependendo do lugar, 150, 200, 250, 300. Você paga por semana para poder trabalhar. Aí paga mais pela comida, e assim, a exploração... Por causa que as pessoas pensam que é uma vida fácil. Não é nada vida fácil. É rápido.

Tanto em Aveiro, como em Lisboa, Evelyn trabalhou através de site na internet, de anúncio de jornal, na rua e em apartamento. Apesar de ter gostado muito de Aveiro, por ser uma cidade pacata, confirma ser mais fácil trabalhar em Lisboa, porque há mais procura. Decide vir para Lisboa, pois foi-lhe dado um contacto de um apartamento onde poderia trabalhar. Já em Lisboa, para além de pagar as despesas do apartamento, pagava ainda à semana tanto quanto conseguia para abater a dívida:

[Quanto é que pagavas por semana?]

Ah, isso variava muito. Às vezes mandava 100, outras vezes 150, às vezes mandava 200, conforme o trabalho corria bem. Conforme o trabalho corria bem, ia mandando mais para abater essa dívida.

E sempre que ela esteve cá, foi sempre muito amiga mesmo. Porque se ela não me ajudasse, eu não teria o incentivo de pagar para ela. Então era proporcional a ela. Ajudar a pessoa, para a pessoa trabalhar bem e pagar logo a dívida. Ela veio comigo até Aveiro. De Aveiro é que segui minha vida. Ela voltou para o Brasil, foi embora.

[É muito mais velha do que tu?]

Sim, uns 40 anos. Era das antigas, primeiras travestis que apareceram por aqui. E sim, também tinha estado nessa situação.

Algum tempo depois de estar em Lisboa, para além das despesas com o apartamento de trabalho, e o abate semanal da dívida à “mãe” que estava no Brasil, calcorreou ainda as ruas do Conde Redondo, onde afirma que pagava 100 euros também à semana, “para poder trabalhar na rua. [Pagavas a quem?] A uma pessoa, daqui, uma pessoa portuguesa. Porque as portuguesas não deixavam as brasileiras descer na rua para trabalhar sem pagar”. Contas feitas, a Evelyn pagava semanalmente “100 da rua; 150 da semana [“à mãe” no Brasil]; 40 do jornal por dia para sair com foto; e mais 80 euros do site por mês”, ou seja, cerca de 370 euros à semana.

Na rua, uma trans, daqui, portuguesa que exigia 100 euros por semana. E se não pagasse elas corriam. Batiam. Ah! Então não, colega? [Quem é que era a trans do Conde Redondo que andava a sacar os 100 euros?] Era uma novata. Que assumiu o cargo de uma antiga.<sup>265</sup> E olha! Polícias também que conhecem elas. Amigos. Polícia. Que, às vezes, quando eles fazem rondas, e muitas vezes pegam sempre a mesma, acabam se aproximando a ela. E eles não fazem o trabalho como deve de ser, o trabalho deles. Teve uma altura, primeira vez que foi pega, que comecei a pensar que tinha de sair disso. Eles deram uma seca da uma da manhã às quatro da manhã. Simplesmente para mandar vir um papel do SEF. Se era expulsão, se o que é que faziam. Daí até às quatro da manhã. A minha sorte é que apanhei uma policial muito bacana, que veio cá buscar meu passaporte, e vim falando com ela, da realidade e tudo mais, que eles abusavam, abuso de autoridade. Porque eles não tratam a gente com educação. Eles tratam... Tudo bem, na realidade, nós somos um homem. Nós temos *isso*. Mas aparentemente não estamos ali. Então, pegavam mesmo no nosso passaporte, liam nosso nome, xingavam, faziam gosto de chamar alto. Faziam gosto! E estava comentando isso com ela. A gente veio aqui a casa, entraram, para pegar meu passaporte.

Chegou no final, minha amiga tinha 4 charros, 4 ganzas feitas. Claro que não deu problema nenhum para ela, porque isso não é nada. Mas ela virou e falou para ele assim: “posso levar?”. Ele falou assim: “leva essa merda, porque em casa tenho melhor”. Por via das dúvidas, sim ou não, se faz ou deixa de fazer, ninguém tem que saber, ninguém tem que saber da vida dele. Então, ele que aja como um profissional. Fiquei admirada, pensei: o que é que é isso? Eu sinceramente fiquei decepcionada.

---

<sup>265</sup> Ver notícia “Travestis pagam 100 euros pela rua”, por Valentina Marcelino do *DN* (8 de Março de 2009), disponível em: [http://www.dn.pt/inicio/Interior.aspx?content\\_id=1173853&page=-1](http://www.dn.pt/inicio/Interior.aspx?content_id=1173853&page=-1) (consultado pela última vez a 26.02.2013).

Tipo assim, botar medo na gente, demonstrar autoridade onde não tem. É mesmo assim, eles mandam para o calabouço, durante a noite e o dia, e não querem nem saber. Do jeito que você está, você fica. É humilhação completa. Mas o que eles fazem, eles fazem na brincadeira mesmo. Aquilo ali, para eles, eles ganharam a noite. “Vamos fazer ronda para apanhar os travestis”. Por gozação mesmo. “O senhor”? “O senhor tem documento?”. “Tenho documento sim”. “Entra para a carrinha!”. Sim senhor. Abusam de uma autoridade que eles não têm. Essa é a verdade. [E depois no final da noite] vai toda a gente embora! A gente fica lá a noite toda para nada.

Esta denúncia de abuso e gozo com as pessoas trabalhadoras do sexo, transgéneros, que operam na zona do Conde Redondo em Lisboa, é corroborada pelas Panteras Rosa, associação que opera com esta população. Evidentemente, que polícias aborrecidos, com pouco para fazer sem ser humilhar e fazer uso do abuso de autoridade, não têm capacidade para discernir se as trans que têm à sua frente são potenciais vítimas de exploração. Precisamente, a polícia de proximidade deveria ser a mais próxima da realidade.

Mas as queixas contra a polícia não são apenas contra a PSP, da esquadra na zona do Conde Redondo. O SEF está também muito mal cotado entre esta população. A Evelyn relata como, após 6 anos a tentar legalizar-se, já desistiu dessa tarefa que, segundo diz, só serve para “chular” quem quer cumprir os requisitos da lei da imigração, informação de resto confirmada na SOLIM – Associação de Solidariedade Imigrante<sup>266</sup>, pelos seus inúmeros utentes.

Olha, estou aqui há sete anos. Sem documento. Sete anos tentando. Minto! Seis. Porque depois de um ano tentei mexer com documento. Olha o tempo que eu levo! Só para o SEF chamar a gente é meio ano! Depois quando chama, se chamar de novo, é para pagar uma multa. De 600 Euros! Por tempo ilegal! Quando chama para pagar a multa, a gente paga a multa, eles inventam um papel qualquer. Se não falta papel, eles embirram com uma letra, uma assinatura, negam! O dinheiro da multa, esquece. Você foi lá, pagou a multa, você tem que dar entrada novamente! Para eles te chamarem novamente! Só para ter noção, nesses anos devo ter gasto uns 1000, 1500. Um papel que você vai nas finanças e paga 6 aqui, 12 aqui, 5 ali. É muito dinheiro. Eles complicam muito! Ainda mais com as travestis. Complica-se mais ainda.

A parte mais importante da nossa entrevista é a apresentação do seu caso como um caso de injustiça. Face à pergunta “achas que foste vítima de tráfico”, a minha

---

<sup>266</sup> A SOLIM é a maior associação de imigrantes do país, referida pelos seus utentes como “o sindicato dos imigrantes”. Ver site em: <http://www.solimigrante.org/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

interlocutora começa por dizer que não, mas segundos depois diz que sim, que foi vítima de tráfico, mas de “*um tráfico razoável*”:

[Achas que foste vítima de tráfico?]

Eu não acho que fui vítima. Acho que isso foi uma injustiça. O valor que eles cobram. Quando mais a pessoa não tem conhecimento. Não é conhecimento. Para viajar, basta você ter dinheiro. E saber para onde você quer ir. E eu não tinha essa noção. Hoje tenho noção que a passagem é 1000, eu paguei 8!

Então, não digo que foi por tráfico. Porque, eu diria, tráfico seria se eu viesse enganada ou me prenderiam para fazer as coisas. Mas não deixa de ser tráfico também que ela fez. Não deixa de ser. Vamos dizer que é um tráfico mais razoável. Que o dinheiro que ela gastou, o dinheiro que ela gastou em mim não chega nem a metade do que ela ganhou. Não chega nem a metade. Então dizemos que foi uma injustiça. A pessoa se aproveitou da situação. Acontece muito...

Evelyn consegue pagar os 8000 euros – um valor simbólico, como a própria afirma – posto que fica livre para fazer a sua vida, sem mais nenhuma ligação a quem devia a dívida, que se encontra no Brasil, e que continua a enviar transgéneros para a Europa, através do mesmo esquema em que envolveu Evelyn. De vez em quando, a própria vem a Portugal, com passaporte de turista, pôr as “suas meninas” na ordem, quando não pagam a tempo e horas.

De vez em quando, ela vem. Quando alguém não paga, quando está alguma coisa assim, ela vem. Linda e bela para resolver! Chega cá, ainda faz show aí com as meninas. E todas morrem de medo dela! Eu não sei o que é que essa mulher tem! Essa mulher não, esse homem, é um travesti. O que é que esse homem tem, que essas mulheres, essas mulheres não, essas travestis morrem de medo dela! Morrem de medo! (Edu, Lisboa, 13.07.2011).

A Evelyn confirma que, quando o pagamento chega atrasado, a “mãe” vem visitar as “suas meninas”. Como a Edu tinha afirmado que elas “morrem de medo”, perguntei a Evelyn se havida agressões, mas tal foi negado. A pressão é psicológica, com constante presença e toques para os telemóveis, para as que se encontram em Portugal, e para as que se encontram noutros pontos da Europa. A pressão psicológica é de tal forma, em nome do “favor” que lhes é feito, que elas acabam por “morrer de medo” de facto, como Evelyn confirmou.

Evelyn é um caso atípico. Pode até ser apelidado de um caso de sucesso – porque o é para si. Uma vez paga a dívida, decide largar o trabalho sexual e inserir-se “num trabalho normal”. Esteve inicialmente a trabalhar na Zon TV Cabo, durante cerca de 3

meses, mas habituada que estava a receber valores superiores aos que auferia na ZON, acaba por ingressar num outro trabalho, onde recebe um pouco mais que nessa empresa. No momento da nossa entrevista, trabalhava na área das limpezas, numa empresa de renome no mercado português, particularmente em Lisboa. Lá continua, mas com outros planos para o futuro. Pretende regressar ao Brasil, dado que um amigo seu lhe propôs um negócio ligado à fotografia.

Se Deus quiser, eu vou embora para o Brasil. Ai nossa! Recebi uma proposta boa de um amigo meu, que vai abrir um negócio lá [na área da fotografia], para trabalhar lá. Então, eu não vou pensar duas vezes. Eu vou. Se der tudo certo, sim, ai, cansei. Mas também se não der certo lá, eu volto. Eu gosto disso. Nossa, adoro Portugal! Acho que é por isso mesmo que nunca fui embora.

Continua a falar com a sua amiga, a “mãe”, agora livre de dívidas e esquemas. Praticamente no final da nossa conversa, explica-me o que pensa sobre o assunto do TSH e apresenta ainda algumas recomendações para o combate ao fenómeno:

[O que é que tu achas do assunto, do tráfico de pessoas?]

Interessante. Há muitas pessoas sendo enganadas. Hoje em dia já nem tanto. Hoje em dia as pessoas estão mais espertas. Mas antigamente...Eu acho isso completamente um absurdo, que está usufruindo, praticamente está usando o corpo da pessoa. Para você se dar bem. A pessoa acha que vem para cá, com intuito de trabalhar e de ser alguém. No Brasil, ao menos ter um tecto, é o que as pessoas mais sonham. Ter um tecto, e acabam vindo para cá sendo enganadas. É outra coisa.

Eu me consigo “imaginar”, porque eu já cheguei cá, não conhecia ninguém em lado nenhum. Eu me sentia apavorada. Agora, imagina essas pessoas que não conhecem ninguém e chegam cá e é outra realidade. Sente mais apavorada ainda. Então eu acho um absurdo. Sou completamente contra!

[Tens alguma recomendação para a prevenção e combate ao tráfico?]

Que não se iludam com propostas. Nem tudo o que brilha é ouro. As pessoas se iludem muito com a Europa. Com o Euro. Com o trabalho. Ah, por mais que seja “trabalho”, que não se iludam. Que investiguem primeiro. No meu caso, eu vim mais ou menos informada, vim ciente. Mas e as outras pessoas? Não se iludam, porque por mais dificuldades que a gente está passando, a gente acha que o mundo vai acabar, mas não. Às vezes a gente é feliz e não sabe. Hoje eu sinto falta disso, o que é almoçar no fim-de-semana com a família, ou o que é você chegar e falar assim: “vamos ver os meus sobrinhos”. “Hoje não posso porque vou estar com meus pais” ou “que a minha mãe precisou disso”. Aqui você não vive nada disso. E as pessoas se iludem muito com isso. E só quando a gente está aqui, a gente cai na realidade. A gente acorda e pensa: eu era feliz e não sabia. Mesmo com pouco.

Por fim, confessa-se relativamente a favor da regulamentação da prostituição, isto é, meia a favor e meia contra a profissionalização do trabalho sexual – única resposta que recolhi com esta natureza, de resto, em 4 anos de pesquisa – quando diz:

Eu sou a favor até um certo ponto. Desde que as coisas sejam muito bem-feitas, as leis, as coisas. Que tenha ordem. Porque eu não vejo isso como um crime. Cada um faz aquilo que quer, e quem procura, sabe o que está procurando. Mas se não for uma coisa muito bem-feita, muito bem planejada, com horários, como se fosse um outro trabalho, viraria bagunça, como está. Porque são raparigas que estão cobrando 10, 15, 20. Então viraria mais bagunça do que já está.

E eu acho que contribuiria muito para o país, viu. De certeza! Oh meu, imagina cada um que fosse já incluído um valor com o IVA. Ich! Portugal saia desse buraco para cima! De certeza! As pessoas não querem se expor. Esse é o problema.

E contra, eu sou contra pelo seguinte: Se as pessoas hoje em dia já não lutam, tendo essa oportunidade que é muito mais rápida, a maioria vai recorrer a isso. Oculto ou não, as pessoas vão recorrer a isso. Esse é o lado negativo.

O lado positivo é que ajudaria sim. Que tem pessoas que fazem porque gostam! Então essas pessoas, que gostam, que queiram, porque não?

Creio ser extremamente curioso que a única pessoa que se diz vítima de tráfico – ainda que de um “tráfico mais razoável” – e trabalhadora do sexo com quem privei de forma mais aprofundada, exponha de forma tão sucinta os argumentos quer dos movimentos abolicionistas, quer antiabolicionistas. O argumento da Evelyn é a tese aqui apresentada: criadas as condições laborais, económicas, sociais e cívicas para as pessoas que querem fazer do trabalho sexual o seu trabalho, ninguém sai prejudicado, excepto os velhos moralismos. Por outro lado, o fascínio do trabalho sexual é falso. É um trabalho nunca “fácil”, mesmo que o dinheiro seja adquirido de forma rápida. É um trabalho de risco que nunca poderá ser equivalente ou tratado de forma igual aos outros trabalhos ditos “normais”, excepto nos direitos e deveres das pessoas.

Outro ponto a realçar é o tipo de tráfico de que estivemos aqui a falar: um tráfico invisível, mundano (Kelly, 2003), nunca mediatizado ou comunicado, por meios de comunicação social, por agências do Estado ou OPCs, por ONGs, nem pela academia. O único caso *dito* e encontrado de tráfico diz respeito a tráfico transgénero. O que na verdade faz sentido, visto, como as informantes sublinharam, as travestis serem “sempre mais caras” que as mulheres nascidas mulheres. Fica a dúvida, todavia, se o esquema apresentado para as travestis brasileiras não se aplicará também a outros grupos, como as nigerianas e as ganesas, ou as mulheres de Leste. Suspeito que sim, que surja a



sugestão de migrar por alguém “amigo”, que em tudo ajuda, e mais tarde, apresenta a conta, inflacionada.

Porém, sublinhe-se o seguinte: se o trabalho sexual fosse regulamentado, surgiriam denúncias com bastante facilidade, sem medo de deportações ou represálias. A Edu, profundamente indignada com o esquema que apresentou, e que a Evelyn confirmou, é um caso claro de como a irregularidade da situação migratória, tal como da actividade laboral (quem é que leva a sério uma prostituta, ainda por cima brasileira, quando se ouve que “o que o Brasil mais exporta são prostitutas”<sup>267</sup>?) levou ao silenciamento de uma potencial sinalização de tráfico, ainda que seja, relembremos uma última vez as palavras da própria visada, um “tráfico mais razoável”.

---

<sup>267</sup> Segundo palavras de Marinho Pinto, Bastonário da Ordem dos Advogados portuguesa, vídeo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=SPnKONSKJes> (consultado pela última vez a 26.02.2013).

## Parte IV

### “Só Muda a Moeda”: Representações sobre Tráfico de Seres Humanos e Trabalho Sexual em Portugal

Neste processo etnográfico, passei por vários níveis de observação, do distanciado para o interactivo, do passivo, em que elas me davam explicações sobre o que se estava a passar, ao activo, em que eu fazia perguntas sobre aspectos que não compreendia. As relações com as mulheres e transexuais foram-se aprofundando e a estranheza deu lugar à familiaridade, o formalismo à informalidade, o distanciamento à abertura. No início, sentia-me espectadora dum filme, depois passei a achar que o integrava. O estar na rua com elas, como se fosse uma prostituta, foi uma experiência incrivelmente produtora de dados e de sentidos – mesmo sob o ponto de vista humano (Oliveira, 2008:70).

Entre 2007 e 2008, fiz parte de uma equipa de pesquisa de um projecto que tinha então por objectivo entender por que razão em Portugal, durante a última década, se havia falado tanto sobre tráfico de seres humanos – e especialmente sobre tráfico de mulheres. A metodologia adoptada foi a de conhecer o interface institucional entre organizações não-governamentais, governamentais, e as utentes, as mulheres potenciais vítimas de tráfico em Portugal. A maioria das organizações revelou ser sensível ao assunto, mas nunca ter estado perante casos de TSH. Através de uma genealogia sobre o TSH, os discursos e factos históricos, acabamos por chegar à conclusão que a “incontestável” evidência sobre o TSH é construída sobre pressupostos relacionados com a sexualidade, o género e os movimentos migratórios. A pesquisa realizou-se exclusivamente com ONGs e OPCs, sendo uma etnografia totalmente institucional. Não havia vítimas para falar. Faltou a voz na primeira pessoa a relatar os casos.

A sequência desse projecto de investigação, intitulado “Tráfico de Mulheres em Portugal: A construção de um problema social”, realizado pelo Centro de Estudos de Antropologia Social (CEAS), em parceria com o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), exigiu aprofundar a investigação etnográfica.

O tráfico de pessoas é evidentemente um crime a combater. Mas é necessário ter consciência que é apenas uma das dimensões dos maiores problemas onde está inserido, nomeadamente os direitos humanos, a globalização, a migração, o género, os direitos de todos os migrantes em geral e, muito particularmente, d@s trabalhador@s do sexo.

O problema do tráfico de seres humanos é quer uma causa quer uma consequência da violação de direitos humanos: é uma causa porque viola direitos fundamentais tais como o direito à vida, à dignidade e à segurança, às condições de trabalho condignas, à saúde.

Mas é também uma consequência enraizada na pobreza, na desigualdade e na discriminação (Wijers, 2004: 8).

A tese aqui apresentada é a de que o tráfico de seres humanos existe. É representado como escravatura moderna, exploração, exclusão, discriminação e violência. Existe dentro de grupos sociais nas margens (prostitutas e/ou imigrantes, todos passíveis de serem apelidados de trabalhadores precários). Ora, só atribuindo igualdade e cidadania plena às margens é possível eliminar a exploração a que estas pessoas estão sujeitas, como é o caso d@ prostitut@ trabalhador@ do sexo. O silenciamento a que estas pessoas são votadas gera exclusão e empurra “os marginais” cada vez mais para a clandestinidade. A única forma de chegar ao tráfico é trabalhar com as populações onde se encontram as vítimas de TSH. Estas populações “escondidas” e de “difícil acesso” são as prostitutas e imigrantes, a maioria em situação irregular, cujas histórias foram sendo apresentadas.

De facto, um dos limites mais evidentes das investigações realizadas até hoje em Portugal sobre tráfico de seres humanos é o facto de se basearem inteiramente em fontes indirectas. Os cientistas sociais que se têm debruçado sobre o assunto têm dificuldade em chegar às vítimas (Manita e Oliveira, 2002; Peixoto, 2005; Santos, 2007). A dificuldade em ouvir testemunhos directos, contados na primeira pessoa, não é exclusiva de um país ou região. Esta ausência é apanágio do estudo e combate ao TSH, de tal forma que surgem críticas e desconfianças acerca da verdadeira validade deste combate (Doezema, 1998, 2000, 2005; Kempadoo, 1998, 2005; Ribeiro 2002, 2005a, 2005b, 2007; Kangaspunta, 2003; Chapkis, 2003; Ditmore, 2005; Kelly, 2005; Agustín, 2007; Weitzer, 2005, 2007; Oliveira, 2004, 2008, 2011).

É, porém, preciso começar nalgum lado. Apesar das dificuldades sentidas por investigadores menos ingénuos e mais capazes (como, por exemplo, os que acabam de ser citados), decidi avançar para esta pesquisa, em 2009, e tentar recolher testemunhos directos nos grupos onde se encontram as potenciais vítimas de tráfico, em particular entre as “pessoas trabalhadoras sexuais”, tornada a principal categoria da pesquisa, aliada às subcategorias territoriais “nacionais” e “imigrantes”, bem como às subcategorias de género “mulheres”, “homens” e “transgéneros”. Outra subcategoria fundamental da investigação é “técnicos de ONGs de terreno”, com quem produzi a etnografia institucional. Consciente desde início das dificuldades de aproximação ao terreno e da etnografia junto de populações marginais, por um lado e, por outro lado, de que, como nos dizem, por exemplo, Ferrel e Hamm, a “metodologia é política” e que as

nossas “opções sobre a pesquisa são inseparáveis de nossas decisões sobre a honra, respeito, decência e justiça” (Ferrel e Hamm, 1998: xvii), avancei para o encontro etnográfico sabendo que seria acompanhada por “medos” e “excitações” (Ferrell e Hamm, 1998: 2), impossíveis de eliminar durante todo o percurso.

O trabalho de campo é um ritual de passagem obrigatório na formação do antropólogo. A intimidade e a convivência com as pessoas, a “imersão noutra cultura” são os meios que compõem esse ritual (Malinowski, 1998 [1922]; Wax, 1971; Clammer, 1984; Lawless *et al.*, 1983; Stocking Jr., 1992). Há quem defenda que a etnografia é a “observação participante, preferivelmente num grupo social de dimensões reduzidas bem diferente daquele ao qual pertence o investigador” (Stocking, 1992; Giumbelli, 2002<sup>268</sup>), que deverá ser “estudado durante um ano ou mais, por meio de contacto pessoal com cada membro da comunidade e com conhecimento do idioma” (Idem), e que tal é o “marco da antropologia social/cultural (Stocking, 1992: 16). Estar como se não estivéssemos lá, como se fossemos olhos que ali estão, mas noutra dimensão que não a observada, “como se o etnógrafo não estivesse lá” (Sanjek, 1996: 196; Salzman, 1996; Giumbelli, 2002). O problema é que o “ideal de observação” defendido por Malinowski talvez tenha algo de pretensão desmesurada e ilusória que o levava a considerar que o etnógrafo poderia ver tudo. Não pode.

O etnógrafo deve apresentar a “autoridade etnográfica das suas ficções” (Malinowski, 1998 [1922]; Giumbelli, 2002). Malinowski, um dos pais fundadores da antropologia, considera que o trabalho de campo deveria produzir uma “visão autêntica da vida”. Mas a “sinceridade metodológica” (Malinowski, 1998 [1922]; Sanjek, 1996; Giumbelli, 2002) implica dar conta das dificuldades, dos medos, dos contratempos, dos retrocessos, dos fracassos e resulta invariavelmente no reconhecimento de que, apesar das diferenças, “lá” e “cá” estão mais próximos e implicados” (Geertz, 1988: 143; Giumbelli, 2002).

Só faz sentido observar polémicas, onde intervêm uma série de agentes sociais, “como um momento de expressão e redefinição de pontos e problemas, os quais permanecem importantes, às vezes até cruciais, na constituição de uma sociedade, mesmo quando não despertam interesse generalizado ou intenso” (Giumbelli, 2002). Isto porque “a controvérsia é uma espécie de drama social, que revela mas também

---

<sup>268</sup> Documento disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000100007&script=sci\\_arttext&tlng=in](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000100007&script=sci_arttext&tlng=in) (consultado pela última vez a 15.03.2013).

reconfigura definições de realidade, explicitando o conflito que existe em torno dessas definições” (Giumbelli, 2002). As polémicas constroem “realidades”, criadas frequentemente por discursos. Como Susan Gal chama a atenção, em “Language, Gender and Power”, o papel do controlo das representações da realidade cria ele próprio aquilo que denominamos de realidade.

The control of representations of reality occurs in social, verbal interaction, located in institutions. Control of such representations, and control of the means by which they are communicated and reproduced, are equally sources of social power (Gal, 1995: 425).

Há quatro anos atrás estava entusiasmada, mas bastante preocupada com as interdições ao terreno. Na verdade, o caderno de campo está cheio de entradas com a palavra: “fracasso”. Ao “medo” aliava-se a desilusão, por tantas vezes ser repudiada, como já suponha, quando tentava ouvir as vozes marginais que compõem o mundo que pretendia conhecer. Na verdade, só percebi que o campo estava a correr bem quando os próprios técnicos das várias ONGs com quem trabalhei disseram nas rondas: “tu conheces toda a gente”. E, de facto, a lista de nomes e de histórias foi aumentado ao longo dos 3 anos de terreno, sem dar conta. A observação participante transforma-se em postura simultaneamente de *insider* e *outsider*, e o “exótico” torna-se inconsciente e estranhamente próximo (Clifford, 1988: 13).

As histórias expostas no decorrer da dissertação espelham a diversidade de situações que fui encontrando. A imersão no terreno pretendia inicialmente ir ao encontro das “potenciais vítimas de tráfico”. Mas dessa imersão surge, afinal, como categoria principal, o trabalho sexual e as pessoas trabalhadoras do sexo.

A maioria das trabalhadoras do sexo são de facto mulheres, sejam “biológicas”, sejam transgéneros. Ao contrário do que vai sendo sustentado pelos *media*, as brasileiras encontradas ao longo do caminho apresentam uma grande consciência dos seus direitos (algumas trabalharam inclusive em organizações que lutam por esses direitos no Brasil) e de agenciamento. Decidem vir para a Europa, fazer a rota que passa por Paris, por Madrid e por Milão e, em particular no caso das transgéneros, ganhar o dinheiro suficiente para realizar a operação e voltar para casa um dia. Esse é aliás um dos objectivos mais frequentemente apontados para as estratégias migratórias. O objectivo da transformação total entre as transgéneros acaba muitas vezes sendo

abandonado<sup>269</sup>. Mas, entre todas as pessoas trabalhadoras do sexo imigrantes entrevistadas, o objectivo é realizar o dinheiro pretendido para comprar casa, iniciar um novo negócio e regressar ao país de origem, como afirma Evelyn, no capítulo anterior “O encontro com o Tráfico Razoável”. Ou, alternativamente, estabelecer-se de vez em Portugal, como a Edu, cuja história é relatada no capítulo sobre “Prostituição e Trabalho Sexual”.

Já entre as africanas – nigerianas e ganesas – e as romenas, as suas posturas suscitam algumas dúvidas sobre se estarão a ser controladas de facto. Tráfico ou lenocínio, como saber. O lenocínio não é de todo invisível nas ruas, mas há quem explique que se trata apenas de “protecção”<sup>270</sup>. Nem todas as pessoas mencionadas estão a ser controladas ou exploradas. O caso da Daniela, como das restantes romenas, exposto no capítulo “Na Praça da Figueira”, é sintomático. São mulheres, imigrantes, que se prostituem e que defendem a regulamentação da prostituição, entendida como uma profissão. Mais ainda, consideram que essa regulamentação seria uma defesa contra violências e potencial exploração. De resto, a maioria das intervenientes e colaboradoras da pesquisa defendem precisamente esse ponto de vista.

Nem todas as pessoas que acederam a participar nesta pesquisa são, todavia, favoráveis a essa regulamentação. É o caso flagrante das nigerianas e ganesas entrevistadas, nenhuma a favor de tal regulamentação, por considerarem que não se trata de todo de um trabalho. Mas é também o caso de algumas das interlocutoras portuguesas, algumas das quais postas nas ruas pelos seus maridos, por vezes à força, como é o caso da Cristina, de que falamos no início do capítulo “Prostituição e Trabalho Sexual”. Tal como a Cristina, muitas vieram de fora de Lisboa, trazidas pelos companheiros com a promessa de uma vida melhor, e depois colocadas na prostituição, como é o caso da Manuela, explanado no capítulo “No Cais do Sodré”.

O conceito de tráfico de seres humanos refere-se, sumariamente, à angariação, transporte, alojamento e exploração. Posto que o conceito legal de tráfico humano inclui o transnacionalismo, mas também a migração ou mobilidade intrafronteiras, surge a pergunta: Qual é a diferença entre a vida destas mulheres anónimas portuguesas, que não recebem a atenção dos *media*, dos casos divulgados sobre brasileiras, apontadas

---

<sup>269</sup> É o caso da L., que conheci certa vez na zona do Conde Redondo. A L. é uma transgénero portuguesa, acompanhante, cujo blog com várias fotografias prefiguram a razão pela qual “as trans são sempre mais caras” e, portanto, a razão pela qual a intenção da operação total acaba sendo abandonada, encontra-se em: <http://lusa-travesti.blogspot.pt/> (consultado pela última vez a 16.03.2013).

<sup>270</sup> Foi essa a expressão utilizada por Rosa, a romena que opera na Artilharia 1 e cujo encontro foi descrito no capítulo “Brigadas das Panteras Rosa” e “PREVIH-GAT”, na Parte III.

sistematicamente como as maiores vítimas de tráfico em Portugal<sup>271</sup>? A resposta é: nenhuma. À luz da actual legislação, estas mulheres foram vítimas de tráfico. Hoje, excepto o caso da Manuela, são trabalhadoras do sexo independentes e emancipadas dos seus “companheiros”.

O que se encontra no contexto do mercado do sexo *outdoor*, na rua, mas também em espaços *indoor* (apartamentos e pensões<sup>272</sup>), ao ouvir as pessoas trabalhadoras do sexo<sup>273</sup>, é violência. A violência surge como “algo que estrutura a vida quotidiana” (Schmidt e Schröder, 2001: 1). É um trabalho de risco. São violentadas não só por clientes, mas por familiares, por conhecidos, por desconhecidos, pela polícia<sup>274</sup> e pela sociedade em geral, dada a sua “conduta amoral”. Foram encontrados, no terreno, todos os clichés ligados, no imaginário social, à prostituição: a miséria, as toxicodependências<sup>275</sup>, a falta de habilitações e de oportunidades. Frases clássicas, rituais, ouvidas incontáveis vezes entre esta população, são: “estou farta disto”, “quero sair desta vida”, “se pudesse, saia daqui”. Mas lá continuam, fazendo emergir a pergunta: estas frases são rituais mesmo, incorporadas já no discurso dirigido a pessoas de fora? Isto porque, as mesmas pessoas que dizem estas frases, dizem também, por exemplo “eu não ando a roubar, nem a matar. Então agora os homens não se casam com os homens e as mulheres com mulheres? Porque é que a prostituição não há-de ser vista com uma profissão? Natural?” (M, 45 anos, Praça da Figueira, 23.06.2010) ou “estamos aqui, não estamos a roubar, nem a matar, só a vender o que é nosso!” (Alexandrina, 21 anos, Artilharia 1, 31.05.2010), ou ainda “em primeiro lugar estão os meus filhos! Se passar pela mãe estar aqui, venho!” (Ana, 24 anos, Parque Eduardo VII, 1.06.2010). De referir que os três casos agora citados são mulheres portuguesas, que já experimentaram

---

<sup>271</sup> No Relatório anual do Observatório contra o Tráfico de Mulheres consta que, em 2009, foram confirmadas 7 vítimas. As brasileiras continuam a ser as maiores vítimas, com 3 casos, seguidas de 2 casos de portuguesas, 1 romena, e 1 moçambicana. Disponível em: [http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual\\_portugues.pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual_portugues.pdf), p.20 (Consultado pela última vez a 6.12.2010).

<sup>272</sup> Existem outros espaços *indoor* onde ocorre o trabalho sexual, como sejam bares de alterne, casas de massagens, bares de *striptease*. Mas dado que a investigação não decorreu nesses espaços, são apenas apontados os apartamentos e pensões, onde a pesquisa foi realizada.

<sup>273</sup> A prostituição *indoor* masculino, de homens que fazem sexo com homens (MSM), ficou de fora da *timeline* do terreno, porque durante o terreno não consegui chegar aos MSM. Creio que por uma questão de género. Os homens dentro dos apartamentos e mesmo no Parque Eduardo VII sempre me fintaram, nunca aceitaram falar comigo. Só agora na recta final entro na parte do activismo e em contacto mais estreito com MSM. Muitos são de fora, das associações de Londres e Paris, e agora da RTS em Portugal. Visto ter ficado já fora da *timeline* (2009-2011), este terreno fica de fora da tese.

<sup>274</sup> Uma das trabalhadoras do sexo que reuniram nas Irmãs Oblatas para organizar o II Desfile de Trabalhadores do Sexo, no dia 1 de Maio de 2010, contou-nos como foi atacada com ácido por um polícia. Apresentou queixa, mas deixaram o caso arquivar.

<sup>275</sup> Consumo de drogas, mas também de álcool.

outros trabalhos ditos normais (na área da restauração e do apoio domiciliário) e que regressaram à actividade prostitucional. A Ana, aliás, continua a trabalhar durante umas horas do dia num restaurante, trabalho do qual recebe 300 euros, e pelo fim de tarde e noite trabalha na zona do Parque Eduardo VII e Artilharia 1.

Foram encontrados também no decorrer da pesquisa casos de “sucesso”, se assim se pode qualificar. Ouvi “estou aqui, porque sempre estive habituada a um certo estilo de vida” ou “gosto da minha independência”. E ouvi 27 em 37 vezes, isto é, por parte das próprias pessoas trabalhadoras do sexo, que se deve legalizar ou regulamentar a prostituição, porque é a única forma de terem os seus direitos protegidos, a única forma de estarem efectivamente protegidas contra qualquer tipo de violência, incluindo a institucional. O argumento é igualmente utilizado para referir que também deveriam ter direito a uma reforma, que “isto é um trabalho igual a qualquer outro”, que “podemos pagar impostos”, que “o Estado nem se apercebe que isto motiva o turismo” como disse, por exemplo, a Lucrecia, de 63 anos.

Apesar de detalhes difíceis de ouvir, no que toca a situações de violência (sobretudo, quase como uma regra neste mundo, os roubos e violação com utilização de arma branca), na rua não se ouve nunca ninguém falar em tráfico, nem mesmo quando se vai entregar folhetos anti-tráfico, produzidos pelo projecto CAIM e pelo SEF. É tabu. Ou não lhes diz nada. É em espaço *indoor* que vou encontrar a única pessoa traficada, isto é, que se considera traficada, mas num regime de “tráfico razoável”, como a própria Evelyn afirma.

Os protagonistas no meu tema, parte integrante de uma “população escondida” (Tyldum e Brunovskis, 2005: 2; Laczko, 2005: 5) passaram de longínquas personagens a pessoas mais próximas. E, afinal, apesar de todas as invisibilidades e miserabilismos imputados culturalmente sobre estes sujeitos, são pessoas iguais a todas as outras – com os mesmo problemas, as minhas ansiedades, as mesmas expectativas. Porém, ganham sistematicamente visibilidade apenas e só através do rótulo de vítima de tráfico, tal é a confusão conceptual entre “tráfico” e “prostituição” ou “trabalho sexual”.

Como já referido, foram efectuadas, no âmbito da etnografia institucional<sup>276</sup>, 50 entrevistas semiestruturadas a instituições, quer agências do Estado, quer OPCs, quer

---

<sup>276</sup> Como já referido também, defino “Etnografia Institucional”, como já escrito em Bordonaro e Alvim, 2011: 62, como a realização de entrevistas e acompanhamento das actividades das agências do Estado, das organizações não-governamentais e dos órgãos de polícia criminal. Aqui indico e incluo ainda o acompanhamento em regime voluntário das intervenções junto da população prostitucional, quer entre nacionais e imigrantes, quer sejam mulheres, trans e homens.



ONGs. A visão dos actores institucionais difere, no que toca ao conceito de TSH e Trabalho Sexual.

## **12.O Tráfico de Seres Humanos e o Trabalho Sexual vistos pelos actores institucionais:**

Entre as agências do Estado, em concreto a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), o Observatório contra o Tráfico de Seres Humanos (OTSH) e a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), considera-se que o TSH é um fenómeno inaceitável, mas de natureza menos preocupante – em termos quantitativos – que noutros países, como o caso da Itália, várias vezes mencionado nas entrevistas institucionais realizadas. É ainda um fenómeno que tem vindo a ser descoberto, na medida em que, desde há uma década para cá, o próprio conceito alterou-se e, como tal, os estudos e as formações contínuas são uma mais-valia fundamental para a identificação das diversas formas de tráfico, consagradas na lei. Já as posições sobre a prostituição ou o trabalho sexual são normalmente indicadas a título pessoal, e não institucional.

Segundo a CIG, o TSH confirmado em território nacional diz respeito fundamentalmente a questões relativas ao tráfico para fins de exploração sexual. Em 2009, as questões sobre tráfico laborais eram menores, na medida em que ainda se desconhecia bastante essa realidade, integrada no Código Penal apenas 2 anos antes, em 2007. É, de facto, uma realidade que tem vindo a aumentar nos últimos anos, através de sinalizações e confirmações. Contudo, mesmo em 2009, a CIG tinha plena consciência de que casos de tráfico para fins de exploração laboral existiriam, mas era então “uma área que ainda a ser desbravada, mesmo a nível internacional, ao nível dos elementos identificadores, de criar mecanismos para identificar esta realidade [que] ainda não está tão consolidada”, como na vertente sexual. A CIG desmistifica a ideia dita “clássica” acerca do TSH, instaurada no imaginário social, que passa pela visão das vítimas enclausuradas e maniatadas. O papel dos Órgãos de Polícia Criminal é sublinhado como o principal desbloqueador de situações desta natureza, visto serem os principais elementos a detectar, investigar e divulgar casos de tráfico de pessoas. Porém, como a própria organização afirma, as “estruturas e respostas têm de contar sempre com a colaboração e envolvimento da própria vítima. Ou seja, a colaboração é um dos elementos que a própria Lei da Imigração, tirando algumas excepções, impõe sobre as

vítimas, no sentido de colaborar também com a investigação”<sup>277</sup>. Esta imposição resulta, em muitos casos, na não-aceitação por parte da potencial vítima na colaboração com os OPCs visto, como avançam muitas das ONGs e mesmo as pessoas trabalhadoras do sexo (quer nacionais, quer imigrantes), as situações temporais de potencial exploração, e mesmo o próprio recurso à prostituição serem episódios que as pessoas querem apagar da memória. Por fim, segundo a CIG, o TSH “é uma realidade que se calhar está a ser ainda subavaliada em relação à dimensão que temos”<sup>278</sup>, sublinhando a importância das chamadas cifras negras, como de resto, afirmam alguns OPCs, como a GNR.

Por seu turno, o OTSH<sup>279</sup>, um dos instrumentos estatais fundamentais para o conhecimento sistematizado sobre o fenómeno, decorrente do projecto-piloto CAIM e criado em 2008, é responsável pelo Sistema de Monitorização do Tráfico de Seres Humanos. Isto é, recebe os dados quer do Guia Único de Registo (dos OPCs), quer do Guião de Sinalização (das ONGs), produz a análise das informações e publica os relatórios estatísticos anuais<sup>280</sup>. Uma das funções principais do Observatório é centralizar a informação, transformada assim em conhecimento. Uma das ferramentas criadas neste âmbito é a Aplicação Dinâmica para o Conhecimento do Fenómeno do Tráfico de Seres Humanos, isto é, “uma base de dados sobre traficantes, uma base de dados para vítimas de tráfico e uma base de dados sobre Web Mapping”<sup>281</sup>, georreferenciada, sem introdução de dados pessoais (nome da vítima, morada, ect.). Apesar de todos os instrumentos ao seu dispor e o conhecimento crescente sobre o fenómeno, o OTSH afirma tratar-se de “um fenómeno opaco”, de difícil identificação. Além disso, afirma, a maioria das operações realizadas pelos OPCs são direccionadas para as questões de fiscalização, para a questão da imigração ilegal, e não para a identificação de potenciais situações de tráfico. Como todas as organizações auscultadas no decorrer da pesquisa, também o OTSH sublinha que o “tráfico é dos crimes mais difíceis de fazer prova”. Outro dos factores que o Observatório salienta é “uma mudança importante, que está a acontecer neste momento: é passar o foco daquilo que é uma questão de imigração ou de deslocação para o da exploração em si mesma. Porque

---

<sup>277</sup> Entrevista CIG, realizada a 29.03.2010.

<sup>278</sup> Idem.

<sup>279</sup> Na dependência do Ministério da Administração Interna (MAI).

<sup>280</sup> O OTSH chama também a atenção para as estatísticas dos seus relatórios, “números que não são fechados”, muitos ainda sob investigação e reavaliados nos anos e relatórios seguintes. Isto é, “pela demora do processo de investigação há oscilações” nos números anualmente apresentados.

<sup>281</sup> Entrevista OTSH, realizada a 15.06.2010.

quando se fala de tráfico ainda se está a falar muito de todas as ilegalidades relacionadas com a movimentação de pessoas”<sup>282</sup>.

O que se pretende é que cada vez mais a concentração seja posta na exploração efectiva das pessoas. Ao priorizar-se o tráfico como escravatura, coloca-se o foco da investigação naquilo que é o “dia-a-dia da pessoa, nas condições de trabalho, de imigração, de violência, e não tanto no processo ou no transporte ilegal”. O foco tende a tornar-se a exploração e a escravatura em si mesma, e não a questão da mobilidade transnacional.

Todavia, a ideia clássica que as organizações apresentam acerca do fenómeno é de que a maioria das pessoas sabe qual a área de trabalho onde iriam ingressar, nomeadamente a área prostitucional. Desconhecem é o grau de exploração e violência a que serão sujeitas, bem como os rendimentos auferidos, que não são os inicialmente esperados. O mesmo princípio aplica-se a outras formas de TSH. O tráfico para fins de exploração sexual é o mais visível no que toca, por exemplo, a títulos de notícias, mas o tráfico para fins de exploração laboral, para fins de mendicidade e servidão doméstica, designadamente em contexto diplomático, começam agora ganhar visibilidade entre as organizações que lidam, directa ou indirectamente, com o assunto. Até à data, porém, não existe notícia de casos em meios diplomáticos<sup>283</sup>, nem de casos de tráfico de órgãos, em contexto nacional.

Já para a ACT, o conceito de tráfico assenta no conceito de trabalho associado ao TSH para exploração laboral. O que, como indicado em entrevista, “não é exactamente trabalho forçado. O trabalho forçado é uma esfera maior, mais ampla, que a esfera exploração laboral”<sup>284</sup>. A ACT garante ter-se já deparado com TSH. São pouquíssimos os casos e dizem respeito essencialmente a imigrantes, encaminhados para o SEF.

Também a ACT indica a dificuldade em provar esses casos – aqui, na vertente de exploração laboral. Os casos para fins de exploração sexual não passam pela ACT, na medida em que a prostituição em si mesma não está consagrada nem no Código Penal, nem no Código do Trabalho, o que para a minha interlocutora, a título individual, revela “hipocrisia à portuguesa”. Sublinho novamente tratar-se de uma posição pessoal e não institucional, quando a minha informante afirma que se deveria legalizar essa

---

<sup>282</sup> Idem.

<sup>283</sup> Como já indicado, em 2010, em entrevista com um dos OPCs surge a indicação de há “suspeita de um caso” de servidão doméstica em contexto diplomático, em Portugal, mas não são avançados detalhes da situação, posto que estava sob investigação.

<sup>284</sup> Entrevista ACT, realizada a 8.07.2010.

actividade, por considerar que “as pessoas ainda são mais exploradas, porque estão à margem da lei”.

São indicadas, a título de exemplo de situações encontradas, explorações agrícolas no Alentejo, onde os inspectores da ACT já têm encontrado casos de tráfico laboral, nomeadamente tailandês, e também guineense, como se pode ler de seguida.

A ACT muitas vezes sinaliza e o SEF entende que não há matéria para conseguir fazer avançar a questão do crime de tráfico. O crime de tráfico é novo em Portugal, e o SEF, as polícias e o Ministério Público têm outro problema, que são os juízes.

Tivemos uma situação há anos atrás. Vieram uns africanos, guineenses, que vinham fazer estágio. Mais nada. Fecharam-nos ali para Santarém, enfiados dentro de uma quinta, com cães à solta. Iam para a empresa e vinham da empresa, andavam a arrumar paletas, não tinham nada e o que comiam era o que plantavam na quinta. E não recebiam nada. Ou recebiam uma coisa completamente ridícula. E tinham (nessa altura ainda se usava) os passaportes confiscados. E um conseguiu fugir daquilo e foi ter com um padre. Não deu em nada! O advogado da entidade empregadora conseguiu dar à volta ao texto, que tinha os passaportes para efeitos de regularização e do contrato de trabalho, blablabla. E o juiz: “sim senhora”. Mesmo com padres à mistura e toda a gente à mistura, e a polícia a ir lá, e eles a barrar a entrada aos inspectores. Teve-se de ir lá com a polícia, conseguimos entrar e, portanto, conseguimos provar que eles existiam, naquele local de trabalho, e depois o senhor juiz, nada! E pronto! Isto antes de 2007 (ACT, 8.07.2010).

Este caso ocorre antes da criminalização do tráfico para fins de exploração laboral. Mas revela, ainda assim, desconhecimento da ideia de trabalho forçado e um certo laxismo por parte dos juízes de então. Mesmo hoje, com a nova legislação, nem todos os magistrados são efectivamente sensíveis a casos de exploração, particularmente no que toca a imigrantes em situação irregular, segundo informações de muitas das organizações auscultadas na pesquisa, incluído os próprios OPCs.

Curiosamente, apesar da Inspectora minha interlocutora indicar que a maioria dos casos potenciais de tráfico ou de exploração são encaminhados pela ACT para o SEF, aponta, como a maioria das ONGs, que o SEF não “está habilitado para detectar situações de tráfico laboral, porque eles não analisam pormenores que nós analisamos, não analisam recibos de vencimento, etc.”. Entre as ONGs, o argumento é outro, mas não deixa de ser significativo, apesar do trabalho meritório realizado pelo SEF, que as organizações considerem que a investigação de casos de TSH não deva recair sobre a polícia dos imigrantes. Não se trata de animosidade institucional, mas do princípio por

detrás dessa atribuição investigativa, que partilha competência jurídica para a investigação de casos de TSH com a PJ<sup>285</sup>.

É, todavia, ao SEF que se deve, para além da produção de manuais, como a *Campanha Contra o Tráfico de Seres Humanos Não Estás à Venda* (SEF, 2008), a detecção e detenção do caso “Nicolae”, uma rede romena de tráfico, divulgado e mediatizado entre 2008 e 2009, quando o SEF realiza uma operação na zona do Martim Moniz, desmantela a rede, cujos 9 arguidos são condenados (SEF, 2010: 23), por motivos de organização criminosa, tráfico de pessoas e lenocínio. Os membros da rede foram condenados em Maio de 2009, com penas entre os 11 e os 14 anos, seguidos de expulsão e interdição do território nacional<sup>286</sup>.

É ainda ao SEF que se deve a operação “Roadbook”<sup>287</sup>, realizada em 2011, nos distritos de Aveiro e Faro, através da qual desmantela uma outra rede, constituída por membros do sexo masculino originários de UE, e são identificadas 30 mulheres presumíveis vítimas de tráfico para fins de exploração sexual de rua.

O SEF reitera o que as outras organizações afirmam quando, acerca do fenómeno do TSH, diz “não há razoabilidade nem que seja um número ínfimo. Mas não são ainda números alarmantes, comparando com outros países europeus”<sup>288</sup>. A Directora da Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise de Informação (DCIPAI/SEF), sublinha que não se deve confundir a exploração da prostituição, vulgo, lenocínio, que pensa existir com maior frequência, com TSH.

Se me disser que há muita exploração da prostituição, muito lenocínio, se calhar há muito mais. Não tenho a menor dúvida que se calhar há muito mais. Convém é não confundir, de facto, ambas as coisas. Porque há uma tendência para confundir (SEF – DCIPAI, 10.02.2011).

Segundo a minha interlocutora, a exploração laboral não tem “naturalmente” a visibilidade que tem a exploração sexual. Isto é, ao passarmos por um lugar com vários trabalhadores, “não lhe passa pela ideia à partida que pode ali haver situações

---

<sup>285</sup> Na verdade, cabe ao Ministério Público a designação do OPC a investigar cada caso. Isto significa que mesmo a PSP e a GNR podem ser designadas para a investigação de casos desta natureza. Mas, segundo a lei orgânica dos OPCs, é de facto à PJ e ao SEF que cabe a investigação e recolha de prova de casos que configurem TSH.

<sup>286</sup> Como já mencionado no capítulo “Na Praça da Figueira”.

<sup>287</sup> Ver SEF, 2011, Comunicado de Imprensa, disponível em:

[http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/noticias/Noticias\\_Detalhe.aspx?id\\_linha=5854](http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/noticias/Noticias_Detalhe.aspx?id_linha=5854) (consultado pela última vez a 14.03.2013).

<sup>288</sup> Entrevista ao SEF – DCIPAI, realizada a 10.02.2011.

irregulares. A visibilidade é menos chocante se calhar”, percepção partilhada entre as várias organizações.

Além disso, o sentimento de vitimização, em particular na área da exploração laboral, é dificilmente sentida pelas próprias pessoas. Isto porque, em comparação com as situações nos países de origem, a situação vivida no país de destino permite o envio de remessas para a família, factor sentido como benéfico, a despeito da exploração.

Muitas vezes as pessoas, o estar aqui, a trabalhar 10 horas, aqui ou noutra sítio, e ganhar 200 euros, em que se pode mandar 50 euros para o país de origem, que vale muito, faz com que a própria pessoa tenha uma noção em que se calhar não pode sair, se calhar está retida, mas faz com que a pessoa tenha uma noção de benefício (SEF – DCIPAI, 10.02.2011).

Todavia, os casos que o SEF tem encontrado dizem maioritariamente respeito ao TSH para fins de exploração sexual, como de resto se conclui com as operações por si realizadas e acima indicadas (“Nicolae” e “Roadbook”). A maioria dos casos chega ao conhecimento do SEF e dos restantes OPCs através de denúncias, de fiscalizações, de rusgas, ou de operações pró-activas, como o caso “Nicolae” que envolveu 2 anos de investigação<sup>289</sup>.

Mas o ponto de partida para o SEF ser indicado, pelo Ministério Público, para a investigação de casos desta natureza é a existência de imigrantes, estejam ou não em situação irregular. Tal como a UAVIDRE-APAV afirma, também o SEF considera que a parte inicial relativa ao apoio a vítimas de TSH está “mais ou menos assegurada, de casa, tecto, comida, saúde. O que eu acho que ainda falta, de facto, trabalhar-se é a segunda fase de integração. Integrar no sentido de começar uma vida diferente. E que de facto tenha valido a pena tirá-las disto. Se não, voltam outra vez, não é?”<sup>290</sup>. É, de certa forma, também essa a visão da PSP quando, no início do capítulo “Tráfico de Seres Humanos e Migrações”, o meu interlocutor da Departamento de Investigação Criminal da PSP conclui a sua exposição afirmando “elas também precisam daquilo, não é? Se não, não estavam lá”<sup>291</sup>.

---

<sup>289</sup> De resto, como explanado pela GNR, a forma através da qual os potenciais casos de TSH chegam ao conhecimento dos OPCs são geralmente os apontados: denúncias maioritariamente anónimas; fiscalização ou rusgas de locais, como sejam explorações agrícolas, construção civil e casas de alterne, onde se poderão encontrar cidadãos estrangeiros a trabalhar e, finalmente, investigações pró-activas (Entrevista GNR, 14.07.2010).

<sup>290</sup> Entrevista a SEF – DCIPAI, 10.02.2011.

<sup>291</sup> Entrevista realizada a 16.02.2011.

Outro dos indicadores, fundamentais nesta discussão, e que o SEF aponta, é a inexistência de apoios a potenciais vítimas do género masculino, visto todos os apoios serem dirigidos a mulheres, quando diz “é outra coisa que me parece que falha ou que deverá ser trabalhada. É que a maior parte destes apoios, mesmo estes primeiros apoios que estão pensados para mulheres, não estão pensados para homens. Não há onde os pôr”. A solução passa muitas vezes, tal como a PJ relata, por colocar as pessoas em pensões, em quartos muitas vezes pagos pelos próprios inspectores.

O SEF considera que “extrapolar números para o exagero é prejudicial ao verdadeiro combate ao tráfico. Confundir situações é igualmente prejudicial. Combater um crime eficazmente também é uma grande forma de fazer os direitos humanos. O tráfico é uma realidade assustadora”. Por fim, o SEF revela ter já investigado casos de “travestis brasileiras”, mas afirma que se tratou de uma investigação “não muito recente”, não avançando mais pormenores.

Por seu turno, a PSP considera o TSH um problema, mas “mais problemático é depois toda a criminalidade conexas ao tráfico”<sup>292</sup>. Isto é, o TSH será um problema grave, mas a agressões, o aprisionamento, a imposição do consumo de drogas, conexas ao TSH, é mais grave para o meu interlocutor. Mais grave ainda, avança, é a criminalidade conexas, como os crimes relacionados com furtos, droga e lenocínio, alargando assim a visão acerca do crime.

Ou seja, o tráfico acaba por ser grave, mas é depois também por tudo o que anda à volta. Não é só o tráfico em si, que já é suficiente mau. Mas, imaginemos a questão laboral, para não estar sempre a falar da questão sexual. As pessoas são levadas, por vezes, para um país estrangeiro, onde não têm qualquer tipo de raízes, estão totalmente desamparadas. Se for preciso, metem-lhes umas correntes nos pés. E é público, às vezes saem essas notícias de trabalhadores portugueses que vão para o estrangeiro sob promessas. E depois têm o tratamento mais desumano possível. E para mim isso é que é grave. Já é grave o suficiente as pessoas serem retidas. Mas depois é tudo à volta, ao que são sujeitas, são drogadas, batem-lhes. Se são drogadas, significa que aquilo alimenta o crime do tráfico de droga. Ou então agarram nas pessoas e levam-nas a cometer contra a vontade delas, ou até se calhar, na maior parte são pessoas íntegras, mas têm medo, levam-nas a cometer crimes. São elas que depois são apanhadas, são presas. As outras pessoas ficam impunes. Mas é tudo o que está à volta, tudo o que o tráfico alimenta, crimes de furto, crimes de droga, crime de lenocínio, isso sim, isso é problemático.

Depois se calhar também a ilegalização de determinadas actividades, por exemplo, como a prostituição, que se calhar também leva a que exista o tráfico (Departamento de Investigação Criminal da PSP, 16.02.2011).

---

<sup>292</sup> Entrevista ao Departamento de Investigação Criminal da PSP, realizada a 16.02.2011.

Esta visão da PSP é partilhada por algumas das organizações auscultadas. De notar que o meu interlocutor está a apresentar a sua visão pessoal sobre o assunto, sendo que a própria PSP não tem uma posição oficial sobre a questão da regulamentação da prostituição, evidentemente. O Subcomissário meu interlocutor também não tem uma posição definida acerca da prostituição, apesar de, como vimos no excerto da conversa tida, considerar que a ilegalidade da actividade poder vir a incentivar o próprio tráfico. Mais, afirma “se for para proteger as pessoas, protege-las a todos os níveis, a nível sanitário, criminal, acho que sim”. Revela ainda uma grande sensibilidade face ao fenómeno tanto do tráfico, como da própria prostituição, quando diz:

Para mim, no início, prostituição era tráfico de pessoas. É engraçada a confusão. Se for estrangeiro, a pessoa que se está a prostituir foi traficada. Se for português, já é de livre vontade. Mas se calhar também está ali obrigada, por droga ou por pessoas.

Se calhar o problema da prostituição é porque é que elas estão ali. Muitas vezes é a questão da droga. Do desemprego. Têm filhos para criar. Pessoalmente fazia-me impressão a história de vida das pessoas, que é mais complicada que...Não é só aquela pessoa que está encostada à parede. Às vezes, há um marido que trabalha até à noite. E depois ela estava desempregada. 4 crianças para criar. Uma pessoa depois quando tiver filhos é que sabe o que é que era capaz de fazer por eles.

Acho que, às vezes, existe pouca consciência de quem é que são as pessoas que estão ali na rua. Não incomodam. Na Artilharia 1 é a mesma coisa. Estão encostadas, não incomodam ninguém. Acho que as pessoas fecham um bocado os olhos. É quase como se estivesse ali uma árvore. Para muita gente, estar ali uma prostituta ou uma árvore no Técnico é igual. Já é tão banal (Departamento de Investigação Criminal da PSP, 16.02.2011).

A confessa confusão inicial por parte de um polícia acerca do que é tráfico e prostituição é sintomática da confusão generalizada. A visão que aponta da suspeita de tráfico, quando se tratam de pessoas imigrantes *versus* a invisibilidade das pessoas, portuguesas, que se prostituem e que “lá estarão de livre-vontade” é sucinta do que vai passando para o imaginário social. Por fim, quando aponta por razões de ingresso na actividade prostitutiva, a existência de filhos ou a situação de desemprego, revela uma visão efectivamente próxima da realidade das pessoas trabalhadoras do sexo.

A GNR, por seu lado, e como já ouvido por parte dos outros actores institucionais, considera que “a relevância [do tráfico] no âmbito da criminalidade em geral, não deixando de ser importante, é irrelevante”<sup>293</sup>.

---

<sup>293</sup> Entrevista à Repartição de Análise de Informação, GNR, 14.07.2010. Foi ainda realizada uma reunião com a Investigação Criminal da GNR, a 20.06.2011.



Parece-me que o tráfico em Portugal não tem a relevância que por vezes se lhe atribui. E os números espelham isso. A título de percepção pessoal, os números não têm o impacto que por vezes se lhe dá, quer a nível político, quer a nível mediático. Provavelmente, o tráfico tem muita importância noutros países. Em Portugal...até porque os fluxos migratórios têm vindo a diminuir. Por outro lado, é um crime de difícil detecção. Não quer dizer que estes casos confirmados espelhem a realidade. Provavelmente, obviamente não espelham. Se calhar as cifras negras existem. Não faço ideia em que dimensão, mas existem (GNR, 14.07.2010).

O Major meu interlocutor da GNR considera que se trata de um crime de difícil detecção, em concordância com os demais OPCs e ONGs. Até porque, neste âmbito, muitas das intervenções realizadas pela GNR envolvem a fiscalização de pessoas que estão em situação irregular em território nacional, em locais como explorações agrícolas e em serviços domésticos, envolvendo situações de exploração de mão-de-obra ilegal, pelo que “a reacção das pessoas é fecharem-se”, como afirma.

E depois se não houver o mínimo indício [de tráfico], as pessoas são sujeitas às sanções legais correspondentes à permanência irregular em território nacional (GNR, 14.07.2010).

A confirmação, por parte da GNR, de que não existindo indícios de TSH para pessoas em situação irregular resulta em sanções legais correspondentes à permanência irregular no país, é sistematicamente apontada por todas as organizações intervenientes na pesquisa. Resulta, de resto, na inibição das ONGs e das próprias pessoas, quer sejam imigrantes, ou não; quer estejam ou não integradas na área da indústria do sexo, em sinalizar potenciais casos de TSH, como ouvido por parte das ONGs e confessado na primeira pessoa pela Edu, no capítulo “O Encontro com o Tráfico Razoável”. É, de resto, apontado por fundamental para a investigação de um caso que possa configurar uma situação de TSH, “a sensibilidade de quem detecta. Por vezes depende um bocadinho da percepção dos chefes de investigação criminal locais”<sup>294</sup>. A maioria dos casos detectados pela GNR, em particular nas áreas territoriais de Viana do Castelo, Braga, Porto e Leiria, foram sinalizadas, mas não confirmadas. Em 2009, entre os casos sinalizados, em “33 vítimas, até ao momento apenas 1 foi confirmado. A maior parte deles, de facto, foram rejeitados. Foi rejeitada a sinalização. Não eram realmente casos

---

<sup>294</sup> Entrevista à Repartição de Análise de Informação, GNR, 14.07.2010.

de tráfico”. O único caso confirmado de TSH que menciona diz respeito, “curiosamente” como diz, a uma mulher portuguesa, detectada na zona de Leiria, tratando-se de uma situação “de exploração da prostituição”.

Era portuguesa e configurava os critérios para se inserir como tráfico. Não estava fechada numa casa de alterne, mas estava...não diria sequestrada, porque não era uma situação de sequestro, mas estava de alguma forma coagida e controlada. Portanto, não tinha liberdade de movimentos. E era coagida à prostituição (GNR, 14.07.2010).

Não foram avançados mais detalhes sobre esta situação, mas o que se retira destas afirmações é a efectiva confusão entre prostituição, lenocínio e tráfico. Este último envolve necessariamente a angariação, transporte, alojamento e exploração. Mas o que é referido parece antes indicar uma situação de exploração, é certo, mas na vertente do lenocínio, da exploração da prostituição por outrem.

Relativamente à visão acerca da regulamentação da prostituição, o meu interlocutor, evidentemente a título pessoal, revela ser contra essa potencial legalização. A moralidade está sempre presente face à questão da prostituição.

A minha opinião puramente pessoal... [sobre a regularização da prostituição] ...eu acho que não. Reconheço que poderá ter algumas vantagens. Nos países onde essa legalização foi feita se calhar, de alguma forma, os processos acabam por ser mais “limpos”, com maior nível de higiene, a situação é talvez mais controlada. Mas eu acho que não, porque penso que alguém vender o corpo e essa actividade ser legal, eticamente não...a mim não me soa como muito correcta ou moralmente como muito correcta. Aqui entram as questões morais. Mas não me parece muito correcta (GNR, 14.07.2010).

Finalmente, entre os OPCs, a PJ lida com casos de grande violência, entre os quais, casos de escravatura desde há vários anos. É, de resto, a principal força policial a lidar com casos deste domínio. A Unidade Nacional Contra Terrorismo, como a Directoria do Norte da PJ, é o OPC charneira na colaboração nesta pesquisa.

A Unidade Nacional Contra Terrorismo relata, a título de exemplo neste âmbito, um caso ocorrido em 2004, que é levado a julgamento apenas em 2010, e que dizia respeito a um caso de tráfico de pessoas, “daqueles casos de ciganos maioritariamente, os arguidos, que levam pessoas de Portugal para Espanha, mediante violência ou engano. E depois lá são mantidos sob um regime de escravatura, espancados, sem documentos, mal alimentados, em muito más condições para dormirem. E depois as pessoas têm

medo também de denunciar as situações. Há pessoas vítimas que chegaram a estar lá 3,4 anos neste regime”<sup>295</sup>. Em casos desta natureza, avançam as fontes entrevistadas, são normalmente recrutadas pessoas com dificuldades financeiras, poucas habilitações, e mesmo pessoas com deficiências mentais. Existem ainda notícia de casos de rapto, mas são raros. O que geralmente, em território nacional, a PJ encontra são casos referentes a mulheres “que ao serem apanhadas, dizem que vieram à força, foram enganadas, como é o caso da maior parte das brasileiras. E depois só uma ínfima parte realmente é que vem enganada, vem à força, são sujeitas a pressões de diversa ordem. Porque depois vamos a ver e não, vieram voluntárias, sabiam para o que vinham, estão cá porque querem, a fazer o que estão a fazer, na expectativa de um enriquecimento rápido”<sup>296</sup>.

Podem ser enganadas é quanto ao valor ou sobre a parte que lhes caberia. Mas, de resto, vêm de livre vontade. No fundo, são enganadas relativamente a isso, quanto ao enriquecimento rápido. Porque são tantos a comer, que o enriquecimento rápido é uma utopia. E só são enganadas nesse aspecto. Porque, no resto, elas sabiam bem para o que vinham e não vieram nada enganadas (Unidade Nacional Contra-Terrorismo – PJ, 20.10.2010).

Esta indicação foi ouvida por praticamente todos os inspectores da PJ entrevistados<sup>297</sup>, indicação de resto ouvida por várias ONGs e por algumas pessoas trabalhadoras do sexo. Para contrabalançar o que acaba de ser exposto, e visto de facto a PJ se deparar com certa frequência e desde há vários anos com casos desta natureza, é relatado um caso de 2006, relativo a tráfico romeno, que exponho aqui pelo caricato da ocorrência:

É uma situação rara de acontecer. Foi uma rapariga que foi contactada lá – este é o procedimento habitual, digamos –, “vais trabalhar para Portugal”, para empregada num café ou num restaurante ou coisa parecida, “o meu marido está lá à tua espera, a gente paga-te a passagem e tudo, depois devolves o dinheiro, não há qualquer problema, levas o passaporte e está feito”. Meteram-na no avião, via Amsterdão, chegou ao aeroporto da Portela, aparecem-lhe dois casais: “ah e tal, eu sou o marido da não-sei-quantas, dá cá o teu passaporte, e agora tens que ir trabalhar para a prostituição”. A rapariga assustou-se, tinha 18 ou 19 anos. Entrou em pânico. Mas ainda teve algum sangue frio, porque quando viu a polícia fardada, PSP neste caso, correu para eles e tentou explicar o que é que se passava. Uma romena que nunca veio a Portugal a tentar explicar que é vítima de tráfico é difícil. Mas os agentes da PSP que foram abordados estranharam muito aquilo e conseguiram agarrar nos casais, “espere aí, esteja quieto”.

---

<sup>295</sup> Entrevista a PJ – Unidade Nacional Contra Terrorismo, 20.10.2010.

<sup>296</sup> Entrevista a Unidade Nacional Contra-Terrorismo – PJ, 20.10.2010.

<sup>297</sup> Foram entrevistados 17 inspectores da PJ, de norte a sul do país.

Chamaram de imediato a nossa prevenção daqui, os nossos colegas foram para lá, lá se conseguiu alguém que falasse ou um dos nossos tradutores falou por telefone mesmo com ela, e seguiram logo os colegas de carro. Chegaram lá, é explicada a situação, é descrito o segundo casal, que estava lá fora. Esse segundo casal não tinha fugido porque o primeiro casal é que tinha a chave do carro. Senão, já tinham desaparecido. Foram trazidos logo de imediato. Ou seja, não chegou a concretizar-se a exploração sexual, porque ela denunciou a situação logo ali. Essa é uma situação muito rara. Foram detidos, presentes a tribunal. E o meritíssimo juiz determinou a sua libertação, com apresentações periódicas. Um cidadão estrangeiro, sem residência e sem qualquer trabalho conhecido em Portugal. Obviamente, nunca mais ninguém lhes pôs a vista em cima. A rapariga preferiu voltar para o país dela. Foi ouvida e pediu o regresso imediato. O processo foi levado a tribunal e ela depois preferiu regressar ao país. Há casas abrigo, mas isto foi em 2006, ainda não havia a casa abrigo. Nós já tínhamos locais onde pôr vítimas, se necessário, embora não houvesse, não haja protocolo. É um conhecimento que há, fala-se, “passa-se isto, será que vocês podem tomar conta da pequena”, é mais uma questão de boa vontade. Agora já há a casa abrigo, é muito mais fácil, pega-se no telefone, “passa-se isto assim, podem vir cá buscá-la e tomar conta dela?”. Na altura, entenderam que deveria ser investigado não como tráfico de pessoas, mas como... Ou seja, o processo de tráfico de pessoas foi arquivado, e foi extraída certidão para ser investigado lenocínio (Unidade Nacional Contra-Terrorismo, PJ, 20.10.2010).

Em 2006, ainda o Código Penal não tinha sido alterado para alargar o crime de TSH. Mas, dado que se tratou de um caso de uma estrangeira angariada para território nacional com o intuito de ser encaminhada para a exploração sexual, seria de esperar que fosse encarado como um caso de tráfico<sup>298</sup>, e não de lenocínio. O caricato da situação é ser detectado imediatamente no Aeroporto da Portela, em Lisboa, por iniciativa da própria vítima, jovem, que apesar do pânico sentido, se dirige de imediato às autoridades policiais. Mais caricato na situação é o facto de o segundo casal, que aguardava fora de portas, aí se ter mantido dado que “primeiro casal é que tinha a chave do carro”. É uma situação excepcional. O que parece não ser tão excepcional é a atitude do juiz, que decide libertar os arguidos, que rapidamente desaparecem. Esta surge como uma confirmação do que tinha sido exposto pela ACT como “o problema que são os juízes”. De resto, nesta entrevista, e na sequência deste relato, é afirmada a existência de “uma certa falta de sensibilidade” por parte dos juízes, no que toca a casos desta natureza. Entretanto, dadas as diversas formações realizadas nomeadamente pelo OTSH, a situação será, esperamos, diferente.

---

<sup>298</sup> Até à revisão do Código Penal português em 2007, o TSH referia-se apenas a casos de mulheres estrangeiras angariadas para a prática da exploração sexual em território nacional; ou tráfico de portugueses angariados para o estrangeiro, cabendo a investigação às polícias dos países de destino.

Mas talvez por essa dificuldade na compreensão do TSH, a esmagadora maioria dos casos investigados pela PJ dizem respeito a ocorrências que são depois tratadas como lenocínio ou auxílio à imigração ilegal, quando levadas a tribunal. Como explanado pela Directoria do Norte da PJ, um dos grandes problemas relativos ao TSH é a disparidade entre o conceito social e criminal de TSH.

O conceito social do Tráfico de Seres Humanos, ou, dito de outra forma, a imagem que o cidadão tem deste fenómeno/crime é a de que se trata de pessoas (homens, mulheres e/ou crianças) que, amordaçadas/vendadas, algemadas ou grilhetadas e enfiadas dentro de contentores nos seus países terceiro mundistas, são enviadas para as mais diversas partes do mundo, onde, vêm a ser exploradas no trabalho, na prostituição, na extracção de órgãos. Tudo isto, num clima de violência física, intimidação, sequestro e coacção.

Ao invés, o conceito criminal de Tráfico de Seres Humanos vai muito para além do conceito social. Na verdade, não necessita da violência, das algemas ou grilhetas, dos olhos vendados ou do contentor, para que exista a prática daquele crime. Não precisa também do sequestro ou da limitação da liberdade ambulatória. Basta que exista um logro, um engano e o aproveitamento deste para a exploração laboral ou sexual de pessoas, para poder existir o crime de Tráfico de Seres Humanos. Mas, também aquele logro ou engano não é necessário. Basta também, que nos aproveitemos da especial vulnerabilidade da vítima, para aqueles fins (Eduardo Quesada, Directoria do Norte PJ, *Relatório Final NUIPC:1769/06.4JAPRT*, Porto, 30 de Setembro de 2009)<sup>299</sup>.

Esta disparidade social e criminal dificulta a investigação dos casos que possam porventura configurar situações de TSH. No âmbito deste tipo de investigações, é sublinhada a cooperação internacional como uma mais-valia, sendo que a PJ trabalha de perto com a Guarda Civil espanhola, para os casos que dizem respeito a portugueses levados para Espanha, nos moldes já mencionados. Mas não só. A Directoria do Norte da PJ apresenta uma imensa lista de casos investigados, quer para a vertente da exploração laboral, quer para a exploração sexual dentro do território. As situações de maior violência foram, de facto, relatadas pela PJ. Acerca da visão acerca do TSH, uma das minhas interlocutoras esclarece que “é preciso perceber o enquadramento penal dos diversos tipos de crime que abarca o tráfico de pessoas. Porque o tráfico de pessoas envolve muitos crimes: o sequestro, o rapto, a escravidão, o auxílio à imigração ilegal, o

---

<sup>299</sup> Relatório cedido por ocasião da entrevista aos Inspectores da Directoria do Norte-PJ, realizada 15.06.2011. Entre as várias entrevistas realizadas a inspectores da PJ, de referir ainda as entrevistas à Unidade Nacional Contra o Terrorismo - UNCT/PJ, a 6.05.2011; à DIC/PJ Setúbal, a 8.06.2011; à Directoria do Norte/PJ, a 22.06.2011; à Unidade Nacional Contra a Corrupção/PJ, a 27.06.2011; à Direcção Lisboa e Vale do Tejo/PJ, a 30.06.2011; à UNCT/PJ, a 1.07.2011; à Directoria Norte/Porto, a 7.07.2011; e à Directoria Lisboa e Vale do Tejo/PJ, a 11.07.2011.

lenocínio, o homicídio também, a burla para o contrato de trabalho. Há aqui toda uma panóplia de crimes específicos que no fundo o tráfico de pessoas abarca. Portanto não é fácil meter...mas é preciso saber procurar, para saber mais ou menos, e é sempre mais ou menos, uma ideia do que se passa em Portugal”<sup>300</sup>. Esta descrição do que é o crime de TSH, no que à PJ, como aos restantes OPCs diz respeito, clarifica a dificuldade em detectar, efectivamente, casos desta natureza. A PJ, porém, arma-se de uma série de estratégias que foram explicadas no decorrer das entrevistas<sup>301</sup>, mas que opto por não relatar neste espaço, visto tratarem-se de táticas de conhecimento do fenómeno que exigem silenciamento.

Relativamente às visões acerca da prostituição, quer os agentes da zona norte como da zona centro, apresentaram tendencialmente a visão descrita pelo Inspector António Ferreira, da Unidade Nacional Contra Terrorismo da PJ:

Se alguém entender exercê-la como profissão, exerce-a como profissão, ser reconhecida como tal. Do ponto de vista pessoal, de maneira nenhuma isto é vinculativo com a polícia. Porque fala-se, e geralmente as mulheres, “há uma exploração e não sei quê”. É uma exploração. Mas...agora também não sou psicólogo para dizer que alguém é maluco só porque gosta de sexo. Ou de o praticar, ou de ganhar dinheiro com isso, ou que tem alguma tara, ou que tem isto ou aquilo. Mas se alguém entender que é uma forma validada de ganhar dinheiro, não pratica um crime, não prejudica ninguém, não estou a ver porque é que não há-de ser legal. E se for legal, porque não fazer descontos, porque não ter os benefícios decorrentes de qualquer profissão. Ainda para mais, é uma profissão que normalmente é de curta duração. Porque não estou a ver prostitutas de 60 anos. Também as há, mas a procura é muito pequenina e os rendimentos também (Unidade Nacional Contra Terrorismo, PJ, 20.10.2010).

Esta visão revela uma grande proximidade com a realidade das pessoas trabalhadoras do sexo, ouvidas do decorrer da pesquisa. Os inspectores não escamoteiam a existência de casos de exploração, de tráfico, de violência. De resto, melhor que qualquer outra força policial, em função dos relatos recolhidos, a PJ é a organização que melhor e há mais tempo conhece este tipo de realidade. Mas conhece também a realidade da actividade prostitutiva, não sendo, portanto, de estranhar esta visão, sempre apresentada a título individual, e não institucional. Escusado será esclarecer que cada membro institucional citado opta por falar sobre a sua visão pessoal e nunca institucional, sobre

---

<sup>300</sup> Entrevista a Unidade Nacional Contra Terrorismo – PJ, 20.10.2010.

<sup>301</sup> Muito particularmente na Directoria do Norte da PJ, cujos agentes foram incansáveis na explicação de como se detectam casos de exploração quer laboral, quer sexual. De resto, é justo indicar que a quantidade de informação ali fornecida daria por si só um estudo.

este assunto. Não deixam, por isso, de ser argumentos válidos, no que a esta pesquisa diz respeito, dado o conhecimento do mundo em análise.

Entre as ONGs, muito já foi dedicado às suas posições no decorrer da tese, de modo que aqui será sintetizada a informação recolhida. A maioria das ONGs, quer sejam de terreno, ou não, consideram o TSH um problema. Mas a esmagadora maioria das ONGs auscultadas nunca encontrou casos de tráfico. Em 28 entrevistas<sup>302</sup> a ONGs, e a despeito da suspeita “latente” existente sobre o assunto, apenas 11 afirmaram ter-se deparado com casos que consideraram ser TSH, sendo que muitos desses casos ocorreram há cerca de uma década. Destas 11 ONGs, é de sublinhar que a SOLIM considera que todos os casos de exploração de imigrantes, mesmo na vertente de auxílio à imigração ilegal, são tráfico; e o Ninho considera, de forma indiscriminada, toda a prostituição como exploração e tráfico.

Sendo assim, excluindo estas duas organizações (a SOLIM e o Ninho), apenas 9 organizações afirmaram ter tido contacto com vítimas de tráfico. Estas 9 organizações são: 1) a AMCV, que afirma ter-se deparado com casos desta natureza “há muitos anos” (é indicado o ano de 1999); 2) o CNAI relata ter denunciado 11 casos considerados TSH, nos anos 2007-2009; 3) a UVIDRE-APAV sinalizou 8 a 9 casos até ao ano de 2010; 4) a APF-Sul sinalizou cerca de 3 casos “nos últimos 4 anos”; 5) o projecto Ergue-te afirma já ter-se deparado com cerca de 3 casos de TSH nas intervenções de rua; 6) o Lar Jorbalan das Irmãs Adoradoras já acolheu casos de jovens em situação de TSH. Algumas destas jovens, porém, “habitadas à liberdade da rua”, acabaram por fugir do lar; 7) as Irmãs Oblatas consideram já ter estado perante situações de tráfico, que consideram “latente” entre a população migrante a que prestam apoio. Sinalizaram apenas um caso, a pedido da própria pessoa, mas a situação resultou em nada, na medida em que a mulher, prostituta, continuou a operar no mesmo local onde foi detectada; 8) a APAV-SUL afirma ter já detectado casos de TSH 9) finalmente, o Porto G da APDES encaminhou 1 caso para os OPCs, mas a situação foi considerada “permanência irregular” e a vítima foi expulsa do país.

Os maiores problemas encontrados pelas ONGs dizem respeito a violências mais quotidianas, mundanas, menos chocantes e, por isso, menos fascinantes, como a violência e discriminação diária sobre imigrantes, quer estejam ou não em situação irregular; a violência de género, sobre as mulheres, na área da violência doméstica em

---

<sup>302</sup> Aqui, exclui-se evidentemente o CAP – Centro de Acolhimento e Protecção de vítimas de tráfico.

concreto; a violência de género e discriminação sobre pessoas transgéneros; a violência e discriminação massificada contra pessoas trabalhadoras do sexo, incluindo a violência institucional.

No que toca a situações relativas a migrantes, a SOLIM - Associação Solidariedade Imigrante, também conhecida entre os seus utentes e sócios como “o sindicato dos imigrantes”, denuncia a situação de que os migrantes são vítimas institucionais, quando explica “não se consegue a regularização e o visto de residência sem contrato de trabalho; mas não se consegue um contrato de trabalho sem um visto de residência, de modo que a própria lei criou um círculo vicioso, sem respeito pelos mais básicos direitos humanos”<sup>303</sup>.

Por outro lado, no contexto da violência e discriminação massificada contra pessoas trabalhadoras do sexo (quer sejam mulheres, homens ou transgéneros), incluindo a violência institucional, um exemplo concreto ouvido repetidas vezes pelas várias ONGs é o seguinte: uma prostituta ou prostituto imigrante ou transgénero (que pode estar a ser vítima de algum tipo de violência, incluindo a exploração sexual) tem as maiores dificuldades de acesso à saúde. Por lei, segundo a Constituição Portuguesa<sup>304</sup>, qualquer pessoa, mesmo em situação irregular tem direito ao acesso a cuidados de saúde. Mas se estiver em situação irregular e se dirigir a um hospital, os serviços administrativos recusam a consulta, fenómeno que ocorre com demasiada frequência, segundo as informações recolhidas pelas ONGs, pelas pessoas imigrantes e pelas pessoas trabalhadoras do sexo. Muitas destas pessoas deixam, por isso, de se dirigir a estes locais, sendo banidas dos serviços mais elementares de um estado de direito.

Nem por isso, neste contexto, as ONGs auscultadas consideram de forma unânime que a regulamentação da prostituição possa salvaguardar os direitos das pessoas que operam na área prostitucional, quer sejam ou não imigrantes<sup>305</sup>. O tema é complexo e provoca reacções díspares, morais, ideológicas e, portanto, políticas.

De resto, mesmo no que toca à visão acerca do TSH, existe ainda bastante confusão entre “prostituição” e “tráfico” entre os técnicos das várias ONGs. Não é uma confusão verdadeiramente generalizada, dado que muitas destas organizações trabalham

---

<sup>303</sup> Entrevista a SOLIM - Associação Solidariedade Imigrante, realizada a 17.07.2009.

<sup>304</sup> Ver Constituição Portuguesa, Artigo 9.º (Tarefas Fundamentais do Estado), Artigo 13.º (Princípio da igualdade), Artigo 15.º (Estrangeiros, apátridas, cidadãos europeus), Artigo 25.º (Princípio da Igualdade) e Artigo 64.º (Saúde), disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art64> (consultado pela última vez a 19.03.2013).

<sup>305</sup> Uma prostituta ou prostituto português que se assuma como tal nos mesmos serviços sente de igual forma o tratamento estigmatizado e discriminatório.



efectivamente de perto com a população prostitucional, sabendo distinguir entre ambos os fenómenos<sup>306</sup>. Aqui, é de referir o papel agregador da Rede sobre o Trabalho Sexual (RTS), cujas organizações-membro<sup>307</sup> têm vindo a desenvolver actividades para precisamente esclarecer a sociedade sobre as diferenças entre ambos os fenómenos, lutar pela dignificação das pessoas se prostituem e que consideram que o trabalho sexual é trabalho.

A RTS<sup>308</sup> nasce em 2011 e é constituída pela maioria das organizações, em Portugal, que intervêm directamente com pessoas trabalhadoras do sexo, académicos e pessoas que fazem trabalho sexual, não tendo qualquer fim lucrativo, filiação partidária ou religiosa. A articulação entre as equipas com intervenção na área do trabalho sexual, bem como com os membros desta comunidade, é essencial numa altura em que projectos, como o projecto PREVIH/GAT, revelam uma taxa de novos diagnósticos e de prevalência de VIH/SIDA entre pessoas trabalhadoras do sexo superior à da população em geral (epidemia concentrada superior a 5%) e numa altura em que se continua a assistir a graves violações dos direitos humanos, nomeadamente no que diz respeito ao acesso à saúde, como já mencionado.

A RTS considera que o trabalho sexual é pluriforme, que as experiências de quem exerce esta actividade são diversas, e não podem ser reduzidas ao abuso, ao tráfico e exploração sexual, crimes que a RTS repudia. Adoptando a posição teórica de autores como Lopes e Oliveira, para a RTS, o trabalho sexual é uma actividade comercial de prestação de serviços, a troco de dinheiro ou bens materiais (Lopes, 2006: 29), onde são desempenhados comportamentos de significado sexual ou erótico (Oliveira, 2008: 25). Tal como já referido, a RTS entende que essa transacção de serviços sexuais é entre adultos e com consentimento mútuo. Sem consentimento mútuo, trata-se de violência, abuso ou escravatura sexual, tal como os casos que envolvem crianças configuram situações de abuso sexual de menores e não de trabalho sexual (Oliveira, 2008: 25). As acções da RST assentam no compromisso pela defesa dos direitos humanos,

---

<sup>306</sup> De destacar a posição progressista do projecto Ergue-te que, apesar de pertencer às Irmãs Adoradoras, distingue claramente as noções de “prostituição” e “TSH”. Entre o movimento abolicionista é, de resto, no contexto desta pesquisa, a única entidade que diferencia com tal rigor ambas as noções.

<sup>307</sup> São membros da RTS as associações Acompanha, CRL (Peniche); a Associação Existências (Coimbra); a Associação Novo Olhar (Leiria); a APDES (Porto); a Associação Positivo - Redlight (Lisboa); o GAT (Lisboa); a Liga Portuguesa Contra a Sida (Lisboa); a Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor (Lisboa); os Médicos do Mundo (Lisboa); as Panteras Rosa (Lisboa); a UMAR (Lisboa); e a título individual algumas pessoas como Alexandra Oliveira; Jo Bernardo; Mariana Garcia; Nélson Ramalho; entre outros, como sejam pessoas trabalhadoras do sexo, académicos e simpatizantes.

<sup>308</sup> Ver página no facebook: <http://www.facebook.com/pages/Rede-sobre-Trabalho-Sexual/104752259637059?fref=ts> (consultado pela última vez a 16.03.2013).

nomeadamente dos direitos sociais e laborais, do direito à não discriminação e a qualquer outra forma de violência. Isto significa que os trabalhadores do sexo são vistos como pessoas que devem ter os mesmos direitos e deveres, como qualquer outra pessoa. A RTS compromete-se com o reforço da parceria em prol da melhor prestação de cuidados às pessoas que se dedicam ao trabalho sexual, à dignificação das suas condições de vida, dos seus direitos e dos seus deveres, e à defesa dos seus direitos cívicos, nomeadamente os direitos de acesso à saúde, aos direitos enquanto trabalhadoras, aos direitos enquanto migrantes, e ao maior envolvimento nas decisões que as afectam. Fruto deste trabalho é a campanha lançada em 2012, através de um vídeo, para a sensibilização para com as pessoas trabalhadoras do sexo<sup>309</sup>.

Do outro lado do espectro, para as organizações abolicionistas, que não se integram neste movimento pelos direitos das pessoas trabalhadoras do sexo, a visão tende a ser a de que prostituição é violência patriarcal e tráfico e as “pessoas prostituídas” são, sem qualquer excepção, vítimas. De resto, tendem a publicitar uma visão miserabilista da mulher prostituta (excluindo todas as outras pessoas que também se dedicam ao trabalho sexual) reforçando, certamente sem intenção, o estigma da prostituta. Esse estigma, em vez de ajudar a identificar e detectar casos de potencial exploração, como seja o TSH, obscurece o fenómeno, bem como qualquer forma de violência sobre as pessoas que se prostituem, e silencia quem melhor conhece o mundo da prostituição: as próprias pessoas trabalhadoras do sexo.

Entre as pessoas trabalhadoras do sexo, concretamente as pessoas entrevistadas no decorrer da pesquisa, a ideia de exploração não é de todo desconhecida. Porém, para as pouquíssimas pessoas que falam sobre o assunto, a ideia de tráfico humano envolve aprisionamento, o que corresponde ao conceito “social”, mas não corresponde nem ao conceito legal, nem ao conhecimento empírico sobre o assunto. Não deixa de ser curioso que, em 37 entrevistas, apenas 2 pessoas trabalhadoras do sexo tenham sequer mencionado a palavra “tráfico”<sup>310</sup>.

---

<sup>309</sup> Ver vídeo da campanha “Trabalho Sexual é Trabalho”, disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=HUU3Um1PwAY> (consultado pela última vez a 19.03.2013).

<sup>310</sup> É curiosamente entre as pessoas transgéneros que se ouve falar sobre tráfico, nomeadamente entre as brasileiras que operam no Conde Redondo e/ou em apartamentos, e que já fizeram pelo menos uma vez o circuito europeu (Suíça, França, Itália, Portugal), como é o caso da Vi. A Vi é uma travesti brasileira, com 28 anos, que conheci na zona do Conde Redondo em 2009, e que fala na palavra “tráfico” pela primeira vez em toda a pesquisa. Começou a trabalhar na indústria do sexo com 16 anos, em Votuporanga (estado de São Paulo), a sua cidade natal. Não está incluída no estudo, visto ter sido uma das pessoas com quem privei, mas não entrevistei. Trabalha na área do sexo há 12 anos. Na altura das nossas conversas, em

### 13.O Tráfico de Seres Humanos e o Trabalho Sexual vistos pelas pessoas trabalhadoras do sexo:

O Tráfico de Seres Humanos é um tema sobre o qual não se ouve falar na área prostitucional de rua, com excepção da área do Conde Redondo, em Lisboa, zona de presença privilegiada de pessoas transgéneros, portuguesas e brasileiras. Quando se pergunta às pessoas que operam na área prostitucional *outdoor* o que pensam sobre o assunto, respondem “esse tipo de coisas é intolerável” ou “não aceito isso do tráfico”. Mas, para além desta partilha de opinião, a reacção é sempre nula, mesmo face à entrega de folhetos anti-tráfico, quer do CAIM, quer do SEF.

É em contexto *indoor*, através da realização de entrevistas semiestruturadas, que encontro as duas únicas pessoas que referem o TSH como uma realidade efectivamente conhecida: a Edu e a Evelyn.

A Edu, cuja história é exposta no capítulo sobre “O conceito de Trabalho Sexual”, é uma trabalhadora do sexo brasileira autónoma, favorável à regulamentação do trabalho sexual. Não é o trabalho sexual que lhe provoca aversão. O que considera de todo inaceitável é, como afirma, “*ganhar dinheiro com o corpo do outro. E o tráfico!*”. A Edu conhece esta realidade, visto ter já partilhado apartamentos para a prática da prostituição com pessoas em situação que considera de TSH, como a própria afirma, nomeadamente a Evelyn, cuja história é relatada no capítulo “O encontro com o tráfico razoável”. Tal como podemos ver nesse relato, o tráfico a que a Edu e a própria Evelyn se referem não é o tráfico mediático de que ouvimos falar ou vemos em periódicos, filmes, livros, e que envolve aprisionamento e privação de movimentos<sup>311</sup>. O TSH explicado por estas duas interlocutoras-chave da pesquisa é um fenómeno mais mundano, efectivamente confundido com facilidade com a prática do auxílio à imigração irregular ou do lenocínio.

---

2009, estava em Portugal há 1 ano e 5 meses. Diz: “Vivia com a família. Comecei com amigas, procurei. Já havia várias quando cheguei no sítio. Mulher? (risos). Todas trans. Lá no Brasil, cada um na sua esquina. Procurei por dinheiro e falta de oportunidade. Acho que é tão bom trabalhar na Suíça, como é em Portugal. Na Suíça se ganha mais. Mas na Suíça estive da primeira vez com dívidas” [da viagem, que pagou em poucos meses às “amigas no Brasil e na Suíça” que lhe possibilitaram a viagem. Nunca teve um “chulo”]. Quando lhe pergunto se já ouviu falar de tráfico de pessoas diz: “Sou só mais um caso” (26.07.2009). No final de 2009, entra em depressão, porque não consegue trabalhar e regressa ao Brasil. Um ano depois, volta à Europa, novamente para a Suíça, onde trabalha na área prostitucional dentro de um apartamento. Neste momento, em 2013, está em França.

<sup>311</sup> Relembremos que o único caso dessa natureza é relatado pela PSP e exposto no início do capítulo “Tráfico de Seres Humanos e Migrações”.

A Evelyn é a única pessoa encontrada no decorrer da pesquisa que afirma ter sido vítima de tráfico<sup>312</sup>, mas, segundo as suas próprias palavras, de um “tráfico razoável”. Isto porque a sua “amiga” ou “mãe” no Brasil não a ilude. Pergunta-lhe, sem qualquer tipo de coacção, se quer experimentar imigrar para a Europa, explicando-lhe o que a esperará em território europeu, o trabalho que irá exercer (que de resto, já exercia no Brasil), as dificuldades que virá a sentir. Explica claramente que “só muda a moeda”. Isto é, a realidade vivida no país de destino será idêntica à vivida no país de origem. O esquema em que a Evelyn é envolvida não é de todo desconhecido para a população imigrante e trabalhadora do sexo, em Portugal, como na Europa.

A ideia de ilusão – transposta para o conceito legal de TSH como “fraude, engano, abuso de poder, da posição de vulnerabilidade, de dar ou receber pagamentos ou de benefícios para conseguir o consentimento de uma pessoa que tem o controlo sobre outra pessoa, com a finalidade da exploração”, explanado no *Protocolo relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças* da ONU) – não tem aqui, de facto, lugar na medida em que as condições da vivência expectável na Europa foram explicadas logo à partida a Evelyn, pela “mãe”.

Evelyn sublinha sistematicamente como esta “amiga”, a “mãe”, a ajudou. Explica, inclusivamente, que se não fosse a “mãe”, teria passado fome. É à “mãe” a quem deve a passagem, o passaporte e todos os arranjos para a viagem. O que não é de estranhar, na medida em que a “amiga” conhece bem os preceitos para a aquisição de documentos, para a viagem, para o alojamento e trabalho na Europa, visto ela própria ter vivido essa situação no passado. Não há aqui, portanto, qualquer engano ou fraude.

A viagem é, contudo, mais cansativa do que o esperado. Não foi directa entre São Paulo e Lisboa. A conexão é feita via Paris, e de Paris para Vigo. Já em Espanha, em Vigo, entra finalmente em Portugal de táxi, “que é a maioria que eles fazem. Na fronteira. Nunca vem directo. Se vem directo, sabe-se que é barrado”, segundo afirma. Estas viagens podem envolver até 4 ou 5 conexões e podem demorar até 2 dias. Mas, dado o objectivo de conseguir melhores condições de vida, correm-se riscos.

Como já mencionado, o esquema em que Evelyn se viu envolvida não é novidade para a maioria das pessoas trabalhadoras do sexo, em particular para as trans brasileiras. O esquema, relatado como sendo tráfico, funciona da seguinte forma: uma amiga mais velha, neste caso, transgénero, trabalhadora do sexo, no Brasil, que tem o capital

---

<sup>312</sup> Para além da Vi, Vide Nota de Rodapé 307.

simbólico de já ter vivido o percurso migratório europeu, propõe – sem coacção, engano ou violência – à transgénero mais nova, trabalhadora do sexo, no Brasil, uma experiência pelo circuito europeu. Se a trans mais nova decidir que quer ingressar nessa experiência, a “mãe” trata de todos os procedimentos para a viagem, isto é, da passagem, do passaporte e dos contactos no local de destino. Entrega ainda dinheiro de bolso, cerca de 200 euros<sup>313</sup>, à iminente imigrante.

Os contactos no local de destino não são traficantes. São pessoas, também elas trans, trabalhadoras do sexo, que já estão estabelecidas na Europa (no caso, Portugal) com apartamento para trabalhar, e que podem orientar a recém-chegada no país.

Uma vez no país de destino, e sabendo de antemão que tem uma dívida para pagar, tudo faz para abater a dívida e ficar livre. Porém, em vez dos 1000 a 2000 euros investidos ou “emprestados” para a realização da viagem, a dívida “normal” situa-se entre os 10 000 e os 18 000 euros, como é explicado pela Evelyn<sup>314</sup>.

Uma vez estabelecida, já com apartamento para trabalhar, a “mãe” envia de imediato uma nova pessoa, nos mesmos moldes. Esta nova pessoa será recebida pela última que se estabeleceu e assim continuamente. O esquema é circular e o objectivo das trabalhadoras do sexo é sempre abater a dívida. No mundo da prostituição, uma travesti é sempre mais cara que uma mulher nascida mulher<sup>315</sup>.

Uma vez liquidada a dívida, que pode ser liquidada num ano, a pessoa é livre. Como a dívida é percepcionada como ajuda, são poucas as pessoas que, de facto, se sentem vítimas. Muito pelo contrário, como Evelyn, muitas sentem-se profundamente gratas a quem lhes emprestou o dinheiro para o processo migratório. Porém, apesar da gratidão sentida, a Evelyn acaba por se autoconsiderar como vítima de um *tráfico razoável*, por razão do valor simbólico da dívida que pagou à “mãe”: em vez dos “normais” 10 000 a 18 000 euros, pagou apenas 8 000 euros, e terminou a relação com o trabalho do sexo, bem como com o esquema em que tinha sido envolvida (não voltou a receber mais nenhuma conterrânea enviada pela “mãe”).

Evelyn é um caso atípico. Pode até ser apelidado de um caso de sucesso – visto sê-lo para si própria. Uma vez paga a dívida, decide largar o trabalho sexual e inserir-se “num

---

<sup>313</sup> Estes 200 euros de “dinheiro de bolso”, servirão para comprar um telefone, pôr um anúncio no jornal, etc. Evidentemente, antes mesmo de o negócio começar a render, a pessoa precisa também de dormir, comer, vestir-se, etc. Tendo em conta os investimentos iniciais descritos, 200 euros é uma soma diminuta.

<sup>314</sup> Ver capítulo “O encontro com o Tráfico razoável”.

<sup>315</sup> Os valores mais baixos para o trabalho sexual foram encontrados na zona do Intendente (15-25 euros); Os valores mais altos praticados foram encontrados em espaços *indoor*, rondando normalmente os 40-50 euros, como é o caso da Evelyn e, de resto, em particular das transgéneros.

trabalho normal”. Esteve inicialmente a trabalhar na Zon TV Cabo, durante cerca de 3 meses, mas pouco depois acaba por ingressar num outro trabalho onde recebe um pouco mais que na anterior empresa. No momento da nossa entrevista, trabalhava na área das limpezas, numa empresa de renome no mercado português. Lá continua, mas com outros planos para o futuro, que envolvem o regresso ao Brasil. Mantém o contacto com a “mãe”, sua amiga, agora livre de dívidas e esquemas.

De facto, exceptuando as histórias relatadas pela Evelyn e pela Edu, a noção de TSH é inexistente ou silenciada entre as pessoas trabalhadoras do sexo intervenientes nesta pesquisa. Como sugerido pelos peritos contactados na pré-aproximação ao terreno<sup>316</sup>, entre as diversas perguntas realizadas à população-alvo, não foi referido o conceito de TSH. Em alternativa, utilizou-se a pergunta “divides o dinheiro com alguém”? A esta pergunta, bastante lata, em 37 pessoas entrevistadas (portuguesas, romenas, nigerianas, ganesas e brasileiras) a operar nas zonas do Intendente<sup>317</sup>, Praça da Figueira e Martim Moniz<sup>318</sup>, Cais do Sodré<sup>319</sup>, Artilharia 1<sup>320</sup>, a resposta foi “não divido o dinheiro. Trabalho sozinha”, valorizando sempre a subsistência da família, em particular dos filhos, mas excluindo a presença de “um chulo”. A este título, e porque as pessoas percebiam qual era o sentido da pergunta, a Paula, uma portuguesa de 41 anos, explica que certa vez foi maltratada pelos “chulos da rua”:

Já fui maltratada pelos chulos de rua. Trazem as romenas e as brasileiras. Obrigam-nas a pagar. Como queriam que eu pagasse e eu não, fiz frente, arranjaram umas brasileiras da musculação e bateram-me, com eles ali do outro lado da rua a ver. Tive um traumatismo craniano, fui para o hospital. Fiz queixa na polícia. Foram todos presos! 8 anos! (Paula, Artilharia 1, 31.05.2010).

O mesmo é relatado por Isilda, uma portuguesa de 50 anos, a operar há 6 anos na prostituição, no Cais do Sodré, que menciona já ter sido abordada pelos “homens das tascas”, na tentativa da exploração da actividade exercida pela minha interlocutora:

---

<sup>316</sup> Ver Capítulo “Trabalho de Campo: da aproximação à instalação no terreno”.

<sup>317</sup> As nigerianas e ganesas afirmaram não enviar sequer remessas para as famílias. Ver capítulo “No Campo com Elas: As Rondas Solitárias”.

<sup>318</sup> Com excepção da Ana, uma romena de 22 anos, há “3, 4 anos em Portugal, na prostituição”, que afirma ter dividido o dinheiro com o seu namorado, com quem vivia antes de ser preso, e a Denise, uma romena de 19 anos, há “1 ano em Portugal, na prostituição” que vive ainda hoje com o namorado (Ver capítulo “Na Praça da Figueira”).

<sup>319</sup> Com excepção da Manuela, que divide o seu dinheiro com o marido (Ver capítulo “No Cais do Sodré”).

<sup>320</sup> Algumas das quais, como já referido, trabalham noutras actividades para além da prostituição.

Uma vez, os homens aqui das tascas vieram-me perguntar se estava a trabalhar sozinha, para saber se tinha chulo. Mas não tiveram sorte nenhuma comigo! Corri com eles! (Isilda, Cais do Sodré, 24.05.2010).

No Intendente, face à minha confessa incapacidade de aproximação efectiva com o grupo das nigerianas e as ganesas, são oferecidas duas explicações, por parte de duas das interlocutoras portuguesas. A Lídia (portuguesa, com 50 anos, a operar no Intendente há vários anos, depois de perder o trabalho num refeitório) e a Cristina (portuguesa, com 52 anos, também a operar na área prostitutiva “há muito tempo”, no Cais do Sodré<sup>321</sup>) explicam que o grupo das nigerianas e das ganesas não me aceitam devido ao controlo a que são sujeitas:

As miúdas, coitadas, com elas já é diferente. Entre elas, controlam umas as outras. Não podem estar muito tempo com um cliente ou no café. São controladas, só comem comida dessa (pacotes de batatas fritas) e também não podem denunciar. São muito novas e têm filhos. Estou revoltada por elas. Nem podem dar entrevistas, o “patrão” controla-as. Levam porrada. Eles vêm pelas 7 horas para receber o dinheiro. Elas controlam-se. E chegam e saem daqui cedo. As pensões fecham às 10 horas. Nem dormem. Saem daqui, vão para o Técnico. Não há problemas entre as mulheres aqui no Largo. Só umas trocas de palavras de vez em quando. Mas entre elas. Conosco não. Quando bebem os whiskies, animam-se e zangam-se porque: “ah foste com o meu cliente” (Lídia, Intendente, 1.03.2010).

Face a esta denúncia de controlo e da existência de um “patrão”, muitas foram as tardes a observar a esperada chegada de tal personagem. Nunca foi detectado. De resto, não é necessária a presença de um “patrão”, na medida em que, de facto, como pude observar e sentir, este grupo de mulheres controla-se entre si, e a quem com elas tenta interagir. Já a Cristina sublinha a situação irregular para a não cedência de conversas ou entrevistas:

Essas mais novas, estrangeiras, não falam contigo, vou-te dizer porquê. É porque não falam a língua e não têm documentos. E estão controladas. Mas o principal é não ter documentos, sabes. E não querem ser apanhadas, porque não querem ir para a terra delas. Mas há lá com cada mulher, miúdas bonitas! Espero que encontres mais para falar assim. Olha, vou pedir a Deus. Sou religiosa. Fui ver o Papa. Sozinha. Ando sempre com a imagem de Nossa Senhora comigo (Cristina, Cais do Sodré, 17.05.2010).

---

<sup>321</sup> Ver capítulo “Prostituição e Trabalho Sexual”.

A Cristina foi ela própria, no início de vida, e à luz da actual legislação, uma vítima de angariação, transporte para Lisboa, alojamento e exploração sexual, sob a forma de engano, através da promessa de um bom trabalho na capital, pelo “pai dos seus filhos”, entretanto já falecido. Hoje, como já explanado, é uma trabalhadora do sexo independente. Mas nem por isso considera que se deva regulamentar a actividade. De resto, as visões acerca da prostituição e da sua regulamentação pelas próprias pessoas que exercem o trabalho sexual não são consensuais. Na zona da Artilharia 1, a esmagadora maioria das pessoas é favorável a essa regulamentação. Em 15 entrevistadas, 12 são favoráveis a essa regulamentação, utilizando os argumentos seguintes:

Acho que devia ser legalizada. Estamos aqui, não estamos a roubar, nem a matar, só a vender o que é nosso! (Alexandrina, 31.05.2010).

A prostituição devia ser legalizada (Vitalina, 31.05.2010).

A prostituição devia ser legalizada. Ter casas próprias para a gente. O negócio anda muito complicado. Isto é mais com clientes habituais, funcionam mais (Carla, 31.05.2010).

A prostituição deve ser legal, igual a outro trabalho qualquer. Quanto a planos para o futuro: Mudava. Deixava de ser prostituta, arranjava um trabalho em que ganhasse minimamente e uma casa que pagasse menos [de renda]. Estou farta! Mas isto é viver um dia de cada vez (Paula, 31.05.2010).

Legalização! Mesmo na rua, mais segurança por parte da polícia. Fazer descontos, e ter direito a reforma! (Ana, 1.06.2010).

A prostituição deve ser legal. É um emprego igual aos outros (Cris, 1.06.2010).

Acho que devia ser legal. Temos dinheiro para pagar os impostos. E isto é bom para o turismo também (Lucrecia, 1.06.2010).

Sou pela legalização. Haver mais contractos, mais cuidados. Já viste os descontos aqui? Tudo a descontar, só para descontos. Eu não posso comprar casa (Flávia 20.07.2010).

Sou pela legalização da prostituição. Ter direitos e se calhar mais gente via como isto é difícil (Luana, 20.07.2010)



Sou totalmente a favor da legalização da prostituição (Vitória, 20.07.2010).

Sou a favor da legalização da prostituição, com lucro para o Estado. Até porque nós, que somos brasileiras, temos que fazer descontos, para ter direito aos documentos. Mas esta é uma etapa da vida que as mulheres querem apagar (Sandra, 20.07.2010).

Não aconselho esta vida. Mas estou aqui por minha escolha (Cláudia, 31.05.2010).

A Cláudia é romena e operava, em 2010, nesta área “temporariamente”. De resto, regressou entretanto à Roménia, como já era sua intenção. Apesar de ali estar por sua escolha, não é totalmente favorável à regulamentação da prostituição, fazendo eco de uma outra posição, antagónica e ouvida também na Artilharia 1, pela “Russa”, em tom de total gozo:

Ah, sim! Legalizar! Pagar impostos ao Estado! Claro! Claro que não! (a “Russa”, Artilharia 1, 5.03.2009).

No Cais do Sodré, face à mesma pergunta, ouve-se essencialmente que “isto” não é “trabalho”:

Legalizar?! Não. Isto não é coisa que se faça por gosto (Manuela, Cais do Sodré, 17.02.2010).

It’s not that easy. It’s difficult. This is not a job! (Anabelle, Cais do Sodré, 24.05.2010).

Não sei... Acho que não. Eu digo-te uma coisa, estou muito arrependida. Eu faço isto por necessidade. Não faço isto por gosto (Cristina, Cais do Sodré, 24.05.2010).

Por gosto, não sei se há alguém. Legalizar isto? Não sei. Não é uma vida que interesse. Eu faço isto e não aceito! (Isilda, Cais do Sodré, 25.05.2010)

Esta percepção de que ninguém se prostitui por gosto é partilhada pelas informantes entrevistadas, no Intendente, com apenas duas claras excepções, de portuguesas:

Sou sim, a favor da legalização da prostituição. Acho que também somos contribuintes, devemos exigir respeito (Lídia, Intendente, 1.03.2010).

Sou a favor da legalização da prostituição. Aqui quem manda somos nós, não eles. Depois há uns que querem mandar. Venho para aqui porque necessito, para comer e para dar de comer aos meus filhos. Preciso. (Sandra, Intendente, 1.03.2010).

No. I don't like it. Nobody likes it, to be a prostitute. But I've never been exploited. Nobody mistreat me. I have the like to live. I like to live! (Jennifer, Intendente, 3.04.2010)

No, I don't like it. I would like to work in another job. People have to work here to survive (Doris, Intendente, 12.04.2010).

Isso já não sei. Se for legal, muita pessoa há-de vir. Olhe, eu estive um ano fora, estava farta, mas depois optei por vir para aqui outra vez. Ganhava 300 euros nas limpezas, não dava. Era para os vícios também, o tabaquinho, etc. Mas para legalizar era nos apartamentos, que na rua é mau (Maria, Intendente, 12.04.2010).

As miúdas que vêm, pelas drogas, era importante virem já com formação. E não terem homens, que já só querem é viver à custa delas. E elas caem nisso. A prostituição vicia. Uma pessoa vicia-se. Ganha-se muito, é viciante (Lurdes, Intendente, 12.04.2010).

Na Praça da Figueira e Martim Moniz, a situação é similar às citadas nos outros espaços do mapa prostitucional lisboeta, aqui tendencialmente favorável à regulamentação da actividade, quer entre as portuguesas, quer entre as romenas:

Sim. Era bom para todos: reforma, segurança. E para as mulheres seria bom serem obrigadas a ir ao médico (Cláudia, Martim Moniz, 23.06.2010).

Não andamos a matar, nem a roubar. A prostituição é normal, um trabalho mesmo. O acompanhamento das ONGs é bom, mas devia haver acompanhamento médico obrigatório (Daniela, Praça da Figueira, 23.06.2010).

Legalizar sim. Porque aqui também tem alguns riscos, algumas doenças. Muitos não querem usar camisa. Com os homens nunca sabes (Clara, Praça da Figueira 21.07.2010).

Sim. Claro, quem não quer! Algumas estão aqui há 40 anos. E sem reforma! (Denise, Praça da Figueira, 21.07.2010).

Legalizar, sim! Mas com isso tinha de se correr com a imigração. E fazer descontos como na Suíça (Sónia, Martim Moniz, 21.07.2010).

Por fim, em espaço *indoor*, e apenas no que diz respeito às pessoas entrevistadas<sup>322</sup>, tanto a Edu como a Evelyn são favoráveis à regulamentação da prostituição, ainda que a segunda tenha sido, segundo afirmou, “vítima de tráfico”. Na verdade, a Evelyn confessa-se *relativamente* a favor da regulamentação da prostituição e da profissionalização do trabalho sexual – única resposta que recolhi com esta natureza<sup>323</sup>. O argumento da Evelyn resume a tese aqui exposta: uma vez criadas as condições jurídicas, laborais, económicas, sociais e cívicas para as pessoas que querem fazer do trabalho sexual o seu trabalho, ninguém sairá prejudicado, excepto os velhos moralismos. Por outro lado, o trabalho sexual não é *glamouroso*. Pelo contrário, é um trabalho de risco que jamais poderá ser tratado de forma igual aos outros trabalhos ditos “normais”, exceptuando apenas nos direitos e deveres atribuíveis às pessoas: horário, saúde, segurança e higiene no trabalho; funções, atendimentos e tabelas de preços estabelecidos, bem como remuneração estipulada, descontos e consequentes benefícios fiscais (nomeadamente o acesso a reforma, em função dos descontos realizados na vida activa); acesso não discriminatório aos serviços de saúde; e, finalmente, o acesso a crédito bancário.

São, portanto, essencialmente 3 as posições que encontrei face à pergunta sobre a prostituição: 1) a ideia de que se trata de um trabalho igual a qualquer outro, e que as pessoas devem ter direitos e deveres iguais a qualquer outro trabalhador, nomeada e muito particularmente o direito à reforma; 2) a ideia de que se trata de “trabalho temporário”, que não deve ser regulamentado, por forma a amealhar o mais possível, como afirmou a “Russa”; 3) e a ideia de que não se trata de todo de um trabalho, que só se pratica para a sobrevivência imediata e potencialmente contra-vontade.

Posições acerca das vantagens ou desvantagens da regulamentação da prostituição são fáceis de ouvir entre as pessoas que se prostituem, sejam nacionais ou imigrantes. Já no que toca ao assunto do TSH, fora o caso da Evelyn, é um tema sobre o qual nada se ouve.

---

<sup>322</sup> Foram contactadas várias pessoas em espaço *indoor*, em apartamentos e pensões, quer portuguesas, quer imigrantes, maioritariamente brasileiras e brasileiros (num total de 18 pessoas, incluindo a Edu e a Evelyn). A esmagadora maioria das pessoas apresenta, em conversa e diálogos não gravado, a mesma visão acerca do trabalho sexual que a Edu e a Evelyn, que acederam à entrevista gravada. Isto é, a maioria das pessoas que operam em espaço *indoor* é tendencialmente favorável à regulamentação, para sua própria protecção, quer jurídica e laboral, quer cívica, quer social.

<sup>323</sup> Ver resposta de Evelyn, no capítulo “O encontro com o Tráfico razoável” .

#### 14. A desconstrução do conceito de TSH:

Para além da Edu e da Evelyn<sup>324</sup>, e excluindo os órgãos institucionais, mais nenhum interveniente nesta pesquisa mencionou o conceito de “tráfico de pessoas”<sup>325</sup>. O “recrutamento”, encontrado no decorrer da pesquisa, tem o carácter exposto na história de Evelyn. Isto é, o recrutamento detectado traduz-se sempre num convite, sem coacção, fraude ou violência, por parte de amigas que já estão a operar na área do trabalho sexual, ou noutro tipo de trabalho, no que diz respeito a pessoas imigrantes não trabalhador@s do sexo<sup>326</sup>, em Portugal.

Na verdade, o recrutamento para situações de exploração foram detectadas para os casos de portuguesas, “aliciadas” pelos então namorados ou maridos. Mas estas situações têm já muitos anos e as mulheres participantes neste estudo estão já libertas dessas situações e até desses namorados e maridos<sup>327</sup>.

O transporte das pessoas que participaram na pesquisa é normalmente aceite, mesmo que envolva o recurso a documentos falsos, como é o caso das romenas, ou a pura e simples inexistência de documentação por parte das nigerianas e das ganesas, entrevistadas na Praça da Figueira, no Martim Moniz, na Artilharia 1 e no Intendente.

Hoje em dia as romenas, agora integradas no Espaço Schengen, já não se encontram em situação irregular, mas continuam a recorrer à rota tradicional mediterrânica, via rodoviária. As nigerianas e ganesas, a quem não consegui aproximar-me o suficiente para declarar assertivamente não ter estado perante *potenciais* situações de exploração ou de tráfico, revelaram ter realizado a viagem até Portugal via marítima, até Marrocos e daí para a Europa, em botes<sup>328</sup>.

No caso das brasileiras e brasileiros, o transporte realiza-se obviamente via aérea, com visto de turista, recorrendo a conexões não directas a Portugal (normalmente via Paris, Milão ou Madrid), dado o estigma imputado em particular sobre as mulheres brasileiras em território português, estigma inaugurado com o episódio das “Mães de

---

<sup>324</sup> E a Vi, referida na Nota de Rodapé 307.

<sup>325</sup> Ver Artigo completo do Protocolo de Palermo, na p.18.

<sup>326</sup> As representações sobre os assuntos de TSH e Trabalho Sexual tornaram-se, como exposto no decorrer da tese, nas categorias principais de investigação, mas foram ouvidos vários relatos de imigrantes que não estão, nem nunca estiveram a trabalhar na área do sexo.

<sup>327</sup> Excepto no caso na Manuela, para quem a sua situação não é nem exploração, nem lenocínio, e menos ainda TSH (Ver capítulo “No Cais do Sodré”).

<sup>328</sup> Excepto o caso da Charity, a primeira pessoa que entrevistei no Intendente e que afirmou ter nacionalidade jamaicana, o que é desmentido pelas Irmãs Oblatas e, de resto, muito facilmente percebido no terreno.

Bragança”<sup>329</sup>, conflito que instituiu o estereótipo da “mulher brasileira”, gerando desconfiança e uma associação praticamente directa entre estas mulheres e a prostituição, associação actualizada de forma sistemática nos *media* (Ferin, 2006; Alvim e Togni, 2010<sup>330</sup>). Findo o período do visto de turista (3 meses), as migrantes ficam em situação irregular, situação que tentam contrariar através da tentativa de regularização, maioritariamente gorada pelos serviços do próprio Estado, como explanado, por exemplo, pela Evelyn<sup>331</sup> e da Edu<sup>332</sup>.

O abrigo e recepção assinalados de pessoas recém-chegadas apresentam os contornos revelados pela Evelyn. O papel das comunidades migrantes tem aqui, como em qualquer contexto migratório (e mesmo turístico<sup>333</sup>), um papel fundamental no apoio aos recém-chegados.

Já no que diz respeito ao “uso de força e de outras formas de coerção, fraude, engano, abuso de poder e da posição de vulnerabilidade”, como já mencionado, os casos relatados que aqui se integram, sem qualquer dúvida, dizem respeito às portuguesas “postas na rua”, para exploração sexual, como é o caso da Cristina<sup>334</sup>. O caso da Cristina, entretanto liberta há décadas dessa situação, é sintomático do que se encontra entre várias portuguesas: casos antigos, entretanto eliminados, mas que, há luz da legislação actual, seriam tipificados como situações de TSH (angariação, transporte, alojamento, exploração, através de engano e violência). Hoje, como também já mencionado, são mulheres independentes dos seus “companheiros” e trabalhadoras autónomas. O mesmo se poderá afirmar acerca das romenas entrevistadas (com excepção da Daniela, que sempre trabalhou sozinha)<sup>335</sup>, cujos namorados e maridos se encontram presos, mas que continuam a operar na área do trabalho do sexo defendendo, de resto, a legalização e a profissionalização da prostituição, para sua própria segurança.

Novamente, no que toca às situações das ganesas e das nigerianas, não é possível afirmar se estão ou não em situação de exploração, por via de uso de qualquer forma de

---

<sup>329</sup> Sobre as “Mães de Bragança”, ver p. 21.

<sup>330</sup> Alvim e Togni, 2010, disponível em:

[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277741002\\_ARQUIVO\\_ComunicacaoCompletaFG9\\_SoboveudosDireitosHumanos.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277741002_ARQUIVO_ComunicacaoCompletaFG9_SoboveudosDireitosHumanos.pdf) (consultado pela última vez a 21.03.2013).

<sup>331</sup> Ver capítulo “O encontro com o Tráfico Razoável”.

<sup>332</sup> Ver capítulo “O conceito de Trabalho Sexual”.

<sup>333</sup> A título pessoal, aquando de uma viagem a Londres em 2011, por ocasião da II Sex Worker Open University Conference, fui amavelmente hospedada em casa de um casal imigrante trabalhador do sexo, pelo período da conferência, visto não ter outro lugar onde pudesse pernoitar. Estou certa que os leitores se identificarão com esta situação.

<sup>334</sup> Ver capítulo “Prostituição e Trabalho Sexual”.

<sup>335</sup> Ver capítulo “Na Praça da Figueira”.

força, engano ou violência, dado que a aproximação a esta população revelou-se num primeiro momento difícil, e depois boicotado pelas próprias, de modo que a própria aproximação revelou-se inconclusiva. Porém, naquele contexto, a Jennifer, com 27 anos, ganesa, há 4 meses no Intendente, e a Joy, com 25 anos, nigeriana, há 9 meses no Intendente, responderam de forma intrigante à pergunta como vieram parar ao Intendente: “Estava a pedir dinheiro, 5 euros para comer, e um homem disse para vir para o Intendente”<sup>336</sup>. As respostas são exactamente iguais, mas foram dadas em momentos diferentes, e em espaços diferentes dentro do Largo do Intendente, como que ensaiadas. Quando perguntei quem era o homem, ambas disseram “no”, de resto como fez também a Doris, desviaram o olhar e esperaram outra pergunta e mudança de assunto. Estas entrevistas demoraram cerca de 10 a 30 minutos apenas. Aquelas atitudes e respostas remetem para o *Cartão de Sinalização de Vítimas de TSH*, da responsabilidade do Observatório contra o Tráfico de Seres Humanos, que indica por indícios de potencial situação de TSH as “respostas instruídas”, como parece ser, de facto, aqui o caso.

Entre os diversos indicadores de identificação de TSH, a CIG sublinha “o facto de trabalharem e dormirem no mesmo espaço; o facto de terem condições precárias em termos de salários; não haver descontos; ou o horário que é feito”<sup>337</sup>. Estas indicações são, de resto, repetidas pelas várias organizações auscultadas, nomeadamente as associações que prestam apoio a imigrantes, como é o caso da SOLIM – Associação de Solidariedade imigrante, mas também da Casa do Brasil de Lisboa (CBL), da Capela - Centro de Apoio a População Emigrante de Leste e Amigos, do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI), da Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica, (UAVIDRE-APAV) e da Organização Internacional das Migrações (OIM). Estas indicações são repetidas por estas organizações, dado que são os casos mais frequentes, a par das incontáveis tentativas de regularização (motivo principal de procura das organizações de atendimento directo), que os seus utentes lhes apresentam. Esta situação revela a facilidade efectiva na confusão entre aquilo que pode ser tipificado como “TSH” e “exploração dos imigrantes”.

Por TSH, segundo os folhetos anti tráfico do CAIM e do SEF, os indicadores para a identificação dessa situação são: 1) ser aliciado/a e/ou pressionado/a para vir para

---

<sup>336</sup> Excerto de entrevista a Jennifer no dia 3.04.2010, e a Joy no dia 12.04.2010, no Largo do Intendente, entre as 15:00h e as 18:00h.

<sup>337</sup> Em entrevista realizada a 29.03.2010.

Portugal ou para o estrangeiro; 2) ser destituído dos seus documentos, retirados ou destruídos; 3) ser vítima de violência física, sexual, em forma de agressão ou violação; 4) ser vítima de violência psicológica, através de coacção, ameaça, imposição; 5) ser vítima de fraude ou engano e; 6) ver a sua liberdade limitada.

No que diz respeito ao ponto 1, foram detectados casos de aliciamento, através de convite, em particular para a *migração interna* das mulheres portuguesas intervenientes na pesquisa, como é o caso da Cristina, da Maria e da Manuela.

A Cristina<sup>338</sup>, de 52 anos, opera no Cais do Sodré, e é natural de Almeirim, onde conheceu “o pai dos seus filhos”, quando tinha apenas 15 anos. Este “pai dos seus filhos”, por quem se apaixona, convida-a a vir para Lisboa, onde lhe promete arranjar trabalho. Mas, uma vez chegados a Lisboa, coloca-a na prostituição, por meio de força e violência.

A Maria, de 39 anos, opera no Intendente, e é natural de Aveiro. Tal como a Cristina, conhece o “pai do seu filho”, por quem se apaixona, quando tinha 17 anos. O seu companheiro convida-a a vir para Lisboa, e assim que chegam a Lisboa, a Maria é “posta” no Intendente, a ganhar para o marido. Hoje, a Maria continua ali a operar, mas entretanto já não entrega o dinheiro ao marido, porque, segundo afirma, “depois abri os olhos. Filho para sustentar, casa para pagar”<sup>339</sup>. Mantém-se a operar no Intendente, por conta própria.

Por fim, a Manuela<sup>340</sup>, de 47 anos, opera no Cais do Sodré, e é natural de Portalegre. Novamente, já em Sacavém, para onde migra com os pais com apenas 2 anos de idade, conhece um homem por quem se apaixona, que trá-la para Lisboa, colocando-a na prostituição desde há 8 anos. Vive com o seu companheiro com quem divide o dinheiro que “é para os 2”<sup>341</sup>.

Ainda no que se refere ao “aliciamento” relativo a migrantes, a regra é o convite ou sugestão para o projecto migratório, sem pressão, sem coacção, sem violência, para as romenas, brasileiras, mas também o caso da “Russa” já referido e de uma sua colega lituana, que operaram em espaço *indoor* e *outdoor*, na Artilharia 1. Apesar da incapacidade de aproximação efectiva ao grupo das nigerianas e ganesas, parece que o *modus operandi* é o mesmo: um simples convite ou sugestão de migrar.

---

<sup>338</sup> Ver capítulo “Prostituição e Trabalho Sexual”.

<sup>339</sup> Entrevista a Maria, em espaço *outdoor*, no Intendente, realizada a 12.04.2010.

<sup>340</sup> Ver capítulo “No Cais do Sodré”.

<sup>341</sup> Entrevista a Manuela, em espaço *outdoor*, no Cais do Sodré, realizada a 17.02.2010.

Quando ao ponto 2, a ideia de destituição ou mesmo destruição de documentos, não foram detectados, relatados ou sequer referidos por terceiros quaisquer casos, excepto entre os casos investigados pelos OPCs.

Relativamente ao ponto 3, ser vítima de violência física, sexual, de agressão ou violação, todas as pessoas trabalhadoras do sexo, quer portuguesas, quer imigrantes, quer mulheres, quer transgéneros entrevistadas relataram ter sido já vítimas deste tipo de violência, não em contexto de TSH, mas em contexto da actividade prostitutiva e mesmo, nalguns casos, familiar.

Já no que diz respeito ao ponto 4, ser vítima de violência psicológica, através de coacção, ameaça, imposição, foram relatadas as histórias citadas acima, que dizem respeito a portuguesas e ainda no caso da Evelyn<sup>342</sup>, “vítima de um tráfico razoável”, não imposto, mas que sentiu uma forte pressão psicológica, enquanto não liquidou a dívida à “mãe” no Brasil.

Quanto ao ponto 5, que diz respeito a ser-se vítima de fraude ou engano, novamente foram apenas relatados casos respeitantes a portuguesas. A Edu<sup>343</sup> pode também ser integrada, num primeiro momento, neste contexto, na medida em que pensava vir trabalhar apenas para um bar, mas rapidamente percebe que “bar de alterne” (conceito que só ouve e compreende uma vez chegada a Portugal) implicava a prática do sexo. É, porém, um dos membros do movimento pelos trabalhadores do sexo, defensora da regulamentação do trabalho sexual.

Por fim, no que ao ponto 6 se refere, a “liberdade limitada” foi detectada nos relatos contados na primeira pessoa entre as mulheres portuguesas já citadas; e os relatos de terceiros sobre a situação das nigerianas e das ganesas a operar no Intendente e no Técnico, bem como sobre a situação das romenas a operar na Artilharia 1, Praça da Figueira e Martim Moniz.

Já no *Cartão de Sinalização de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos*, de autoria do OTSH, é indicado à partida que “atrás de uma narrativa pode haver uma outra história”. É um documento importante, sendo que foram auscultados as ONGs e OPCs para a produção deste material. Nestes cartões, distribuídos entre as diversas ONGs e OPCs que possam vir a confrontar-se com uma situação de TSH, nomeadamente as

---

<sup>342</sup> Ver capítulo “O encontro com o Tráfico razoável”.

<sup>343</sup> Ver capítulo “O conceito de Trabalho Sexual”.



organizações de terreno, é explicado como se pode sinalizar uma vítima deste crime, através das seguintes perguntas:

1) Como teve conhecimento do seu emprego; 2) Quem marcou a viagem?; 3) Quem e como pagou a viagem?; 4) sabe quanto pagou pela viagem?; 5) Como foi a sua viagem?; 6) Veio só ou com alguém? 7) Tem dívidas? 8) Tem cópia do contrato?; 9) Recebe o estipulado; 10) Quem lhe paga?; 11) Quem é o seu patrão/sua patroa?; 12) Quantas horas trabalha por dia?; 13) Onde estão os seus documentos? 14) Onde dorme/vive? Com quem? 15) Onde faz as suas refeições? 16) O que costuma fazer nos seus tempos livres? 17) Tem liberdade para contactar/ser contactado/a? 18) Quem sabe a morada da sua família e/ou amigos/as?

Confrontando estas perguntas com as histórias relatadas pelas pessoas intervenientes nesta pesquisa, temos fundamentalmente as seguintes respostas:

1) A maioria das pessoas entrevistadas procurou por si própria a actividade prostitutiva. Excepções são as pessoas que se prostituem, e que podem ou não estar a trabalhar noutros trabalhos “ditos normais”, mas que consideram que o trabalho sexual não é trabalho, como os casos do grupo das nigerianas e ganesas, algumas romenas e algumas portuguesas.

2) Esta pergunta refere-se essencialmente a migrantes. A maioria das pessoas minhas interlocutoras afirma terem sido elas próprias a marcar a viagem. A excepção clara é o caso da Evelyn, cuja “mãe” marcou a passagem e tratou de todos os trâmites para realização da viagem. As mulheres portuguesas já mencionadas, dado que “viajaram para Lisboa” ainda adolescentes, devem também a migração interna aos então seus companheiros.

3) A pergunta “quem pagou a viagem” acaba de ser respondida no ponto anterior.

4) A esmagadora maioria das pessoas que afirma não ter marcado a sua própria viagem, indicadas nos pontos anteriores, não sabia quanto custou a viagem.

5) A pergunta “como foi a sua viagem” é excepcionalmente lata. Imagina-se que se procure saber quais as rotas utilizadas. Como já referido, as portuguesas migrantes internas, como as romenas fizeram a viagem via rodoviária. No caso das romenas, passando por Itália, Espanha e finalmente Portugal. No caso das pessoas com nacionalidade brasileira, evidentemente a viagem foi realizada via área, com conexão

via Paris ou Milão. Por fim, o grupo das nigerianas e das ganesas afirmam ter feito a viagem via marítima, até Marrocos e daí para Portugal, em botes<sup>344</sup>.

6) A esmagadora maioria das entrevistadas afirma ter vindo só. A exceção é a Evelyn, que veio acompanhada com um casal amigo e da própria “mãe”, que depois regressa ao Brasil.

7) De todas as perguntas indicadas neste cartão, a pergunta “tem dívidas?” é a pergunta mais importante. A esmagadora maioria das pessoas colaboradoras afirma não ter contraído dívidas, mas o caso do “tráfico” encontrado – ou assim representado –, envolve a existência de uma dívida, paga num ano. É ainda através desta pergunta que se pode vir a distinguir os casos de “auxílio à imigração irregular” e o “TSH”. O primeiro exige o pagamento imediato ou adiantado. O TSH envolve em si mesmo a existência de uma dívida, sempre inflacionada.

8) Perguntar se um trabalhador do sexo, no caso, uma prostituta ou prostituto, “tem cópia do contrato” não faz, neste momento, qualquer sentido (visto este trabalho ainda não ser regulamentado). Já para migrantes “laborais”, é uma pergunta charneira. A maioria dos testemunhos ouvidos, nomeadamente na SOLIM, não tem qualquer contrato, sendo “mão-de-obra” barata, particularmente se estiver em situação irregular, o que serve como ameaça para despedimento e denúncia às autoridades.

9) A pergunta “recebe o estipulado” é outra questão que não faz sentido perguntar às pessoas trabalhadoras do sexo. Normalmente, recebem o estipulado, consoante o espaço que ocupam no mapa prostitucional. Novamente, no caso dos migrantes “laborais”, a pergunta é fundamental e normalmente a resposta é negativa, levando, de resto, vários casos presentes ao Tribunal do Trabalho pelas ONGs e pela própria ACT.

10) A pergunta “quem lhe paga” para as minhas informantes é, evidentemente, o cliente.

11) A pergunta “quem é o seu patrão/sua patroa” é novamente uma pergunta que fará sentido perguntar a “trabalhadores normais” e não a trabalhador@s do sexo, que trabalham de forma autónoma.

12) A pergunta “quantas horas trabalha por dia” para o caso das colaboradoras nesta pesquisa varia muito: algumas das pessoas não trabalham todos os dias; algumas trabalham 3 a 4 horas; a maioria trabalha como qualquer outro trabalhador, cerca de 8 a 10 horas; e finalmente, algumas, porque querem abater as dívidas contraídas, porque

---

<sup>344</sup> De resto, como relatado frequentemente por “imigrantes laborais”, originários de África.

precisam de adquirir o dinheiro necessário para pagar rendas e contas do mês, ou porque pretendem “comprar rapidamente casa, carro com 0 quilómetros, e abrir novo negócio no país de origem”, trabalham ocasionalmente por 24 horas, como se pode conferir nos anúncios dos Classificados para adultos, nomeadamente no *Correio da Manhã*. A flexibilidade de horários é, no contexto do trabalho sexual, um importante aliciante.

13) A pergunta “onde estão os seus documentos” será porventura pertinente no combate a situações que possam configurar TSH, mas não foi detectado, no contexto deste estudo, qualquer situação de destituição ou destruição de documentos. De resto, sendo que muitas das pessoas migrantes a operar na área do sexo (e não só) estão irregulares, talvez seja mais pertinente, depois de criada a confiança necessária, perguntar se a pessoa *tem* documentos, oferecendo de seguida apoio para a aquisição da documentação, que é precisamente o que todos os migrantes em situação irregular pretendem. Não esqueçamos que muitas situações de irregularidade advêm de atrasos nos procedimentos do próprio SEF.

14) À pergunta “onde dorme/vive?”, a maioria das pessoas envolvidas na pesquisa respondeu em a) casa própria e; b) em quartos de pensões.

15) A pergunta “com quem” varia entre os nacionais e as imigrantes: as primeiras vivem normalmente com a família; as segundas, sozinhas, ou com colegas e amigas de trabalho. Entre as imigrantes, algumas também vivem com a família, que entretanto conseguiram reagrupar em território nacional, como é o caso da Edu.

16) A pergunta “onde faz as suas refeições” recebe normalmente por resposta: a) em casa; b) em restaurantes; c) na rua (como é o caso de algumas nigerianas e ganesas que fazem as suas refeições de *fast food*, junto ao Largo do Intendente, ou se dirigem ao espaço das Irmãs Oblatas para aí “fazerem um lanchinho”).

17) A pergunta “o que costuma fazer nos seus tempos livres” recebe normalmente por resposta: a) estar com a família, os filhos e os netos; b) passear, ir à praia; c) descansar.

18) A pergunta “tem liberdade para contactar/ser contactado/a”, entre a população prostitucional é irrelevante. O contacto, nomeadamente via telefone, é o mais fundamental para a prossecução da actividade prostitutiva. Ocorreu apenas uma vez uma prostituta romena receber uma chamada assim que nos aproximamos, para controlo evidente da interacção com a equipa de proximidade (no caso, nos giros da UMAR)<sup>345</sup>.

---

<sup>345</sup> Ver capítulo “Giros da UMAR”.

De resto, passe a metáfora, o telemóvel é o melhor amigo das pessoas trabalhadoras do sexo.

19) Será pertinente a pergunta “quem sabe a morada da sua família e/ou amigos/as”, mas não foi pergunta realizada nesta pesquisa.

Claro está, estou certa à partida, que muitos dos leitores defenderão a tese de que o que acaba de ser exposto é tráfico. Mas como um trabalhador do sexo imigrante esclareceu certa vez, “*o que pode ser exploração ou tráfico para ti, pode ser uma oportunidade para mim*” (Tiago, Lisboa, 11.03.2013). Foi adoptada nesta pesquisa a igualdade como palavra-chave no interface com todos os interlocutores. Foram distribuídos folhetos anti-tráfico, amavelmente enviados a meu pedido pela CIG, para que as pessoas tivessem acesso à informação e conhecimento dos seus direitos. Mas todos os colaboradores, elementos de Ministérios, Órgãos de Polícia Criminal, técnicos sociais de ONGs, académicos, activistas, prostitutas e prostitutos, todos foram tratados da mesma forma, com o mesmo respeito e sem qualquer forma de vitimização.

É certo que a ideia de exploração está hoje presente na mente de todos. Mas a globalização, sistematicamente apontada como a “culpada” de situações de exploração e de TSH, gera incompreensivelmente uma série de pânicos sociais. Se o TSH, em particular para fins de exploração sexual, é um problema tão grave como muitas das organizações auscultadas defendem, porque é que os movimentos e sindicatos dos próprios trabalhadores do sexo negam essa realidade apresentada de forma alarmante (com a apresentação de milhares ou milhões de vítimas<sup>346</sup>), defendendo, de resto, que se trata de um discurso que serve apenas o propósito de violentar os próprios trabalhadores do sexo, sejam ou não imigrantes?<sup>347</sup>

## 15. Globalização e Pânicos Sociais:

A globalização é, seguindo a proposta de Boaventura Sousa Santos, plural. Isto é, não existe *uma* globalização. O que existem são globalizações, com diferentes

---

<sup>346</sup> Ver em: [http://www.unodc.org/brazil/pt/pressrelease\\_20072503.html](http://www.unodc.org/brazil/pt/pressrelease_20072503.html) (consultado pela última vez a 23.03.2013).

<sup>347</sup> Ver <http://www.nswp.org/>, <http://www.nswp.org/news-story/us-trafficking-persons-tip-report-sex-worker-rights-perspective>, <http://www.sexworkereurope.org/search/node/human%20trafficking>, <http://www.youtube.com/watch?v=95F7G-Gl8sE>, <http://www.youtube.com/watch?v=1vAq189UwKl>, <http://www.youtube.com/watch?v=dZcWijGOIz8>, <http://www.youtube.com/watch?v=Yt4OPoHmpRg>, <http://www.lauraagustin.com/> (consultados pela última vez a 22.03.2013).

velocidades e padrões ou, por outras palavras, processos globais localizados. Consideramos com facilidade que a globalização opera de forma diferente, por exemplo, entre a Europa de Leste e a Europa Ocidental. Segundo o autor, a globalização são “conjuntos diferenciados de relações sociais” (Santos, 1997: 107), é “o processo pelo qual determinada condição ou entidade local consegue estender a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar local outra condição social ou entidade rival” (Idem: 108). Globalização é poder. Ou seja, é ter o direito a partilhar o acesso ao poder. A globalização é o poder de alcançar a “chance inédita de repensar territorialidades, o enraizamento, a tradição e a cultura que lhe são ligadas” (Leenhardt, 2002: 33) e a capacidade, o direito de viver essa outra possibilidade espacial e cultural. Porque é também a promessa de interligação, inter-relação e indivisibilidade. A promessa de tudo e todos estarem interligados não é igual para uma nigeriana e uma portuguesa. Mas a promessa, a ideia de globalização é essa: tudo está interligado. No mundo global, com as facilidades e transformações tecnológicas na área das comunicações e com a maior facilidade em viajar, ideias, pessoas e bens cruzam linhas imaginárias que determinam áreas do globo. É um factor que tem vindo a ser sistematicamente apontado como um facilitador para a prática do TSH em si mesmo.

Um factor que contribui para a maior abrangência do tráfico é a globalização. Os desenvolvimentos tecnológicos facilitaram as comunicações, conduzindo, por exemplo, ao aumento das emissões televisivas e a uma maior utilização de telemóveis. Viajar tornou-se também muito mais fácil e rápido do que em épocas anteriores. Além disso, *a globalização elevou os padrões de vida no mundo desenvolvido, embora este fenómeno tivesse sido acompanhado por um aumento da desigualdade, à escala global e nacional*<sup>348</sup>. A globalização contribuiu também para a redução de barreiras ao comércio internacional e aos movimentos de capitais. Esta situação não foi acompanhada por uma acção política similar, no sentido de aplicar restrições à migração (OIT, 2006: 9).

Atenda-se à contradição exposta: a globalização elevou os padrões de vida da área desenvolvida do globo, ao mesmo tempo que aumentou a desigualdade em toda a parte. A história e a capacidade científica e tecnologia da espécie humana são hoje incompatíveis com a realidade social. É incoerente que tenhamos os conhecimentos para, por exemplo, minimizar os efeitos da fome, e não estejam a ser aplicados, em nome de faltas de financiamento ou interesse social e humanitário. A redução de barreiras é atribuída apenas a propriedades, e menos a pessoas. Apesar de tudo, ou por

---

<sup>348</sup> Nossa ênfase.

isso mesmo, as migrações tendem a ser parte do nosso dia-a-dia. Ideias, pessoas e bens transpõem fronteiras. Há tendência para acreditar que as migrações transfronteiriças são hoje mais acentuadas como resultado da globalização. Mas, na verdade, estes movimentos têm caracterizado a história humana.

A mudança, a transformação é talvez a característica que melhor define os tempos modernos, diz Goddart (2000). Mais importante ainda, não são apenas bens materiais, serviços e pessoas que constroem a gênese do sistema global. Há elementos culturais que circulam também, que nascem, crescem e consagram novos espaços. Também moldam o mundo. E comunicam outras etapas de consciencialização aos indivíduos que povoam os diferentes espaços, e estabelecem diferentes sistemas vividos (Goddart, 2000: 2). As globalizações são produto de imagens que conosco comunicam, de ideias sobre o que é um bom padrão e boas condições de vida. Bens materiais e simbólicos, trabalho, comércios e mercados, educação e segurança, todos constroem, através das novas tecnologias, uma ideia de o que é viver bem. Se é verdade que “não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, uma imersão cultural específica” (Santos, 1997: 108), também é verdade que a construção da ideia do que a vida deve ser e oferecer decorre igualmente de uma visão cultural (Ribeiro, 1998: 30; Lopes, 2006: 14). Tendencial, cultural ou hegemonicamente, trata-se do estilo de vida ocidental (Raposo e Togni, 2009: 32). Boaventura Sousa Santos sublinha que a globalização é também a história dos “vencedores” (Santos, 1997: 108).

A extensão das novas tecnologias da informação e as acessibilidades de viagens criaram uma nova rede de espaços globais nos interstícios da vida metropolitana em todos os continentes, habitadas por um círculo crescente de profissionais transnacionais. A partir da óptica dos arranha-céus da economia corporativa e da cultura empresarial, a cidade lá em baixo parece ser habitada por um turbilhão de populações imigrantes, que concorrem a empregos de baixos salários, numa economia urbana cada vez mais informalizada, ao mesmo tempo que o Estado renuncia as suas funções sociais. Os imperativos económicos e políticos combinados parecem varrer particularidades de tempo e lugar para gerar resultados em todos os lugares comuns: a heterogeneidade étnica, racial e cultural crescente, cosmopolita, juntamente com a polarização social e espacial (Oncu e Weyland, 1997: 1). É a face visível da promessa da globalização, a coabitação com a diferença.

O contexto global implica mudanças ao nível territorial. As fronteiras são redefinidas por meio do trabalho e da migração, através do consumo de produtos globais, através de

mudanças na constituição e no carácter da área social (Goddart, 2000). Ao nível mais geral, é possível pensar a globalização em termos de movimento e de circulação, de encontros, da complexidade dos entrecruzamentos de fluxos, alguns dos quais capital e comércio, alguns dos quais pessoas, e alguns sinais, símbolos, significados e mitos. A globalização implica movimento e circulação. E poder, ou seja, a relação entre diferentes grupos sociais distintos e esses fluxos e movimento. Globalização e localização não são processos singulares, homogéneos e opostos, a serem caracterizados ordenadamente pelas suas essências antagónicas (Oncu e Weyland, 1997: 3). Em vez de serem mutuamente exclusivas, elas estão “uma” na “outra”, de tal forma que a sua interpenetração é tão importante como a sua diferenciação (Idem: 2). Marildo Nercolini refere que a difusão do consumismo, seja de carácter real ou imaginado, concorre para um efeito de “supermercado cultural” e desvincula as identidades de tempo e espaços restritos (Nercolini, 2006: 126). Há também aqui uma dimensão de controlo e de iniciação. A inserção dos diferentes grupos sociais no palco mundial ou local reflecte e reforça as relações de poder existentes, através de imagens e papéis protagonizados (Canclini, 1995; Nercolini, 2006). Quando o estilo de vida pretendido não é passível de existir nos países de origem, as pessoas tendem a escolher e a optar por migrar.

Ora, apesar da necessidade de “mão-de-obra barata” nos países ditos desenvolvidos, nomeadamente em Portugal<sup>349</sup>, a imigração é apresentada como um grave problema. Só na União Europeia, e como já foi indicado, estima-se que existam 8 milhões de imigrantes ilegais<sup>350</sup>. Como tal, o Programa de Estocolmo, a agenda da justiça e dos assuntos internos da UE apresenta, entre as suas principais preocupações, o controlo das fronteiras e o combate à imigração irregular<sup>351</sup>.

De notar, neste contexto, que a literatura e os relatórios existentes sobre o TSH e o trabalho sexual referem a crescente prostituição estrangeira na UE e em Portugal. Curiosamente, dado que tanto os imigrantes irregulares como @s trabalhador@s do sexo se encontram nas margens, as suas vozes são afastadas e mesmo silenciadas do próprio debate sobre o tráfico de pessoas.

---

<sup>349</sup> Isto é, há quem defenda que sem mão-de-obra barata “não há emprego para ninguém”, como afirmou Belmiro de Azevedo em 2013 (ver em: [http://economico.sapo.pt/noticias/se-nao-for-a-maodeobra-barata-nao-ha-emprego-para-ninguem\\_165121.html](http://economico.sapo.pt/noticias/se-nao-for-a-maodeobra-barata-nao-ha-emprego-para-ninguem_165121.html) (consultado pela última vez a 23.03.2013).

<sup>350</sup> <http://www.the-eu-and-me.org.uk/whats-in-it-for-me/fighting-crime/external-border-agency> (consultado pela última vez a 23.03.2013). Em Portugal, o número de imigrantes ilegais é, segundo os dados oficiais da Presidência e do SEF, “indeterminado” (ver em: <http://www.presidencia.pt/?idc=24&idi=1743#> [consultado pela última vez a 23.03.2013]).

<sup>351</sup> Ver em: [http://ec.europa.eu/news/justice/090610\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/news/justice/090610_pt.htm) (consultado pela última vez a 23.03.2013).

Tanto a imigração irregular como a própria prostituição criam pânicos morais e, portanto, sociais devido ao alarme divulgado, numa primeira instância por instituições internacionais e governos e, num segundo momento, pelos *media*, acerca das explorações, violências e criminalidades imputados a estas populações.

O pânico social ou moral<sup>352</sup> é resultado de uma ansiedade ou medo na sociedade, por motivos “morais”. Baseiam-se na criação do sentimento da existência entre si de um grupo social marginal, uma ameaça para a sociedade e para a ordem moral devido ao seu comportamento. Este grupo estigmatizado é reflexo de uma identidade deteriorada (Goffman, 2009 [1963]; Melo, s.d: 1-4)<sup>353</sup>. Por solução, devem ser tomadas medidas dirigidas a esse grupo e à sua conduta. Comumente, tal resulta no reforço do aparato do controlo social da sociedade, nomeadamente mais legislação e reforço das leis existentes, maior hostilidade e condenação, mais policiamento e mais detenções. Se a sociedade se tornou moralmente permissiva, então é necessário um reavivar dos valores tradicionais. Se pessoas inocentes são vítimas de crimes, a repressão sobre os perpetradores deve resolver a situação (Goode e Ben-Yehuda, 1994: 31). O encerramento espacial, normalmente periférico ou marginal, é apontado como a solução para os problemas desta natureza.

É ao sociólogo Stanley Cohen que devemos a sistematização do conceito de pânico moral – ou “pânico social”, na medida em que a moralidade contamina a realidade social – quando, em 1972, o utiliza para caracterizar as reacções exacerbadas dos *media*, do público e dos agentes de controlo social face às desordens juvenis que ocorreram na Grã-Bretanha dos anos 1960 (Cohen, 1972). Este conceito envolve a aplicação e divulgação de medos e produz implicações na vida das pessoas que constituem os grupos sociais promotores dos pânicos sociais, sejam imigrantes, minorias étnicas, minorias sociais de género (nomeadamente, as mulheres e os transgéneros), maiorias sociais de ausência de propriedade (os pobres), que em comum têm a designação de *Outro*. É a demonstração de que a moralidade polui.

Existem teorias que defendem que o pânico moral é produzido por uma elite ou um grupo de interesse, que deliberada e conscientemente empreende uma campanha para a criação e manutenção de uma preocupação, medo e pânico sobre a sociedade civil acerca de um tema que os próprios sabem não ser terrivelmente prejudicial para a

---

<sup>352</sup> Ver p. 213.

<sup>353</sup> Documento disponível em: <http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/anaispdf/estigmas.pdf> (consultado pela última vez a 28.03.2013).



sociedade como um todo. Normalmente, este tipo de campanha é destinada a desviar a atenção dos verdadeiros problemas na sociedade, cuja solução poderia ameaçar ou prejudicar os interesses da elite (Goode e Ben-Yehuda, 1994: 135). Se assim é, a primeira tarefa na investigação de casos de aparente pânico social é tentar compreender as percepções das pessoas envolvidas, sem juízos pré-definidos sobre as suas crenças ou motivações.

Alguns exemplos de pânicos sociais são a ideia de tráfico humano, relacionado com prostituição e imigração, como um crime de elevada ocorrência sobre migrantes e prostitutas, em especial mulheres e crianças. A ideia que estes três últimos conceitos (TSH, prostituição e imigração) formam um pânico social é exactamente a mesma que deu origem ao conceito de trabalho sexual<sup>354</sup>.

Como já referido, o conceito de trabalho sexual surge nos anos 1970, proposto por Leight<sup>355</sup>, com o objectivo de reivindicar algo inexistente neste campo: direitos humanos e laborais. “Trabalho Sexual” significa que “a prostituta é uma profissional e, enquanto tal, pagam-lhe para que ela efectue um serviço; esse serviço implica o uso do corpo” (Oliveira, 2009: 129).

Porém, as mulheres, homens e transexuais (quer sejam ou não imigrantes) que trabalham no mercado sexual têm vindo a ser tratadas dentro de classificações como as da criminologia, associadas a redes de tráfico e de exploração sexual (Pereira, 2005; Santos, 2007). Os migrantes que vendem sexo surgem como uma categoria que tem vindo a ser negligenciada pelos estudos de migração e diáspora (Agustín, 2006; 2007).

As estratégias de governamentalidade aliadas às técnicas de anti-cidadania, promovidas com Directrizes, Directivas de Retorno e maiores restrições para o caso das migrações, por um lado, e a perpetuação da invisibilidade sobre as pessoas trabalhadoras do sexo, por outro lado, promovem violações aos direitos humanos, estabelecendo um clima de silêncio e de medo em denunciar violações e outros crimes (Handman e Mossuz-Lavau, 2005; Ditmore, 2006). De facto, o estigma interligado à oferta de serviços sexuais a troco de dinheiro funciona como um mecanismo simbólico e ideológico poderoso de repressão e controlo sobre um modo de vida que não está conforme as normas, os valores sociais hegemónicos e os cânones morais, sendo, portanto, concebido como desviante (Ribeiro e Sacramento, 2005). Neste sentido, é

---

<sup>354</sup> Ver capítulo “O conceito de Trabalho Sexual”.

<sup>355</sup> Ver biografia no site: [http://www.bayswan.org/Leigh\\_bio.html](http://www.bayswan.org/Leigh_bio.html) (consultado pela última vez a 18.02.2013).

urgente considerar não só os processos de acesso e circulação de pessoas nos mercados do sexo europeus, mas também os seus processos de incorporação nos países de acolhimento, os quotidianos de vida e de trabalho, procurando os significados e significâncias das suas experiências intra e trans migratórias, através de métodos etnográficos, procurando descrever as diversidades das experiências (Ribeiro *et al.*, 2005). A exclusão social a que estas pessoas são expostas pelas suas próprias sociedades decorre precisamente da não concessão igualitária de direitos cívicos, sociais, laborais e culturais aos seus membros (Oliveira, 2008: 329; Kempadoo, 2005).

O trabalho sexual não é reconhecido como um trabalho e os trabalhadores do sexo não têm voz própria, não estão associados, nem têm um sindicato que os represente, estão excluídos da segurança social e do sistema fiscal, não têm um acesso garantido ao crédito bancário e estão ainda, com frequência, privados do seu direito à justiça. A marginalização é, então, sintoma de injustiça social (Oliveira, 2008: 336).

Reconhecer a prostituição como um trabalho, como defendem as organizações pelos direitos dos trabalhador@s do sexo, seria seguramente um dos passos para a inclusão social das pessoas que a praticam. Permitiria, com segurança, que as pessoas trabalhadoras do sexo colaborassem com os agentes sociais e as autoridades competentes para a identificação de situações de exploração e violência. Permitiria também apoiar quem nesta actividade se encontra contra-vontade, sem medo de represálias sobre a vítima, nem a denunciadora. Continuar a negar a cidadania plena a todas estas pessoas é uma aberrante violação dos direitos humanos.

Ficam por responder algumas perguntas, tais como que pressões migratórias existem nos países de origem, quem quer efectivamente migrar para onde e com que perspectivas de trabalho e de vida, mas também quais as relações existentes entre a migração legal e ilegal, bem como os impactos das políticas tomadas nas vidas dos migrantes. A Amnistia Internacional é uma das organizações que aponta o dedo ao papel das medidas restritivas para a imigração, rumo ao ocidente prometido, para o conseqüente potencial aumento de situações que configurem tráfico humano.

As medidas anti-tráfico têm-se revelado contraproducentes para a segurança das pessoas que pretenderiam proteger (Kempadoo, 1998 e 2005; Goodey, 2003; Chapkis, 2003; Dottridge, 2007: 2; Friesendorf, 2007; Howard e Lalani, 2008; Surtees, 2008; Gramegna, 2008), o que parece confirmar a existência de “agendas escondidas” de boa

vontade ineficaz (Agustín, 2004). Nem todos os imigrantes, nem todas as pessoas trabalhadoras do sexo são vítimas de tráfico. São sim, na sua maioria, trabalhadores precários, que enfrentam vários tipos de abusos e violências (Bidman e Doezema, 1997; Brock *et al.*, 2000; Bruckert e Parent, 2002; Agustín, 2006, 2007).

A manutenção de todas estas pessoas nas “margens”, no seio da sociedade da normalização, sempre em nome, claro está, dos Direitos Humanos revela-se assim apenas um discurso, de carácter ideológico ou político. Contudo, como defende Foucault, a política é continuação da guerra, por outros meios que não os bélicos (Foucault, 2006: 60). Tendo por pano de fundo esta última afirmação, e porque de facto não é possível, nem aceitável enveredar por uma pesquisa desta natureza, sem o envolvimento efectivo na tentativa de melhorar ou transformar as vidas das pessoas colaboradoras desta pesquisa, categorizadas como marginais, procurou-se dar voz a quem é silenciado. Assim, dado o envolvimento com as pessoas trabalhadoras do sexo e as *potenciais* vítimas de exploração, nomeadamente sexual, quer sejam mulheres, homens ou transgéneros, quer nacionais e imigrantes, encontradas no decorrer da pesquisa, o quadro epistemológico que acompanha toda a investigação é, como já indicado na Introdução, a antropologia aplicada ou implicada.

## **16. Antropologia Aplicada:**

A antropologia aplicada pretende intervir no processo de construção de políticas sociais (Lamphere, 2004), através da pesquisa participativa de acção (Hemment, 2007). É neste contexto de investigação-acção que de investigadora torno-me investigadora-activista pelos direitos das mulheres<sup>356</sup>, dos imigrantes e membro da Rede sobre o Trabalho Sexual, representando-a em encontros nacionais e internacionais<sup>357</sup>. Do espaço da universidade decidi, como Yunus, “deparar-me com o mundo real” e agir (Yunus, 1997: 17), aliando-me activamente aos movimentos sociais que lidam com e lutam pelos direitos das pessoas imigrantes e das pessoas trabalhadoras do sexo.

---

<sup>356</sup> Ver Marcha Mundial das Mulheres, concentração a 8 de Março de 2010, Dia Internacional das Mulheres, disponível em: <http://www.solimigrante.org/categoria/actividades/mulheres-imigrantes>

<sup>357</sup> Nomeadamente na Conferência da *Sex Worker Open University*, em Londres, em Outubro de 2011, com programa disponível em: <http://www.sexworkeropenuniversity.com/presentations-at-swou-2011.html> e vídeo em [http://www.youtube.com/watch?v=ixUeypoSN\\_I](http://www.youtube.com/watch?v=ixUeypoSN_I) (consultado pela última vez a 23.03.2013); e na Conferência *Sex Work and Human Rights*, organizada pela Pembe Hayat, em Março de 2012, em Ankara, Turquia, cujo Relatório do Simpósio encontra-se disponível em: [http://xa.yimg.com/kq/groups/2645165/24468312/name/PembeHayat\\_MartBrosur.pdf](http://xa.yimg.com/kq/groups/2645165/24468312/name/PembeHayat_MartBrosur.pdf) (consultado pela última vez a 23.03.2013).

Alguns desses momentos concretos foram a participação na organização da manifestação pelos Direitos das e dos Imigrantes, em 2009; mas também a participação na Marcha Mundial das Mulheres, em 2010; e, finalmente, a associação com a Rede sobre o Trabalho Sexual, cuja primeira campanha nacional surge em 2012.

Trata-se de momentos em que se entrecruzam as categorias de vulnerabilidade, relacionadas com globalização e os direitos de todos os imigrantes; mas também com o género e os direitos de todas as mulheres; bem como com a liberdade laboral e a defesa dos direitos de todas as pessoas trabalhadoras do sexo.

## 16.1. Participação na organização e na Manifestação pelos Direitos dos/as Imigrantes, 15 de Março de 2009:

# MANIFESTAÇÃO

pelos **DIREITOS** dos/as imigrantes

domingo, 15 março, 15H  
MARTIM MONIZ

pela  
**REGULARIZAÇÃO**  
trabalho com direitos  
reunião familiar  
direito ao voto  
contra a xenofobia



**SEM DIREITOS IGUAIS TODOS PERDEMOS**

São vários os problemas que os/as imigrantes enfrentam:

- **Milhares de imigrantes continuam à espera de regularização.** Sem documentos ficam sujeitos/as à clandestinidade, sem direitos e sem protecção social.
- **Muitos homens e mulheres são impedidos a viverem em família,** pelo facto de serem pobres e vítimas da exploração dos patrões.
- **Continuam a pagar valores exorbitantes na aquisição e renovação dos seus documentos,** violando-se o princípio da igualdade.
- **Salvo algumas excepções, os/as migrantes não têm direito ao voto,** o que limita os seus direitos de cidadania.

Tudo isto contribui para uma maior exclusão social, pobreza e marginalidade, que só alimentam a xenofobia e o racismo - usando os/as migrantes como bodes expiatórios para os problemas gerais da sociedade. Por tudo isto, aumenta a insatisfação e revolta, especialmente junto dos jovens descendentes que continuamente sofrem os efeitos da guetização e exclusão.

**Porque os/as migrantes não podem servir apenas para trabalhar e descontar, é necessário sair à rua!**

**Organização:** AAMA- Ass. Amigos Mulher Angolana, AHCD- Acção Humanista Coop. e Desenv.; Alternativa Libertária; Ass. Caboverdeana Lisboa; Ass. Cubanos Res. Portugal; AGUINENSO- Ass. Guineense Solid. Social; Ass. Luso-Senegaleza; Ass. Lusofonia Cultura e Cidadania; ANPRP- Ass. Naturais do Pelundo Res. em Portugal; Ass. Origs do Togo; Ass. Res. Guiné-Conacri Portugal; Ass. Solidariedade Caboverdeana Margem Sul; Ass. Ucrrianos em Portugal; Ballet Pungu Andongo; Casa do Brasil de Lisboa; CGTP- Inter Sindical; Colectivo Mumia Abu-Jamal; Frente Anti-racista; GAFFE- Grupo A Formiga Fora da Estrada; KHAPAZ; Mulher Migrante; Obra Católica Port. de Migrações; Olho Vivo; Plataforma GUETTO; Solidariedade Imigrante- Ass. Defesa Direitos Imigrantes; SOS Racismo; UMAR- União de Mulheres Alternativa e Resposta.

Após algumas reuniões na SOLIM, entre a organização para esta manifestação, contou-se com a AAMA - Ass. Amigos da Mulher Angolana; AHCD – Acção Humanista Coop. e Desenvolvimento; Alternativa Libertária; Ass. Caboverdeana Lisboa; Associação Cubanos Residentes em Portugal; AGUINENSO - associação guineense Solidariedade Social; Ass. Luso-Senegaleza; Ass. Lusofonia Cultura e Cidadania; ANPRP - Naturais do Pelundo Res. em Portugal; Associação Origs do Togo; Ass. Res. Guiné-Conacri Portugal; Ass. Solidariedade Caboverdeana Margem Sul; Ass. Ucrrianos em Portugal; Ballet Pungu Andongo; Casa do Brasil de Lisboa; CGTP - Inter sindical; Colectivo Mumia Abu-Jamal; Frente Anti-racista; GAFFE - Grupo AA formiga fora da estrada; KHAPAZ; Mulher Migrante; Obra Católica Port. de Migrações; Olho Vivo; Plataforma GUETTO; Solidariedade Imigrante - Ass. Defesa Direitos Imigrantes; SOS Racismo; UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta. O movimento associativo ligado aos imigrantes e mulheres está bem consolidado. A manifestação ganhou corpo, gritou-se “Documentos para todos” e “Direitos Iguais”. Não obteve grande reacção mediática.

## 16.2. Dia Internacional da Mulher, 8 de Março de 2010:



2.1. Produção de cartazes para o Dia Internacional das Mulheres



2.2. Rossio, Lisboa, 8 de Março de 2010, Dia Internacional das Mulheres<sup>358</sup>

Foi a pretexto da organização e participação na Marcha Mundial das Mulheres, em 2010, que saio ao campo para fazer as primeiras perguntas às pessoas trabalhadoras do sexo de Lisboa, perguntando directamente se são a favor ou contra a regulamentação da prostituição, e assim descortinar representações sobre a actividade e a sua auto representação. Depois de recolher as repostas, optei por um cartaz inédito, junto a uma causa a si ligada: o TSH. Não teve particular adesão, nem reacção mediática.

<sup>358</sup> Disponível em: <http://www.solimigrante.org/categoria/actividades/mulheres-imigrantes> (consultado pela última vez a 23.03.2013).

**16.3. Rede sobre o Trabalho Sexual<sup>359</sup> – Apresentação da I Campanha da RTS na Pensão Amor, Lisboa, a 17 de Dezembro de 2012, Dia Internacional contra a Violência sobre @s Trabalhador@s do Sexo<sup>360</sup>:**



Auscultadas as organizações que compõem a RTS, em função da informação recolhida nas saídas de terreno, com os seus colaboradores e utentes, opta-se por criar um vídeo que envolve uma estudante de medicina operadora de linha erótica, uma atriz porno, um stripper, uma prostituta. Gostavam de ter direito a férias, de ter direito a uma reforma, de não ter de esconder o que fazem, obrigando-se a vidas duplas, por falta do reconhecimento do trabalho sexual como trabalho.

A ironia é que esta batalha, cívica e laboral, faz-se ao nível da moralidade, sempre em nome dos direitos humanos. É em nome dos direitos humanos que se ignora e marginaliza as pessoas trabalhadoras do sexo.

<sup>359</sup> A RTS encontra-se no Facebook, em: <https://www.facebook.com/pages/Rede-sobre-Trabalho-Sexual/104752259637059?fref=ts> (consultado pela última vez a 23.03.2013).

<sup>360</sup> Vídeo da Campanha “Trabalho Sexual é Trabalho”, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=HUU3Um1PwAY> (consultado pela última vez a 23.03.2013).



## Conclusão

### Só os Direitos podem parar os Erros

- Hello, my name is Melissa. And I am a sex worker. I've been a sex worker for the last 4 years. And actually... you know? I do enjoy my job. It's not the best job in the world. And it's not the worst job in world...
- [Voice-Over]: All prostitution is rape that is paid for!
- ...What was I saying? Ah! It's not a bad job. If I have 10 clients a week, it's a good week. I make my own money, I'm my own boss. That's something I really enjoy...
- [Voice-Over]: You are all victims! You need to be rescued!
- ... But this is the job I decided to do now.
- [Voice-Over]: You suffer from a false consciousness!
- That... hmm... Argh... It gives me freedom and time to do other things that I like. Like activism.
- [Voice-Over]: You are owned by pimps!
- But actually... I'm not!!
- [Voice-Over]: You've all been abused as a child!
- Ok, this one is true, but that doesn't mean... My sister was abused as a child and now she's a police officer!!
- [Voice-Over]: The happy hooker is a myth!
- I'm getting confused and worried... getting interrupted... So, I was saying, it's not the greatest job in the world but...
- [Voice-Over]: IT'S NEVER A CHOICE! YOU HAVE NO CHOICE! IT'S NEVER A CHOICE!  
SILENCE!!!<sup>361</sup>

A performance realizada por trabalhadores do sexo imigrantes em Londres, cujo excerto acaba de ser exposto, é uma metáfora do sentimento de imposição do silêncio sobre as pessoas trabalhadoras do sexo, quer sejam nacionais ou imigrantes, pela indústria do resgate social (Agustín, 2007; Schaffhauser, 2010; Doezema, 2010; Mai, 2013). Melissa, protagonista da performance, é uma das inúmeras pessoas trabalhadoras do sexo que se exilou para Inglaterra, depois de implantadas as leis anti prostituição ou abolicionistas em França, seu país de origem.

---

<sup>361</sup> Excerto da Performance “Out of the brothel, into the streets”, por Melissa e Heidi Hoefinger, uma “reflexão sobre o poder repressivo, a liberdade sexual e cruzadas morais” no Arcola Theatre, por ocasião do *II Sex Worker Open University*, Londres, a 15.10.2011. O programa do evento encontra-se disponível em:

[https://docs.google.com/document/d/1juEqIPAMrbwvLPecYEBiy\\_YnZM0IYhMy8lj-ATOMsrU/edit?hl=en\\_US](https://docs.google.com/document/d/1juEqIPAMrbwvLPecYEBiy_YnZM0IYhMy8lj-ATOMsrU/edit?hl=en_US) e o programa das performances em: <http://www.sexworkeropenuniversity.com/sex-work-is-work--video-and-performance-night.html> (consultados pela última vez a 7.04.2013).



A globalização é o regime mundial em que vivemos. Significa isto que bens, pessoas e ideias transpõem fronteiras e geram novas realidades. Algumas positivas, como a possibilidade que acaba de ser exposta. Outras negativas, baseadas no medo, na ideia de imoralidade, do estranho, do desconhecido, do Outro. A hipótese deste estudo integra-se na segunda categoria de realidades criadas, negativas, alarmantes, objecto de estudo e combate na área dos Direitos Humanos, cujo primeiro artigo da Carta Universal é “todos nascem livres e iguais”.

O interesse que o fenómeno do TSH gera promove a criação de políticas públicas que têm graves implicações e efeitos negativos nas vidas das pessoas que precisamente pretendiam defender. Em nome da defesa das pessoas potencialmente traficadas, criam-se leis que restringem o direito à imigração e, por outro lado, perpetua-se a marginalização das pessoas trabalhadoras do sexo. Em nome do combate ao tráfico, sempre sob o véu discursivo dos Direitos Humanos, o que na realidade se está a combater é, por um lado, a livre circulação de pessoas e, por outro, a actividade voluntária na indústria do sexo (Levine, 1993; Kempadoo e Doezema, 1998; Doezema, 2000; Agustín, 2007; Weitzer, 2007).

Porém, chegados aqui, é evidente que o TSH existe. Mas é um problema menor, em Portugal, quando comparado com a violência e criminalidade mais frequente, mais quotidiana e, por isso mesmo, tão menos fascinante. Contudo, e porque de facto o conceito é recente, os actores pessoais e institucionais que lidam com este fenómeno e, por consequência, os meios de comunicação e a opinião pública continuam a confundir o conceito de tráfico de pessoas com exploração sexual e prostituição *de mulheres*, quando deveria já estar integrado nos discursos anti-tráfico o conceito de trabalho sexual. Apesar de a prostituição em Portugal não ser proibida, sofre uma tremenda invisibilidade legal e social. Os homens e os transgéneros também se prostituem, mas a estes grupos não são dirigidos apoios específicos, no contexto do combate ao TSH.

TSH significa sumariamente a angariação, o transporte, o alojamento e a exploração. Hoje, em termos legais, as *potenciais* vítimas de tráfico são quaisquer pessoas, em situação precária ou de vulnerabilidade, angariadas, transportadas, alojadas e exploradas para fins de exploração sexual ou laboral, mas também para a mendicidade, para a servidão doméstica e para o tráfico de órgãos. As vítimas podem ser mulheres, homens, transgéneros<sup>362</sup>. Podem ser portugueses ou imigrantes. A Evelyn<sup>363</sup>, a única pessoa que

---

<sup>362</sup> Não foram encontradas crianças no decorrer da pesquisa.

<sup>363</sup> Ver Capítulo “O Encontro com o Tráfico Razoável”.

se representou como “vítima de tráfico”, não denunciou o caso e pediu silenciamento. Ao contrário do estado da arte sobre TSH, a originalidade da minha companheira de conversas é ser transgénero. Ora, uma transgénero não experiencia boas relações com as instituições do Estado, em particular com os OPCs, mas também na área da Saúde, das Finanças, da Segurança Social, e tem as maiores dificuldades em encontrar trabalho alternativo à actividade prostitutiva. A Evelyn, porém, é um caso de extraordinária originalidade. Auto-representou-se como trabalhadora do sexo, como vítima de tráfico no passado, e hoje trabalha numa empresa de limpezas de renome. Com as ONGs, a relação tende a ser vivida como benéfica. É, de resto, sempre esse o relato, quer para as transgéneros, como para os restantes grupos intervenientes e colaboradores nesta pesquisa: pessoas trabalhadoras do sexo e/ou imigrantes.

A resposta concreta dos técnicos, quer das ONGs, quer dos OPCs, face às pessoas traficadas ou supostamente traficadas é da maior sensibilidade. Mas a ocorrência ou detecção de casos que possam configurar TSH é insignificante. As instituições lidam com casos mais quotidianos e, portanto, menos chocantes, como a violência sobre as mulheres, nomeadamente as agressões e a violência doméstica, ou a tentativa de regulamentação das pessoas imigrantes.

Os elementos institucionais que dificultam o acesso das vítimas às instituições são, para além da sua quase inexistência, a vulnerabilidade institucional a que estão sujeitas, se forem identificadas como “prostitutas” e/ou “imigrantes irregulares”. Ninguém quer ser maltratado, nem expulso do país. São estas as dimensões de violência institucional, estrutural e social que marginalizam a posição das potenciais vítimas e propiciam, assim, o tráfico em Portugal.

Através da etnografia institucional, foi possível averiguar o tipo de acompanhamento oferecido às vítimas que escolheram denunciar as redes de TSH. Dados os elementos legais, a alegada vítima pode ser ouvida para memória futura e sair do país, ou ser abrigada em refúgios, em particular se for mulher. O CAP – Centro de Acolhimento e Protecção de vítimas de tráfico só recebe mulheres e os seus filhos. Homens e transgéneros ficam de fora. Dos casos encaminhados para o CAP, relatados pelas organizações auscultadas, num dos casos a pessoa foi tipificada como migrante indocumentada e conseqüentemente expulsa do país. No segundo caso, não aconteceu rigorosamente nada, visto as Irmãs Oblatas continuarem a ver a alegada vítima – que se apresentou como vítima de TSH e pediu ajuda – numa esquina a operar na área do sexo.

O tráfico de seres humanos existe. É representado como escravatura moderna, exploração, exclusão, discriminação e violência. Existe dentro de grupos sociais que a própria sociedade coloca nas margens. A marginalização é sintoma de injustiça social. São poucos os casos. Confirmados, segundo os dados oficiais, no último ano em Portugal (terreno proposto a estudar): 11 casos. Haja 1 ou 100 casos, o TSH não pode existir. Existem poucos dados relativamente ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual em Portugal. Porque não é um problema alarmante. É grave, mas não é um fenómeno nem frequente, nem assustador, como ocorre no imaginário social. É mais vezes utilizado para gerar medo sobre as potenciais vítimas e que integram o grupo das pessoas, nacionais e migrantes, trabalhador@s do sexo e sobre os imigrantes “laborais em situação irregular”, isto é, em situação de vulnerabilidade e violência. Ao que aos imigrantes diz respeito, preferem manter essa situação, a fazer queixa nas autoridades competentes e arriscarem serem expulsos do país. O mesmo ocorre entre as pessoas trabalhadoras do sexo. O estigma e a possibilidade de expulsão silencia-as a todas.

A única forma de chegar ao tráfico é trabalhar com as populações onde se encontram as vítimas de TSH. Estas populações “escondidas” estão, na sua maioria, em situação irregular. Ora, só se consegue trabalhar com estas populações integrando-as socialmente. Se não, nem juiz, nem opinião pública e, portanto, nem decisor político, lidam com estas populações com justiça (atribuindo os mesmos acessos aos mesmos direitos, nomeadamente o acesso à dignidade).

Afinal, ao contrário do que esperava inicialmente ouvir, entre a população prostitucional ouve-se “trabalho sexual é trabalho”. Defendem o igual acesso a serviços do estado de direito: justiça, saúde, segurança social, sistema fiscal, associativismo, acesso a crédito bancário, acesso a reforma.

Muitos são, de facto, migrantes em situação irregular. A situação irregular é utilizada como ameaça: 1) segundo as ONGs, OPCs e trabalhador@s do sexo, por “empresários” do sexo, donos de bares alterne, proxenetas; 2) segundo os OPCs, organizações internacionais e nacionais, por traficantes. Faz parte integrante do perfil da criminalidade organizada; 3) segundo os migrantes “laborais normais”, ONGs de imigrantes e agências do Estado (como a ACT) pelas entidades patronais; 4) segundo todos os migrantes, “laborais normais” e “pessoas trabalhadoras do sexo”, pelas autoridades/OPCs. O maior medo é o SEF; 5) essa ameaça foi ouvido repetidas vezes em espaço *outdoor* e *indoor* entre as mulheres portuguesas, sobre as colegas migrantes.

Os Estados pretendem defender as vítimas, reforçando a marginalização, através da restrição à imigração, nomeadamente através de instrumentos legais como a Directiva de Retorno, e a perpetuação da invisibilidade da população prostitucional que, a título de exemplo, não recebe reforma uma vez chegada à terceira idade como todos os outros trabalhadores porque, perante o Estado, nunca trabalhou. Como escreve Oliveira, mas também Kempadoo, entre tantos outros citados nas últimas páginas, o não reconhecimento da actividade prostitucional como profissão, mantendo o seu carácter ilícito, propicia a exploração, ao contrário do que é advogado por alguns Estados e o movimento abolicionista, que parece ainda não ter percebido esta evidência (Oliveira, 2009: 172-173; Kempadoo, 2005).

A marginalidade gera efectiva exclusão, clandestinidade e silenciamento. Pelo contrário, só através da criação das condições jurídicas, laborais, económicas, sociais e cívicas para as pessoas que querem fazer do trabalho sexual o seu trabalho, é que é possível “defender a sociedade”. Só assim ninguém sai prejudicado, com excepção dos velhos moralismos. Todavia, como afirmado desde as primeiras páginas, o *glamour* do trabalho sexual é falso. O trabalho é difícil, mesmo que tenha a vantagem de ver adquirido o dinheiro de forma imediata. É um trabalho de risco. Jamais poderá ser equivalente ou tratado de forma igual aos outros trabalhos ditos “normais”, excepto nos direitos e deveres das pessoas.

Mas se o trabalho sexual fosse regulamentado, quer entre mulheres, homens e transgéneros; quer entre nacionais e imigrantes, surgiriam denúncias de violência e exploração (nomeadamente casos de TSH) com bastante facilidade, sem medo nem de deportações, nem represálias. Pensar que se pode “resolver” o problema do TSH sem promover a integração na sociedade dos grupos nas margens, onde se encontram as potenciais vítimas daquele crime (imigrantes e pessoas trabalhadoras do sexo) é uma visão ineficaz e perfeitamente hipócrita. Porém, renovo que o meu posicionamento não é promover a prostituição. É, antes, a intenção clara de proteger já e agora as pessoas que se prostituem<sup>364</sup>.

A tese aqui apresentada é, portanto, a seguinte: O TSH é um fenómeno quantitativamente insignificante, mas intolerável. Não é possível chegar a essa clandestinidade irrisória, sem antes atribuir direitos aos grupos nas margens que compõem os mundos em análise. Atribua-se igualdade moral, laboral, social e jurídica

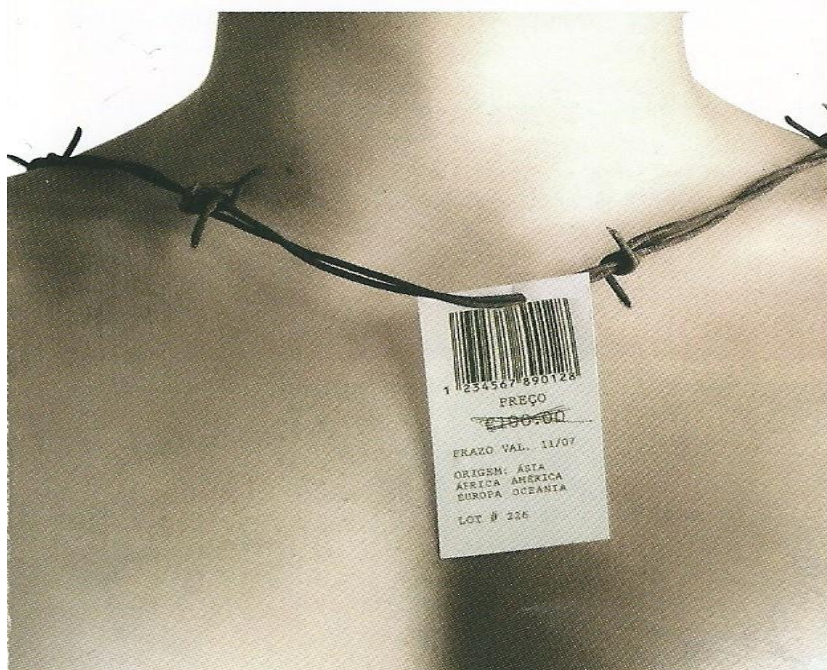
---

<sup>364</sup> Ver Capítulo 3 “Vítimas, Imigrantes e Trabalhadores do Sexo entre as políticas de Direitos Humanos e os danos colaterais”.

às pessoas trabalhadoras do sexo e às pessoas imigrantes. Só os direitos podem salvar as pessoas, eliminar a violência e combater a exploração. Só os direitos podem parar os erros (como se advoga entre os movimentos internacionais dos trabalhadores do sexo, “only rights can stop the wrongs”). Só atribuindo igualdade e cidadania às margens é possível eliminar a exploração. Só aplicando os Direitos Humanos a tod@s é possível eliminar a violência.

Anexo A – Capa Folheto anti Tráfico CAIM:

**O tráfico  
de seres humanos  
é um problema  
à escala mundial.**



Não feches os olhos a esta realidade!  
Tu podes ter um papel activo.  
**Solicita ajuda e denuncia!**

 **808 257 257**

## Anexo B – Cartão de Sinalização OTSH:

### Anexo 2 – Cartão de Sinalização OTSH:

#### O que fazer?

Se suspeitar que poderá estar na presença de uma potencial vítima de tráfico, aconselha-se que:

Assegure apoio e proteção;  
Anote o máximo de dados sobre a vítima, suspeitos e situação;

Informe que, segundo a lei, é assegurada à pessoa sinalizada ou identificada como vítima de tráfico de pessoas que não disponha de recursos suficientes: acolhimento; subsistência; acesso a tratamento médico urgente e adequado; ajuda psicológica; proteção e segurança; assistência de tradução e interpretação e ainda assistência jurídica.

#### Caso a vítima queira colaborar com as autoridades

Recomenda-se que transmita a informação para o órgão de polícia criminal legalmente competente (SEF/PJ) e/ou Ministério Público o mais rapidamente possível de forma a que estes possam assegurar a preservação dos meios de prova.

#### Para apoio à vítima de tráfico de seres humanos

964 608 288 - Centro de Acolhimento e Proteção a Vítimas de Tráfico (24h)  
cap.apf@gmail.com

144 - Linha Nacional de Emergência Social (24h)

808 257 257 / 218 106 191 - Linha SOS Migrante e Serviço de tradução telefónica (2ª a 6ª - 8h30/20h30)/informacoes@cnaei.acidi.gov.pt

213 587 914 - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)  
uav@apav.pt / (dias úteis, das 10h00 às 18h00)

116 000 - Linha SOS-Criança Desaparecida do IAC (nº único europeu). Gratuito!  
Das 9h às 19h, dias úteis.

## CARTÃO DE SINALIZAÇÃO DE VÍTIMAS DE TRÁFICO DE SERES HUMANOS

*Atrás de uma narrativa pode haver uma outra história*

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERIOR  
**OTSH**  
OBSERVATÓRIO DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS  
OBSERVATORY ON TRAFFICKING  
HUMAN BEINGS

#### Saiba que...

De acordo com o artigo 160º do Código Penal e a Diretiva 2011/36/UE, o crime de tráfico de pessoas define-se por:

Quem	Através de	Para
Oferecer	Violência	Exploração sexual
Entregar	Rapto	Exploração do trabalho
Aliciar	Ameaça grave	Extração de órgãos
Aceitar	Ardil ou manobra fraudulenta	Adoção ilegal
Transportar		Mendicidade
Alojar	Abuso autoridade	Pequena criminalidade
Acolher	Aproveitando-se da incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade	

#### Compreenda que...

Muitas vezes as vítimas de tráfico são oriundas de países/locais com problemas sociais, económicos ou políticos;

As vítimas de tráfico também podem ser nacionais e ser traficadas dentro de Portugal; Por vezes as vítimas são aliciadas de forma enganosa sobre o tipo e condições de trabalho que vão realizar;

É recorrente que desde o país/local de origem até ao de destino, as vítimas de tráfico sejam controladas por alguém;

As vítimas acabam por enfrentar no destino más condições de vida e de trabalho.

#### Mas não se esqueça que...

O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas, tendo em vista qualquer tipo de exploração, deverá ser considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos: violência, rapto, ameaça grave, abuso, ardil ou manobra fraudulenta, aproveitamento da situação de especial vulnerabilidade...

#### Como sinalizar uma vítima de tráfico?

##### Pergunte...

Como teve conhecimento do seu emprego? Quem marcou a viagem? Quem e como pagou a sua viagem? Sabe quanto pagou pela sua viagem? Como foi a sua viagem? Veio só ou com alguém? Tem dívidas?

Tem cópia do contrato? Recebe o estipulado? Quem lhe paga? Quem é o seu patrão/ a sua patroa? Quantas horas trabalha por dia? Onde estão os seus documentos?

Onde dorme/vive? Com quem? Onde faz as suas refeições? O que costuma fazer nos tempos livres? Tem liberdade para contactar/ ser contactado/a? Quem sabe a morada da sua família e/ou amigos/as?

##### Observe

Indícios de estar a ser controlada por alguém (presencialmente ou por telemóvel)/Aparente fuga ao contacto/ Sinais de medo, tristeza, ansiedade e desconfiança/Mas também pode apresentar-se extremamente reativa, agressiva e violenta em consequência do processo de vitimização de que foi/está a ser alvo/Hematomas ou sinais de agressão física/incapacidade ou dificuldade de comunicação em português/O aspeto e saúde física/mental/Se as respostas são espontâneas ou instruídas por terceiros.

#### No caso de Menores, Pergunte e Observe ainda...

Não ter acesso/ não reconhecer pais e/ou tutores;  
Viajar sem a companhia de pessoas adultas ou com um grupo de adultos que podem não ser da sua família;  
Não se comportar de acordo com a sua idade / Mentir sobre a idade;  
Não ter amizades;  
Não ir à escola e ao médico.



## Anexo C – Programa do Seminário Laços e Fronteiras – UMAR:



Laços e Fronteiras

### SEMINÁRIO LAÇOS E FRONTEIRAS. METODOLOGIAS DE APOIO A VÍTIMAS DE TRÁFICO | 24-25 DE JUNHO | FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

#### 24 de Junho | Quinta-Feira

9h00 | Recepção aos/às participantes e entrega de documentação

9h45 – 10h | Sessão de Abertura

10h - 13h | Sessão 1\*: *Legislação Nacional e Internacional sobre Tráfico de Seres Humanos* | Intervenção de **Manuel Albano** (Portugal), Coordenador do Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos, e de **Patsy Sorensen**, representante da Payoke (Bélgica) e membro do grupo de peritos da União Europeia sobre Tráfico de Seres Humanos | Pausa para café/chá | Discussão em pequenos grupos e apresentação das conclusões

13h – 14h30 | Pausa para almoço

14h30 – 17h30 | Sessão 2\*: *Tráfico de Seres Humanos – Legislação, Estratégias de Prevenção e Sensibilização: o caso de Moçambique e da Guiné-Bissau* | Intervenção de **Carlos Manjate** da Rede Came (Moçambique) e de **Toneca Silá** da RENLUV (Guiné-Bissau) | Pausa para café/chá | Discussão em pequenos grupos e apresentação das conclusões

#### 25 de Junho | Sexta-Feira

9h30 – 12h30 | Sessão 3\*: *Metodologias de Apoio às Vítimas de TSH (Parte I) - O tráfico para fins de exploração sexual: o contexto nigeriano e brasileiro* | Intervenção de **Bolaji Owasanoye** da Human Development Initiatives (Nigéria) e de **Priscila Siqueira** do SMM (Brasil) | Pausa para café/chá | Discussão em pequenos grupos e apresentação das conclusões

12h30 – 14h | Pausa para almoço

14h – 17h | Sessão 4\*: *Metodologias de Apoio às Vítimas de TSH (Parte II) - O tráfico para fins de exploração laboral* | Intervenção de **Patsy Sorensen**, representante da Payoke (Bélgica) e de **Bolaji Owasanoye** da Human Development Initiatives (Nigéria) | Pausa para café/chá | Discussão em pequenos grupos e apresentação das conclusões





## **Bibliografia:**

Agamben, Giorgio, 2008, “Beyond Human Rights”, *Open* 2008/No. 15/*Social Engineering*, disponível em:

[http://www.skor.nl/files/Files/OPEN15\\_P90-95\(1\).pdf](http://www.skor.nl/files/Files/OPEN15_P90-95(1).pdf) (consultado pela última vez a 18.03.2013).

Agenzia FIDES, 2009, *La migrazione dall’Africa*, Dossier a cura di L.M. Vaticano: 03.08.2009.

Agustín, Laura M., 2004, “At Home in the Street: Questioning the Desire to Help and Save”, Bernstein, E. e Shaffner, L. (Eds.), *Regulating Sex: The Politics of Intimacy and Identity. Perspectives on Gender*, Nova Iorque: Routledge, pp. 67-81.

Agustín, Laura M., 2005, *Trabajar en la industria del sexo, y otros tópicos migratorios*, San Sebastian: Tercera Prensa.

Agustín, Laura M., 2006, “The Conundrum of Women’s Agency: Migrations and the Sex Industry”, O’Neill, M. e Campbell, R., (eds.), *Sex Work Now*, Cullompton: Willan Publishing, pp. 116-40.

Agustín, Laura M., 2006, “The Disappearing of a Migration Category: Migrants Who Sell Sex”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 32 (1), pp. 29-47.

Agustín, Laura M., 2007, *Sex at the Margins: Migration, Labour Markets and the Rescue Industry*, Londres: Zed Books.

Alvim, Filipa e Togni, Paula C., 2010, “Sob o Véu dos Direitos Humanos: Tráfico, Tráfego e Políticas Públicas para a Imigração. Um Caso de Estudo sobre as Mulheres Brasileiras em Portugal”, *Anais Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 23 a 26 de Agosto de 2010, disponível em:

[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277741002\\_ARQUIVO\\_ComunicacaoCompletaFG9\\_SoboveudosDireitosHumanos.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277741002_ARQUIVO_ComunicacaoCompletaFG9_SoboveudosDireitosHumanos.pdf) (consultado pela última vez a 21.03.2013).

Amado, João L., 2010, *Contrato de Trabalho*, Coimbra: Coimbra Editora.

Amado, João L., 2013, “Comunicação: Contractos de Trabalho e Direito do trabalho na prostituição”, *II Conferência sobre a infecção VIH em grupos de difícil acesso, nomeadamente homens que fazem sexo com homens e trabalhadores do sexo*, Instituto de Medicina Tropical, Lisboa, 25.03.2013.

Anderson, Bridget, e Davidson, Julia, 2003, *Is Trafficking in Human Beings Demand Driven? A Multi-Country Pilot Study*, Genebra: IOM.

APDES, 2012, “Recomendações para a redefinição do enquadramento jurídico do trabalho sexual em Portugal”, Vila Nova de Gaia: APDES.

Aronowitz, Alexis A., 2001, “Smuggling and trafficking in human beings: the phenomenon, the markets that drive it and the organizations that promote it”, *European Journal on Criminal Policy and Research*, 9 (2), pp. 163-195.

Ausserer, Caroline, 2008, “Control in the Name of Protection: A Critical Analysis of the Discourse of International Human Trafficking as a Form of Forced Migration”, *St Antony's International Review. The Politics of Human Trafficking*, Volume 4, pp. 96-114.

Baldaccini, Anneliese, 2009, “The EU Directive on Return: principles and protest”, *Refugee Survey Quarterly*, 28, 4, pp. 114-138.

Balos, Beverly, 2005, “The Wrong Way to Equality: Privileging consent in the trafficking of women for sexual exploitation”, *Harvard Journal of Law & Gender*, Volume 28, pp. 137-175.

Barsamian, David e Said, Edward W., 2003, *Cultura e Resistência*, Porto: Campo das Letras.

Barry, Kathleen, 1979, *Female Sexual Slavery*, Nova Iorque: Avon.

Barry, Kathleen, 1995, *The Prostitution of Sexuality: The Global Exploitation of Women*, Nova Iorque: New York University Press.

Beare, Margaret E., 1999, “Illegal Immigration: Personal Tragedies, Social Problems, or National Security Threats?” in Williams, Phil (ed.), *Illegal Immigration and Commercial Sex. The New Slave Trade*, Londres: Frank Cass Publishers, pp. 11-41.

Behar, Ruth, 1996, *The Vulnerable Observer: Anthropology that breaks your heart*, Boston: Beacon Press.

Bell, Ernest A. (ed.), 2008 [1910], *Fighting the Traffic in Young Girls War on the White Slave Trade*, The Project Gutenberg eBook, disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/26081/26081-h/26081-h.htm> (consultado pela última vez a 15.09.2011).

Berman, Jacqueline, 2003, “(Un)popular strangers and crises (un)bounded : discourses of sex-trafficking, the european political community and the panicked state of the modern state”, *European journal of international relations* 9 (1): pp. 37-86.

Bertone, Andrea M., 2000, “Sexual Trafficking in Women: International Political Economy and the Politics of Sex”, *Gender Issues* 18, 1, pp. 4-22, disponível em:

<http://www.mendeley.com/research/sexual-trafficking-women-international-political-economy-politics-sex/> (consultado pela última vez a 30.08.2011).

Bindman, Jo e Doezema, Jo, 1997, *Redefining Prostitution as Sex Work on the International Agenda*, Anti-Slavery International e Network of Sex Work Projects, disponível em:

<http://www.walnet.org/csis/papers/redefining.html> (consultado pela última vez a 30.08.2011).

Bordonaro, Lorenzo e Alvim, Filipa, 2010, “The greatest crime in the world’s history”: uma análise arqueológica do discurso sobre tráfico de mulheres”, in Silva, Manuel Carlos e Ribeiro, Fernando Bessa (orgs), *Mulheres da Vida. Mulheres com Vida: Prostituição, Estado e Políticas*, Ribeirão: Edições Húmus Lda, pp. 51-73.

Bordonaro, Lorenzo e Alvim, Filipa, 2011, “Tráfico de mulheres em Portugal: a construção de um problema social” in Silva, Pedro Gabriel, Sacramento, Octávio e Portela, José (orgs), *Etnografia e Intervenção Social: Por uma praxis reflexiva*, Lisboa: Colibri, pp. 61-83.

Bossuyt, Jean e Develtere, Patrick, 1995, “Le Financement des ONG ou le Dilemme entre l’Autonomie et l’Identité”, *Le Courrier*, 152, Julho-Agosto, pp. 76-78.

Brock, Deborah, Gillies, Kara, Oliver, Chantelle e Sutdhibhasilp, Mook, 2000, “Migrant Sex Work. A Round Table”, *Les Cahiers de la femme* 20, 2, pp. 84-91.

Bruckert, Christine e Parent, Colette, 2002, *Trafficking In Human Beings and Organized Crime: A Literature Review*, Research and Evaluation Branch Community, Contract and Aboriginal Policing Services Directorate Royal Canadian Mounted Police, disponível em:

<http://www.rcmp-grc.gc.ca/pubs/ccaps-spcca/pdf/traffick-eng.pdf> (consultado pela última vez a 29.08.2011).

Budiani-Saberi, Debra e Delmonico, Francis, 2008, “Organ Trafficking and Transplant Tourism: A Commentary on the Global Realities”, *American Journal of Transplantation*, Volume 8, 5, Blackwell Munksgaard, pp. 925-929.

Burchell, Graham, Gordon, Colin e Miller, Peter, 1991, *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*, Chicago: The University of Chicago Press.

Canclini, Néstor G., 1995, *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Candiotto, Cesar, 2010, “Governmentalidade política no pensamento de Foucault”, *Filosofi a Unisinos* 11 (1), pp. 33-43, Jan/Abr. 2010, disponível em:

<http://www.revistafilosofia.unisinos.br/pdf/169.pdf> (consultado pela última vez a 13.01.2012).

Carling, J. Ergen, s.d., “Migration, Human Smuggling and Trafficking from Nigeria to Europe”, International Peace Research Institute, Oslo (PRIO): IOM, disponível em: [http://iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published\\_docs/serial\\_publications/mrs23.pdf](http://iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/serial_publications/mrs23.pdf) (consultado pela última vez a 6.03.2013).

Carney, Scott, 2011, *The Red Market: On the Trail of the World's Organ Brokers, Bone Thieves, Blood Farmers, and Child Traffickers*, Nova Iorque: HarperCollins Publishers.

Carvalho, Cristina A. P., 2000, “A Transformação Organizacional das ONGs no Brasil: Um Processo de Isomorfismo com as ONGs do Norte”, disponível em: [http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo\\_2000/ENE034.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2000/ENE034.pdf) (consultado pela última vez a 17.03.2013).

Chapkis, Wendy, 2003, “Trafficking, Migration, and the Law: Protecting Innocents, Punishing Immigrants”, *Gender & Society*, Volume 17 N° 6, Sage Publications, pp. 923-937.

Cherry, Mark, 2005, *Kidney for Sale by Owner: Human Organs, Transplantation, and the Market*, Washington DC: Georgetown University Press.

Chetail, Vicent e Bauloz, Céline, 2011, “The European Union and the Challenges of Forced Migration: From Economic Crisis to Protection Crisis?” Robert Schuman Centre for Advanced Studies: European University Institute, disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1859356](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1859356) (consultado pela última vez a 3.05.2013).

Chou, Meng-Hsuan, 2008, “The European Union and the Fight against Human Trafficking: Comprehensive or Contradicting?” *STAIR - St Antony's International Review: The Politics of Human Trafficking* Volume 4, 4: 1, pp. 76-95.

Church, Stephanie, Henderson, Marion, Barnard, Marina e Hart, Graham, 2001, “Violence by clients towards female prostitutes in different working settings: questionnaire survey”, *British Medical Journal*, 322, pp. 524-525.

Clammer, John, 1984, “Approaches to ethnographic research”, in Ellen, R. F. (org.). *Ethnographic research*, Londres: Academic Press.

Clifford, James, 1988, *The Predicament of Culture*, Cambridge: Harvard University Press.

Coelho, Bernardo, 2009, “Olhar os quadros que nos enquadram a visão: perspectivas teóricas sobre a prostituição e as prostitutas”, *CIES e-WORKING PAPER* N.º 66/2009.

Coelho, Bernardo, 2009b, *Corpo Adentro*, Lisboa: Difel.

Corbin, Alain, 1978, *Les filles de noce. Misère sexuelle et prostitution (19ème)*, Paris: Aubier.

Cohen, Stanley, 1972, *Folk Devils and Moral Panics*, Londres: MacGibb and Kee.

Connelly, Mark. T., 1980, *The Response to Prostitution in the Progressive Era*, Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Corbin, Alain, 1990, *Women for Hire: Prostitution and Sexuality in France after 1850*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Cordelier, Jeanne, 1977, *Crónica da Mais Velha Profissão do Mundo*, Amadora: Livraria Bertrand.

Costa, José Martins B., e Alves, Lurdes B., 2008, *Prostituição 2001. O Masculino e o Feminino de Rua*, Lisboa: Edições Colibri.

Cruz, Francisco I. S., 1984 [1941], *Da Prostituição na Cidade de Lisboa*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Davida, Grupo, 2005, “Prostitutas, “traficadas” e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”, *Cadernos Pagu* 25, pp. 153-184.

Davis, Kingsley, 1937, “The Sociology of Prostitution”, *American Sociological Review*, Volume 2, N° 5 (Outubro, 1937), pp. 744-755.

Derks, Annuska, 2000, “From White Slaves to Trafficking Survivors – Notes on the Trafficking Debate”, *Conference on Migration and Development May 4-6, 2000*, Center for Migration and Development Working Paper Series – Princeton University, Working Paper #00-02m, pp. 1-43, disponível em:

<http://www.walnet.org/csis/papers/CMD-0002M.PDF> (consultado pela última vez a 30.08.2011).

Díaz-Benítez, Maria Elvira e Fígari, Carlos Eduardo (orgs.), 2009, *Prazeres Dissidentes*, Rio de Janeiro: Garamond.

Dios, Aurora Javate De, 1998, *Macro-Economic Policies and their Impact on Sexual Exploitation and Trafficking of Women and Girls: Issues, Responses and Challenges*, Kuala Lumpur: Coalition against Trafficking in Women Asia Pacific, disponível em:

<http://catwap.wordpress.com/resources/speeches-papers/macro-economic-exploitation-and-their-impact-on-sexual-exploitation-and-trafficking-of-women-and-girls-issues-responses-and-challenges/> (consultado pela última vez a 30.08.2011).

Ditmore, Melissa, 2005, “Trafficking in Lives: How Ideology Shapes Policy”, in Kempadoo *et al.* (eds), *Trafficking and Prostitution Reconsidered*, Londres: Paradigm.

Ditmore, Melissa H. (ed.), 2006, *Encyclopedia of Prostitution and Sex Work*, Volumes 1 & 2, Wesport e Londres: Greenwood Press.

Doezema, Jo, 1998, “Forced to Choose: Beyond the Voluntary V. Forced Prostitution Dichotomy”, in Kempadoo, K. e Doezema J. (eds.), *Global sex workers: rights, resistance, and redefinition*, Nova Iorque: Routledge, pp. 34-50.

Doezema, Jo, 2000, “Loose Women Or Lost Women? The Re-Emergence of the Myth of White Slavery in Contemporary Discourses of Trafficking in Women” in *Gender Issues*, 18 (1), pp. 23-50.

Doezema, Jo, 2005, “Now You See Her, Now You Don’t: Sex Workers at the UN Trafficking Protocol Negotiation”, *Social & Legal Studies* 14 (1), pp. 61-89.

Doezema, Jo, 2010, *Sex Slaves and Discourse Masters: The construction of Trafficking*, Londres e Nova Iorque: Zed Books.

Dottridge, Mike, 2007, “Introduction” in GAATW, *Collateral Damage: The Impact of Anti-Trafficking Measures on Human Rights around the World*, Bangkok: Global Alliance against Traffic in Women, pp. 1-27, disponível em:

[http://www.gaatw.org/Collateral%20Damage\\_Final/singlefile\\_CollateralDamagefinal.pdf](http://www.gaatw.org/Collateral%20Damage_Final/singlefile_CollateralDamagefinal.pdf) (consultado pela última vez a 15.09.2011).

Durand, Jorge e Massey, Douglas S. (eds.), 2004, *Crossing the Border. Research from the Mexican Migration Project*, Nova Iorque: Russel Sage Foundation.

Essomba, Miquel-Àngel, 2012, “Inmigración, sociedad y educación en la UE. Hacia una política educativa de plena inclusión”, *Cultura y Educación*, Volume 24, Number 2, June 2012 (12), pp. 137-148.

Evans-Prichard, Edward E., 1940, *The Nuer: A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People*, Oxford: Clarendon Press.

Ferin, Isabel, 2006, *Média, Imigração e Minorias Étnicas II*. Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.

Fernandes, Duval, 2006, “Migração internacional – O caso brasileiro no contexto mundial no início do século XXI”, *Jornada de Demografia de Língua Portuguesa*, AIDELF/APD, Aveiro, 18 de Setembro de 2006.

- Ferrell, Jeff e Hamm, Mark. S. (eds.), 1998, *Ethnography at the edge: crime, deviance, and field research*, Boston: Northeastern University Press.
- Foucault, Michel, 1976, *Histoire De La Sexualité*, Paris: Gallimard.
- Foucault, Michel, 2004, *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France, 1978-1979*, Paris: Gallimard Seuil.
- Foucault, Michel, 2006, *É preciso defender a sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*, Lisboa: Livros do Brasil.
- Friesendorf, Cornelius, 2007, “Pathologies of Security Governance: Efforts Against Human Trafficking in Europe”, *Security Dialogue*, Volume 38 (3), Sage Publications, pp. 379-402.
- Fusco, Wilson, 2006, “The role of international migration in Brazil”, *Migration and the Lusophone World*, Washington, EUA, 17-18 de Novembro de 2006.
- Gal, Susan, 1995, “Language, Gender, and Power: An Anthropological Review” in Hall, K. e Bucholtz, M. (eds.), *Gender Articulated: Language and the Socially Constructed Self*, Nova Iorque: Routledge.
- Geertz, Clifford, 1988, *Works and lives and the anthropologist as author*, Standford: Standford University Press.
- Gilfoyle, Timothy. J., 1992, *City of Eros: New York City, Prostitution, and the Commercialization of Sex, 1790-1920*, Nova Iorque: W.W. Norton.
- Giumbelli, Emerson, 2002, “Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Volume 17, nº 48, São Paulo, Fevereiro 2002.
- Goddart, Victoria A. (ed.), 2000, *Gender, Agency and Change*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Goffman, Erving, 1963, *Stigmaté: Les usages sociaux des handicaps*, Paris: Les Editions de Minuit.
- Goffman, Erving, 2009 [1963], *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*, Nova Iorque: Simon & Schuster.
- Goode, Erich, e Ben-Yehuda, Nachman, 1994, *Moral Panics: the Social Construction of Deviance*, Oxford: Blackwell.
- Goody, Jack, 1980, “Slavery in Time and Space” in Watson, J. L., (ed.), 1980, *Asian and African Systems of Slavery*, Berkeley: Basil Blackwell, pp.16-42.
- Goodey, Jo, 2003, “Migration, Crime and Victimhood: Responses to Sex Trafficking in the EU”, *Punishment Society*, Volume 5 (4), Sage Publications, pp. 415–431.



Goodwin, Michele, 2006, *Black Markets: the supply and demand of body parts*, Cambridge: Cambridge University Press.

Gozdziak, Elzbieta M. e Collett, Elizabeth A., 2005, “Research on Human Trafficking in North America: A Review of Literature”, in Laczko, F. e Gozdzak, E. (eds.), *Data and Research on Human Trafficking: A Global Survey*, Geneva: IOM, pp. 99-128.

Gramegna, Marco, 2008, “Human Trafficking: Policy Needs and Political Responses”, *St Antony's International Review. The Politics of Human Trafficking* Volume 4, pp. 63-75.

Grant, Linda, 1993, *Sexing the Millennium*, Londres: HarperCollins Publishers.

Grittner, Frederick K., 1990, *White Slavery: Myth, Ideology, and American Law*, Nova Iorque e Londres: Garland Publishing.

Guia, Maria João, 2010, *Imigração e Criminalidade Violenta: Mosaico da Reclusão em Portugal*, SEF/MAI.

Handman, Marie-Elisabeth e Mossuz-Lavau, Janine, 2005, *La prostitution à Paris*, Paris: Éditions de La Martinière.

Hart, Angie, 1998, *Buying and selling power: Anthropological reflections on prostitution on Spain*, Boulder: Westview Press.

Hazan, Haim e Hertzog, Esther (eds.), 2012, *Serendipity in Anthropological Research: The Nomadic Turn*, Surrey: Ashgate Publishing Limited.

Hemment, Julie, 2007, “Public Anthropology and the Paradoxes of Participation: Participatory Action Research and Critical Ethnography in Provincial Russia”, *Human Organization*, Volume 66, Nº 3, pp. 301-314.

Howard, Neil e Lalani, Mumtaz, 2008, “Editorial Introduction: The Politics of Human Trafficking”, *St Antony's International Review. The Politics of Human Trafficking* Volume 4, 1, pp. 5-15.

ICRSE, 2005, *Sex Workers in Europe Manifesto*, Amesterdão: ICRSE, disponível em:

<http://www.sexworkeurope.org/sites/default/files/userfiles/files/join/manbrussels2005.pdf> (consultado pela última vez a 11.03.2013).

ILO, 2003, *Trafficking in Human Beings, New Approaches to Combat the Problem*, Maio de 2003, ILO, disponível em:

[http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/2003/103B09\\_281\\_engl.pdf](http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/2003/103B09_281_engl.pdf) (consultado pela última vez a 30.08.2011).



Inda, Jonathan X., 2005, *Anthropologies of modernity: Foucault, governmentality and life politics*, Malden: Blackwell Publishing Ltd.

Inda, Jonathan X., 2006, *Targeting Immigrants. Government, Technology, and Ethics*, Malden: Blackwell Publishing.

Irwin, Mary A., 1996, "White Slavery as Metaphor: Anatomy of a Moral Panic", *Ex Post Facto: The History Journal* V, disponível em: <http://www.walnet.org/csis/papers/irwin-wslavery.html> (consultado pela última vez a 30.08.2011).

Jeffreys, Sheila, 1999, "Globalizing Sexual Exploitation: Sex Tourism and the Traffic in Women", *Leisure Studies* 18, pp. 179-196.

Kangaspunta, Kristiina, 2003, "Mapping the Inhuman Trade: Preliminary Findings of the Database on Trafficking in Human Beings", *Forum on Crime and Society* 3 (1 e 2), pp. 81-103.

Kavemann, Barbara, 2007, *The Act Regulating the Legal Situation of Prostitutes - implementation, impact, current developments*, Berlim: Sozialwissenschaftliches FrauenForschungsInstitut e Van der Evangelischen Fachhochschule Freiburg, Berliner Büro.

Kelly, Liz, 2003, "The wrong debate: Reflections on why force is not the key issue with respect to trafficking in women for sexual exploitation", *Feminist Review* 73, pp. 139-144, disponível em: <http://www.sicarasturias.org/fotos/File/pdfs/Trata/The%20Wrong%20Debate.pdf> (consultado pela última vez a 30.08.2011).

Kelly, Liz, 2005, "You Can Find Anything You Want: A Critical Reflection on Research on Trafficking in Persons within and into Europe", *International Migration* 43 (1/2), pp. 235-265.

Kempadoo, Kamala e Doezema, Jo, (eds), 1998, *Global Sex Workers – Rights, Resistance, and Redefinition*, Nova Iorque e Londres: Routledge.

Kempadoo, Kamala, Sanghera, Jyoti, e Pattanaik, Bandana, 2005, *Trafficking and Prostitution Reconsidered: New Perspectives on Migration, Sex Work and Human Rights* Boulder, CO: Paradigm.

Krijnen, Tonny *et al.*, 2011, *Gender Transformations: Theory and Practices on Gender and Media*, Bristol e Chicago: Intellect.

Kyle, David, e Koslowski, Rey (orgs.), 2001, *Global Human Smuggling: Comparative Perspectives*, Baltimore: The John Hopkins University Press.

Laczko, Frank, 2005, "Introduction: Data and Research on Human Trafficking", in Laczko, F. e Gozdzik, E. (eds.), *Data and Research on Human Trafficking: a Global Survey*, Geneva: ILO, pp. 7-16.

Lamphere, Louise, 2004, "The Convergence of Applied, Practicing, and Public Anthropology in the 21st Century", in *Human Organization*, Volume 63, N°4, pp. 431-443.

Langum, David J., 1994, *Crossing Over the Line: Legislating Morality and the Mann Act, The Chicago series in sexuality, history, and society*, Chicago: The University of Chicago Press.

Lawless, Robert, Sutlive Jr., Vinson e Zamora, Mario (orgs.), 1983, *Fieldwork: the human experience*, Nova Iorque: Gordon and Breach.

Leal, Maria Lúcia P. e Leal, Maria Fátima P., 2005, *Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial: um fenômeno transnacional*, Lisboa: SOCIUS Working Papers.

Leenhardt, Jacques, 2002, "Fronteiras, Fronteiras Culturais e Globalização", in Martins, M. H. (org.), *Fronteiras Culturais*, Cotia: Ateliê Editora, pp.27-34.

Leite, Gabriela, 2008, *Filha, Mãe, Avó e Puta*, Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda.

Levine, Philippa, 1993, "Rough usage: prostitution, law and the social historian", in Wilson, A. (ed.), *Rethinking Social History: English Society 1520-1920 and its interpretation*, Manchester: Manchester University Press.

Long, Lynellyn D., 2004, "Anthropological Perspectives on the Trafficking of Women for Sexual Exploitation", *International Migration* 42 (1), pp. 5-31, disponível em:

<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.0020-7985.2004.00272.x/abstract>

(consultado pela última vez a 30.08.2011).

Lopes, Ana, 2006, *Trabalhadores do Sexo Uni-vos! Organização Laboral na Indústria do Sexo*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Mai, Nick, 2013, "Embodied Cosmopolitanisms: the Subjective Mobility of Migrants Working in the global sex industry", *Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography*, Volume 20, Issue 1, Londres: Routledge.

Manlinowski, Bronislaw, 1998 [1922], "Argonautas do Pacífico Ocidental", *Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural.

Manita, Celina e Oliveira, Alexandra, 2002, *Estudo de caracterização da prostituição de rua no Porto e Matosinhos*, Porto: CIDM.

Medeiros, Regina, 2000, *Hablan las puta: Sobre prácticas sexuales, preservativos y SIDA en el mundo de la prostitución*, Barcelona: Virus editorial.

Melo, Zélia M., s.d., “Os estigmas: a deterioração da identidade social”, disponível em:

<http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/anaispdf/estigmas.pdf> (consultado pela última vez a 28.03.2013).

Messer, Helen, 1993, “Anthropology and Human Rights”, *Annual Review of Anthropology*, 22, pp. 221-249.

Messerschmidt, James W., 1986, *Capitalism, Patriarchy, and Crime - Toward a Socialist Feminist Criminology*, Totowa: Roman and Littlefield.

Moreira, Catarina, Paiva, Catarina, Rodrigues, Irene, 2010, *Laços e Fronteiras: Guia de Recursos na área do Tráfico de Seres Humanos*, Lisboa: UMAR.

Munk, Veronica (ed.), 2012, *Pictures of a Reality: Sex workers talk about their life and work experiences within the indoor sex work setting in nine European cities, Indoors project*, Marseille: Autres Regards, disponível em:

[http://www.indoors-project.eu/documents/Pictures\\_of\\_a\\_reality-Indoors\\_2.pdf](http://www.indoors-project.eu/documents/Pictures_of_a_reality-Indoors_2.pdf)

(consultado pela última vez a 26.02.2013).

Nercolini, Marildo J., 2006, “A música popular brasileira repensa identidade e nação”, *Revista Famecos*, Porto Alegre, nº31, pp. 125-132, disponível em:

<http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/viewFile/1120/839> (consultado pela última vez a 29.08.2012).

Observatório contra o Tráfico de Seres Humanos, 2010, *Relatório Anual sobre Tráfico de Seres Humanos 2009*, Lisboa: OTSH/MAI, disponível em:

[http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual\\_portugues.pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual_portugues.pdf) (consultado pela última vez a 6.12.2010).

OIT, 2006, *Tráfico para Trabalho Forçado: Como fiscalizar o recrutamento de trabalhadores migrantes. Manual de Formação*, Lisboa: OIT, disponível em:

[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---)

[declaration/documents/instructionalmaterial/wcms\\_087333.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/instructionalmaterial/wcms_087333.pdf) (consultado pela última vez a 13.08.2012).

Okolski, Marek, 2000, “Migrant Trafficking and Human Smuggling in Poland”, in Laczko, F. e Thompson, D. (eds.), *Migrant Trafficking and Human Smuggling in Europe: a Review of Evidence with Case Studies from Hungary, Poland and Ukraine*, Geneva: International Organization for migrations, pp. 233-328.

Oliveira, Alexandra, 2004, *As Vendedoras de Ilusões – Estudo sobre Prostituição, Alterne e Striptease*, Lisboa: Notícias Editorial.

Oliveira, Alexandra, 2008, *O mundo da prostituição de rua: trajectórias, discursos e práticas. Um estudo etnográfico, Tese Doutoramento*, Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Oliveira, Alexandra, 2011, *Andar na Vida: Prostituição de Rua e Reacção Social*, Coimbra: Almedina.

Oncu, Ayse e Weyland, Petra, 1997, *Space, Culture and Power: New Identities in Globalizing Cities*, Londres e Nova Jersey: Zed Books.

ONU, 2003, “Women, nationality and citizenship”, disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/public/jun03e.pdf> (consultado pela última vez a 18.03.2013).

Ordek, Kemal (org), 2011, *Sex Workers Rights Are Human Rights*, Ankara: Pembe Hayat.

Ordek, Kemal (org), 2011b, “*We need a Law Against Transphobic Hatred*”: *Trans Remembrance Meeting Book*, Ankara: Pembe Hayat.

Oxman-Martinez, Jacqueline, Martinez, Andrea e Hanley, Jill, 2001, “Human Trafficking: Canadian Government Policy and Practice”, *Refuge, Canada’s Periodical on Refugees*, 19, 4, pp. 19-23.

Padilla, Beatriz, 2005, “Integration of Brazilian immigrants in Portuguese society: problems and possibilities”, *SOCIUS Working Papers*, Lisboa, ISEG/UTL, 1/05, disponível em: <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1999/1/wp200501.pdf> (consultado pela última vez a 12.04.2012).

Pais, José Machado, 2008, *A Prostituição e a Lisboa Boémia: do século XIX a inícios do século XX*, Porto: Ambar.

Pascoal, Rafaela, 2012, *The situation of the nigerian human trafficking victims and their children in Taly. The study case of Palermo*, Master in Diritti Umani e Intervento Umanitario: Università di Bologna.

Pateman, Carole, 1999, “What’s Wrong with Prostitution?”, *Women’s Studies Quarterly*, Volume 27, N° 1/2, pp. 53-64, disponível em: <http://www.feministes-radicales.org/wp-content/uploads/2010/11/Carole-Pateman-Whats-Wrong-with-Prostitution.pdf> (consultado pela última vez a 30.03.2013).

Pessoa, Alfredo A., 2006, *Os Bons Velhos Tempos da Prostituição em Portugal*, Lisboa: Antígona.

Peixoto, João *et al.*, 2006, *O tráfico de migrantes em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*, Lisboa: ACIME.

Peixoto, João, 2007, “Os novos contornos da imigração brasileira em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, Nº 53, pp. 71-90.

Pembe Hayat, 2013, *Police Hands Off my Body! Sex Workers and Human Rights Symposium Book*, Ankara: Pembe Hayat.

Pereira, Santos, *et al.*, 2005, “O Estado da Arte”, in *O Tráfico de imigrantes de Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*, Lisboa: ACIME.

Phoenix, Joanna, 2001, *Making Sense of Prostitution*, Basingstoke: Palgrave.

Phongpaichit, Pasuk, 1997, “Trafficking in People in Thailand” in Williams, P. (ed.), *Illegal Immigration and Commercial Sex: The New Slave Trade*, Londres: Frank Cass Publishers, pp. 74-104.

Pieke, Frank N., 2000, “Serendipity: Reflections on fieldwork in China”, in Dresch, P., James, W. e Parkin, D. (eds.), *Anthropologists in a wider world*, Nova Iorque e Oxford: Berghahn Books, pp.129-150.

Piscitelli, Adriana, 2008, “Entre as “máfias” e a “ajuda”: A construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas”, *Cadernos Pagu* (31), pp. 29-63.

Piscitelly, Adriana, Assis, Gláucia O., e Olivar, José Miguel N. (orgs.), 2011, *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*, Campinas, SP: UNICAMP/PAGU, disponível em:

<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/Livro.pdf>

(consultado pela última vez a 8.03.2013).

Pitkin, Thomas M. e Cordasco, Francesco, 1981, *The White Slave Trade and The Immigrants: A Chapter in American Social History*, Detroit: Blaine Ethridge.

Rago, Margareth, 1985, *Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Ramirez, Jacques, 2008, “Del muro de la vergüenza a la directiva retorno”, *Revista Gestión*, disponível em:

[http://www.flacsoandes.org/web/imagesFTP/6503.del\\_muro\\_de\\_la\\_vergüenza\\_a\\_la\\_directiva\\_retorno.pdf](http://www.flacsoandes.org/web/imagesFTP/6503.del_muro_de_la_vergüenza_a_la_directiva_retorno.pdf) (consultado pela última vez a 3.05.2013).

Raphael, Jody e Shapiro, Deborah, 2004, “Violence in indoor and outdoor prostitution venues”, *Violence Against Women*, 10, 2, 126-139.

Raposo, Paulo e Togni, Paula C., 2009, *Fluxos Matrimoniais Transnacionais entre brasileiras e portuguesas: Género e Imigração*, Lisboa: ACIDI.

Raymond, Janice G., D’Cunha, Jean, Ruhaini, Dzuhayatin S., Hynes, Patricia H., Ramirez, Zoraida R., e Santos, Aida, 2002, *A Comparative Study of Women Trafficked in the Migration Process*, CATW, disponível em:

<http://action.web.ca/home/catw/attach/CATW%20Comparative%20Study%202002.pdf>

(consultado pela última vez a 30.08.2011).

Rede sobre Trabalho Sexual, 2011, *Sumário Executivo*, Lisboa: RTS.

RedLight, 2010, *Guia de Infecções Sexualmente Transmissíveis*, Lisboa: Positivo, documento disponível em:

<http://www.positivo.org.pt/docs/docs/LIVRO%20IST.PDF> (consultado pela última vez a 5.03.2013).

Ribeiro, Fernando Bessa, e Sá, José Manuel Oliveira, 2004, “Interrogando a prostituição: Uma crítica radical aos discursos hegemónicos”, *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Exclusões*, Universidade do Minho, 12 e 15 de Maio de 2004.

Ribeiro, Manuela e Sacramento, Octávio, 2002, “Prostituição feminina no espaço transfronteiriço ibérico: um caso muito particular de circulação de pessoas”, *Cadernos do Noroeste* 18 (1-2), pp. 205-227.

Ribeiro, Manuela e Sacramento, Octávio, 2005, “Violence against prostitutes. Findings of research in the spanish-portuguese frontier region”, *European Journal of Women’s Studies*, 12, 1, pp. 61-81.

Ribeiro, Manuela, *et al.*, 2005, *Prostituição abrigada em clubes (zona fronteira do Minho e Trás-os-Montes). Práticas, risos e saúde*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Ribeiro, M. *et al.*, 2005b, *Prostituição Feminina em Regiões de Fronteiras: Actores, Estruturas e Processos*, Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia

Ribeiro, Manuela, *et al.*, 2007, *Vidas na Raia: Prostituição feminina em regiões de fronteira*, Porto: Edições Afrontamento.

Ribeiro, Orlando, 1998, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa: Livraria Sá da Costa Livraria.

Richard, Amy O’Neill, 2000, *International Trafficking in Women to the United States: A Contemporary Manifestation of Slavery and Organized Crime*, Washington, D.C.: CIA - Center for the Study of Intelligence, disponível em:

<https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/books-and-monographs/trafficking.pdf> (consultado pela última vez a 30.08.2011).

Roberts, Nickie, 1992, *Whores in History. Prostitution in Western Society*, Londres: Harper Collins.

Rond, Mark de e Morley, Iain (eds.), 2010, *Serendipity: Fortune and Prepared Mind*, Cambridge: Cambridge University Press.

Rosen, Judith, 1982, *The Lost Sisterhood: Prostitution in America, 1900-1918*, Londres: John Hopkins University Press.

Ruggiero, Vincenzo, 1997, “Trafficking in Human Beings: Slave in Contemporary Europe”, *International Journal of Sociology of Law* 25, pp. 231-244, disponível em: <http://www.mendeley.com/research/trafficking-in-human-beings-slaves-in-contemporary-europe/> (consultado pela última vez a 30.08.2011).

Sabino, Catarina e Pereira, Sónia, 2005, “O Tráfico de Mulheres em Portugal”, *Imigração e Etnicidade. Vivências e Trajectórias de Mulheres em Portugal*, Lisboa: S.O.S Racismo, pp. 125-136.

Saleiro, Sandra P., 2009, “Transexualidade e Transgénero em Portugal: Dois “vazios” em debate”, in Silva, Manuel Carlos *et al.* (orgs.), *Actas do X Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto*, Volume IV - Família, Género e Sexualidades, pp. 84-90.

Saleiro, Sandra P., 2010, *Transexualidade e Transgénero: Identidades e Expressões de Género*, Lisboa: CIES.

Saleiro, Sandra P., 2012, “A Transexualidade e o Género: Identidades e (In)Visibilidade de homens e mulheres transexuais”, *Sociedade, Crise e Reconfigurações, VII Congresso Português de Sociologia*, 19 a 22 de Junho de 2012, Universidade do Porto, disponível em: [http://www.aps.pt/vii\\_congresso/papers/finais/PAP0954\\_ed.pdf](http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0954_ed.pdf) (consultado pela última vez a 18.03.2013).

Salt, John, 2000, “Trafficking and human smuggling: a European perspective”, *International Migration*, 38 (3), pp. 31-56.

Salzman, Philip, 1996, “Methodology”, in Barnard, A., e Spencer, J., (orgs.), *Encyclopedia of social and cultural anthropology*, Londres: Routledge.

Sanjek, Roger, 1996, “Ethnography”, in Barnard, A. e Spencer, J. (orgs.), *Encyclopedia of social and cultural anthropology*, Londres: Routledge.



Santos, Boaventura Sousa, 1997, “Por uma concepção multicultural dos direitos humanos”, *Lua Nova* N°39-97, disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a07n39.pdf> (consultado pela última vez a 14.08.2012).

Santos, Boaventura Sousa, Gomes, Conceição, Duarte, Madalena, Baganha, Maria Ioannis, 2007, *Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*, Coimbra: CES/CAIM.

Santos, Boaventura Sousa, Gomes, Conceição e Duarte, Madalena, 2010, “Tráfico de Mulheres para fins de exploração sexual em Portugal: Um retrato empírico”, in Machado, Paulo, Daniel-Wrabetz, Joana, Teixeira, Marco, Albano, Manuel, Pereira, Marta, Santos, Boaventura Sousa, Gomes, Conceição, Duarte, Madalena, Ellis, Tom, Akpala, James, Penedo, Rita, Santos, Alexandre, *Tráfico Desumano*, OTSH/MAI, 89-114, disponível em:

[http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH\\_book\\_PT.pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH_book_PT.pdf) (consultado pela última vez a 30.08.2011).

Santos, Joana, 2007, “Pelas ruas da cidade: a prostituição na Baixa Lisboa”, *CIES e-Working Paper* N°21/2007.

Saunders, Penelope, 2005, “Traffic Violations: Determining the Meaning of Violence in Sexual Trafficking Versus Sex Work”, *Journal of Interpersonal Violence*, Volume 20 N° 3, Sage Publications, pp. 343-360.

Schmidt, Bettina e Schröder, Ingo, 2001, *Anthropology of violence and conflict*, Londres: Routledge.

Scrambler, Graham, 1997, “Conspicuous and inconspicuous sex work: the neglect of the ordinary and mundane”, in Scrambler, G. e Scrambler, A. (orgs.), *Rethinking Prostitution*, Londres: Routledge, pp. 105-120.

Scrambler, Graham e Scrambler, Annette, 1997, *Rethinking Prostitution: Purchasing sex in the 1990s*, Nova Iorque: Routledge.

SEF, 2008, *Campanha Contra o Tráfico de Seres Humanos Não Estás À Venda*, SEF/MAI.

SEF, 2010, *Testemunhos de Tráfico de Seres Humanos: Caso Nicolae*, SEF/MAI.

Schaffhauser, Thierry, 2010, “The sex work debate – a response to Jess Edwards”, *International Socialism* website, disponível em:

<http://www.isj.org.uk/?id=696> (consultado pela última vez a 6.04.2013).

Shrage, Laurie, 1989, “Should Feminists Oppose Prostitution”, *Ethics*, Volume 99, N° 2 (Janeiro, 1989), pp. 347-361, disponível em:



<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2381438?uid=3738880&uid=2&uid=4&sid=21102063435287> (consultado pela última vez a 30.03.2013).

Silva, Manuel C., e Ribeiro, Fernando B. (orgs.), 2010, *Mulheres da Vida, Mulheres com Vida: Prostituição, Estado e Políticas*, Ribeirão: Edições Húmus.

Skeldon, Ronald, 2000, "Trafficking: A Perspective from Asia", in Appleyard, R., e Salt, J. (eds.), *Perspectives on Trafficking of Migrants*, Geneva: IOM, pp. 7-30.

Skrobanek, Siriporn e Sanghera, Jyoti, 1996, "Sex Trade and Globalized Traffic in Women", *Atlantis* 21, 1, pp. 95-99.

Stocking Jr., George, 1992, "The ethnographer's magic: fieldwork in british anthropology from Tylor to Malinowski", in Stocking Jr., G., *The Ethnographer's magic and other essays*, Madison: The University of Wisconsin Press.

Strey, Marlene N., Azambuja, Mariana P. R., e Jaeger, Fernanda P. (orgs.), 2004, *Violência, Gênero e Políticas Públicas*, Porto Alegre: Edipucrs.

Surtees, Rebecca, 2008, "Trafficked Men as Unwilling Victims", *St Antony's International Review. The Politics of Human Trafficking* Volume 4, pp. 16-36.

Synnott, Anthony, 1993, *The Body Social. Symbolism, Self and Society*, Londres e Nova Iorque: Routledge.

Tavares, Manuela, 2000, *Movimentos de Mulheres em Portugal. Décadas de 70 e 80*, Lisboa: Livros Horizonte.

Taylor, Ian e Jamieson, Ruth, 1999, "Sex Trafficking and the Mainstream of Market Culture", *Crime, Law and Social Change* 32, 3, pp. 257-278, disponível em: <http://www.springerlink.com/content/n1475311u750p872/> (consultado pela última vez a 21.01.2013).

Téchio, Káchia, 2006, "Conhecimentos de alterne: a outra diáspora das imigrantes brasileiras", *SOCIUS Working Papers* N° 2/2006.

Toupin, Louise, 2002, *La question du "trafic des femmes". Points de repères dans la documentation des coalitions féministes internationales anti-trafic*, Montréal: Stella.

Truong, Thanh-Dam, 2001 "Human Trafficking and Organised Crime", *ISS Working Papers, General Series* N° 339, Hague: Institute of Social Studies.

Turner, Terence, 1997, "Human Rights, Human Difference: Anthropology's Contribution to na Emancipatory Cultural Politics", *Journal of Anthropological Research*, Volume 53, N° 3, Universal Human Rights versus Cultural Relativity, (Outono, 1997), pp. 273-291.

Tyldum, Guri e Brunovskis, Anette, 2005, "Describing the Unobserved:

Methodological Challenges in Empirical Studies on Human Trafficking”, *Data and Research on Human Trafficking: a Global Survey*, Geneva: ILO, pp. 17-34.

Un.Gift, 2008, “Quantifying Human Trafficking, its Impact and the Responses to it”, *The Vienna Forum to fight Human Trafficking Background Paper*, Viena: Un-Gift, pp. 1-19.

UNODC, 2006, *Trafficking in Persons: Global Patterns*, disponível em [http://www.unodc.org/pdf/traffickinginpersons\\_report\\_2006ver2.pdf](http://www.unodc.org/pdf/traffickinginpersons_report_2006ver2.pdf) (Consultado pela última vez a 30.08.2011).

Van Dijk, Rijk, 2001, “Voodoo’ on the Doorstep: Young Nigerian Prostitutes and Magic Policing in the Netherlands”, *Africa, Journal of the International African Institute*, Volume 71 (04), pp 558-586, disponível em: [https://openaccess.leidenuniv.nl/bitstream/handle/1887/9518/ASC\\_1267364\\_024.pdf](https://openaccess.leidenuniv.nl/bitstream/handle/1887/9518/ASC_1267364_024.pdf) (consultado pela última vez a 6.03.2013).

Veen, Marjolein Van der, 2001, “Rethinking Commodification and Prostitution: An Effort at Peacemaking in the Battles over Prostitution”, *Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society*, Volume 13, Issue 2, pp.30-51, disponível em: [http://www.hawaii.edu/hivandaids/Rethinking\\_Commodification\\_and\\_Prostitution\\_An\\_Effort\\_at\\_Peacemaking\\_in\\_the\\_Battles\\_over\\_Prostitution.pdf](http://www.hawaii.edu/hivandaids/Rethinking_Commodification_and_Prostitution_An_Effort_at_Peacemaking_in_the_Battles_over_Prostitution.pdf) (consultado pela última vez a 30.03.2013).

Venson, Anamaria M., 2009, “Rotas do desejo: tráfico de mulheres e prostituição como estratégia migratória no Brasil e na Espanha na virada dos séculos XX e XXI”, in *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Revues.org.

Wacquant, Loïc, 2001, *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*, Rio de Janeiro: Editora Revan.

Walkowitz, Judith, 1992, *City of Dreadful Delight: Narratives of Sexual Danger in Late-Victorian London*, Chicago: The University of Chicago Press.

Wax, Rosalie, 1971, *Doing fieldwork*, Chicago: University of Chicago Press.

Weitzer, Ronald, 2005, “The growing moral panic over prostitution and sex trafficking”, *The Criminologist*, Volume 30, 5, pp. 2-5.

Weitzer, Ronald, 2007, “The Social Construction of Sex Trafficking: Ideology and Institutionalization of a Moral Crusade”, *Politics & Society*, Volume 35 N° 3, pp. 447-475, Sage Publications.

Wijers, Marjan, 1998, “Women, labor, and migration: The position of trafficked women and strategies for support” in Kempadoo, K., e Doezema, J. (eds.), *Global sex workers. Rights, resistance, and redefinition*, Nova Iorque: Routledge.

Wijers, Marjan, 2004, “An exploration of the meaning of a human rights based approach to trafficking”, *Alliance (GAATW) News* 22, pp. 7-15.

Williams, Phil, 1999, “Trafficking in Women and Children: A Market Perspective”, in Williams, P. (ed.), *Illegal Immigration and Commercial Sex. The New Slave Trade*, Londres: Frank Cass Publishers, pp. 145-170.

Yunus, Muhammad, 1997, *O Banqueiro dos Pobres*, Miraflores: Difel.

### **Legislação:**

*Protocolo relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças da ONU (2000)*, disponível em:

[http://www.uncjin.org/Documents/Conventions/dcatoc/final\\_documents\\_2/convention%20traff\\_eng.pdf](http://www.uncjin.org/Documents/Conventions/dcatoc/final_documents_2/convention%20traff_eng.pdf) (consultado pela última vez a 05.04.2013).

*Directiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho (de 5 de Abril de 2011) relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à protecção das vítimas*, disponível em:

[http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/directiva-2011-36-ue-do/downloadFile/attachedFile\\_f0/DIRECTIVA\\_2011\\_36\\_UE.pdf?nocache=1303228637.48](http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/directiva-2011-36-ue-do/downloadFile/attachedFile_f0/DIRECTIVA_2011_36_UE.pdf?nocache=1303228637.48) (consultado pela última vez a 26.08.2011).

*Convenção nº 29 da OIT de 1930 sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório*, disponível em:

<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/etfps-conv-29.html> (consultado pela última vez a 26.08.2011).

*Código Penal Português, Lei 59/2007, de 4 de Setembro, artigo 160º*, disponível em: <http://www.verbojuridico.com/download/codigopenal2009-v1.pdf> (consultado pela última vez a 30.08.2011).

*Observatório contra o Tráfico de Seres Humanos*, Decreto-Lei 229/2008 de 27 de Novembro, em Diário da República, disponível em:

<http://dre.pt/pdf1sdip/2008/11/23100/0853808540.pdf> (consultado pela última vez a 16.08.2011).

CIG, 2007, *I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos – IPNCTSH (2007-*

2010), disponível em:

<http://www.cig.gov.pt/> (Planos Nacionais, consultado pela última vez a 30.08.2011).

CIG, 2010, *II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos – IIPNCTSH* (2011-2013), disponível em: <http://www.cig.gov.pt/> (Planos Nacionais) e em Diário da República:

[http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/II%20plano%20nacional%20CTSH\(3\).pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/II%20plano%20nacional%20CTSH(3).pdf) (consultados pela última vez a 30.08.2011).

OTSH, 2012, *Tráfico de Seres Humanos - Coletânea Seleccionada de Instrumentos Jurídicos, Políticos e Jurisprudência em Portugal, na Europa e no Mundo*, disponível em:

<http://www.otsh.mai.gov.pt/?area=000&mid=000&sid=000&ssid=000&cid=CNT50c20352d764b> (consultado pela última vez a 15.01.2013).

Sobre os *Contagious Diseases Acts*:

<http://herstoria.com/?p=459> (consultado pela última vez a 19.02.2013).

## **Media:**

*Bab Sebta*, realizado por Frederico Lobo e Pedro Pinho, em 2008, disponível em:

<http://video.google.com/videoplay?docid=-9219978790877591051#> (consultado pela última vez a 15.09.2011).

Davies, Nick, 2009, “Prostitution and trafficking - the anatomy of a moral panic”, *The Guardian*, 20 de Outubro de 2009, disponível em:

<http://www.guardian.co.uk/uk/2009/oct/20/trafficking-numbers-women-exaggerated> (consultado pela última vez a 30.03.2013).

Económico com Lusa, “Sem mão-de-obra barata não há emprego para ninguém”, *Económico*, 19 de Março de 2013, disponível em:

[http://economico.sapo.pt/noticias/se-nao-for-a-maodeobra-barata-nao-ha-emprego-para-ninguem\\_165121.html](http://economico.sapo.pt/noticias/se-nao-for-a-maodeobra-barata-nao-ha-emprego-para-ninguem_165121.html) (consultado pela última vez a 23.03.2013).

Lusa, “Tráfico de Seres Humanos na Europa está subestimado”, *DN Globo*, 18 de Outubro de 2009, disponível em:

[http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=1394414](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1394414) (consultado pela última vez a 30.08.2011).

Marcelino, Valentina, “Travestis pagam cem euros pela rua”, *DN*, 8 de Março de 2009, disponível em:

[http://www.dn.pt/inicio/Interior.aspx?content\\_id=1173853&page=-1](http://www.dn.pt/inicio/Interior.aspx?content_id=1173853&page=-1) (consultado pela última vez a 26.02.2013).

Moleiro, Raquel, “Tráfico de pessoas: Máfia romena condenada a 87 anos de prisão”, *Expresso*, 20 de Maio de 2009, disponível em:

<http://expresso.sapo.pt/trafico-de-pessoas-mafia-romena-condenada-a-87-anos-de-prisao=f515773> (consultado pela última vez a 9.03.2013).

Neves, Céu, “Mulheres são três em cada quatro vítimas de tráfico no País”, *DN Portugal*, 18 de Outubro de 2009, disponível em:

[http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=1394019](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1394019) (consultado pela última vez a 30.08.2011).

Notícias Terra, “Mais de 70 Imigrantes podem ter morrido no Mediterrâneo”, *Notícias Terra*, 20 de Agosto de 2009, disponível em:

<http://noticias.terra.com.br/interna/0,,OI3932479-EI188,00.html> Consultado pela última vez a 20.01.2010).

*Pretty Woman*, realizado por Garry Marshall, protagonizado por Julia Roberts e Richard Gere, em 1990, cuja sinopse e trailer se encontram disponíveis em:

<http://www.imdb.com/title/tt0100405/> (consultado pela última vez a 11.02.2013).

Público, 2011, “Mais de três mil migrantes chegaram a Lampedusa nos últimos dias”, *Público*, 17 de Agosto de 2011, disponível em:

[http://www.publico.pt/Mundo/mais-de-tres-mil-migrantes-chegaram-a-lampedusa-nos-ultimos-dias\\_1508019](http://www.publico.pt/Mundo/mais-de-tres-mil-migrantes-chegaram-a-lampedusa-nos-ultimos-dias_1508019) (consultado pela última vez a 19.09.2011).

SEF, “Nota à Comunicação Social - Operação de Combate ao Tráficos de Seres Humanos faz 12 detenções”, disponível em:

[http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/noticias/Noticias\\_Detalhe.aspx?id\\_linha=5854](http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/noticias/Noticias_Detalhe.aspx?id_linha=5854) (consultado pela última vez a 14.03.2013).

UNODC – Comunicado:

[http://www.unodc.org/brazil/pt/pressrelease\\_20072503.html](http://www.unodc.org/brazil/pt/pressrelease_20072503.html) (consultado pela última vez a 23.03.2013).

Vídeo “Marinho Pinto – O Brasil o que mais exporta é prostitutas”, disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=SPnKONSkJes> (consultado pela última vez a 26.02.2013).

## **Relatórios:**

OTSH, 2010, *Relatório Anual sobre Tráfico de Seres Humanos 2009*, OTSH/MAI, disponível em:

[http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20portugues\(1\).pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20portugues(1).pdf)

(consultado pela última vez a 30.08.2011).

OTSH, 2011, *Relatório Anual sobre Tráfico de Seres Humanos 2010*, OTSH/MAI, disponível em:

[http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH\\_Relatorio\\_Anual\\_Estatistico\\_2010.pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH_Relatorio_Anual_Estatistico_2010.pdf) (consultado pela última vez a 30.08.2011).

OTSH, 2012, *Relatório Anual sobre Tráfico de Seres Humanos 2011*, OTSH/MAI, disponível em:

[http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH%20Relatorio%20Final%20TSH%202011\\_11\\_setembro.pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH%20Relatorio%20Final%20TSH%202011_11_setembro.pdf) (consultado pela última vez a 21.01.2013).

UNODC, 2009, *Global Report on Trafficking Persons*, UNODC, disponível em:

[http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Executive\\_summary\\_english.pdf](http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Executive_summary_english.pdf)

(consultado pela última vez a 30.08.2011).

## **Organizações, Sites e Campanhas:**

AI – Amnistia Internacional:

<http://www.amnistia-internacional.pt/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

AMMAR:

<http://www.ammar.org.ar/> (consultado pela última vez a 18.02.2013).

APAV – SUL:

<http://apav.pt/sul/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

APF – Associação para o Planeamento da Família, Projecto Pessoa:

<http://www.apf.pt/?area=300&mid=001&sid=004&page=4> (consultado pela última vez a 25.02.2013).

APF – Algarve:

<http://www.apf.pt/?area=300&mid=001&sid=003&ssid=003> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

Associação Existências:

<http://existencias.net/index.php> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

Associação Positivo:

<http://www.positivo.org.pt/site/index.php> (consultado pela última vez a 24.01.2013).

CAIM – Cooperação, Acção, Investigação e Mundivisão:

<http://www.caim.com.pt/main.php?id=ARE45a3942c5864e&mid=ARE45a3942c5864e&lg=pt> (consultado pela última vez a 15.09.2011).

Campanha Blue Heart, da UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime e UN.Gift:

<http://www.youtube.com/unodc#p/search/7/VWAPr-crlUY> (consultado pela última vez a 9.08.2011).

Campanha *Not for Sale*:

<http://www.notforsalecampaign.org/about/slavery/> (consultado pela última vez a 15.08.2011).

Campanha *Work Abroad* da UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime em: <http://www.youtube.com/watch?v=9HWmR6psHn8> (consultado pela última vez a 30.08.2011).

CAP - Centro de Acolhimento e Protecção de Vítimas de Tráfico/APF:

<http://www.apf.pt/?mnu=000&area=000&tipo=destaques&id=CNT4887093fdbe55> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

Capela – Centro de Apoio a População Emigrante de Leste e Amigos:

<http://www.acidi.gov.pt/noticias/visualizar-noticia/4cdbf716617aa/associacao-c-a-p-e-l-a---centro-de-apoio-a-populacao-emigrante-de-leste-e-amigos> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

CBL – Casa do Brasil de Lisboa:

<http://www.casadobrasil.info/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

CIG – Comissão para a Igualdade de Género:

<http://www.cig.gov.pt/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante:

[http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Temas/ServicosCidadao/Paginas/Centro-Nacional-de-Apoio-ao-Imigrante-\(CNAI\).aspx](http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Temas/ServicosCidadao/Paginas/Centro-Nacional-de-Apoio-ao-Imigrante-(CNAI).aspx) (consultado pela última vez a 27.02.2013).

GAT - Grupo de Activistas sobre o Tratamento do VIH/SIDA Pedro Santos:

<http://www.gatportugal.org/> (consultado pela última vez a 25.02.2013).

Global Forum on Human Trafficking em:

<http://www.notforsalecampaign.org/events/global-forum-on-human-trafficking/> (consultado pela última vez a 18.01.2010).

Global Networking of Sex Work Projects, disponível em:

<http://www.nswp.org/> e

<http://www.nswp.org/news-story/us-trafficking-persons-tip-report-sex-worker-rights-perspective> (consultados pela última vez a 23.03.2013).

IAC – Instituto de Apoio à Criança:

<http://www.iacrianca.pt/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

ICRSE - International Committee on the Rights of Sex Workers in Europe:

<http://www.sexworkeurope.org/search/node/human%20trafficking>

Ilga:

<http://ilga-portugal.pt/ilga/index.php> (consultado pela última vez 27.02.2013).

Irmãs Adoradoras/Lar Jorbalan:

<http://larjorbalan.org/> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

Irmãs Oblatas:

<http://www.jfanjos.pt/conteudos/templates/Estrutura.asp?articleid=223&zoneid=48&z=48&sz=&n=1> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

MAPS - Movimento de Apoio à Problemática da Sida:

<http://www.facebook.com/MAPS.algarve> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

MdM – Médicos do Mundo:

<http://www.medicosdomundo.pt/pt> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

OIM – Organização Internacional das Migrações:

<http://www.iom.int/cms/home> (consultado pela última vez a 27.02.2013).

OIT - Organização Internacional do Trabalho:

<http://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm> (consultado pela última vez a 30.08.2011).

OTSH – Observatório contra o Tráfico de Seres Humanos:

<http://www.otsh.mai.gov.pt/> (consultado pela última vez a 9.08.2011).

Panteras Rosa – Blog:

<http://panterasrosa.blogspot.pt/> (consultado pela última vez a 27.02.2012).

Pembe Hayat:

<http://pembehayat.org/> (consultado pela última vez a 18.02.2013).

Portal Anti-tráfico da União Europeia:

<http://ec.europa.eu/anti-trafficking/section.action;jsessionid=qYstTJLL67S19N81JvNktG9Yp30Kmg1ZJ8QjbYJ1810NMHpxB21H!-1845574121?sectionId=90963548-0cf3-43e1-8e59->



[4bce1b03192d&sectionType=LIST\\_ENTITIES\\_SQUARE\\_IMAGES](#) (consultado pela última vez a 15.08.2011).

Porto G/APDES:

[http://www.apdes.pt/project\\_portog.php](http://www.apdes.pt/project_portog.php) (consultado pela última vez a 27.02.2013).

Projecto Laços e Fronteiras – UMAR:

<http://www.umarfeminismos.org/index.php/lacos-e-fronteiras/214-project-laces-and-borders> (consultado pela última vez a 2013).

Projecto RedLight:

[http://www.positivo.org.pt/site/conteudo.php?ACACZghk=ABECVAhQUU8KTFFPU  
RwGEwIRVUhrDQIfDUoID1BRURISUFieWhAtela9Xr1&ACACZghq=AGECMwte  
la9Xr1tela9Xr1](http://www.positivo.org.pt/site/conteudo.php?ACACZghk=ABECVAhQUU8KTFFPU<br/>RwGEwIRVUhrDQIfDUoID1BRURISUFieWhAtela9Xr1&ACACZghq=AGECMwte<br/>la9Xr1tela9Xr1) (consultado pela última vez a 24.01.2013).

Rede de Apoio e Protecção a Vítimas de Tráfico – RAPVT in OTSH:

<http://www.otsh.mai.gov.pt/?area=004&mid=005&sid=001> (consultado pela última vez a 30.08.2011).

RTS – Rede sobre o Trabalho Sexual:

<http://www.facebook.com/pages/Rede-sobre-Trabalho-Sexual/104752259637059?fref=ts> (consultado pela última vez a 16.03.2013).

RTS – Vídeo da Campanha “Trabalho Sexual é Trabalho”, disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=HUU3Um1PwAY> (consultado pela última vez a 19.03.2013).

SEF, Campanha nacional “Não estás à venda”:

<http://tv.sef.pt/index.php?s=home&id=258> (consultado pela última vez a 30.08.2011).

Sex Workers Open University (SWOU):

<http://www.youtube.com/watch?v=95F7G-Gl8sE> e

[http://www.youtube.com/watch?v=ixUeypoSN\\_I](http://www.youtube.com/watch?v=ixUeypoSN_I) (consultados pela última vez a 20.02.2013).

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta:

<http://www.umarfeminismos.org/index.php> (consultado pela última vez a 27.02.2013).